

ESTUDOS
DE
HISTÓRIA IMPERIAL

199

1950

IMPRESSO NOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
PRINTED IN THE UNITED STATES OF BRAZIL

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA
Série 5.^a ★ BRASILIANA ★ Vol. 269

HELIO VIANNA

*Professor catedrático de História do Brasil da Faculdade Nacional de
Filosofia; de História da América da Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro*

ESTUDOS
DE
HISTÓRIA IMPERIAL

★

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

981
B 823
4.269

35

OBRAS DO AUTOR

- Formação Brasileira.* (Rio de Janeiro, 1935).
A Contribuição de Portugal à Formação Americana. (Lisboa, 1938).
A Educação no Brasil Colonial. (Lisboa, 1938).
Brasil Social. 1500/1640. (Lisboa, 1940).
Visconde de Sepetiba. Biografia. (Petrópolis, 1943).
Matias de Albuquerque. Biografia. (Rio de Janeiro, 1944).
Da Maioridade à Conciliação. 1840/1857. (Rio de Janeiro, 1945).
Contribuição à História da Imprensa Brasileira. 1812/1869. (Rio de Janeiro, 1945). Prêmio José Veríssimo, de Ensaio e Erudição, da Academia Brasileira.
"A Malagueta". 1822. Coleção Fac-Similar de Jornais Antigos. Introdução. (Rio de Janeiro, 1945).
História do Brasil Colonial. Para a 3.ª série ginasial. (São Paulo, 1945).
História do Brasil. 1822/1937. Para a 4.ª série ginasial. (Rio de Janeiro, 1945).
História do Brasil. Para a 3.ª série colegial. (São Paulo, 1946).
Estudos de História Colonial. (São Paulo, 1948).
História das Fronteiras do Brasil. (Rio de Janeiro, 1948).
História da Viação Brasileira. (Rio de Janeiro, 1949).

A PUBLICAR

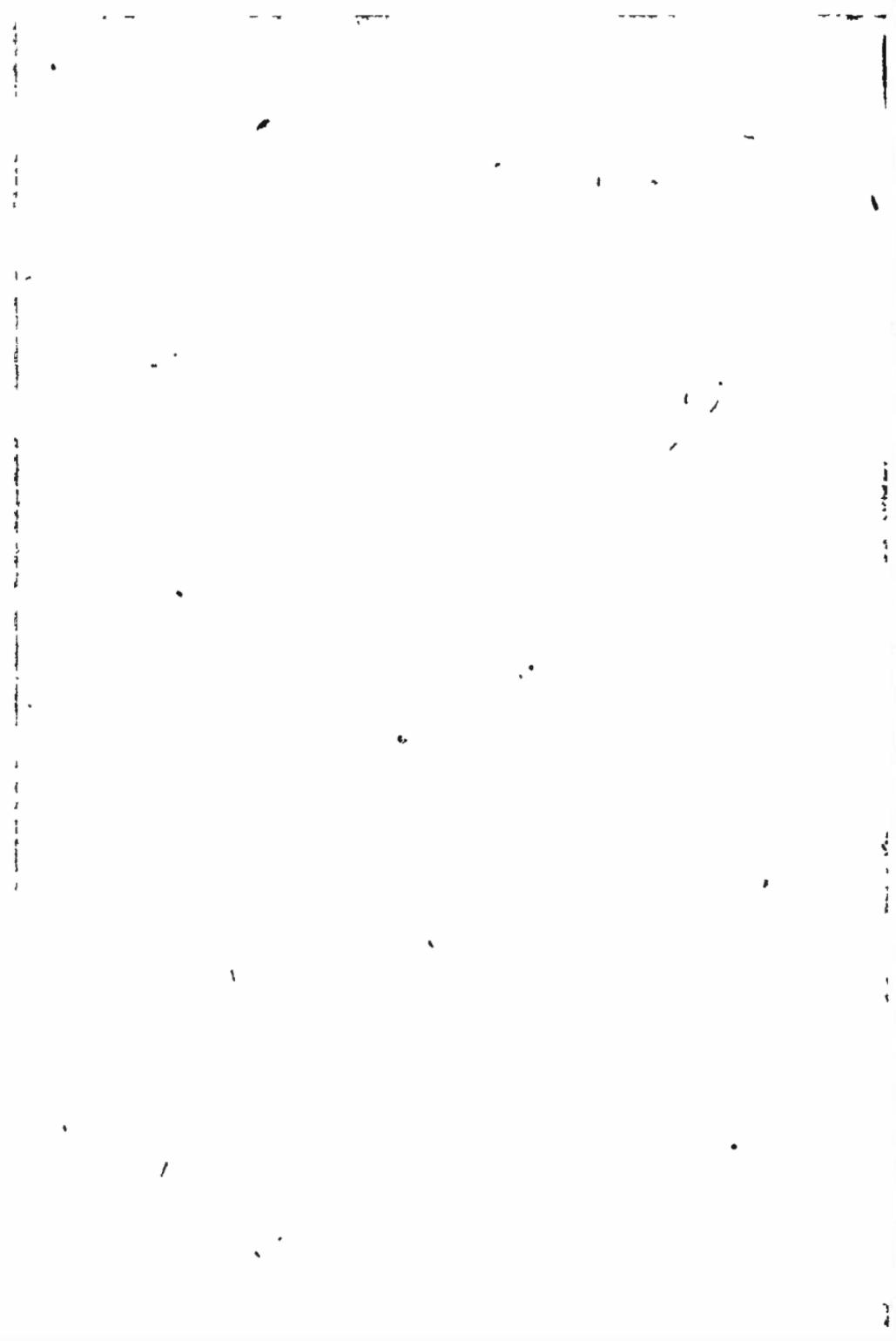
- Letras Imperiais.*
Curso de História do Brasil. Para as Faculdades de Filosofia.

52-1012

no mt. 200685
cod. barras: 358022-10

INDICE

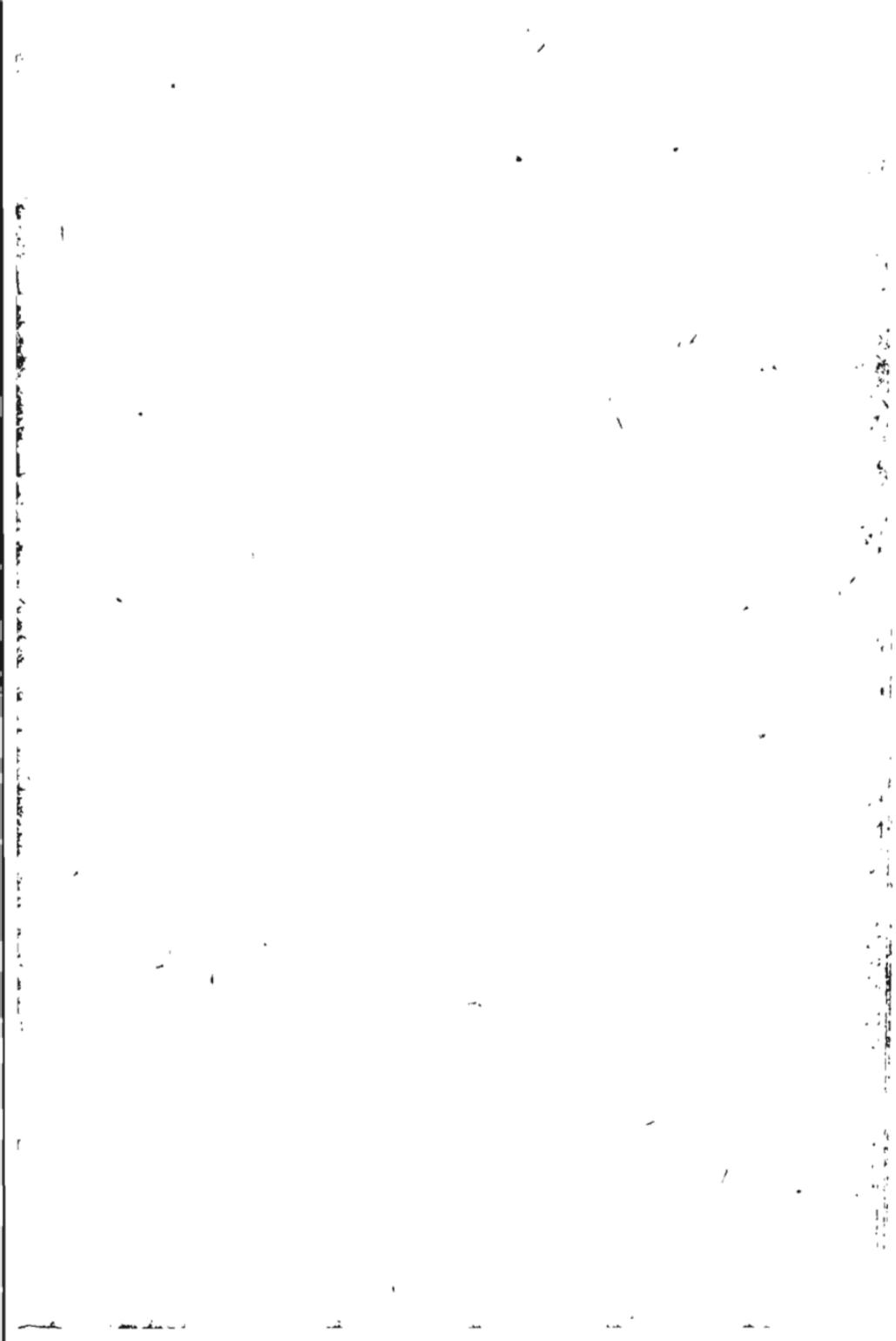
	Págs.
<i>Prefácio</i>	7
1 — Guerras do Brasil Independente (1822-1945) ...	9
2 — Inteira de D. Pedro I	20
3 — Cartas de D. Pedro I na Semana da Abdicação ...	23
4 — Visconde de Sepetiba	31
5 — Da Maioridade à Conciliação (1840-1857)	149
6 — Cartas do Duque de Caxias ao Tenente-General Caldwell	198
7 — A Campanha do Paraguai através das cartas de um bravo	214
8 — Gastão de Orléans — o Principe Incompreendido ..	239
9 — O Conde d'Eu, advogado dos que serviram na Guerra	243
10 — O Conde d'Eu e a Colonização do Sul de Santa Catarina	256
11 — Bibliografia da Questão Religiosa	279
12 — Manifesto-Programa do Clube dos Advogados Contra a Escravidão	295
13 — Preliminares da Abolição Imediata	304
14 — A última crise ministerial do Segundo Reinado ..	308
15 — O primeiro e os últimos Sete de Setembro de D. Pedro II	314
16 — Os Filhos do Conde d'Eu	320
<i>Índice Completo, com os subtítulos</i>	325



P R E F Á C I O

Reunem-se aqui trabalhos diversos, a que servem de nexos fatos e personalidades de uma e outra forma ligados à história do período monárquico no Brasil. Tanto quanto possível documentados — na maior parte, filiam-se ao desejo de elaboração de sínteses — outros. Visam, todos, contribuir para o esclarecimento de determinados episódios históricos, e oferecer, com o auxílio de manuscritos públicos e particulares, novos dados biográficos relativos a marcantes vultos do nosso passado imperial.

H. V.



GUERRAS DO BRASIL INDEPENDENTE

(1822-1945)

Tendo examinado, nos *Estudos de História Colonial*, as dezesseis campanhas militares em que se envolveu o Brasil, entre 1504 e 1821, aqui apresentamos, com o mesmo espírito de síntese, as sete guerras pelo nosso país travadas depois de sua independência política, de 1822 a 1945.

Fazêmo-lo, não como incentivo a pendores belicosos que não possuímos, mas para mostrar como a defesa dos princípios do direito e da justiça sempre foi o objetivo que nos levou a gloriosamente lutar nas terras e mares do nosso continente como da própria Europa.

1 — GUERRA DA INDEPENDÊNCIA (1822-1825)

Proclamada a Independência brasileira, coube ao ministério de que era principal figura José Bonifácio dar o caráter de guerra externa, pelo Império do Brasil movida a Portugal, à situação de verdadeiro rompimento em que já vinham o governo regencial do Príncipe D. Pedro e o governo constitucionalista português, francamente tutelado pelas Côrtes de Lisboa.

Difícil e prolongada se afigurava a campanha, pois o poder efetivo do proclamador limitava-se, a princípio, ao Rio de Janeiro, com o apoio de São Paulo e Minas Gerais, enquanto permaneciam neutras outras províncias e francamente pela manutenção do *statu-quo*

diversas, dentre as quais a Bahia, Pará, Piauí e Maranhão e parte da Cisplatina.

A tudo conseguiu vencer a capacidade realizadora do jovem Imperador e de seu grande ministro, improvisando recursos e multiplicando providências, que implicavam na completa reorganização das forças armadas do país.

Os resultados não se fizeram esperar.

Na Bahia, foram vencidos os portugueses de Madeira de Melo pelos próprios baianos rebelados, pelos elementos militares remetidos do Rio de Janeiro e reforçados pelos de Pernambuco, assim como pela esquadra de Lorde Cochrane. No interior do Piauí e Maranhão, patriotas cearenses auxiliaram os naturais dessas províncias a sacudir o jugo português, enquanto no litoral, em São Luís e Belém, a armada imperial fazia o mesmo. Em Montevidéu, no mesmo ano de 1823, a falta de recursos dos elementos fieis a Portugal resolveria a nosso favor a situação.

O tratado do reconhecimento da Independência, firmado em 1825, não fez mais que consagrar uma situação de fato.

2 — GUERRA DA INDEPENDÊNCIA DO URUGUAI (1825-1828)

Mantida, pelo Império do Brasil, a mesma situação especial de que gozava a Província Cisplatina, com ela não concordaram, nem os patriotas uruguaios que almejavam a independência, nem as Províncias Unidas do Rio da Prata, que não desistiam do sonho da incorporação da antiga Banda Oriental. Fomentada por elas, rompeu em 1825 a revolta separatista, à que o

governo do Rio de Janeiro não pôde responder senão com a declaração de guerra ao de Buenos Aires, logo que na assembléia reunida em Florida se determinou a anexação do Uruguai às Províncias Unidas e estas a aceitaram.

Hostilidades de parte a parte, a princípio ainda de pequeno vulto, culminaram nos dois anos seguintes, com o efetivo bloqueio do pôrto de Buenos Aires, a despeito de inúmeras dificuldades mantido pela esquadra imperial. Destruídos, sucessivamente, os principais vasos de guerra que conseguiu armar a futura Argentina, respondeu esta com o patrocínio de ativa campanha de corsários, que logo se tornou lucrativo negócio para estrangeiros sem escrúpulos. Em terra, embora dominassem os imperiais todas as praças uruguaias de certa importância, pequenos encontros nem sempre foram favoráveis às suas armas.

A entrada de um exército argentino em território brasileiro e o choque incompleto ocorrido no Passo do Rosário, em fevereiro de 1827, não teve outras consequências senão mostrar que ambos os contendores não estavam em condições de resolver prontamente a pendência, chegando as Províncias Unidas, logo depois, a solicitar a paz, mesmo com prejuizo da independência da Cisplatina.

Assim, depois de um período caracterizado pela ausência de operações de importância, surgiu a mediação inglesa em 1828, transubstanciada na paz sem vitória, com a formação de um estado-tampão, nem brasileiro nem argentino, a República Oriental do Uruguai, de cuja independência o Império e as Províncias Unidas se constituíram fiadores.

3 - CAMPANHA MILITAR CONTRA ORIBE E ROSAS (1851-1852)

Atendendo a um pedido do governo uruguaio, no sentido de lhe ser concedido o auxílio brasileiro na repressão à revolta chefiada pelo caudilho Oribe, sustentado por Rosas, ditador da Argentina, o que diretamente ameaçava a sua independência, com êle e os governadores das províncias argentinas de Entre-Rios e Corrientes celebrou o Império um convênio, em maio de 1851.

A seguir, atravessou a fronteira do Estado Oriental um exército brasileiro, comandado pelo Conde de Caxias, cuja simples aproximação fêz com que se entregasse Oribe a Urquiza, o governador de Entre-Rios.

Restava, porém, a segunda parte da empresa, que era a destruição do principal sustentáculo de Oribe e da perturbação da paz no Rio da Prata, isto é, Rosas, o ditador argentino. Convém notar, ainda, que o problema das comunicações com a província brasileira de Mato Grosso, então quase exclusivamente por via fluvial e platina, não poderia ser visto em termos de estabilidade enquanto perdurasse a má vontade de Rosas relativamente ao Império, patenteada em incidente diplomático que datava de 1843.

Assim, tendo em vista tôdas essas circunstâncias, segundo convênio firmou, em novembro de 1851, o plenipotenciário brasileiro Honório Hermeto Carneiro Leão com os representantes do Uruguai e das províncias de Entre-Rios e Corrientes, tendo por objetivo a destituição do elemento perturbador da paz sul-americana.

Um exército libertador, composto de argentinos, brasileiros e uruguaio, formou-se em consequência desse acôrdo, transportando-o a esquadra brasileira para a margem direita do rio Paraná, para isto tendo sido

preciso forçar a passagem das posições fortificadas de Toneleros, o que realizou com bom êxito o comandante Grenfell.

A 2 de fevereiro de 1852 encontraram-se as forças de Rosas com as de Urquiza, de que fazia parte uma divisão brasileira sob o comando do general Manuel Marques de Sousa, futuro Conde de Pôrto Alegre. Em Monte Caseros deu-se a batalha, em que foi das mais valiosas, senão mesmo decisiva, a participação brasileira, e da qual resultou a fuga de Rosas para a Europa, instalando-se na Argentina um governo amigo do Brasil.

4 - INTERVENÇÃO CONTRA O GOVERNO DE AGUIRRE NO URUGUAI (1864-1865)

Sucessivos conflitos de fronteira, a que o governo uruguaio, composto de elementos do partido *blanco*, não dava nenhum remédio, foram tomando difíceis as relações com o Império, motivando a missão diplomática confiada em 1864 ao Conselheiro José Antônio Saraiva.

Malogradas tôdas as negociações conciliatórias então empreendidas, foi, afinal, entregue um *ultimatum* relativo às reclamações brasileiras até então não atendidas pelo governo uruguaio, que resolveu romper relações com o Império.

À vista disto, entrou o vice-almirante Barão de Tamandaré, comandante da esquadra brasileira no Rio da Prata, em entendimentos com o chefe *colorado* Venâncio Flores, que chefiava uma revolução contra Aguirre e que se comprometia a reencetar negociações com o Brasil, caso conseguisse alcançar o poder. Auxiliou-o, portanto, no assédio a Paissandu, de que tam-

bém participaram forças brasileiras comandadas pelo general João Propício Mena Barreto, depois 2.º Barão de São Gabriel.

Bloqueando em seguida, a armada imperial, o porto de Montevidéu, renunciou Aguirre, e, pela convenção assinada a 20 de fevereiro de 1865, firmou-se a paz, com o pleno reconhecimento das reclamações brasileiras.

5 - GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA O GOVERNO DO PARAGUAI (1864-1870)

Colocado numa posição especial na América do Sul, pôde a República do Paraguai, pela ação exclusiva de seu ditador Francisco Solano López, provocar o mais importante conflito internacional que teve de resolver o Brasil, através de uma guerra que durou cinco anos e quatro meses.

Cuidadosamente preparado para ela, com um exército que superava, de muito, os que puderam reunir os aliados — Brasil, Argentina e Uruguai — com uma esquadra a principio pelo menos igual à do Império — a intervenção do Brasil contra o govêrno de Aguirre forneceu pretexto para a inesperada agressão paraguaia.

Pode mesmo ser assim denominado, o primeiro período da guerra pela Tríplice Aliança movida contra o govêrno do Paraguai: o da agressão paraguaia, em 1864-1865. Invadido Mato Grosso, em dezembro daquele ano, o heróico sacrificio da guarnição de Dourados e a resistência do forte de Coimbra, mostraram, imediatamente, que se mantinha intacta a fibra dos defensores do Brasil. Atravessada a província argentina de Corrientes, para a invasão do Rio Grande do Sul, todo o país, tendo à frente o Imperador, levantou-se, crian-

do batalhões de voluntários, reorganizando o exército e aumentando a esquadra, pronto à reação.

Com isto, passamos ao seguinte período da luta, que abranje o segundo semestre de 1865 e todo o ano de 1866, dedicado, essencialmente, à reação dos aliados.

Inicia-o a esplêndida batalha naval de Riachuelo, em que o chefe de esquadra Francisco Manuel Barroso, depois Barão do Amazonas, consegue destruir a frota paraguaia. Segue-se a rendição de Uruguaiana, sob o comando em chefe de D. Pedro II, encerrando a invasão do Rio Grande do Sul.

Invadido, afinal, o território paraguaio, em abril de 1866, travou-se, no mês seguinte, a maior batalha campal da guerra, a de Tuiuti, grande vitória aliada de que foi principal agente o general Osório, futuro Marquês de Erval.

Em setembro, porém, apesar de tomado o forte de Curuzu, pelo Visconde de Pôrto Alegre, ocorreu, por erro de Mitre, o malogro do ataque a Curupaiti.

De fevereiro a maio de 1867, outro acontecimento ocasional, motivado pela desautorizada incursão que a.e ao norte do Paraguai, pelo sul de Mato Grosso, resolveu fazer o coronel Carlos de Moraes Camisão, proporcionaria às armas brasileiras um de seus mais dramáticos episódios: a retirada da Laguna, que a pena do Visconde de Taunay definitivamente inscreveu nos anais da História Pátria.

Um terceiro e decisivo período da guerra do Paraguai foi registrado em 1867 e 1868, sob o comando efetivo do Marquês de Caxias.

Reorganizado o exército, planejou e realizou êle um movimento de flanco, visando contornar a fortaleza de Humaitá, o grande centro de resistência paraguaia. Atingida a margem do rio Paraguai, a montante, em

Tal, permitiu isto que em fevereiro de 1868 forçasse a esquadra a passagem da posição tida como inexpugnável, em julho seguinte ocupando-a o exército.

Escapando de Humaitá, estabeleceu-se López na região de Villeta e Angustura, fortificando a linha de Piquissiri, de modo a impedir, ou pelo menos atrasar consideravelmente, a chegada a Assunção dos aliados. Caxias, porém, inutilizou os seus planos, mais uma vez contornando as posições paraguaias, agora através do Chaco, em outubro e novembro. Em seguida, dá êle a série de golpes que aniquilam o exército paraguaio. É a épica *dezembrada*, que o iguala aos maiores cabos de guerra da História. Desembarcando no porto de Santo Antônio, a 5 de dezembro, passa a aproveitar os erros do inimigo, que contra o seu exército havia destacado apenas fortes colunas, insuficientes para batê-lo. Em Itororó, no dia 6, como em Avaí, no dia 11, obtém duas assinaladas vitórias. Em Lomas Valentinas, nos dias 21 e 27, é destruído o grosso do exército paraguaio, rendendo-se a 30, em Angustura, a fração que Caxias conseguira imobilizar e separar. López, entretanto, mais uma vez conseguiu escapar, pelo Potrero Mármol, rumo a Cerro León. Ao general invencível, estava aberto, porém, o caminho de Assunção, onde entrou a 5 de janeiro de 1869.

Ainda não estava terminada a guerra. Um novo exército organizou o ditador paraguaio localizando-o em mais uma posição altamente defensável, a de Ascurra. Para vencê-lo, foi nomeado comandante em chefe o marechal Conde d'Eu, esposo da Princesa Imperial, herdeira do trono brasileiro. Conseguiu-o, na chamada campanha da Cordilheira, contornando por Valenzuela e batendo o exército paraguaio em duas batalhas sucessivas, travadas em agôsto, as de Peri-

beui e Campo Grande. Daí em diante a campanha não foi mais que o perseguição a López fugitivo, até o combate final, em Cerro Corá, a 1.º de março de 1870, quando foi morto o responsável pela mais importante das guerras brasileiras.

6 — NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1917-1918)

Declarada a guerra, em 1914, entre vários países europeus, permaneceu neutro o Brasil até abril de 1917, quando, em consequência do torpedeamento do navio cargueiro *Paraná*, foram suspensas as nossas relações políticas e comerciais com o Império Germânico. Prosseguindo, depois disto, as hostilidades contra a marinha mercante nacional, a 26 de outubro dêsse ano proclamou o Congresso que o país aceitava o estado de guerra imposto pela Alemanha.

Em consequência, passou o Brasil a participar efetivamente do conflito europeu, mandando uma divisão naval cooperar com a marinha inglesa e francesa no patrulhamento do Atlântico, especialmente na costa ocidental da África, permitindo que oficiais do exército brasileiro tomassem parte nas operações militares e enviando à França uma Missão Médica.

Cessada a conflagração, em 1918, tomou parte, o Brasil, nos trabalhos da Conferência da Paz, no ano seguinte.

7 — NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1945)

A neutralidade exemplarmente mantida pelo Brasil em seguida à abertura do último conflito mundial, não pôde impedir, porém, que em atenção aos nossos compromissos de política continental, em janeiro de 1942,

quando da 3.^a Reunião de Consulta dos Chanceleres dos Países Americanos, manifestássemos a nossa inteira solidariedade aos Estados Unidos da América do Norte, diante da selvagem agressão de que pouco antes fôra vítima, por parte do Japão.

Os acontecimentos seguintes, com o início de feroz campanha submarina, por parte da Alemanha, assessorada pela Itália, atingindo em cheio, mais uma vez, a marinha mercante brasileira, claramente mostraram que se tencionava repetir, de modo mais extenso, a mesma guerra deshumana de 1917, em que se não respeitava nem a neutralidade nem o pacifismo, as boas relações anteriores e os mais comezinhos princípios de humanidade e do direito internacional. A resposta brasileira a estas novas agressões não pôde, portanto, ser diferente da de vinte e cinco anos antes: reconheceu o governo o estado de guerra que nos foi imposto por aquelas potências européias.

A cooperação brasileira à vitória das Nações Unidas, desde então facultada e incentivada, foi das mais valiosas. Tendo posto a serviço de seus aliados todos os recursos econômicos e militares de que dispõe o país, notáveis vozes internacionais, a começar pela do Presidente Franklin Roosevelt, oportunamente proclamaram o valor da participação do Brasil no desdobramento das atividades guerreiras que empolgaram o mundo. No patrulhamento do Atlântico, a marinha e a aviação militar brasileira cooperaram para a supressão da guerra submarina. Na preparação da campanha da África do Norte, outra esplêndida vitória aliada, grandemente facilitou o resultado obtido a utilização de bases brasileira.

Resolvida a participação do Brasil nas lutas que se travavam no continente europeu, para a Itália seguiu, em meados de 1944, a Fôrça Expedicionária

Brasileira que sob o comando do general Mascarenhas de Moraes foi incorporada ao Quinto Exército Norte-Americano. De setembro daquele ano até maio de 1945, tendo partilhado da dura campanha dos Apeninos, com as vitórias de Monte Castelo e Castelnuovo, eficazmente contribuiu, depois da captura de Montese, para a batalha do vale do Pó, ultimada com o colapso dos exércitos italo-germânicos que pôs termo à guerra.

Em sinal de solidariedade aos Estados Unidos, o Brasil declarou guerra também ao Japão, não tendo chegado a entrar em campanha contra êsse país pela sua precipitada derrota, ocorrida em agosto de 1945.

INTEIREZA DE D. PEDRO I

Entre as qualidades pessoais do Proclamador da Independência e Fundador do Império, está, seguramente, a honestidade, frequentemente patenteada em atos que demonstram o seu zelo pelos dinheiros públicos.

No setor da fortuna privada, foi igual a inteireza de D. Pedro I. E' o que prova, por exemplo, o documento adiante transcrito, copiado do original existente no precioso arquivo do Sr. Francisco Marques dos Santos, membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Trata-se de um título de dívida, totalmente escrito pelo primeiro Imperador do Brasil, em favor de seus filhos, relativo às joias, pertencentes ao patrimônio dos príncipes e herdadas de sua falecida mãe, a Imperatriz D. Maria Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo-Lorena. Delas lançou mão o Imperador, para, à falta de outras, oferecê-las à nova esposa e segunda Imperatriz, a Princesa D. Amélia Augusta Eugênia Napoleona de Beauharnais-Leuchtenberg. Não o fez, porém, sem redigir do próprio punho o curioso documento, que cabalmente demonstra o seu cuidado em preservar de futuras confusões os bens dos filhos menores.

Tiveram integral execução as disposições determinadas por D. Pedro I, pois ao tempo das Regências sempre figuraram, nos balanços anuais da Mordomia da Casa Imperial, os rendimentos das apólices ali men-

cionadas, pertencentes ao j6vem D. Pedro II e 6s suas augustas irm6es, as Princesas D. Janu6ria, depois Condessa d'6quila, D. Paula Mariana, falecida em 1833, e D. Francisca, mais tarde Princesa de Joinville.

E' o seguinte o respectivo texto:

"Tendo-Me sido necess6rio Dar o presente de Casamento 6 Minha Muito Amada, Querida e Presada Esposa, a Senhora Dona Am6lia, Foi-Me indispens6vel lan7ar m6o de parte da heran7a que meus Amados Filhos tiveram de sua M6e (que em Santa Gl6ria est6) e que 6 o restante da dita heran7a que j6 se acha repartida, e entregue 6s Damas dos respectivos quartos, do que passaram recibo, sendo a parte que me foi indispens6vel lan7ar m6o composta de dezoito brilhantes mui grandes, no valor de quarenta e dois contos setecentos vinte nove mil oitocentos e setenta reis, Gargantilha, Pingentes, Brincos e Pulseiras no valor de sessenta e um contos setecentos e trinta seis mil reis, e v6rias miudezas no valor de cento vinte e dois mil e quatrocentos r6is, e constituindo-Me devedor da quantia de cento e quatro contos quinhentos oitenta e oito mil duzentos e setenta, de cuja totalidade cabe ao Pr6ncipe Imperial (1) vinte e quatro contos seiscentos cinquenta e cinco mil e trezentos r6is, 6 Rainha de Portugal (2) vinte contos novecentos noventa e dois mil cento e dez r6is, 6 Princesa D. Janu6ria desenove contos duzentos cinquenta e sete mil cento e vinte r6is, 6 Princesa D. Paula dezenove contos seiscentos sessenta e sete mil oitocentos e vinte r6is, 6 Princesa D. Francisca dezenove contos novecentos e quinze mil novecentos e vinte r6is, o que tudo perfaz a dita quantia de cento e quatro contos quinhentos oitenta e oito mil duzen-

(1) D. Pedro II.

(2) D. Maria II.

tos e setenta réis. Hei por bem que o Tesoureiro da Minha Imperial Casa satisfaça imediatamente a cada um de Meus amados Filhos a metade do que lhes devo, empregando-a em compra de Apólices dos empréstimos anteriores ao último; devendo ficar na inteligência que da data dêste a três meses pagará o restante, fazendo a mesma operação, e com todas as declarações necessárias afim de que para o futuro não haja enganos, completando em bilhetes aquelas quantias que não derem para a compra de apólices pequenas: o Tesoureiro da Minha Imperial Casa, Plácido Antônio Pereira de Abreu, o tenha assim entendido e execute. Paço da Boa Vista, em 26 de abril de 1830.

I." (3)

(3) Abreviatura de Imperador. — Comprovando o caráter de "decreto imperial" dêsse documento, além da expressão nele usada — "hei por bem", consta, no verso, o respectivo registro no 2.º Livro destinado a êsse fim, fls. 14, feito por José Monteiro, na mesma data da assinatura.

CARTAS DE D. PEDRO I NA SEMANA DA ABDICAÇÃO

De 7 a 14 de abril de 1831, entre a abdicação e a partida para o voluntário exílio, viveu o Fundador do Império uma semana de intensa agitação, durante a qual pôde, através de vários documentos, demonstrar certas peculiaridades de seu caráter ardoroso mas sincero, arbitrário às vêzes, porém sempre leal. Do ato da renúncia, que começa por invocar direito que lhe era concedido pela Constituição, embora não diga a que coisa renunciava, até a despedida aos amigos, em que lhes pede "perdão de alguma ofensa", — mediam conflitos e situações, bem como reflexões e verificações, que certamente muito preocuparam ao imperial resignatário, impondo-lhe atitudes de que a História será a melhor julgadora, quando se lhes conhecerem todos os elementos informativos.

Será interessante, portanto, acompanhar, à margem das cartas, mensagens, bilhetes e mais documentos escritos que naqueles dias rapidamente traçou, a dignidade com que em tão difíceis contingências se houve D. Pedro I, mesmo quando teve de abordar as sempre delicadas questões de dinheiro. De singular importância eram estas, aliás, para seus planos futuros, visto não sofrer dúvida que a reconquista do trono de Portugal para a filha D. Maria II constituia o objetivo principal de sua retirada do Brasil. Foi mesmo com a vivacidade habitual que o Imperador enfrentou o assunto, numa disposição de espírito muito diversa da verdadeira apatia que em idênticas circunstâncias reve-

laria, cinquenta e oito anos mais tarde, seu filho e sucessor D. Pedro II.

• • •

Posto que datada de 6 de abril, é posterior a esse dia da revolução, ultimada na madrugada seguinte, a nomeação a que quiz dar força de decreto, relativa ao cargo de tutor dos príncipes que permaneceriam no Brasil, inclusive do próprio Imperador-menino, confiado a José Bonifácio.

A nobreza da escolha, recaindo no Patriarca da Independência, auxiliar indispensável da obra de 1822 e exilado subsidiado de fins de 1823 a meados de 1828 — jamais pôde ser negada. Começa o documento de modo característico, evidenciando a sinceridade do signatário:

“Tendo maduramente refletido sobre a posição política dêste Império, conhecendo quanto se faz necessária a minha abdicação, e não desejando mais nada, senão Glória para mim e Felicidade para a minha Pátria: Hei por bem, etc., — não poupando adjetivos ao velho Andrada, “muito Probo, Honrado e Patriótico Cidadão”.

Um bracardo latino inicia a carta-convite do dia 7, já escrita a bordo da nau inglesa, *Warspite*, relembrando o gosto das citações do gênero, já patenteadas em antigas missivas ao pai:

“Amicus certus in re incerta cernitur.

E’ chegada a ocasião de me dar mais uma prova de amizade, tomando conta da educação do meu amado e presado filho, seu Imperador.

Eu delego em tão patriótico cidadão a Tutoria do meu querido filho, e espero que educando-o naqueles

sentimentos de honra e de patriotismo com que devem ser educados todos os soberanos, para serem dignos de reinar, *êle venha um dia a fazer a fortuna do Brasil*, de quem (sic) me retiro saudoso.

Eu espero que me faça este obséquo, acreditando que a não m'o fazer, eu viverei sempre atormentado. Seu amigo constante

PEDRO.

Bordo da náu inglêsa surta neste pôrto do Rio de Janeiro, 7 de abril de 1831.

P.S. — Veja se as filhas poderão vir comigo para as fazer bem educar na Europa e serem um dia dignas princezas do trono brasileiro”.

Nem mesmo o adjetivo que antecede à assinatura pode ser inquinado de falsidade, em tão impressionante documento. E revela o *Post Scriptum*, geralmente omitido, que a intenção de D. Pedro seria não separar-se das três filhas que aqui deixou, embora lhes salientasse a qualidade de “princezas brasileiras”, que somente faltava à também carioca D. Maria II, Rainha de Portugal.

Do dia 8 é a mensagem dirigida à Assembléa Legislativa, ainda a propósito da designação do tutor:

“Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação.

Participo-vos, Senhores, que no dia *sets* do corrente abril, usando do direito que a Constituição me concede, no capítulo V, art. 130, nomeei tutor de meus amados filhos ao muito probo, honrado e patriótico cidadão, *o meu verdadeiro amigo José Bonifácio de Andrada e Silva*.

Não vos hei, Senhores, feito esta participação, logo que à Augusta Assembléa Geral principiou seus importantíssimos trabalhos, porque era mistér que o

meu amigo fôsse primeiramente consultado, e que respondesse favoravelmente, como acaba de fazer, dando-me dêste modo mais uma prova de sua amizade: resta-me agora como *pai*, como amigo da minha Pátria adotiva e de todos os brasileiros, por cujo amor *abdiquei duas corôas para sempre*, uma oferecida e outra herdada, *pedir* à Augusta Assembléia Geral que se digne confirmar esta minha nomeação.

Eu assim o espero, *confiado nos serviços, que de todo o meu coração fiz ao Brasil*, e em que a Augusta Assembléia Geral não deixará de querer *aliviar-me* desta maneira um pouco *as saudades, que me atormentam*, motivadas pela separação de meus caros filhos e da Pátria, que adoro.

Bordo da náu inglesa *Warspite*, surta neste pôrto, aos oito de abril de 1831, décimo da Independência e do Império.

PEDRO*.

Hábil, principalmente, mas também altivo, é êste documento, visando obter a aprovação de sua escolha, talvez na previsão de futuras dificuldades. Está muito longe, porém, em seu tom respeitoso e quase suplicante, da energia de outras *Falas* anteriores, em que, como Imperador, teve de dirigir-se aos "Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação".

* * *

Ainda mais significativa, quanto aos sentimentos pessoais do ex-Imperador, é a "Carta aos amigos", do dia 12, na qual, como um simples cidadão, dêles se despede, agradecendo obséquios e levando sua magnanimidade a ponto de "lhes pedir perdão de alguma ofensa" involuntária. Renovam-se, aí, os temas da honra e da glória, habituais em sua pena:

“Não sendo possível dirigir-me a cada um dos meus verdadeiros amigos em particular, para me despedir, e lhes agradecer ao mesmo tempo os obséquios que me fizeram; e outrosim *para lhes pedir perdão de alguma ofensa*, que de mim possam ter, ficando certos de que, se em alguma cousa os agravei, foi sem a menor intenção de ofendê-los, faço esta carta para que, impressa, eu possa dêste modo alcançar o fim a que me proponho.

Eu me retiro para a Europa, saudoso da Pátria, dos filhos, e de todos os meus verdadeiros amigos. *Deixar objetos tão caros é sumamente sensível, ainda ao coração mais duro; mas deixá-los para sustentar a honra, não pode haver maior glória.*

Adeus, Pátria! Adeus, amigos! E adeus para sempre!

Bordo da náu inglesa *Warspite*, 12 de abril de 1831.

D. PEDRO DE ALCÂNTARA DE BRAGANÇA E BOURBON”.

• • •

Do mesmo dia é a carta ao único filho varão, o futuro D. Pedro II, em que pôde extravazar sua sentimentalidade de pai extremoso. Nisto o acompanharia, em têrmos ainda mais eloquentes, a Imperatriz D. Amélia, nos conhecidos, bombásticos, mas ainda assim comoventes “Adeuses da Imperatriz ao menino adormecido”.

É a seguinte a primeira carta do ex-Imperador ao seu filho de cinco anos e quatro meses de idade:

“Meu querido filho e meu Imperador.

Muito lhe agradeço a carta que me escreveu; mal a pude ler, porque as lágrimas eram tantas, que me impediram o ver; agora, que me acho, apesar de tudo,

um pouco mais descansado, faço esta para lhe agradecer a sua e certificar-lhe que, enquanto vida tiver, *as saudades jamais se extinguirão em meu dilacerado coração.*

Deixar filho, pátria e amigos, não pode haver maior sacrificio; mas levar a honra ilibada, não pode haver maior glória.

Lembre-se sempre de seu pai, *ame a sua e minha pátria*, siga os conselhos que lhe derem aqueles que cuidarem de sua educação e *conte que o mundo o há-de admirar*, e que eu me hei de encher de ufanía por ter um filho digno da pátria.

Eu me retiro para a Europa; assim é necessário, para que o Brasil sossegue, o que Deus permita, e possa para o futuro chegar áquele gráu de prosperidade de que é capaz.

Adeus, meu amado filho, receba a benção de seu pai, que se retira saudoso e *sem mais esperanças de o ver.*

D. PEDRO DE ALCÂNTARA.

Bordo da náu *Warspite*, 12 de abril de 1831.

Inútil seria ressaltar a emoção que se encerra nas linhas dessa carta, singularmente profética quanto ao destinatário e ao próprio autor.

* * *

Desde o dia 10, porém, fôra D. Pedro forçado a iniciar correspondência de outra natureza, relativa às suas circunstâncias financeiras.

Dirigindo-se ao Marquês de Caravelas, membro da Regência Trina Provisória, expoz-lhe, com a franqueza que o caracterizava, o que sinceramente julgava serem

os seus direitos, exigindo a sua plena satisfação, de modo a não ficar materialmente prejudicado por qualquer omissão ou animosidade do novo governo do Brasil.

Foi uma atitude, essa, talvez passível de crítica, sobretudo ao reiterar acusações meses antes feitas ao Marquês de Barbacena, referentes às despesas de sua última missão na Europa. Será, entretanto, mais uma prova da sinceridade de seu caráter, de seu amor às posições definidas, de respeito às convenções escritas, sobretudo às disposições constitucionais que frequentemente citava, em apoio às suas pretensões. Revela, também, que apesar do vulto, para a época, da dotação que recebia, não teve oportunidade de amealhar fortuna, embora fôsse reconhecidamente econômico, quanto aos gastos pessoais.

Assim sendo, não é de admirar que causasse certo escândalo a imediata publicação desse documento, baseada na liberdade de imprensa, em folheto editado por E. Seignot-Plancher e significativamente intitulado: *Ultimo Balanço ou o Budget do Senhor Dom Pedro de Alcântara, Ex-Imperador do Império do Brasil, dirigido à Ilustríssima Regência.*

Note-se, porém, em favor de suas reclamações, que em bilhete do dia 12 de abril protestou contra a apreensão de 720 peças de ouro, de 6\$400, realizada, ao que parece, quando se transferia da nau *Warspite* para a *Volage*. Acrescente-se, ainda, para justificação da veemência de seus termos, que em rascunho talvez não utilizado, dizia, no mesmo dia, estar "*precisando eu agora na Europa dinheiro para poder comer, pois apenas levo comigo 15 contos em ouro, duzentos milréis em prata*".

• • •

Contribuindo para tais expansões, será conveniente ajuntar que a própria viagem do exílio iria realizar-se em condições de real desconforto, como provam os documentos adiante pela primeira vez transcritos, pertencentes à rica coleção de manuscritos do Sr. Francisco Marques dos Santos, gentilmente posta à nossa disposição.

Um recado firmado por "D. Pedro de Alcântara", datado de 12 de abril de 1831, diz apenas o seguinte:

"Mande a roupa de cama que puder, em uma canastra".

Cumprindo a requisição, acompanha-a esta "Relação da Roupa que do Imperial Tesouro vai para bordo da fragata *Volage*, para o serviço do Senhor D. Pedro de Alcântara.

Dezoito lençóis finos.

Doze fronhas finas.

Vinte e quatro toalhas finas de mão.

Imperial Tesouro, 12 de abril de 1831".

Assinada pelo Conselheiro João Valentim de Faria Sousa Lobato, Porteiro da Imperial Câmara, a esta Relação acrescentou o mesmo, com sua letra, a exigência:

"Para o Sr. que receber assinar".

Não duvidou fazê-lo o próprio ex-Imperador, assim com simplicidade exercendo funções de mordomo *ad-hoc*.

"Recebi o que acima está notado. — 12 de abril de 1831.

D. PEDRO DE ALCÂNTARA".

À vista das circunstâncias que cercaram a redação desse documento, não se poderá dizer que o mesmo pertença à "pequena história".

VISCONDE DE SEPETIBA

1 — FAMÍLIA

Filho mais velho do coronel de engenheiros Aureliano de Sousa e Oliveira e de D. Francisca Flávia de Proença Coutinho, nasceu Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Visconde de Sepetiba, a 21 de julho de 1800, na freguezia de Itaipu, pertencente à futura Vila Real da Praia Grande, hoje Niteroi, na capitania do Rio de Janeiro. Seu pai, oficial de infantaria que por seus trabalhos passaria ao Corpo de Engenheiros, que tantos serviços prestou ao Brasil dos séculos XVIII e XIX, “em 1797 teve a missão de examinar a costa (fluminense) pela parte do norte até a enseada dos Búzios, com grande recomendação do Vice-Rei Conde de Resende, de fortificar os lugares que pudessem oferecer desembarque ao inimigo (francês). Em vista do relatório que apresentou, o govêrno mandou construir os fortins de Itaipu e Pertinanga, que foram guarnecidos por milicianos” (1).

Teria sido essa comissão o motivo do nascimento no arrabalde niteroiense do futuro Visconde de Sepetiba, como outra incumbência paterna faria com que na região petropolitana transcorresse parte de sua infância. “Em 1802, no mês de novembro, foi (o cel. Aureliano) encarregado pelo Vice-Rei D. Fernando José de Portugal da construção da estrada da serra de

(1) Cel. Laurênio Lago — *Dados Biográficos do Brigadeteiro... e Coroneis... Aureliano de Sousa Oliveira...* etc. — Rio de Janeiro, 1942; pág. 18.

Inhomerim, onde esteve em pleno sertão por mais de sete anos, a fim de concluir essa obra julgada a melhor do Brasil e a mais útil pelos grandes interesses que os povos e a Real Fazenda tirariam da sua perfeição" (2). Pela mesma razão nasceria no Córrego Seco, em 1803, Saturnino de Sousa e Oliveira, de biografia inseparável da de Aureliano filho.

Ainda por outros vínculos já estaria provavelmente ligado a Petrópolis o estadista festejado como um de seus fundadores. Sua mãe, D. Francisca Flávia de Proença Coutinho, será, talvez, descendente do tenente-coronel Bernardo Soares de Proença, abridor memorável do Novo Caminho de Minas (3), primeiro proprietário, em 1723, da Fazenda do Tamarati, em cuja sesmaria se acha contida boa parte da área da atual cidade das hortênsias (4).

Da estirpe de que provinha, faziam parte militares de largos serviços prestados à Colônia e ao Reino, além de representantes dessa fidalguia rural que sempre constituiu o cerne da nacionalidade luso-brasileira, os Azevedo Coutinho e os Sousa Coutinho cuja colocação no tronco paterno ou materno do biografado parece confundir o seu "distinto amigo", autor do necrológio publicado no *Jornal do Comércio* de 20 de outubro de 1855, pouco depois transcrito em *A Pátria*, de Niterói, ainda sem assinatura do autor

(2) Cel. Laurênio Lago — *Op. cit.*, pág. 18.

(3) J. Capistrano de Abreu — *Capítulos de História Colonial*; 3.^a ed., Rio, 1934; pág. 156.

(4) Frei Estanislau Schaette, O.F.M. — "Os primeiros sesmeiros estabelecidos no território petropolitano", in *Centenário de Petrópolis — Trabalhos da Comissão*, vol. V, pág. 183/210.

de novo publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 23, de 1860 (5).

2 - INFÂNCIA E MOCIDADE. ESTUDOS NO RIO DE JANEIRO E COIMBRA.

À vista daquela ascendência é compreensível, portanto, que apesar da modéstia dos recursos de seus pais, ricos apenas de filhos, pois tiveram não menos de dez, desveladamente cuidassem êles da educação do primogênito, encaminhando-o ao Seminário São José, então um dos melhores colégios do Rio de Janeiro. No tradicional estabelecimento de ensino houve-se o jóvem Aureliano "com tal aproveitamento e sisudez, que o reverendo professor régio João Batista Soares de Meireles dedicou-lhe uma dessas afeições que honram tanto o indivíduo que as merece, e que nunca diminuiu, até a morte, que a pouco foi, daquele perito latinista" (6).

Do Seminário São José passou à Academia Militar. Aí, ou por não pretender seguir a carreira das armas, em que tanto se distinguiu o pai, ou por lhe ter surgido outra vocação, aspirou ir estudar em Coimbra, ninho de onde secularmente alçavam vôo todos os letrados luso-brasileiros. Nêsse sentido um requerimento do coronel Aureliano de Sousa e Oliveira, solt-

(5) "Biografia — Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Visconde de Sepetiba" — é o título dêsse trabalho datado de 19 de outubro de 1855, que constituiu, até agora, a principal fonte de todos os que tem tratado da vida de Aureliano. Diz o *Almanak de Laemmert para 1856*, à pág. 57, que foi êle devido "à elegante pena de um distinto amigo do ilustre falecido". A transcrição no jornal *A Pátria* foi feita em seus números de 25 e 28 de outubro, 1.º e 15 de novembro de 1855.

(6) "Biografia" cit.

citando de D. João VI uma pensão para o filho, obteve a 30 de abril de 1819 favorável e elogiosa informação, firmada por Francisco de Borja Garção Stockler. Acompanhavam-no atestados do Seminário São José, de frei Marcelino de Santa Matilde Bueno — professor de filosofia racional e história eclesiástica, de Renato Pedro Boiret — professor de francês, de João Joyce — professor de inglês e da Academia Real Militar — todos assegurando o proveito de seus estudos.

Apesar disso, um novo requerimento, êste do próprio Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, voltou à carga no ano seguinte, assim explicando as suas pretensões, de acôrdo com a papeleta que o resume:

“Tendo frequentado as Aulas de Latim, Francês, Inglês, Filosofia e História Eclesiástica com aproveitamento, como mostram os documentos n.º 1.º até o 4.º, passou a frequentar a Academia Real, onde está em 3.º ano, tendo sido aprovado nos dois anteriores, e premiado no 1.º, como provam os documentos n.º 5.º até 8.º.

“Desejando adiantar seus conhecimentos indo à Universidade de Coimbra, para poder melhor empregar-se no Real Serviço, bem como seu Pai, como prova o documento n.º 9.º, não o pode fazer sem o socorro de Vossa Majestade, visto que seu Pai não tem meios para isso, e se acha onerado de numerosa família, a quem o Suplicante deve servir de Amparo na falta de seu Pai: e por isso —

“P. uma Pensão, do modo que Fôr do Real Agrado enquanto o Suplicante seguir os estudos em Coimbra”.

A êste resumo segue-se a informação:

“Sòmente em Medicina é que se dão algumas assistências, e como não declara a que pretende seguir, precisa declará-lo”.

Por letra do Rei, lê-se abaixo: "Sim". E adiante: "Declare a Faculdade que quer seguir".

Atendendo ao que lhe foi determinado, novamente requereu o candidato a bolseiro real, numa petição em que há algumas palavras ilegíveis:

"Senhor

"Diz Aureliano de Sousa e Oliveira... requerido a Vossa Majestade uma pensão em atenção aos serviços de seu Pai, o Coronel do Real Corpo de Engenheiros do mesmo nome, para poder concluir os seus estudos na Universidade de Coimbra, e tendo Vossa Majestade, por decreto de 22 de Junho mandado ao Suplicante declarar a (Faculdade?) que quer seguir, o Suplicante humildemente beija a Mão de Vossa Majestade por esta graça e implora (por) um momento a Real atenção.

"O Suplicante, Real Senhor, tendo estudado todos preparatórios para entrar na Universidade, inclusivamente o 1.º ano matemático na Real Academia, e tendo sido premiado naquele ano resolveu a estudar o 2.º, e neste tempo supplicou a Vossa Majestade a graça de lhe conceder a pensão dita; porque seu Pai, sendo militar e onerado de uma assaz numerosa família, com dificuldade poderia manter o Suplicante na Universidade: os desejos, pois, do Suplicante eram de seguir Direito, e as Matemáticas puras, simultâneas, não sendo uma cousa compatível com a outra; e caso não seja, successivamente uma e outra cousa; mas como o Suplicante só deseja aplicar para ser útil ao serviço de Vossa Majestade e a 6 irmãs e 3 irmãos, dos quais o Suplicante é o mais velho, vem submissamente beijar a Benéfica Mão de Vossa Majestade e implorar a Vossa Majestade a graça de conceder-lhe a pensão já pedida e Determinar Vossa Majestade que a não ser as duas

faculdades acima, o Suplicante siga aquela que fôr do Real Agrado de Vossa Majestade, pois que não sendo as vistas do Suplicante outras... digno de se empregar no serviço de... a ninguém melhor que a Vossa Majestade compete o... que o Suplicante siga aquilo em que mais possa... Vossa Majestade, sendo ao mesmo tempo o arrimo de família em falta de seu já cansado Pai:

“P. a Vossa Majestade se Digne conceder ao Suplicante a graça pedida, Determinando ao mesmo tempo que o Suplicante siga a faculdade que fôr do Real Agrado de Vossa Majestade; Determinando outrosim que a pensão, que Vossa Majestade Houver por bem conceder ao Suplicante, seja paga pela folha das despesas da Secretaria ou pela Tesouraria Geral das Tropas, ao Pai do Suplicante, para êste lhe fazer as mesadas.

E. R. M.

Aureliano de Sousa e Oliveira”

Uma nota ao alto do requerimento diz, sinteticamente — “P. D.”, talvez significando “Pedido Defe-rido” — “em 17 de agosto de 1820” (7).

À vista dos termos da referida petição e de ter Aureliano sem demora seguido para o Reino, parece sem fundamento a alegação por seu primeiro biógrafo levantada, fielmente seguida pelos posteriores, de que “El-Rei D. João VI (lhe) concedera uma limitadissi-

(7) Todo o processo de pedido de pensão para estudos de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho acha-se recolhido à preciosa série de “Documentos Biográficos” da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro,

ma pensão, com a expressa cláusula de que êle se formasse em ciências naturais”, porém “o favor do Rei não teve lugar, pois que o futuro estadista preferiu as ciências jurídicas e sociais” (8). De 10\$000 mensais era essa bolsa, sobre a qual não temos elementos para saber, se foi paga até a terminação do curso de Direito, ocorrida em 1825, quando regressou ao Brasil o moço Aureliano, bacharel em leis. E’ provável, entretanto, que depois da independência passasse seu pai, nomeado Comandante das Armas da província de Santa Catarina, a prover os estudos do filho, cessando aquela pensão real.

De sua permanência em Portugal apenas restam vagas referências a passeios a Santarém e à Quinta da Saudade, em Coimbra, mencionados por seu desconhecido biógrafo de 1855. Certos modismos da redação lusitana, frequentes nos que estudaram no Reino, aparecerão, sempre, em seus escritos.

3 - MAGISTRADO E LITERATO EM MINAS GERAIS

De volta ao Rio de Janeiro, que deixára sede da monarquia dual, veio Aureliano Coutinho encontrá-lo como Côrte de um novo Império. Dada a carência de diplomados que no país se notava, provavelmente não teria sido difícil obter a nomeação, por D. Pedro I, do cargo de Juiz de Fora da vila de São João d’El-Rei, então uma das melhores comarcas de Minas Gerais, datada de 4 de novembro de 1826. Juntamente com êsse brilhante posto inicial, exerceria o de

(8) “Biografia” cit.

Provedor da Fazenda dos Defuntos, Ausentes, Capelas e Resíduos (9).

Em São João d'El-Rei não se limitou o jovem Juiz de Fóra às atribuições de magistrado que logo granjeou merecido renome. A 13 de dezembro de 1827 publicava o *Astro de Minas*, periódico local, o discurso feito na primeira reunião da Mesa Administrativa da Biblioteca Pública por Aureliano, seu diretor, oferecendo um projeto de estatutos para o estabelecimento de uma *Sociedade Filopoliténica* (10). Aquela Biblioteca, que ainda existe, será talvez a mais antiga de Minas, como a referida associação literária deve ter sido a primeira tentada na província, antecedendo, portanto, à que em 1831 se estabeleceu na vila da Campanha da Princeza, a que atribui tal prioridade seu devotado historiador, ministro Alfredo Valadão (11).

Para confirmar o carater literário da Sociedade Filopoliténica, basta acompanhar o respectivo *Projeto d'Estatutos*, em 1828 impresso no Rio de Janeiro, na Tipografia Imperial e Nacional.

Depois de transcrever o citado discurso (p. 3/6) e de uma "idéia preliminar" (p. 7/8), é dividida a sua organização em três corpos. Trata o primeiro do "Ginásio Literário", sua composição, sessões, funcionários, presidência, secretaria, taquígrafo, mestre de cerimônias, classes e atos literários, êstes de quatro categorias (p. 9/22). Cogita o segundo do "Gabi-

(9) Cf. o Livro n.º 26 de *Provisões e Patentes Imperiaes da Província de Minas*, de 1824 a 1827, no govêrno do Barão de Cacté, que se guarda no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, fls. 283 v. e 284.

(10) N.º 11 do referido jornal, na coleção do Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte.

(11) Alfredo Valadão — *Campanha da Princeza*, 3.º vol. (Rio, 1942).

nete d'Estudos", com assinatura e publicação de periódicos e censura (p. 22/30), tratando o terceiro da "Diretoria", comissões de Escrituração, Contadoria, Imprensa, Polícia ou Conservatória (p. 30/35).

Datado e assinado por Aureliano a 30 de novembro de 1827 encerra o folheto o requerimento dirigido a Pedro de Araújo Lima, depois Visconde e Marquês de Olinda e então ministro do Império, solicitando a aprovação daquela "Sociedade Literária" (p. 39/40), a 9 de fevereiro de 1828 (12).

Nessa petição expoz o Juiz de Fora, eleito Diretor da Sociedade, os seus fins, que consistiam no desenvolvimento intelectual da juventude, ávida de instrução, auxiliando para semelhante fim o pensamento da formação de uma livraria pública, começada pela doação de um particular (Batista Caetano de Almeida), criando palestras em que se adctrassem os manebos na difícil arte de falar em público, e finalmente fundando-se uma Revista que deverá levar as luzes a classes menos favorecidas dos bens da inteligência.

"Em atenção talvez ao abuso que de tão útil instituição se poderia fazer, opôz-se o ilustrado Visconde (de Cairu, que pelo ministro fôra encarregado de opinar sobre a licença pedida) a que lhe concedesse o govêrno imperial o solicitado beneplácito, alegando

(12) *Projeto d'Estatutos para a organização da Sociedade Filopolitécnica* — "Empreendida em a Vila de São João d'El-Rei. — Oferecido à Mesa Administrativa da Biblioteca Pública desta Vila pelo seu Diretor Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Bacharel Formado em Leis pela Universidade de Coimbra, atualmente Juiz de Fora da mesma Vila." — (Rio de Janeiro, 1828).

que da ampla liberdade de discussão, permitida pelos Estatutos, poder-se-iam originar graves prejuízos à religião e à ordem pública. Receou outrossim que da criação da classe de membros correspondentes, escolhidos em tôdas as partes do mundo, resultasse perigosa correspondência, maximé estando o foco da Sociedade tão longe da ação do govêrno. Concluiu ponderando que vista a nenhuma garantia de estabilidade oferecida pela dita associação, não só pela falta absoluta de recursos pecuniários, como pela carência de nomes prestigiosos que lhe escudassem, seria de opinião que se officiasse ao Presidente de Minas exigindo maiores esclarecimentos, sustando-se por enquanto a impetrada licença" (13).

Esquecia-se, assim, o antigo publicista José da Silva Lisboa, já então Visconde de Cairu, que êle mesmo, em 1821, havia sido entusiástico propositor da fundação, entre nós, de uma *Companhia Doméstica de Homens de Letras*, para isto tendo publicado, naquela época, os cinco números de seu raríssimo periódico intitulado *Sabatina Familiar de Amigos do Bem-Comum* (14).

A petição de Aureliano e o parecer de Cairu, sobre a *Sociedade Filopolitécnica*, figuraram na Exposição de História do Brasil, realizada pela Biblioteca Na-

(13) Cf. o Parecer do cônego Fernandes Pinheiro, lido na sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 26 de julho de 1861, sobre três documentos à instituição oferecidos pelo Dr. Carlos Honório de Figueiredo, relativos ao projeto de fundação da *Sociedade Filopolitécnica* em São João d'El-Rei, — publicado na *Revista do Instituto*, tomo 24, de 1861, pg. 729/730.

(14) Cf. Helio Vianna — "O Visconde de Cairu — Jornalista e Panfletário", in *Contribuição à História da Imprensa Brasileira. 1812-1869*. (Rio, 1945), p. 374/380.

cional a 2 de dezembro de 1881, expostos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (15).

Mas nem só de promover atividades literárias cuidou o Juiz de Fora, Crime e Ortaos da vila de São Joao d'El-Rei, Provedor de Defuntos e Ausentes e Inspector da Intendencia do Rio das Mortes (16). Como magistrado, "por mui atiladas medidas têz entrar para o Tesouro Nacional grossa soma de dinheiros transviados e considerados perdidos: serviço eminente que frequentes vezes repetiu com imenso tino nos diversos cargos que ocupou. Sabe-se que o Augusto Fundador do Imperio inuagava miuciosamente a conduta dos seus suditos por êle incumbidos da distribuição da justiça. Ouvindo a todos render encômios à inteireza, prudência, zelo e virtudes daquele seu despachado, não ocultou o seu contentamento, fê-lo cavaleiro do hábito de Cristo" (17). Seria esta a primeira de uma longa série de distinções, iniciada, alias, com a pensão concedida por D. João VI.

Ainda em Minas, constituiu família o futuro Visconde de Sepetiba, casando-se com D. Adelaide Guilhermina de Castro Rosa, filha de Joaquim Francisco da Rosa, comerciante, depois fazendeiro na Ilha Grande, e de D. Rita de Castro (18). A êsse tempo, eram falecidos no Rio de Janeiro seus pais: D. Francisca

(15) N.º 12.569 do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, II-1.091, onde foram êsses documentos classificados entre os relativos às "associações científicas" e não às "literárias", como teria maior cabimento.

(16) O título completo, mencionando o último cargo, no *Astro de Minas*, de São João d'El-Rei, n.º 31, de 29 de janeiro de 1828.

(17) "Biografia" cit.

(18) Cf. o *Anuário Genealógico Brasileiro*, ano III, 1941, organizado por Salvador de Moya, p. 417, e o folheto

Flávia de Proença Coutinho desde 18 de julho de 1826, o coronel Aureliano de Sousa e Oliveira a 3 de março de 1828 (19).

Como prova maior do prestígio que em Minas já adquirira Aureliano, para a segunda legislatura do Império (1830-1833), elegeu-o a província seu deputado geral (20).

4 — DEPUTADO POR MINAS E PRESIDENTE DE SÃO PAULO

“Quando partiu para a Côrte a tomar assento na Câmara como deputado à Assembléia Geral, um concurso extraordinário de bons cidadãos o acompanhou longe, com demonstrações inequívocas de muito pesar por sua ausência, e numa despedida por escrito com cerca de 600 assinaturas nota-se êste eloquente período:

— “Ide coberto de bençãos, homem probo e leal; a pureza de vossa consciência granjeou-vos um título glorioso; bem sabeis que vos chamais aqui — o juiz reto” (21).

Passado o primeiro ano daquela atribulada sessão parlamentar, durante a qual provavelmente voltou a Minas, pois em São João d’El-Rei nasceu-lhe o filho Ernesto de Sousa e Oliveira Coutinho, a 23 de no-

A impostura do Sr. Bernardo Pereira de Vasconcelos desmascarada. Ao Público, transcrito na *Revista do Instituto Histórico*, tomo 66, parte I, vol. 107, de 1903, pg. 344.

(19) Cf. Laurênio Lago — *Op. cit.*, p. 19.

(20) *Revista do Arquivo Público Mineiro* — “Representantes de Minas Gerais”, ano I, fasc. I, janeiro a março de 1896, reimpressão de 1934, p. 29.

(21) “Biografia” cit.

vembro de 1830 (22), — estaria Aureliano inscrito entre os elementos políticos que não contribuíam para a agitação com que se procurava subverter a ordem pública, em franca oposição ao governo de D. Pedro I.

A Câmara apresentou êle um projeto habilitando os filhos ilegítimos, oriundos de danado coito, a poderem herdar por testamento, não havendo herdeiros necessários, conforme os princípios liberais de Melo Freire e a sã inteligência da Ord. L.º 4.º, t. 93 e das Inst. L.º 3.º Tit. 8.º, § 13, nota — proposta que talvez se originasse ainda da sua prática de ex-Juiz de Órfãos e que veio a ser convertida na lei de 11 de agosto de 1831 (23).

A natural moderação política de Aureliano, aliada aos precedentes de magistrado íntegro, indicaram, certamente, o seu nome, para a presidência de São Paulo, em um momento particularmente difícil da vida da província. Havia sido assassinado, a 20 de novembro de 1830, o jornalista italiano João Batista Badaró, redator do *Observador Constitucional*. Agravára-se com isto a agitação há muito reinante na capital paulista, quando a 5 de janeiro de 1831 lhe coube tomar posse do espinhoso cargo, recebendo-o das mãos talvez pouco enérgicas do chefe interino do governo provincial, o Bispo D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade (24).

No exercício de suas novas funções, teve como objetivo principal o de acalmar os ânimos mais exal-

(22) Cf. a sua bio-bibliografia no *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, de A. V. A. Sacramento Blake, II-292.

(23) Notas manuscritas do Visconde de Ourém, relativas ao Visconde de Sepetiba, na Coleção Ourém do Instituto Histórico.

(24) Cf. a *Relação dos Cidadãos que tomaram parte no Governo do Brasil no período de Março de 1808 a 15 de Novembro de 1889*, por M. A. G. (Rio 1894), p. 140.

tados, chamando-os à compreensão dos deveres gerais, em uma ocasião tornada especialmente grave pelas repercussões da queda de Carlos X em França e pela ação corrosiva da Câmara em que preponderavam os demagogos, como da imprensa em que abundavam os pasquineiros.

Achou ainda tempo, porém, de realizar economias no orçamento provincial, não sendo exato, portanto, que em sua presidência “nada pôde fazer do que intentára”, pois ela “não foi mais que um ato provisório e uma luta entre o dever e as circunstâncias”, como diria um futuro inimigo (25).

Datam de então, provavelmente, as relações entre Aureliano Coutinho e o seu colega na Câmara, Padre Diogo Antônio Feijó, em São Paulo ativo membro do Conselho Geral da Província.

Os acontecimentos de março de 1831, no Rio de Janeiro, suscetíveis de repercutir em todo o país, motivaram uma Proclamação sua, que fez imprimir a 30 dêsse mês, visando acalmar os ânimos. A revolução de 6-7 de abril, imprevisamente obtendo mais do que pretendia, cortou, porém, a carreira de administrador que apesar das dificuldades da época poderia ter iniciado em São Paulo. Foi exonerado da presidência da província, deixando-a a 17 daquele mês.

Tendo sido desacompanhada de quaisquer explicações essa demissão, exigiu-as altivamente Aureliano da Regência Provisória, em termos que dão a medida de seu pundonor ofendido. Ao novo governo do país requereu “se digne mandar declarar ao Suplicante se

(25) Discurso do Orador do Instituto Histórico, Manuel de Araújo Porto-alegre, na Sessão Pública Aniversária de 15 de Dezembro de 1855, incluído na respectiva *Revista*, tomo 18, p. 63.

sua pronta remoção nas atuais circunstâncias foi devida a menos bom serviço, ou a quaisquer causas que comprometam e ponham em equívoco a honra, o brio e o melindre do Suplicante, que para assim pedir tem tanto mais justiça quanto considerando ilibada a sua conduta observa que outros Presidentes igualmente deputados não foram demitidos. E suplicando esta declaração, Senhor, protesta o Suplicante não procurar a honra de continuar na sua carreira da Magistratura, de onde fôra tirado pelo Governo para aquela Presidência, sem que por qualquer modo se julgue reintegrado no conceito público, e no do Governo de Sua Majestade Imperial" (26).

A êsse nobre requerimento deu plena satisfação o governo, conforme se verifica do respectivo despacho: "Expediu-se-lhe Aviso em 15 de maio de 1831".

Continuando a desempenhar o mandato de deputado por Minas Gerais, podia o futuro ministro considerar-se a salvo de quaisquer acusações, tanto as que diziam respeito à sua situação antes do 7 de abril, quan'o às posições que se lhe seguiram, tão cheias de dificuldades, assim para os indivíduos como para o país.

5 - INTENDENTE GERAL DA POLICIA DO RIO DE JANEIRO

Seus méritos e títulos já lhe não permitiam, porém, a colocação à margem dos postos de responsabilidade. Foi nomeado Juiz de Órfãos da Côrte e In-

(26) "Documentos biográficos" *cits.*, relativos a Aureliano Coutinho, na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

tendente Geral da Polícia, cargos em que continuaria servindo, no primeiro à magistratura, no segundo à ordem pública, tão necessitadas, ambas, de seguro amparo, nos atormentados anos iniciais do período das Regências.

A discreção com que politicamente se conduziu nos primeiros meses subsequentes à revolução vitoriosa, tornou-o valioso elemento a ser aproveitado pelos moderados, quando se estabeleceu a situação em que preponderavam os *chimangos*. Sem compromissos, nem com os exaltados nem com os restauradores, sua posição privilegiada e as qualidades de energia que logo revelou, como direto auxiliar de Feijó, ministro da Justiça, fizeram da Intendência Geral da Polícia caminho natural para o ministério.

Iniciada no Rio de Janeiro a fase dos motins e levantes, além das chamadas *rusgas*, foi Aureliano severo aplicador da lei contra os ajuntamentos e o fiscal da jurisdição especial dos juizes de paz nos frequentes casos de assuadas e injúrias. Pondo a serviço da legalidade os elementos de que dispunha como Intendente Geral da Polícia, eficazmente cooperou com o enérgico ministro vencedor das *intentonas* e revoltas que no Rio de Janeiro assinalaram 1831 e 1832.

Auxiliou-o, nessa tarefa de tôdas as horas, em que a coragem e os riscos pessoais eram requisitos necessários à luta, seu irmão Saturnino de Sousa e Oliveira, membro da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, juiz de paz da freguezia do Sacramento, comandante de um dos batalhões da Guarda Nacional que combateram os revoltosos *caramurus* a 17 de abril de 1832 (27), redator, com o futuro mor-

(27) Moreira de Azevedo — “Motim político de 17 de abril de 1832”; memória lida no Instituto Histórico, publicada na respectiva *Revista*, tomo 38, de 1875, 2.^a parte, p. 134.

domo do Paço, Paulo Barbosa da Silva, do jornal *A Verdade* (1832-1834).

6 - MINISTRO DA REGÊNCIA TRINA PERMANENTE

Malograda a tentativa de golpe de Estado a 30 de julho de 1832, deixando Feijo o poder e passado o fraco ministério de 3 de agosto, continuou Aureliano apoiando o gabinete organizado a 3 de setembro, para o qual entrou a 23 de maio de 1833, pela nomeação para ministro do Império. Cedendo o posto, a 10 de outubro, a Antônio Pinto Chichorro da Gama, desde 4 de junho ocupava o de ministro da Justiça, acumulando-o com o de titular da pasta dos Negócios Estrangeiros a partir de 21 de fevereiro de 1834, até a extinção do ministério, ocorrida a 16 de janeiro de 1835 (28).

E' esse período da maior parte do ano de 1833 e de todo 1834 que constitui a primeira fase de extraordinária importância da vida política de Aureliano de Sousa e Oliveira Continho. Na Regência Trina Permanente, não há quem lhe faça sombra. Nem o arre-dio e acusadíssimo Costa Carvalho, nem o apolítico e arrogante Francisco de Lima e Silva, nem o tímido e indistinto João Bráulio Muniz. Tampouco no gabinete, em que o senador Vergueiro pouco permaneceu, do qual Honório Hermeto e Araújo Viana foram obrigados a sair, vencidos pela oposição chefiada por Bernardo de Vasconcelos, na Câmara e nas colunas panfletárias do *O Sete de Abril* (29). Apenas Chichorro

(28) Cf. a *Relação dos Cidadãos...* cit., p. 17.

(29) *O Sete de Abril*, pasquim que pouco se distinguia dos muitos que então surgiam no Rio de Janeiro, era orientado por Bernardo de Vasconcelos, nada honrando sua memória. Atesta-o o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, cit., I-400.

da Gama o acompanha com idêntico *élan*, sendo então Rodrigues Tôrres simples estreado, como Castro e Silva e Antero de Brito, este militar.

É então que Aureliano começa por conseguir o que Feijó não havia alcançado: a derrubada do tutor, José Bonifácio, seriamente comprometido com os que desautorizadamente tentavam restaurar D. Pedro I. É então que, provavelmente sem plano preconcebido, instala no Paço os quatro amigos que lhe proporcionariam, mais tarde, a acusação de chefe da inexistente *Facção Aulica* — o Marquês de Itanhaém como tutor de D. Pedro II e de suas augustas irmãs, frei Pedro de Santa Mariana, futuro Bispo de Crisópolis, como preceptor do menino-Imperador, o oficial de engenheiros Paulo Barbosa da Silva como mordomo da Casa Imperial, D. Mariana Carlota de Werna Magalhães Coutinho restabelecida como camareira e verdadeira governante.

Age, portanto, como primeira figura do cenário político nacional. Ministro preponderante, chefe sem acinte, aos trinta e quatro anos de idade, apenas, é seu, pode-se dizer, o bastão de comando do país, nesse período em que a ordem se restaura na capital, em que a generalizada indisciplina, que caracterizou, aliás, todo o interregno regencial, sofre, mesmo nas províncias, sensível diminuição.

Não cuidou, porém, Aureliano, de solidificar a sua posição política. À proporção que crescia o seu poder, que afastava os fantasmas da restauração e da federação, sentia crescer diante dele a ambição de outro chefe em potencial, que lhe não poupou crua guerra — Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Não quis ou não pôde vencê-lo.

Podia ter esmagado em tempo as calúnias em 1834 assacadas contra a sua honra, contra a sua probidade pessoal e funcional, através das páginas do

Sete de Abril, continuando no ministério em princípios de 1835? Faltou-lhe a confiança do parlamento ou da Regência? Contentou-se com aquelas significativas vitórias, acrescidas da árdua obtenção da reforma constitucional?

E' difícil responder a tudo isto, sem pormenorizada análise e detido exame de tôdas as circunstâncias que cercaram esse duelo formidável. O que é verdade, porém, até que apareçam documentos e depoimentos que melhor elucidem o assunto, é que parece ter o lutador voluntariamente se retirado da arena, — não tão melancolicamente quanto o fizeram seus antecessores na pasta da Justiça, Honório Hermeto Carneiro Leão e Cândido José de Araújo Viana, — mas, de qualquer forma, vencido. Ele mesmo o confessou, de resto, ao cabalmente refutar, no folheto *A impostura do Sr. Bernardo Pereira de Vasconcelos desmascarada*, as numerosas acusações de que foi alvo, partidas dêsse implacável inimigo.

Ao cair, porém, um consolo lhe restava. Não era substituído pelo adversário, de quem o próximo advento de Feijó como Regente-único prolongaria o ostracismo. Não se beneficiando pessoalmente nem mesmo com a continuação do mandato de deputado, daria ensejo à hipótese de sua desambição política, sem grande base formulada por Joaquim Nabuco (30). Desde 1833 um lugar mais elevado obtivera na magistratura, o de desembargador (31), e nele se manteria até a morte,

(30) Joaquim Nabuco — *Um Estadista do Império*, 2.^a ed., São Paulo-Rio, 1936, I-43; e Vieira Fazenda — *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, na *Revista do Instituto Histórico*, tomo 88, vol. 142, de 1920, p. 346.

(31) Por ocasião da aplicação do Código de Processo ficou Aureliano, por Aviso ministerial de 14 de março de

com as interrupções das futuras contingências partidárias.

7 - AURELIANO E OS PASQUINS DA REGÊNCIA

Visto assim, de modo geral, o primeiro período do fastígio de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, seria conveniente deixar registradas certas características que marcam os costumes políticos da época, assinalando-as como das mais significativas da história ainda não escrita das Regências ou da própria política do Império.

Dentre elas competirá talvez, a primazia, à ação da imprensa. Não, porém, do jornalismo superiormente compreendido como expressão da opinião pública, e sim do desenvolvimento que então coube aos pasquins de poucos números, de redatores prudentemente anônimos ou de baixa consideração, os quais, entretanto, se arrogavam o direito de veementemente criticar regentes e ministros, insultando-os e caluniando-os com a mais ampla liberdade ou licença, a que não podiam dar remédio nem processos judiciais nem represálias físicas, que chegaram ao assassinato.

Limitando-nos a uma pequena colheita de referências a Aureliano, ministro do Império, da Justiça e de Estrangeiros, ou a seu irmão Saturnino de Sousa e Oliveira, Inspetor da Alfândega, encontramos, apenas em alguns jornalécios de 1833, as seguintes menções, que exemplificam bastante o ambiente de verrinas em que vivia o jornalismo carioca de então:

O *Brasil Aflito*, pasquim redigido por Clemente José de Oliveira, nêsse mesmo ano assassinado, por seus

1833, pertencendo à Relação da Côrte, cf. a nota biográfica cit., redigida pelo Visconde de Ourém.

excessos jornalísticos, — classificava como “mentirosa e abjeta” a folha *A Verdade*, de Saturnino e Paulo Barbosa, por isso publicando de cabeça para baixo o seu título... No *Teatrinho do Senhor Severo*, que explorava o teatro político, também existente à época, — uma das personagens é Aurelio, “ministro confidante”. *O Caolho*, *O Evaristo*, *O Tórto da Artilharia*, *O Mestre José*, *O Meia-Cara*, *O Burro Magro*, *O Crioulinho*, — insultam, em prosa e verso, o “general Oleré”, como era chamado o irmão de Aureliano. O último desses jornais de menos de um palmo, chama-o nada menos que de “trampista e descarado”. *O Homem de Cór*, a *Loja do Belchior*, não lhe poupam críticas, tanto pelas nomeações para a comissão encarregada de rever leis e propôr emendas contra as penas leves, como pela criação da Casa de Correção (32).

8 — A LUTA ENTRE AURELIANO E BERNARDO DE VASCONCELOS

Se isto acontecia apenas em 1833 e nos pasquins de restrita circulação e ainda menor duração, mas nem por isso menos sintomáticos e representativos, vejamos o que sobre Aureliano acumulou *O Sete de Abril*, jornal sabidamente dirigido por Bernardo Pereira de Vasconcelos, ex-ministro e acatado *leader* oposicionista (33).

(32) Os jornais cit. figuram nas coleções pertencentes à Biblioteca Nacional ou ao Sr. Francisco Marques dos Santos, que amavelmente os colocou à nossa disposição.

(33) Há, na Biblioteca Nacional, uma coleção quase completa de *O Sete de Abril*, sem dúvida um dos mais expressivos periódicos aqui publicados sob as Regências, de 1833 a 1837 sob a direção de Bernardo de Vasconcelos. — A propósito da polêmica jornalística entre este e Aureliano, diz o biógrafo do primeiro: “Vasconcelos, em 1834, com 39

Começaram os seus ainda moderados ataques ao ministro da Justiça por motivo da comutação para degredo em diferentes províncias dos implicados na revolta de Ouro Preto de 1833, que haviam sido severamente condenados pelos apaixonados jûris mineiros. Depois disso ainda o elogia em razão de sua portaria contra os *papeletas* (portugueses aqui residentes), muitos dos quais entrados no Brasil sem passaportes.

Já em princípios de 1834, entretanto, desencadeia a campanha que durará todo o ano e não duvidará recorrer à calúnia e à confusão, no deliberado propósito de derrubar o ministro que não apoiou suas pretensões de voltar à pasta da Fazenda ou de ser escolhido senador por Minas, embora ainda não tivesse a idade legal.

Saturnino e Aureliano, confundidos com Honório Hermeto já vencido e Araújo Viana prestes a sê-lo, foram então atacados com todos os recursos que pode inventar o panfletismo de um homem inteligente que sabia odiar e queria vencer, como talvez não tivemos outro. Mesmo os que os defendiam, como o cônego

anos, figurou em terceiro lugar numa lista tríplice de senador por Minas Gerais e atribuiu a Aureliano não ter sido escolhido embora ainda com menos de 40 anos e, portanto, sem a idade constitucional. — A luta entre os dois foi tremenda, porque resvalou para o terreno da agressão pessoal, tão do gosto da época. — Acusaram-se reciprocamente de cousas feias, de ações desairosas; *O Sete de Abril* e *o Defensor da Legalidade*, por conta de um e outro, compensaram as injurias... Duêlo de afrontas e doêstos... — Aureliano, no seu pedido de demissão (*Jornal do Comércio* de 14 de janeiro de 1835), atribuiu à influência de Vasconcelos as dificuldades que o levaram a deixar o govêrno, aludindo ao *gênio do mal* e afirmando *não temer desagradar a ninguém*". Octavio Tarquinio de Sousa — *Bernardo Peretra de Vasconcelos e seu tempo*. (Rio, 1937), p. 156.

Januário da Cunha Barbosa na *Mutuca Picante* e no *Correio Official*, não são poupados, até em obscenas deturpações de nomes, versalhadas ignóbeis, "avisos" fantasiosos e cheios de ferinas alusões, etc. Correspondências de Minas, verdadeiras ou imaginárias, transcrições tendenciosas — tudo fornecia pretexto para a ação demolidora do insigne brigador. Acusações de suborno e de venda de africanos livres, repetiam-se e eram desmentidas, para serem renovadas depois, numa constância que à saciedade evidencia o character odiento da campanha. Nem mesmo escaparam os sorvetes que se serviam nas recepções em casa de Aureliano, ministro de Estrangeiros a partir de fevereiro de 1834.

Tudo isto será, porém, documentadamente respondido no folheto *A impostura do Sr. Bernardo Pereira de Vasconcelos desmascarada*, publicado em 1835 (34), como já havia sido rebatido pelas colunas da *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, e do *Defensor da Legalidade*.

Tendo se certificado Bernardo de que impedia Aureliano a sua entrada no ministério, foi este o motivo de ter se arremetido contra elle (p. 333 da *Revista do Instituto*, em que foi transcrito o referido folheto). Preferiu o segundo sair do gabinete a tê-lo como colega (p. 334). Foi acusado, portanto, de querer "juizes estrangeiros para julgar os brasileiros"; de ter comprado a casa e chácara do Catumbi em que se localizaria a Casa de Correção, não por 80 contos de réis,

(34) O referido folheto foi transcrito na *Revista* cit. na nota 18 sob o título geral "Período Regencial", com uma nota prévia de H. M. (Barão Homem de Melo), de acôrdo com o opúsculo anônimo pela instituição comprado ao espólio de seu bibliotecário Francisco Antônio Martins. — Apesar de não trazer autor indicado, não há dúvida de que *A impostura* fôsse redigida, ou pelo menos organizada por Aureliano.

mas por 40, ficando com a diferença; de ter recebido dinheiro do Marquês de Jundiá para deixar sair do Brasil seu neto português; de ter dado bailes nos quais, só em sorvetes, gastava mais de 200\$000; de ter recebido "de mimo" uma parelha de bestas em pagamento de um despacho (p. 335), aliás contrário ao pretenso subornador... Muitas outras misérias, enfim, a que deu cabal resposta o ofendido, acompanhando-a de documentos que provavam a calúnia e falsidade de tôdas as acusações.

Mas, como queria Bernardo, tudo isto ocorreu quando Aureliano já se achava fora do ministério, como era declarado desejo do virulento político mineiro.

9 — AURELIANO E A DESTITUIÇÃO DE JOSÉ BONIFÁCIO DA TUTORIA

Outro ponto relativo ao período do fastígio do futuro Visconde de Sepetiba, que tem provocado a atenção dos historiadores, é o referente à destituição de José Bonifácio de Andrada e Silva da tutoria dos filhos de D. Pedro I, cargo obtido por nomeação dêste, revalidado pela Assembléia, e do qual o quis alijar o ministro da Justiça Feijó, que o propoz ao parlamento, tendo conseguido o assentimento da Câmara dos Deputados, mas não o do Senado, o que ocasionou a tentativa do golpe de Estado de 30 de julho de 1832 e a exoneração do futuro Regente.

No ano seguinte, persistindo as denúncias de participação dos Andradas nos insistentes planos de restauração de D. Pedro I, como suficientemente prova, por exemplo, a viagem de Antônio Carlos a Europa, agiram com maior violência e mesmo com tendenciosa preparação ou plena aquiescência os ministros Aureliano e

Chichorro, como se depreende do andamento dado ao episódio.

Assim, depois dos boatos de rapto do Imperador, em setembro, que Aureliano soube inutilizar convenientemente, a 2 de dezembro de 1833 foi despedaçada a iluminação comemorativa do oitavo aniversário de D. Pedro II, feita pela Sociedade Militar, tida como restauradora. A 5, apareceu uma proclamação anônima, contra a mesma associação. Nêsse dia, reunido o povo no Largo de São Francisco de Paula (35), pediu êle ao governo a deposição de José Bonifácio, foi invadida a sede daquele clube político e foram atacadas as tipografias que imprimiam jornais *caramurus*. No dia 6 proclamou a Regência, solicitando a confiança da população e prometendo agir de acôrdo com as circunstâncias. Assinavam a proclamação os regentes Francisco de Lima e Silva e João Bráulio Muniz, além do ministro Aureliano. A 7 de dezembro a êste oficiou o juiz de paz Dr. Baltasar da Silva Lisboa, manifestando o seu bom efeito popular. De 2 até 14 ameaçaram os *caramurus* retomar as *rusgas* comuns nos dois anos anteriores (36). Saiu nêsse dia, afinal, o decreto suspendendo o tutor do exercício do cargo.

Conseguida, afinal, a medida, não teve dúvidas Aureliano em escrever a D. Mariana Carlota de Werna Magalhães Coutinho um bilhete em que retrata tôda a sua satisfação pelo desenlace da crise, bem como sua decisiva responsabilidade no acontecimento:

(35) ... provavelmente no mesmo local onde hoje se ergue a estátua do Patriarca da nossa Independência, longamente adotado como ponto de comícios populares.

(36) O resumo dêsses acontecimentos foi feito de acôrdo com o noticiário publicado no *Sete de Abril* de 14 e 17 de dezembro de 1833, e com a biografia de Aureliano no *Ano Bio-*

“Parabens, minha Senhora. Custou mas demos com o colosso em terra: a conspiração estava disposta para arrebentar qualquer destes dias, e chegaram a distribuir antes de ontem 18 mil cartuchos, e algum armamento, tudo foi descoberto e providenciado a tempo; o ex-tutor resistiu às ordens e Decreto da Regência, e foi preciso empregar a força e prendê-lo. Seria bom que V. Excia. viesse hoje para minha casa, pois que vamos falar ao novo tutor para chamar a V. Excia. para o Paço, porque convém muito que ao pé do Monarca esteja pessoa sua amiga e de muita confiança. — Não tenho tempo para mais. — Sou

De V. Excia.

Afetuosos respeitador e criado

Aureliano

P. S. — A Família Imperial vem ficar hoje no Paço da cidade, e nós que aqui estamos nele a esta hora que escrevo (que são duas da tarde) vamos esperá-la em caminho, e fazê-la entrar em triunfo, etc. Agora conhecerão o amor que lhe tem o bom Povo Brasileiro — a alegria é geral” (37).

Quem isto escrevia não podia seguramente prever que onze anos depois iria se unir, pelos laços do

gráfico Brasileiro, de Joaquim Manuel de Macedo, de 1876, III-85. — Note-se, porém, que anteriormente teriam os Andradas maiores motivos de aproximação com Aureliano, que de inimizade, pois Saturnino fôra o defensor de Antônio Carlos e Martim Francisco, quando os dois irmãos voltaram do exílio, em 1828. A *Defesa* que dos mcsmos escreveu, teve duas edições em folhetos, no Rio e na Bahia, nêsse ano e no de 1829.

(37) Original em 1898 pertencente a descendentes da Condessa de Belmonte D. Mariana Carlota de Werna Maga-

matrimônio, exatamente a uma neta de José Bonifácio de Andrada e Silva, "o colosso" que ajudára a derrubar em 1833...

Apesar da violência de choques políticos entretanto necessários, como o da destituição do tutor, muito contribuiu Aureliano, na insuspeita opinião de Manuel de Araújo Pôrto-Alegre, para o melhoramento de nossos costumes políticos ou, pelo menos, para a moderação das dissensões partidárias do período das Regências.

"Aureliano, depois de consolidar o elemento político" — discursou no Instituto Histórico o futuro Barão de Santo Angelo — "passou a torná-lo permanente pelos recursos da sociabilidade, pelo contacto dos homens em horas e ocasiões impróprias de discutirem interesses ou recriminações individuais. Para obstar tais ensejos, começou a fazer reuniões periódicas em sua casa, onde a presença do belo sexo desarmava os pugilatos políticos, onde a dança e a harmonia consorciavam almas que se haviam amado e desquitado por opiniões políticas. Foi num desses saráus que pela primeira vez apareceram os sorvetes, e os magníficos exemplos de sua urbanidade e gentileza diluíram muitos ódios, aplacaram muitas raivas e acalmaram muitos ressentimentos; porque até ali as famílias se pareciam com tribos rivais, ou encerradas no círculo traçado pelas suas opiniões e interesses" (38).

lhães Coutinho, transcrito por Henri Raffard em seus *Apointamentos acêrca de Pessoas e Cousas do Brasil*, na *Revista do Instituto Histórico*, tomo 61, parte II, de 1898, vol. 98 (Rio 1899), p. 358/359.

(38) Manuel de Araujo Pôrto-alegré — Discurso cit. na nota 25, *Revista do Instituto Histórico* cit., p. 66. — Os sorvetes continuaram em moda entre os políticos das Regências, como prova a publicação, em fins de 1835 e início de 1836, de

10 — MINISTRO DO IMPÉRIO E DA JUSTIÇA

Examinados assim alguns aspectos políticos mais relevantes do ministério em que Aureliano ocupou três pastas, quase sempre estando no exercício de duas, não é possível deixar esquecida a sua ação de administrador, que éle o foi, e dos mais notáveis que teve o Brasil monárquico, como atestou Joaquim Nabuco: "reunia um número de qualidades e dotes políticos que raramente se encontram juntos: era um administrador, um diplomata, um homem de ação, um observador" (39).

Como ministro do Império referendou o decreto que estabeleceu as medalhas para prêmios aos alunos da Academia das Belas-Artes (40). Como ministro da Justiça "contribuiu para regularizar a legislação orfanológica e o processo" (41). Fundou a Casa de Correção do Rio de Janeiro, para a qual fez adquirir o vasto terreno em que ainda agoia se pôde construir a Penitenciária do Distrito Federal. Como para a sua construção não bastassem os recursos oficiais, recorreu à Sociedade Defensora da Liberdade e Independência

dois números dos pasquim de combate aos *chimangos* — *O Sorvete de Bom Gosto*, impresso na "Cidade Niterói", o segundo já com o título pré-agônico de *Último Sorvete de Bom Gosto*, cf. exemplares na coleção Marques dos Santos.

(39) Joaquim Nabuco — *Op. cit.*, I-43.

(40) Francisco Marques dos Santos — "As Belas-Artes nas Regências", conferência realizada no Instituto de Estudos Brasileiros, publicada na revista *Estudos Brasileiros*, n.º 25, de 1942.

(41) *Almanak de Laemmert para 1856*, cit. — "Necrológio das Casas Titulares", p. 57.

Nacional, então a nossa mais poderosa organização política, representativa dos *moderados* (42).

O estabelecimento do serviço de uma companhia de ônibus a tração animal entre diversos bairros da Côrte, a construção do novo e grandioso Chafariz da Carioca, a introdução do gelo no Rio de Janeiro — são alguns dos serviços que lhe deve a capital. Criou o Monte de Socôrro e o Monte-Pio dos Servidores do Estado (onde em 1839 foi inaugurado o seu retrato) e a Caixa Econômica — instituições de alcance nacional. Perseguiu os moedeiros falsos e proibiu os jogos ilícitos nos lupanares. Beneficiou, com suas providências, a instrução da Guarda Nacional e do Corpo de Permanentes, a navegação a vapor para as províncias.

“Um bom sistema de viação, canalização de nossas águas, tornar navegáveis nossos rios, franquear nossos portos, desenvolver e sustentar a indústria, a agricultura, as artes, era sua ocupação favorita e em tudo isso deixou vestígios de seu elevado espírito.

“Quis mudar para o vasto terreno ao lado direito do Aterrado (canal do Mangue hoje) o Passeio Público, e do lado esquerdo, pela frente da Correção, cavar um grande canal que findasse no Campo de Santana, senão na praia em face do Mercado; devendo erguer-se no lugar do Passeio a Câmara dos Deputados, e ficar a Academia de Medicina no paço da dita Câmara, e assim perto de Misericórdia, por causa da clínica e das autópsias.

(42) Fernando de Pina — “A Casa de Correção do Rio de Janeiro”, art. publicado na *Revista Popular* de julho-setembro de 1861, tomo XI, p. 45/51, e Atas da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, publicadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 68, parte I, vol. 111, de 1905 (Rio, 1907). p. 225/247.

“Seu afastamento do ministério sufocou êsses e outros projetos de vital interêsse e beleza para o nosso país...

... “Angustiado, como bom brasileiro, pelos estragos causados pela sêca no Ceará, elaborou um projeto curioso por seu interêsse e magnitude, para que rompendo-se a serra da Borborema viesse um braço fertilizador do rio São Francisco estender-se pelos plainos dessa desditosa província” (43).

11 — MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
(1834-1835)

Da pasta dos Negócios Estrangeiros, que dirigiu nos onze últimos meses de seu ministério, rapidamente tornou-se Aureliano um dos mais capazes titulares, como prova o *Relatório* que a respeito apresentou à Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1834, antes mesmo que pudesse familiarizar-se com os seus problemas, que mais tarde voltaria a superintender.

Começou criticando a organização da diminuta Secretaria de Estado, para tratar, a seguir, das complicadas atividades das Comissões Mistas, Brasileira e Portuguêsa e Inglêsa-Brasileira, criadas pelo Tratado de Reconhecimento da Independência e pela Convenção de 1826. Com grande franqueza e segurança de vistas abordou a delicada questão do tráfico de africanos, passando depois a assunto igualmente melindroso, o da liquidação das presas navais ainda pendentes de solução, em consequência do bloqueio de Buenos

(43) Cf. a “Biografia” cit., repetida, nessa parte, por quase todos os autores que tem tratado da obra administrativa do Visconde de Sepetiba.

Aires, executado pela marinha imperial durante a guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata (44).

Outras questões da mesma forma delicadas, que Aureliano não teve tempo de resolver, mas a que imprimiu a orientação regalista vigente na época e tradicional na monarquia luso-brasileira, foram as relativas ao celibato dos padres e à nomeação do Bispo do Rio de Janeiro, mantidas com a Santa Sé, antes e depois de sua passagem pela pasta dos Negócios Estrangeiros. Coube-lhe, àquele respeito, ainda como ministro da Justiça, a prudente iniciativa de ouvir o Arcebispo-Primaz do Brasil, D. Romualdo Antônio de Seixas, depois Conde e Marquês de Santa Cruz, consultando-o sobre tão grave matéria, felizmente encerrada sem consequências maiores que as de sua apaixonada discussão. E quanto ao segundo assunto, atendendo aos princípios de independência do governo, na escolha dos bispos nacionais, intransigentes mas respeitosas foram as instruções dadas aos nossos representantes no Vaticano (45).

Com a Bélgica, celebrou o nosso primeiro tratado com esse país, o que lhe valeu a concessão da Grã-Cruz da Ordem de Leopoldo I, por ocasião de sua ratificação.

(44) Cf., o *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1834, pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho*. — Rio, 1834.

(45) Cf. Pandiá Calógeras — *A Política Exterior do Império — Da Regência à Queda de Rosas*, São Paulo, 1933; III-129, 131, 135/136, 138 e 148/149. — Enganou-se, entretanto, o ilustre polígrafo, ao atribuir a Aureliano, já fora do ministério, atitudes contrárias ao enviado especial a Roma, José Joaquim da Rocha, — as quais competiriam, antes, ao seu sucessor, Manuel Alves Branco, depois 2.º Visconde de Caravelas (*Op. cit.*, p. 136/137).

Também competiu a Aureliano a organização do primeiro regimento que tiveram as nossas legações, no qual procurou dar garantia e estabilidade ao corpo diplomático brasileiro.

Algumas tentativas referentes à retomada da colonização alemã para o Brasil, embora de caráter apenas preliminar, coroaram a difícil e não desprezível ação do novo ministro de Estrangeiros da Regência Trina Permanente.

12 — PRIMEIRO OSTRACISMO. JORNALISTA CONTINENTAL

Apesar da benemerência de tôda essa obra administrativa e política, não quiseram ou não puderam os Regentes prestigiar a política apaziguadora de Aureliano, quando Antônio Paulino Limpo de Abreu, presidente da província de Minas, recusou-se a aplicar as comutações de penas aos rebeldes da sedição de Ouro Preto, de 1833, determinadas pelo ministro da Justiça (46).

O gesto do futuro Visconde de Abaeté, satisfazendo ódios locais, apoiava, assim, a intensa campanha contra aquelas medidas levantada por Bernardo de Vasconcelos, no *Sete de Abril*.

Exonerado Aureliano, e com êle todo o ministério, a 16 de janeiro de 1835, não tardou o verdadeiro autor de sua queda a ir pessoalmente assumir aquela

(46) Luís José de Carvalho Melo e Matos — *Páginas d'História Constitucional do Brasil (1840-1848)*, Rio, 1870, p. 45. — Este livro, escrito por iniciativa do gabinete Zacarias, em 1867, recebeu, para sua elaboração, informações dadas pelo próprio Imperador, conforme declarou o Visconde de Ouro Preto em sessão do Instituto Histórico. (Cf. a *Revista* respectiva, tomo 69, vol. 114, de 1906).

presidência, tendo em vista, certamente, fiscalisar odienta política de represálias, visando os que principalmente contra êle haviam se levantado, na referida revolta.

Começou então, para Aureliano, um período de mais apagada posição diante do cenário político da época, até 1839. Não era nem mesmo deputado, conservando-se apenas no cargo de desembargador.

Seus amigos, aqueles que por êle foram colocados nas mais altas situações do Paço — o tutor, o mordomo, o preceptor, a governante — continuavam fiéis a uma amizade que se prolongaria até a morte.

Evaristo da Veiga, o grande jornalista, pouco depois falecido, defendia-o de ataques que ainda o atingiam, partidos de pasquins: *O Café Reformado*, por exemplo, não se admirava que a *Aurora Fluminense* assim procedesse, porque seu diretor e Aureliano eram “muito amigos e comiam juntos” (47). E em processo do panfletário Lafuente contra Evaristo, não permitiu o juiz de paz José Inácio Coimbra, da freguezia do Sacramento, que se fizessem alusões contra Aureliano, conforme comentou *O Novo Caramuru* (48).

Feijó, a quem servira com tanta lealdade e proveito durante o célebre ministério de 1831-1832, e a quem aí sucedera, com méritos por certo não menores, — fôra eleito Regente único no mesmo ano de 1835 e dêle se lembraria no momento de voluntariamente abandonar o cargo, dois anos depois, oferecendo-lhe, segundo consta, a própria sucessão, mediante a nomeação para mi-

(47) N.º 1, de 15 de julho de 1835, exemplar da coleção do Sr. Francisco Marques dos Santos.

(48) N.º 1, de 19 de agosto de 1835, exemplar da coleção do Sr. Francisco Marques dos Santos.

nistro do Império, como afinal procedeu com Araújo Lima (49).

O irmão, Saturnino de Sousa e Oliveira, ainda no importante posto de Inspetor da Alfândega da Côrte — que para *O Sete de Abril* valia mais que um ministério (50) e do qual apenas se afastára quando de uma rixa com o padre Feijó — era então deputado e seria nomeado, em 1839, presidente do Rio Grande do Sul, em difícil momento da luta com os farrapos, que combateria com o mesmo valor demonstrado nos levantés do Rio de Janeiro em 1832, à frente de seu batalhão da Guarda Nacional.

Não podendo, naturalmente, manter-se completamente alheio à política, “em seu retiro do Engenho Velho estudava a diminuição dos impostos, a conversão da dívida estrangeira, o engrandecimento da marinha”, diz o autor da biografia de Aureliano na *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, de Sisson.

(49) “Todos sabem que o senador Diogo Antonio Feijó instára com êle para que ficasse na Regência em seu lugar” — lê-se na *Galeria dos Brasileiros Ilustres (Os Contemporâneos)*, em 1861 publicada por S. A. Sisson, em biografia talvez escrita por um inimigo de Aureliano, Justiniano José da Rocha. — Também positivo a êste respeito foi Manuel de Araújo Pôrto-alegre, igualmente nada amigo seu, ao traçar-lhe o necrológio, no Instituto Histórico, ainda em 1855: “O Regente Feijó, depois da formal renúncia do Visconde de Caravelas, em não o substituir na Regência, mandou chamar Aureliano para tomar conta de tão grande encargo, e o nosso consócio se demitiu, pretextando encômodos de saude. — Aureliano sabia que o novo Regente devia sentar-se ao pé do Trono com um plano consciencioso, e êsse plano era difícil traçar-se em um terreno movediço que impedia a sua justa triangulação. Os sucessos posteriores comprovaram a sua evidência”. (*Revista* cit., p. 68/69).

(50) N.º 112, de 21 de janeiro de 1834, na coleção da Biblioteca Nacional.

Foi então eleito suplente de deputado pela província do Rio de Janeiro, para a legislatura de 1838-1841. Honório Hermeto, na mesma ocasião simultaneamente escolhido por Minas Gerais e pelo Rio, optára pela primeira, deixando-lhe a vaga (51). Seria essa a grande sessão da Maioridade e do início do Segundo Reinado, em que tão eminente seria a sua atuação.

Antes, porém, de abordar a relevante participação que teve nos acontecimentos dessa fase, convém notar a retomada de antigas preocupações literárias, com a ativa colaboração na fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838. Com o Visconde de São Leopoldo e o cônego Januário da Cunha Barbosa, primeiro presidente efetivo e primeiro secretário da nova instituição cultural, dedicadamente trabalhou êle. Foi mesmo vice-presidente, nessa qualidade presidindo a segunda sessão magna aniversária, a 27 de novembro de 1840, a que compareceu o Imperador, acompanhado de suas augustas irmãs (52).

Também atividades jornalísticas retomou então Aureliano, redigindo, com seu amigo Manuel Odorico Mendes, o periódico *A Liga Americana*, que deu dezessete números, entre 31 de outubro de 1839 e 20 de fevereiro de 1840, conforme a coleção existente na Biblioteca Nacional.

Discutindo-se, então, o incidente surgido entre a França e o Brasil, provocado pela ocupação de uma

(51) Cf. Feijó Bittencourt — "Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (Visconde de Sepetiba)" — biografia, em *Os Fundadores*, volume publicado pelo Instituto Histórico, em 1938, p. 244.

(52) "Biografia" cit. e Henri Raffard — "O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Seu Augusto Protetor Imediato Sua Maiestade o Senhor D. Pedro II" — in *Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro à Memória de de Sua Majestade o Senhor D. Pedro II* (Rio, 1894).

parte do território do Amapá, não teve dúvidas A *Liga* em recomendar a *boicotagem* dos produtos daquele país, o que muito contribuiu para a modificação daquela atitude (53). Para isto, terminava todos os seus números, a partir do segundo, com êste aviso, intitulado *Notandum*: “Enquanto não fôr evacuado o nosso território pela gente armada de Luís Filipe não devemos comprar cousa alguma aos comerciantes franceses”.

Foi A *Liga Americana*, provavelmente, o primeiro jornal brasileiro a ocupar-se, de modo predominante, de assuntos do continente. Sua epígrafe, um trecho de carta de Jefferson a Madison, sôbre a maneira pela qual poderiam os Estados Unidos fazerem-se respeitar pela França e pelo mundo — já mostra, de certa forma, suas tendências. Comentava, desfavoravelmente a intervenção francesa no México e o bloqueio de Buenos Aires, entre elogios a Rosas, “o herói”, e versos de Odo-rico Mendes.

13 — NA CAMPANHA PELA MAIORIDADE

Quanto à campanha pela maioria de D. Pedro II, pode-se dizer que a atitude de Aurcliano foi das mais importantes então registradas, embora não pertencesse ao Clube político que tinha por fim promovê-la, nem à ala mais exaltada dos liberais, que em oposição ao ministério anti-maiorista não duvidaria chegar ao motim.

Pelo contrário, mais maneiroso em seus processos, foi o autor da sintomática declaração que como acréscimo propoz ao projeto de resposta à Fala do Trono, na abertura da sessão parlamentar de 1840, a 7 de

(53) Pandiá Calógeras — *Op. cit.*, p. 263 e 266.

maio, no qual declarava a Câmara que via “com prazer aproximar-se a maioria” de Sua Majestade Imperial (54), o que “deu ensejo a que se pelejasse a primeira batalha dessa curta campanha” (55).

“Impugnado por Honório Hermeto na sessão de 12 seguinte” foi êsse simples trecho o rastilho que precipitou os acontecimentos. Apresentados, a 13, os dois projetos relativos à antecipação do limite de idade estabelecido pela Constituição para a entrada do Imperador no exercício de suas funções, da luta que se seguiu não se colheram, até agora, “provas positivas do trabalho de Aureliano” na tarefa de “seduzir o ânimo do imperante”, como dissera Honório (56). Todavia, pelas suas sabidas ligações com o Paço, é lícito supôr-se que tenha eficazmente agido nêsse sentido, como mostra a imediata escolha para ministro, saído “dentre os que me fizeram maior” e não por simples favoritismo, conforme escreveu o próprio D. Pedro II (57).

14 — NO MINISTÉRIO DA MAIORIDADE

Nomeado titular da pasta dos Negócios Estrangeiros de um gabinete que embora de côr liberal estava composto de elementos os mais heterogêneos, não é

(54) Tito Franco d’Almeida — *Monarquia e Monarquistas* (Pará, 1895), p. 169.

(55) Luís José de Carvalho Melo e Matos — *Op. cit.*, p. 87.

(56) Octavio Tarquinto de Souza — *História de dois golpes de Estado* (Rio, 1939), p. 83, 133/134.

(57) Cf. as notas de D. Pedro II a *O Conselheiro Francisco Furtado — Biografia e estudo de história política contemporânea*, de Tito Franco d’Almeida, vol. de 1867; pela

verdade que Aureliano nele tenha sido introduzido a despeito de seus colegas, como insinuaram Teófilo Ottoni em sua célebre *Circular aos Eleitores de Minas* e Tito Franco de Almeida, na biografia do Conselheiro Furtado (58).

Contestou-os, a ambos, Melo e Matos, em suas encomendadas *Páginas d'História Constitucional do Brasil (1840-1848)*, assinalando que o futuro Visconde de Sepetiba também era maiorista, tinha o mesmo título de seus companheiros (59). Não é exato, portanto, que “na grande batalha que se acabara de pelejar, o Sr. Aureliano se havia conservado em estudada neutralidade” (60), como afirmou Ottoni.

Entretanto, “era fácil de prever que a nova combinação ministerial não era destinada a longa vida” (61). Dela faziam parte dois irmãos Andradas, Antônio Carlos — que nunca fôra govêrno, na pasta do Império, e Martin Francisco — que só o fôra nos remotos dias da Independência, na pasta da Fazenda, a mesma que ocupará então; e dois irmãos Cavalcantis — Francisco de Paula, depois Visconde de Suassuna, ex-militar, ministro da Guerra, e Antônio Francisco, o chefe

primeira vez publicadas no livro do mesmo autor, *Monarquia e Monarquistas*, cit.; depois na *Revista do Instituto Histórico*, tomo 77, vol. 129, de 1914; transcritas em *Dom Pedro Segundo*, de Max Fleiuss (Rio, 1940) p. 94/131, como na reedição daquele primeiro livro (S. Paulo, 1944).

(58) Teófilo Benedito Ottoni — *Circular dedicada aos Senhores Eleitores pela Província de Minas e especialmente dirigida aos Senhores Eleitores de Deputados pelo 2.º Distrito Eleitoral da mesma Província para a próxima legislatura pelo ex-deputado...* (Rio, 1860). — Reedição de Alberto da Cunha Horta, São Paulo, 1930, sob o título *Ave Minas!*

(59) Melo e Matos — *Op. cit.*, p. 41.

(60) Teófilo Ottoni — *Op. cit.*, p. 84.

(61) Melo e Matos — *Op. cit.*, p. 40.

da grei, futuro Visconde de Albuquerque, de quem traçou Nabuco curioso retrato (62), no ministério da Marinha. Antônio Paulino Limpo de Abreu, mais tarde Visconde de Abaeté, ministro da Justiça, completava o gabinete.

Quando às relações de Aureliano com os companheiros de ministério, não poderiam, certamente, revestir-se de absoluta confiança, faltando-lhes, como faltava, simpatia anterior. Apenas com os Cavalcantis se entenderia bem: "o grupo liberal de Pernambuco procurava navegar nas águas de Aureliano Coutinho", assinalou Joaquim Nabuco (63). Aos Andradas, "ordenara que fôsem processados como criminosos de traição", em 1833, e, por isso, "compreende-se facilmente que (êles) o não podiam ver com bons olhos, e que em seus corações devia permanceer ainda sangrando a punhalada dirigida contra seu irmão José Bonifácio" (64). Sòmente em 1844 tornar-se-iam parentes, pelo segundo casamento de Aureliano com uma neta do Patriarca. "No tocante às relações anteriores de Limpo de Abreu e Aureliano, senão de tão maguada recordação, não podia contudo existir igualmente harmonia e nem pessoal confiança. Aureliano, ministro, e Limpo de Abreu, presidente da província de Minas, tinham-se inteiramente inimizado". Estava, portanto, composto o gabinete de homens opostos em princípios e doutrinas políticas, e molestados por queixas e factos particulares" (65).

(62) Joaquim Nabuco — *Op. cit.*, I-56/57.

(63) Joaquim Nabuco — *Op. cit.*, I-37.

(64) J. M. Pereira da Silva — *Memórias do meu tempo* (Rio-Paris, 1895-1896), I-17.

(65) J. M. Pereira da Silva — *Op. cit.*, I-17.

Dessa situação especial dos ministros não pode ser responsabilizado o Imperador, que aos 15 anos de idade, alheiado, como estava, da direção dos negócios públicos, não podia, seguramente, conhecer as antigas dissensões que os separavam. Daí a sua resposta, de cuja sinceridade não será justo duvidar, à marjem da acusação de Teófilo Ottoni, transitòriamente encampada por Tito Franco: "Ainda ressoavam os vivas da festa, e já o *governo pessoal* se inaugurava com a nomeção do chefe da *Facção Aulica*, o Sr. Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, para ministro dos Negócios Estrangeiros". Nota do Imperador — "Dava-me com Aureliano; estimava-o por suas qualidades; porém não o impuz como ministro, nem começando então a governar com menos de 15 anos fazia questão de ministros. Sairam dentre os que me fizeram maior" (66).

Acima de tódas, pesaria sobre o futuro Visconde de Sepetiba essa acusação de chefe da inexistente *Facção Aulica*. Pelas relações pessoais com o ex-tutor, o preceptor, a camareira-mór e, principalmente, com o mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva, era natural que surgissem suposições a êsse respeito, culminadas com as relativas ao famoso *Clube da Joana*, assim denominado por ficar junto ao riacho dêsse nome, próximo à Quinta de São Cristóvão, a residência daquele servidor do Paço, frequentemente visitada por Aureliano.

Essas relações poderiam, evidentemente, motivar pequenos favores de parte a parte, em que se imiscuissem, algumas vêzes, questões políticas. Facilitariam, por exemplo, simples providências de serviço, como a que se vê no bilhete adiante transcrito, do

(66) Teófilo Ottoni — *Op. cit.*, p. 84. Max Fleiuss — *Op. cit.*, p. 98.

mordomo ao ministro, procedente do arquivo de Paulo Barbosa, gentilmente posto à nossa disposição por seu devotado biógrafo, o Sr. Américo Jacobina Lacombe, a quem devemos outras informações a respeito:

"Aureliano amigo

O Imperador veio para o Paço, sem ir à Glória, por ter ameaçado chuva. Eu disse-lhe que me tinhas dito que por hoje o despacho não podia ser senão depois da audiência, porque o Ministério tinha de conferenciar mais longamente e que me tinhas encarregado de lho dizer. Anuiu, mas não tendo êle ocupação antes do jantar, bom será que VV. Excias. conferenciem nas 6as. para fazerem o despacho nos sábados de manhã, porque Ele não pode estar desocupado, e não convém que venha à Cidade de tarde, por causa das trovoadas.

Saúde

teu do C.

Paulo"

Entretanto, para mostrar que a influência de Aureliano sobre o Imperador pelo menos não era tão absoluta quanto quizeram fazer supôr tantos políticos interessados e historiadores apressados, basta transcrever outro bilhete, êsse de D. Pedro II a Paulo Barbosa, procedente do mesmo arquivo, no qual se vê como o então jôvem admirador de teatros sabia contudo resistir aos eternos pedidos de subvenção:

"Sr. Paulo

Escrevo-lhe esta a fim de lhe dizer que apresentando-me o Aureliano uma subscrição (sic) para eu assinar, *si quisesse*, sendo o seu fim sustentar a Companhia Dramática Francesa, eu lhe respondi que bas-

tava o dar-lhe eu para sua sustentação 100\$ rs. por mês e que não estava disposto para gastar uns poucos mil reis com esta subscrição, os quais posso empregar em cousa mais útil; então o Aureliano me disse que seria bom que o Sr. Paulo respondesse por mim nesse sentido ao diretor do Teatro Francês do Brasil.

D. PEDRO 2.^o

15 — A CRISE MINISTERIAL DE MARÇO DE 1841

Vários foram os motivos de dificuldades opostas à ação do ministério da Maioridade, ou ministério *da família*, como foi chamado, pelos dois pares de irmãos que continha.

Em primeiro lugar, a fraca posição assumida diante da Revolução dos Farrapos, de que Antônio Carlos se constituiu principal responsável. “Em face da rebelião do Rio Grande do Sul, aspirava sem dúvida debelá-la, mas seus sentimentos, perfeitamente louváveis, embora inoportunos naquele momento, impunham-lhe a cessação do derramamento de sangue nessa luta que já durava cinco anos, e queria chegar a tal pacificação negociando acôrdos. Iniciou sua tarefa de modo tão incapaz e saltitante, que conseguiu apenas enfraquecer a posição oficial do Império na província, e, consequência natural, logrou somente prolongar a revolta por mais cinco anos” (67).

Confidencialmente escreveu Antônio Carlos a Bento Gonçalves da Silva, chefe da revolução, apelando para os seus sentimentos patrióticos, tendo em vista a cessação da luta. Ao presidente da província e comandante das armas, tenente-general Soares de Andréia

(67) Pandiá Calógeras — *Formação Histórica do Brasil*, 1.^a ed. (Rio, 1930), p. 234/235.

(depois Barão de Caçapava), determinou que suspendesse as operações de guerra e distribuisse a Proclamação do Imperador, pela pacificação. No mesmo sentido mandou ao Rio Grande como emissário o deputado Álvares Machado. Nomeou-o, pouco depois, presidente da província, em substituição a Andréia, que ofendido se demitira. Desentenderam-se o novo presidente e o novo comandante das armas, brigadeiro João Paulo dos Santos Barreto (68). Discutida no gabinete a situação, declarou Aureliano que se demitiria, se Barreto fôsse conservado no cargo. Opinaram pela sua manutenção os outros ministros. Propoz então Antônio Carlos a sua própria exoneração, como a de seu irmão e de Limpo de Abreu, pois os Cavalcantis não julgaram o caso uma questão de confiança. Não podendo permanecer a divergência entre aquelas autoridades, sobretudo diante do malogro da anistia oferecida e não aceita pelos rebeldes, aceitou o monarca a demissão solicitada pelos ministros divergentes (69).

No julgamento dessa crise, foram injustos com o Imperador e com Aureliano não só o interessado Antônio Carlos como os futuros comentadores, Francisco de Sales Tôres Homem, Teófilo Benedito Ottoni e Tito Franco d'Almeida.

Procurou o primeiro, em discurso de 21 de junho de 1841, publicado no *Jornal do Comércio* de 23 e depois tendenciosamente endossado por Teófilo Ottoni, insinuar que o fato de não ter sido oportunamente condecorado Saturnino de Sousa e Oliveira, depois de

(68) Cf. A. Tavares de Lyra — Cap. III das *Contribuições para a biografia de D. Pedro II*; tomo especial da *Revista do Instituto Histórico*, parte, I, 1925, p. 238/239.

(69) Cf. Melo e Matos — *Op. cit.*, p. 52.

sua primeira presidência do Rio Grande do Sul, "fôra um dos princípios dissolventes do ministério de 24 de julho" (70). Insinuação verdadeiramente malévola, pois já era praxe a concessão de condecorações a presidentes provinciais que houvessem bem servido, e o irmão de Aureliano fê-lo de tal forma que se impoz a sua volta ao posto, pouco depois, como adiante se esclarecerá.

Tôrres Homem, o panfletário Timandro, antes de ser ministro, senador e Visconde de Inhomerim, também julgou violentamente a primeira substituição de ministério ocorrida no Segundo Reinado: "Oito meses não decorriam ainda depois da ascensão do monarca, e já o govêrno do partido que a efetura, achava-se derribado, proscrito, sem causa honesta e legítima; e não obstante a expressão verdadeiramente nacional, com que em seu favor acabavam de pronunciar-se as urnas eleitorais consultadas em todo o Brasil" (71). Respondendo à primeira parte dessa objurgatória, limitou-se D. Pedro II a anotar desta forma a sua transcrição no livro de Tito Franco: "Já se vê que é atribuir demasiado a quem tão pouca idade tinha" (72). Quanto à segunda parte, nenhuma opinião melhor que a de Calógeras, para o julgamento das célebres *eleições do cacete*, de 1840: "As manobras eleitorais excederam as expectativas, e as eleições revelaram violências e

(70) Teófilo Ottoni — *Op. cit.*, p. 140.

(71) Timandro — *O Libelo do Povo*, reedição na *Revista do Brasil* de janeiro de 1940, n.º 19, p. 82.

(72) Tito Franco d'Almeida — *Monarquia e Monarquistas*, cit., p. 186/197, onde reforma a sua opinião anterior, baseada nas de Tôrres Homem e Teófilo Ottoni, que "não tem valor histórico, por contrárias aos fatos".

desrespeitos à lei e à moral, que ultrapassaram todos os exemplos passados" (73).

Teófilo Ottoni, despeitado por não ter sido escolhido para o Senado em 1859 e 1860, quando escreveu a sua célebre *Circular*, também erradamente apreciou a crise de março de 1841. Reconheceu, aí, que o Imperador havia nomeado "*livremente* o seu primeiro ministério"; que Aureliano Coutinho, "um brasileiro benemérito, já o era então"; "mas, arredado da cena política por ciúmes de preponderância" (já vimos que não fôra por isto), "êste notável estadista se afastára dos oligarcas" (isto é, dos conservadores, aos quais, aliás, nunca estivera aliado) "e se constituirá o fundador e pontífice da seita palaciana". Quando a sua posição no gabinete de 24 de julho, diz Ottoni que seus antecedentes "em relação aos colegas o colocaram em antagonismo com cada um deles" (o que não é exato quanto aos Cavalcantis). "Donde vinha, pois, tão anômala organização de gabinete? Como fôra aceita?" — pergunta. "Capricho infantil ou trama palaciana, o gabinete de 24 de julho tinha no ministro dos Estrangeiros o *princípio dissolvente*" (74).

Estava lançada a frase. Dalí por diante Aureliano seria, sempre, "o princípio dissolvente". Nada mais injusto, entretanto. A explicação de sua escolha, dada pelo Imperador, sustentada pelos fatos, merece inteira acolhida, sobretudo ao referir-se à sua pouca idade, que importa em significativa confissão de inexperiência.

Apesar das incompatibilidades existentes no seio do ministério da Maioridade, "asseverava contudo Aureliano que, reunidos, e em despacho imperial, haviam se harmonizado em estabelecer e firmar uma política

(73) Pandiá Calógeras — *Op. cit.*, p. 238.

(74) Teófilo Ottoni — *Op. cit.*, p. 84/85.

de concórdia e de esquecimento do passado; em solicitar o concurso dos dois partidos, a fim de consolidarem-se as instituições e a força moral do Trono (75).

Omitindo propositadamente a questão da malograda tentativa de pacificação do Rio Grande do Sul, encobriu Teófilo Ottoni o motivo real da queda do gabinete. Sua acusação anula-se pela omissão desse elemento essencial.

Se a estranha falta da *Circular* constitui forte argumento contra a aceitação de sua análise da crise de 1841, não menos errada será a alegação de que a desinteligência entre os ministros, por aquela razão, era futilidade imprópria para autorizar mudança radical de política”, como opinou Tito Franco (76). Ninguém verá aí mais que o desabafo do membro do partido liberal, lamentando a sua substituição pelo que lhe era adverso, pelo menos em parte.

16 — O MINISTÉRIO DE 23 DE MARÇO DE 1841

Composto o ministério de 23 de março, não é exato que a Aureliano, graças ao predomínio do “elemento palaciano”, tivesse sido confiada a tarefa de constituirlo, ou de “reorganizar o gabinete”, como insinuou Otto-

(75) J. M. Pereira da Silva — *Op. cit.*, p. 18. — Diz o mesmo autor que “não primava Aureliano como parlamentar, mas era tido em conta de magistrado instruído e de enérgico na administração. Cortês nas maneiras, afável nas palavras, dedicado aos amigos particulares, grangeava também a estima e confiança de jovem Imperador; como cortesão atilado usava linguagem de súdito reverente, e de estadista imperial, que aos interesses dos partidos sabia preferir as regalias e o decôro do Trono”. (*Op. cit.*, p. 18).

(76) Max Fleiuss — *Op. cit.*, p. 98.

ni (77). Se o fizesse, não teria aceito a colaboração de Paulino José Soares de Sousa, futuro Visconde do Uruguai, conservador, êste, sim, um *elemento dissolvente* dentro dêle, participante do último ministério da Regência, de que também fizera parte seu concunhado Joaquim José Rodrigues Tôrres, depois Visconde de Itaboraí, apontado como autor da demissão de Saturnino, quando de sua primeira presidência do Rio Grande do Sul, em 1840.

Também não tem razão o apaixonado político mineiro, quando crítica a escolha dos outros membros do gabinete: Araújo Viana, futuro Visconde e Marquês de Sapucaí, não era "dócil até a subserviência", nem fôra escolhido apenas por ter sido "mestre do Imperador". Já havia sido ministro em 1832-1834, deixando de sê-lo, como Aureliano, em consequência da feroz oposição que lhe movera Bernardo de Vasconcelos. Para José Clemente Pereira, um dos nossos mais insultados políticos, e que aliás não era tido como amigo de Aureliano, reeditou Ottoni antigas acusações, jamais devidamente apuradas. Quanto ao Marquês de Paranaguá, outra figura da Independência cujo relevante apoio à Marioridade merecia lembrança, confessa que "fazia rancho à parte" (78).

Foi exatamente José Clemente, ministro da Guerra, quem defendeu a continuação de Aureliano no ministério, então e depois constante objeto de estranheza por parte de todos os observadores. Antes e depois dêle, vários ministros continuaram em suas pastas, em seguida a reorganizações dos gabinetes de que faziam parte. A êsse respeito salientou o seu independente

(77) Teófilo Ottoni — *Op. cit.*, p. 88.

(78) Teófilo Ottoni — *Op. cit.*, p. 88.

colega que Aureliano quis então retirar-se, mas êle e seus quatro companheiros (portanto sem exclusão de Paulino), haviam insistido para que permanecesse (79).

Outra questão em que naturalmente se tem visto a intervenção de Aureliano, foi a da recondução de seu irmão à presidência do Rio Grande do Sul, datando a sua designação do dia seguinte ao da organização do ministério. Entretanto, para demonstrar que o Imperador teve nisto decisiva participação, basta transcrever a significativa carta que então escreveu a Araújo Viana, ministro do Império, e, como tal, encarregado das nomeações desse gênero:

“Sr. Candido

Aquí lhe envio um ofício vindo de Santa Catarina, dirigido ao José Clemente, remetendo um ofício d'Álvares Machado que tem alguma cousa d'interessante. O Capitão-Tenente Ernesto Frederico de Werna e Bilsstein (80) esteve cá, vindo pelo mesmo navio, e me disse que o João Paulo (dos Santos Barreto) marchava com uma coluna não se sabe para onde e que podia assegurar que o que mais desejavam os riograndenses era o Saturnino e o Conde do Rio Pardo (81).

D. PEDRO 2.º” (82).

(79) Melo Matos — *Op. cit.*, p. 56.

(80) Sobrinho de D. Mariana Carlota de Werna Magalhães Coutinho, áia de D. Pedro II desde o nascimento dêste, Condessa de Belmonte e Camareira-Mór em 1844.

(81) Este como comandante das armas da conflagrada província.

(82) Cf. Helio Vianna — “Dois documentos para a história da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, ano XXII, 2.º trimestre de 1942, p. 283/284. — O original da carta transcrita pertence à coleção de manuscritos do Sr. Francisco Marques dos Santos.

Nomeado Saturnino para o cargo, mais oneroso que importante, de presidente de uma província convulsionada pela revolta, outro expressivo episódio está ligado ao caso, embora, somente sob reserva possa ser aceito, visto a precaridade da fonte de que provém, dêle divulgadora mais de meio século depois do acontecimento:

“Introduzidos os ministros na sala dos despachos, e sentados à mesa, presidida por Sua Majestade, pediu Aureliano vênia e requereu que seu irmão Saturnino de Sousa, cuja nomeação de presidente do Rio Grande do Sul considerava aprovada, fôsse admitido ao despacho e recebesse instruções, que lhe deviam ser transmitidas, no tocante ao governo da província. Anuiu imediatamente o Imperador, Aureliano levantou-se, saiu da sala e voltou de pronto, acompanhado por Saturnino, que tomou assento entre os membros do gabinete. Posto que surpreendidos, não ousaram os ministros articular protestos contra o ato praticado. Desvaneceram-se, todavia, Araújo Viana as apreensões, declarando que não estava ainda assinado o decreto de Saturnino, e nem redigidas as instruções que lhe deviam ser transmitidas. Pedia-lhe, portanto, que no dia seguinte, em sua casa ou na Secretaria do Império o procurasse para se entenderem regularmente. Retirou-se Saturnino de Sousa da sala dos despachos, e encetou o ministério suas relações com Sua Majestade” (83).

(83) J. M. Pereira da Silva — *Op. cit.*, 55/56. — Apesar da suspeição do informante, que comprovadas infidelidades de historiador cometeu, transcreveram-lhe a cena, tendo-a pelo menos como possível, os Srs. Tavares de Lyra e Feijó Bittencourt, em seus cit. trabalhos, destinados ao Instituto Histórico. Convém notar que Pereira da Silva tinha motivos de prevenção contra Aureliano, que lhe hostilizou a candidatura a deputado geral pela Província do Rio de Janeiro, em 1848.

Ao gabinete de 23 de março coube, poucos meses depois, organizar os festejos da coroação e sagração de D. Pedro II. Neles foi relevante o papel destinado a Aureliano, encarregado de conduzir o globo imperial na cerimônia, tal como o representa o quadro inacabado de Araújo Pôrto-alegre, que se guarda no Instituto Histórico. Segundo o mesmo pintor e escritor era êle "um homem de alta estatura, bem proporcionado, de forte compleição, traços regulares, e de uma fisionomia agradável".

Ao ministério de 1841-1843 competiria ainda uma tarefa das mais importantes, dentre as que realizaram quaisquer gabinetes da monarquia. "Soprava o vento de outro quartel do horisonte político: o reforçar a autoridade, por demais enfraquecida pelas experiências liberais desde os dias da Abdicação" — concluiu Calógeras (84).

Dando desempenho a essa incumbência, a restauração do Conselho de Estado e a reforma do Código de Processo Criminal constituíam dois pontos essenciais de seu programa, que soube efetivar a despeito de tôdas as oposições.

Aureliano, embora titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, aparentemente neutra nos embates da política interna, foi dos mais visados nos ataques dos oposicionistas, uma vez que se lhe atribuía tôda a responsabilidade na queda do gabinete da Maioridade. Exemplificando até onde chegava essa odiosidade, basta transcrever pequeno suelto de *O Maiorista*:

"Sua Alteza Sereníssima o Príncipe Aureliano"

"Ao lado do retrato de Sua Majestade Imperial, em um lugar de honra igual ao em que se achava collocado o retrato de Sua Alteza Imperial a Senhora Dona

(84) Pandiá Calógeras — *Op. cit.*, p. 237.

Januária, viu-se no dia 13 deste mês, numa das salas da Academia das Belas Artes, com geral espanto e indignação, posta em um quadro mais brilhante e em ponto maior, o retrato do Sr. Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho” (85).

Não foi, porém, a oposição provocada pela política restauradora da autoridade, empreendida pelo ministério de 23 de março, que conseguiu levantar contra êle a celeuma que degenerou na rebelião armada dos liberais de São Paulo e Minas Gerais, em 1842. Foi a dissolução prévia da Câmara fraudulentamente eleita por seus adversários, com a qual lhe seria impossível governar. Esse ato, essa natural solidariedade do Imperador ao gabinete que vinha realizando uma grande obra, os liberais que chegaram a ser *luzias* nunca quizeram compreender. Não é o caso, entretanto, dos que, como Aureliano, embora pertencendo ao partido, não concordariam, nunca, com o recurso às armas.

Colocado, assim, diante da reação armada, não fraquejou o gabinete. Enfrentou-a e venceu-a, com o auxílio da espada de Caxias e da própria desorganização dos rebelados.

Durante a luta, comtudo, não faltou, da parte dos que dela poderiam se aproveitar, o recurso à intriga e ao confusionismo, visando a queda do ministério e suas eventuais consequências. É o caso, por exemplo, do ex-Regente Francisco de Lima e Silva, narrado na carta que se segue, de Paulo Barbosa a Aureliano, pertencente ao arquivo do referido mordomo, hoje em poder do historiador Sr. Américo Jacobina Lacombe:

(85) Número de 16 de dezembro de 1841, da coleção da Biblioteca Nacional.

"Lilí amigo.

Parece-me que temos esperança de boas notícias de São Paulo. Francisco Regência (86) veio visitar-me, não me achou, e falou ao meu cunhado Francisco (87). Vinha dar-me notícias de São Paulo e fazer-me interessar pelo bem da Província. Dice (sic) que Silva Machado (88) tem oito mil homens, e que está à testa de Curitiba. Que Luiz Alves (89) já estava refugiado em Santos (90), e mil outras baboseiras *que me deviam induzir a pedir a demissão do Ministério*. Deixou dito que precisava muito falar-me, e deve esperar que eu vá à sua casa; mas como não fui esta tarde, como êle devia esperar, pois que veio de manhã, é provável que venha amanhã. Pretendo mangá-lo e declinar para êle a comissão, por ter sido Regente, e ser Senador, e dizer-lhe que *só me meto nos negócios da Casa* (91). Parece-me que estão descoroçoados e que recorrem à sagrada intriga.

Seu amigo

PAULO"

(86) Assim era apelidado o antigo membro das duas regências trinas.

(87) Francisco dos Reis Alpoim.

(88) João da Silva Machado, que, ao contrário do que informou o ex-Regente, prestou relevantes serviços à legalidade, e não aos rebeldes nessa emergência, o que lhe valeu, aliás, o título de Barão de Antonina. (Cf. Joaquim Manuel de Macedo — *Ano Biográfico Brasileiro*, I-348).

(89) Assim era geralmente chamado o Barão, depois Conde, Marquês e Duque de Caxias, filho do próprio informante de sua imaginária fuga!

(90) Por essa referência vê-se que esta carta não datada deve ser de junho de 1842, pois a 21 de maio desembarcara Caxias em Santos e a 20 de junho rendiam-se os rebeldes paulistas.

(91) Imperial.

Vencida a revolução paulista e mineira, para que o mesmo também ocorresse no Rio Grande do Sul, deixou Saturnino a sua presidência, a fim de que a tivesse, simultânea com o comando das armas e das operações de guerra, como convinha, o Barão de Caxias, já vencedor no Maranhão, São Paulo e Minas Gerais. Não o fez, porém, sem relatar por escrito o que em seu governo se fizera para debelar a revolução farroupilha (92).

17 - MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
(1840-1843)

Antes de chegarmos ao termo da ação de Aureliano na política interna do país, durante os dois primeiros ministérios de D. Pedro II, é oportuno acentuar as realizações e dificuldades registradas na gestão de sua própria pasta, a dos Negócios Estrangeiros.

No período que vai de 24 de julho de 1840 a 20 de janeiro de 1843, muitas foram, realmente, as questões submetidas à apreciação e decisão do futuro Visconde de Sepetiba, algumas das quais da maior importância para a manutenção da soberania e integridade do território nacional.

Ao reinado que então se iniciava, era necessário, primeiramente, assegurar a atmosfera de prestígio in-

(92) *Negócios do Rio Grande. As operações do Passo Fundo, descritas pelo atual Presidente do Rio Grande do Sul, o Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira; 1842.* Já publicára, no ano anterior, um *Bosquejo histórico e documentado das operações militares na província do Rio Grande do Sul, durante a presidência do Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira.* Este último foi reeditado em 1938, como nono volume da Biblioteca Militar, do Ministério da Guerra.

ternacional que por muitos motivos faltara aos governos das Regencias, assoberbados de agitações internas. Para isso, fazia-se preciso cercar de manifestações de solidariedade, mesmo aparentes, o jovem soberano que então subia ao Trono, e foi o que de pronto conseguiu Aureliano, obtendo favorável repercussão externa, tanto pela acessão do novo Imperador como pelos festejos da coroação e sagração de D. Pedro II, em 1841. Legações estrangeiras até então ocupadas por simples encarregados de negócios, receberam ministros residentes; enviados especiais, portadores de congratulações, chegaram ao Rio de Janeiro, sendo acolhidos na Córte de São Cristóvão — tudo, enfim, no setor das relações exteriores do Brasil, pareceu colocar-se sob melhores auspícios (93).

Era, na verdade, bastante conveniente que assim sucedesse, porque dificuldades vindas do período anterior ainda longamente se fariam sentir, profundas atenções exigindo dos titulares da pasta de Estrangeiros.

As questões do tráfico de africanos, dos limites com as Guianas Francesa e Inglêsa, por exemplo, heranças do regime colonial, apresentavam-se agravadas por recentes ocorrências, da maior repercussão. Enfrentou-as, tôdas, Aureliano Coutinho, com perfeito conhecimento de causa e inatacável orientação em favor dos interesses nacionais, à vista dos precedentes de ocupante da mesma repartição, em 1834, e de jornalista espe-

(93) Ver, a propósito da presença de “representantes estrangeiros à Coroação”, a conferência do Sr. Francisco Marques dos Santos — “A Coroação de D. Pedro II”, publicada na revista *Estudos Brasileiros*, ns. 19-20-21, de julho a dezembro de 1941, págs. 101/107.

cializado em assuntos internacionais, em 1839|1840. É o que se deduz dos relatórios que à Assembléa Geral Legislativa apresentou (94), e é o que salienta, definitivamente julgando o assunto, a nossa maior autoridade em história internacional, Pandiá Calógeras, nas páginas da *Política Exterior do Império* (95).

No caso do tráfico, como no da fronteira com a Guiana Inglesa e da oposição à renovação dos tratados de comércio, — não duvidou Aureliano enfrentar o poderio da Inglaterra, na defesa dos pontos de vista brasileiros, contrários à intromissão dessa potência no primeiro dos referidos assuntos, preservando a integridade do território nacional no segundo e impedindo a continuação de uma situação privilegiada no último. Em consequência da atitude desassombrada que a respeito intransigentemente manteve, dêle se queixou o enviado extraordinário Henry Ellis, aqui entretanto recebido com honras excepcionais (96), mais tarde o

(94) Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1841, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (Rio, 1841). — Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na 1.^a sessão ordinária da 5.^a Legislatura, em 1843, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (Rio, 1843).

(95) Pandiá Calógeras — *Op. cit.*, 3.^o vol. — *Da Regência à Queda de Rosas*, caps. VIII, X e XI.

(96) A 28 de novembro de 1842 explicava Paulo Barbosa, em carta ao *Jornal do Comércio*, publicada no dia seguinte, respondendo ao jornal *O Brasil*, de Justiniano José da Rocha, por que motivo, de acôrdo com Aureliano, havia prestado no Paço honras especiais ao enviado inglês.

tendo dado como pouco favorável à Grã-Bretanha outro representante inglês no Rio de Janeiro, James Hudson (97).

Não menos trabalhosa para Aureliano foi a retomada da questão do Oiapoque, onde também se aproveitara o governo francês das dificuldades da Regência, para mais uma intromissão em desacôrdo com a letra do Tratado de Utrecht, de 1713, e com a anulação das imposições napoleônicas. Como no caso do Pirára, os protestos e as providências do ministro de Negócios Estrangeiros foram salutares à defesa dos nossos direitos, enfim, magistralmente vitoriosos, graças a Joaquim Caetano da Silva e ao Barão do Rio Branco. Comprovam-no, por exemplo, além das *Memórias* sobre as questões de fronteiras, do grande *chancellor*, e da citada obra de Calógeras, as esclarecidas e insistentes instruções que a respeito enviou ao mi-

(97) "Biografia" cit. — Apesar dessa exceção, não "diminuiu, jamais, a cordial afeição que lhe tributavam numerosos estrangeiros de nomeada. Entre éstos citaremos com prazer o Barão de Langsdorff (ministro da França), o Conde Oriola (ministro da Prússia), o Barão von Daiser (ministro da Áustria), Théodore Taunay (cônsul de França), Sevelot, o Conselheiro de Estado da Rússia Lomonosoff (que por seu intermédio ofereceu obras à Biblioteca do Instituto Histórico), sir William Gore Ouseley (ministro da Grã-Bretanha), de Sauve, Dell'Host, o Barão d'Arcet, D. Gennaro Merolla (encarregado de negócios das Duas Sicílias), o general Guido (representante de Rosas, ditador da Confederação Argentina no Rio de Janeiro), o Barão Rouen (ministro de França), o Intermúncio Apostólico monsenhor Fabbrini — que referia ao célebre Cardial Lambruschini a admiração e estima que lhe inspirava tão perfeito cavalheiro; enfim um médico da armada do Sultão Abdul Medjid, o Dr. Castro, que cheio de gratidão ergueu em sua sala, em Constantinopla, o retrato do Sr. Aureliano". (Cf. a "Biografia" cit. e *Relações Diplomáticas do Brasil*, de 1808 a 1912, por Raul Adalberto de Campos).

nistro brasileiro em Paris, José de Araújo Ribeiro, depois Visconde do Rio Grande (98).

Ainda como consequência do aspecto de crise que assumira a questão do tráfico de africanos para o Brasil, tomou Aureliano a iniciativa de promover novamente a vinda de imigrantes europeus, praticamente suspensa desde o primeiro Reinado. Para isto deu providências que produziram bons resultados daí por diante, tornando contínua a afluência de trabalhadores estrangeiros ao país. Exemplifica a atividade ministerial nêsse setor a circular que em novembro de 1841 dirigiu aos representantes diplomáticos e consulares do Brasil na Europa, a qual, entre elogios, publicou o *Jornal do Comércio*:

“Desejando o governo imperial preencher o vácuo que deixa nos trabalhos agrícolas do Brasil a cessação do comércio de escravos, cuja introdução por contrabando ainda tem continuado apesar dos esforços do mesmo governo, e sendo o melhor meio de conseguir-se tão interessante objeto o promover-se na Europa a emigração de colonos úteis para o Império: tenho de recomendar-lhe que procure por publicações adequadas, em que faça conhecer quanto podem lucrar os homens industriais vindo estabelecer-se neste abençoado país, e pelas formas que mais convenientes lhe parecerem, que

(98) Cópia dessa correspondência é guardada na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Em 36 segundas-vias de officio, tôdas firmadas por Aureliano, entre 7 de agosto de 1840 e 7 de maio de 1842, podem ser acompanhados os múltiplos assuntos que sômente com a Legação em Paris mantinha o ativo ministro: insistentes reclamações quanto ao apresamento de navios brasileiros durante o bloqueio francês de Buenos Aires, questões de limites com as Guianas Francesa e Inglesa, compra de livros para a Biblioteca do Imperador, atitude da França no Rio da Prata, etc.

em lugar de se dirigirem para os Estados Unidos tantos emigrados, se transportem antes para o Brasil.

Tendo, pois, muito em vistas êste assunto, V. me comunicará quaisquer idéias que lhe ocorram a respeito, entendendo-se também com os outros agentes diplomáticos na Europa, se preciso fôr; podendo V. convidar mesmo, e insinuando aos cidadãos industriais dêsse país a que emigrem para o Brasil, onde acharão todas as vantagens e segura proteção da parte do governo imperial ” (99).

Relativamente aos negócios da América do Sul, não foram menos felizes as diretrizes traçadas por Aureliano. A 26 de julho de 1841, aprovou êle a oferta de bons officios, feita pelo ministro Araújo Ribeiro ao governo francês, ordenando que contribuisse, “mas nunca de modo official”, para que a intervenção da França no dissídio entre a Argentina e o Uruguai fôsse no sentido de sua terminação (100). Prevendo complicações futuras, apressou-se a reencetar relações diplomáticas com o Paraguai, para isto nomeando o capitão-tenente Augusto Leverger, depois Barão de Melgaço, encarregado de negócios e côsul-geral em Assunção (101). Também para a Venezuela e Bolívia nomeou representantes, reiniciando interrompidas relações. Com o Chile foram começadas em seu tempo as relações comerciais brasileiras. Dando provas de que o Brasil, apesar do sistema monárquico, compreendia e acatava o aspecto

(99) *Jornal do Comércio* de 28 de novembro de 1841, art. “Emigração para o Brasil”.

(100) Cópias cits., na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

(101) Guarda-se no Arquivo do Instituto Histórico o officio, da'ado de 21 de junho de 1841, que a êsse respeito dirigiu Aureliano ao Ministro de Estrangeiros do Paraguai.

americanista que devia assumir a política internacional do continente, aceitou o convite, pela primeira vez feito pelo governo do Chile, para que se realizasse uma reunião de plenipotenciários da América do Sul (102).

Relativamente à Casa Imperial, prestou-lhe valiosos serviços o primeiro ministro de Negócios Estrangeiros de D. Pedro II.

Começou por reconhecer como princesa brasileira a jovem D. Maria Amélia, única filha de D. Pedro I e da Imperatriz D. Amélia, nascida em Paris, em 1831 — e que, por má vontade do governo e do parlamento regencial em tratar do assunto, ainda não recebera aquele título, a que tinha incontestável direito. Já a 19 de agosto de 1849 escrevia Aureliano a Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, ministro do Brasil em Portugal, ordenando-lhe que, quando estivesse com a Duquesa de Bragança, mostrasse à Imperatriz Viuva, “como cousa dêle”, o ofício reservado que então lhe era enviado, para fazer sentir o interesse que pelo assunto havia tomado o governo brasileiro (103).

O casamento de D. Pedro II foi, entretanto, o maior serviço nêsse setor prestado por Aureliano Coutinho. Confiadas as negociações ao mais graduado de seus auxiliares, o oficial-maior Bento da Silva Lisboa, depois Barão de Cairu, esteve êste em Viena, por mais de um ano, tratando do assunto (104), de acôrdo com as instruções do titular de sua pasta. Logrou ultimá-lo,

(102) Cf. os cits. *Relatórios*.

(103) Carta na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

(104) Heitor Lyra — *História de D. Pedro II — 1825-1891*, (Rio, 1938), vol. I, cap. VI — “O Casamento. — Argeu Guimarães — *Em tórno do casamento de D. Pedro II* (Rio, 1942), p. 149/152.

mediante o contrato de 20 de maio de 1842, assinado com D. Vincenzo Ramires, ministro de Fernando II, Rei das Duas Sicílias, que por êle consentiu nos esponsais de sua irmã, a Princesa D. Tereza Cristina Maria, com o Imperador do Brasil. Ratificado por êste o convênio, a 23 de julho do mesmo ano, somente a 30 de maio de 1843, em Nápolis, e a 4 de setembro, no Rio de Janeiro, realizar-se-ia o casamento — já estando fóra do govêrno o ministro que o promovera.

Ao lado dessas altas preocupações, outras, não menos trabalhosas, teve de suportar Aureliano durante a última gestão na pasta dos Estrangeiros. A questão do pessoal, que tantas atenções requer dos *chancelles*, nele encontrou cuidadoso revisor. No *Relatório* de 1841, pediu autorização para reformar a Secretaria de Estado. Obteve-a pela Lei n.º 243, de 30 de novembro de 1841, fazendo-a pelo Regulamento baixado com o Decreto n.º 135, de 26 de fevereiro de 1842. Por êle foi melhorado o serviço, bem marcadas as atribuições dos funcionários, fiscalizadas as despesas e preparada a habilitação dos futuros diplomatas (105).

Tudo isto não impedia, comtudo, que tivesse Aureliano de receber reclamações quanto ao inferior tratamento concedido à Legação em Lisboa, por exemplo, formulados pelo respectivo titular Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond (106), ou mesmo que se visse envolvido em querela jornalística, por assuntos de serviço, com o irriquieto ministro em Londres, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, futuro Visconde de Jequitinhonha (107).

(105) *Relatórios* de 1843, cit., p. 3/4.

(106) Cf. carta de Drummond a Aureliano, de 10 novembro de 1840, na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

(107) No *Jornal do Comércio* de 6 e de 7 de novembro de 1842.

Não foram êstes, entretanto, os assuntos relativos à pasta de Estrangeiros que levaram Aureliano a pedir exoneração, em janeiro de 1843, numa crise política que por suas consequências merece especial exame.

18 — A CRISE MINISTERIAL DE JANEIRO DE 1843

A dissolução do gabinete de 23 de março de 1841 tem sido diversamente julgada pelos comentadores políticos da história do Segundo Reinado, quase sempre esquecidos de seus verdadeiros motivos. Limitam-se, quase todos, a aceitar a alegação de um de seus membros, o Conselheiro Paulino José Soares de Sousa, futuro Visconde do Uruguai, no sentido da existência de divergências no seio do ministério — o que atinge Aureliano — dando êsse facto como causa da crise.

Realmente, existiram essas divergências. Mas não entre vários membros do gabinete, como se tem dito, e sim apenas entre Aureliano e Paulino, cujo concunhado Rodrigues Tôrres (depois Visconde de Itaboraí), provocou o incidente que levaria aquele a exonerar-se. Importa saber, portanto, a razão dessa ruptura, para que se veja se tem cabimento as acusações que a respeito incidem sobre o *imperialismo*, o *favoritismo*, a *Facção Áulica* ou que outro nome tenha a influência do Visconde de Sepetiba em acontecimentos como o de que resultou a própria saída do poder.

Vejamos, em primeiro lugar, as interpretações que têm sido dadas à crise, em ordem cronológica:

O panfletário Timandro, no *Libelo do Povo*, assim alude à queda do gabinete de 23 de março: “E todavia a oligarquia continuou o dominar impávida nos conselhos da Corôa, desafiando e calcando a opinião pública, até o momento em que suscetibilidades e ciumes de re-

posteiro a derrubaram, e fizeram o que os clamores e interesses da nação não tinham conseguido fazer" (108).

Teófilo Ottoni, na despeitada *Circular* de 1860, não foi menos tendencioso e parcial: ... ganhava terreno na Côrte a reação conservadora, e julgava-se o Partido Conservador com fôrça para no dia 20 de janeiro de 1843 dissolver o ministério palaciano de 23 de março de 1841. — Apesar de ser triunfo de retrógrados, o dia 20 de janeiro seria um belo dia para o sistema representativo se o Sr. Paulino José Soares de Sousa, *autor principal da dissolução*, viesse explicá-la ao parlamento como filha da necessidade de fazer cessar o governo pessoal, suplantando-se as camarilhas e restituindo à sua pureza as normas constitucionais. — Nada disso; S. Excia. saiu com outros seus colegas a 20 de janeiro, para tornar a entrar dias depois. E nas explicações que deu às Câmaras, em vez de confessar a defeituosa organização do gabinete dissolvido, referiu-se assim ao fato recente:

— O Sr. Paulino — “As causas que originaram a crise ministerial que produziu a dissolução do gabinete, da qual acabamos de ser testemunhas, não são de muito recente data. Existiam entre alguns membros do dito gabinete desconfianças recíprocas, relativas em pontos de lealdade de uns para com outros. Daí nascia uma desinteligência sensível e funesta, da qual devia necessariamente ressentir-se o serviço público, o que devia influir sôbre o estado da Câmara e do país; e nunca as suas circunstâncias requereram mais união, mais harmonia e mais fortaleza nos conselhos da Corôa”. (*Jornal do Comércio* de 24 de janeiro de 1843).

(108) Timandro — *Op. cit.*, reedição da *Revista do Brasil*, p. 84.

“O Sr. Soares de Sousa guardou-se bem de deixar escapar uma só palavra que denunciasse a flagrante inconstitucionalidade da organização e dissolução dos gabinetes sem interferência do parlamento. — As recíprocas desconfianças em pontos de lealdade foram o pretexto infeliz com que se pretendeu acobertar a verdadeira causa do fato que acabava de ocorrer” (109).

Navegando nas águas do interessado deputado mineiro, como se sabe chefe da revolução vencida pelo ministério de 1841, Tito Franco, também liberal, comentou a declaração do futuro Visconde do Uruguai como prova de que tinha sido aquela desunião dos ministros, “desde a Maioridade, a política constante do imperialismo”. Anotando a declaração, escreveu o Imperador, em visível crítica à atitude de Paulino: “Tal tem sido muitas vezes o caráter dos ministros! E, em lugar de desuní-los, trato de congregá-los” (110).

Respondendo a essas acusações, historiou Melo e Matos, desde o começo, os verdadeiros motivos da crise, o que não haviam feito aqueles comentadores. São razões que inteiramente abonam a atitude de Aureliano, defensor da soberania brasileira que a Inglaterra pretendia desrespeitar, forçando-nos a aceitar a renovação ou a prorrogação indébita de um tratado inconveniente ao país, que lhe concedia verdadeiros privilégios. Injustamente atacado quando à sua orientação, preferiu retirar-se o ministro de Estrangeiros, sem discutir publicamente um assunto que não era seu, mas do Brasil.

Acompanhemos, entretanto, o resumo da situação, tal como foi exposto pelo autor das *Páginas d'História Constitucional do Brasil*: Queria o povo brasileiro, em 1840, que o Tratado de Comércio, celebrado com a In-

(109) Teófilo Ottoni — *Op. cit.*, p. 116/117.

(110) Max Fleiuss — *Op. cit.*, p. 100.

glaterra m' 1827, expirasse em 1842, quando terminava o seu prazo de 15 anos de vigência. Quis êsse país que a respectiva denúncia só pudesse ser feita passado o referido prazo. Propoz o Brasil que por arbitramento se resolvesse o dissídio, o que não foi aceito pela Inglaterra. Protestou o nosso país, entretanto resolvido, *para evitar maior mal*, a esperar que transcorresse o prazo, contado não a partir da assinatura do tratado, mas das respectivas ratificações, como arbitrariamente era exigido. A 1.º de janeiro de 1843 requereu o deputado Barreto Pedroso a comunicação à Câmara da correspondência trocada sôbre o assunto. Foi regeitado o pedido. Entretanto, a comissão encarregada de redigir a resposta à Fala do Trono quis inserir um tópico restritivo à política externa do país. Pura manobra partidária. O relator, Rodrigues Tôrres, *leader* na Câmara, parente do ministro Paulino, insinuou na sessão de 14 que naquilo havia censura a Aureliano. Êste, justamente ressentido, exonerou-se a 16. Os outros ministros fizeram o mesmo a 20. Paulino deu as explicações já conhecidas, repetidas por Teófilo Ottoni e Tito Franco. Honório Hermeto Carneiro Leão, o futuro Marquês de Paraná, chamado a organizar ministério, pela primeira vez incumbido de fazê-lo inteiramente, como assinalou o *Jornal do Comércio*, também explicou a situação do gabinete anterior, que o levara à crise, embora sem aludir, por compreensíveis motivos, à causa ligada à política exterior: "a Corôa entendeu que o gabinete passado estava dividido, e, malogradas as tentativas de o harmonizar... julgou que convinha a dissolução" (111).

Deduz-se do exposto que rebelou-se Aureliano contra a injustiça de ser criticado por uma política que era a única que o país poderia assumir diante da In-

(111) Melo e Matos — *Op. cit.*, p. 64/68.

glaterra, agravadas as nossas questões internacionais por dois recentes conflitos de fronteiras e a grave questão do tráfico de africanos, tôdas de início anterior à sua gestão e por êle seguramente conduzidas. Não têm razão, portanto, os que filiam a crise de janeiro de 1843 exclusivamente a motivos de ordem interna do gabinete, uma vez que êstes decorriam de incompatibilidades apenas entre dois ministros, um dos quais não duvidou recorrer à manobra de provocar uma censura ao seu colega, a fim de deixá-lo mal junto à opinião pública. Quem já antes disso julgava Paulino o verdadeiro "princípio dissolvente" do ministério, era o próprio Teófilo Ottoni, conforme discurso que pronunciou a 28 de maio de 1841 (112), em 1860 tendo transferido o referido qualificativo para Aureliano, na tendenciosa *Circular aos Eleitores de Minas*.

À vista da insuspeita declaração de Honório Hermeto, de que o Imperador inutilmente tentou harmonizar o ministério, também não teve razão Eunápio Deiró ao declarar em apaixonado artigo, que constitui, talvez, o maior libelo escrito contra Aureliano, que êste, "dêste modo expulso do ministério, teve ainda bastante influência para fazer o Imperador demiti-lo todo" (113).

Já um comentador mais recente, o Sr. Tavares de Lyra, depois de assinalar que no gabinete de 23 de março era Paulino o único conservador e que Aureliano "vinha do ministério passado, pretendendo ser o árbi-

(112) Cf. Melo e Matos — *Op. cit.*, p. 56. — O motivo dessa classificação de Teófilo Ottoni foi ter Justiniano José da Rocha, em seu jornal *O Brasil*, declarado apenas ter confiança em Paulino, dentre os membros do ministério de 23 de março.

(113) Eunápio Deiró — "D. Pedro II", artigo publicado no *Jornal de Comércio* de 5 de dezembro de 1892 (1.º aniversário da morte do Imperador).

tro da política nacional, em sua nova fase, como inspirador da camarilha palaciana” (no que há evidente injustiça), assim explica a crise de janeiro de 1843: “... o Partido Conservador, batidos os insurgentes de São Paulo e Minas, montada a máquina eleitoral nas províncias e perseguidos ou esmagados todos que não partilhavam suas crenças, — quis governar sem o concurso do *validismo* imperial, que lhe fazia sombra. E, como Paulino de Sousa era dos seus e Vilela Barbosa, velho e doente, Araújo Viana, sem estímulos, José Clemente, acomodaticio, e Miguel Calmon, com suas preocupações mundanas, não lhe criariam dificuldades, voltou-se contra Aureliano Coutinho, que era um lutador de fibra, e desferiu-lhe sucessivos golpes: ataques tendenciosos na imprensa, demissão de seu irmão Saturnino Coutinho (sic) da presidência do Rio Grande do Sul, para que Lima e Silva acumulasse o exercício dos cargos de presidente e comandante das armas, derrota do mesmo Saturnino na província do Rio de Janeiro, em cuja representação não entrou, ocupando apenas o terceiro lugar entre os suplentes, apesar de ser candidato oficial, acusações formais na Câmara dos Deputados, a propósito do tratado de comércio celebrado com a Inglaterra em 17 de agosto de 1827. Aureliano transigiu enquanto pôde; mas em 16 de janeiro de 1843 resolveu pedir sua exoneração, provocando a retirada de todo o ministério, dividido por incompatibilidades pessoais, conforme confessou Paulino de Sousa, ex-titular da pasta da Justiça, em discurso de 24 daquele mês e ano” (114).

Mais uma vez, portanto, caía Aureliano vítima das armas desleais como que o atingiam seus adversários. A prova de que não havia, da parte do Imperador para

com êle, o favoritismo tantas vêzes apontado, está em não ter D. Pedro insistido, apesar de tudo, em mantê-lo no ministério de que pedira exoneração ao ser atacado em questão na qual agira tão bem, servindo ao Brasil com dedicação igual às dificuldades do momento.

“Superior, mas não insensível, à calúnia e à injustiça, o Sr. Aureliano quis, com permissão de Sua Majestade o Imperador, trocar pelo repouso suas elevadas funções” (115).

Sucedia isto, porém, quando a mais alta das posições estáveis que podia oferecer a política da época já lhe havia sido assegurada: fôra escolhido senador do Império pela província das Alagoas, na vaga deixada pela morte do Marquês de Barbacena, por carta imperial de 19 de setembro de 1842. Viera em segundo lugar na lista tríplice, com onze votos menos que o primeiro colocado, Manuel Antonio Galvão, e seguido, com grande diferença, por José Clemente Pereira, seu companheiro de ministério (116).

19 — AURELIANO E O PRIMEIRO MINISTÉRIO DE HONÓRIO HERMETO CARNEIRO LEÃO.

No primeiro gabinete organizado por Honório Hermeto não poderia, certamente, haver lugar para Aureliano. Estavam separados, havia um decênio, por muitas opiniões divergentes. Haviam marchado em setores diferentes, na questão da Maioridade. Bernardo de Vasconcelos, cujas campanhas os alijara, a ambos, do ministério de 1832-1835, aproximara-se de Honório, o que para Aureliano constituiria incompatibilidade su-

(115) “Biografia” cit.

(116) Cf. Afonso de E. Taunay — *O Senado do Império*, São Paulo, 1942; p. 185.

ficiente, se já não existissem outras, dentre as quais a nítida separação, já então vigente, entre liberais e conservadores. Durante todo o ano de 1842 presidira o futuro Marquês de Paraná a sua província do Rio, mas isto o aproximou antes do grupo fluminense de Paulino de Sousa, que em junho de 1843 chamou para a pasta de Estrangeiros, onde colheu pelo menos um dos frutos da administração de Aureliano — o casamento do Imperador, acrescentando-lhe os das princezas D. Francisca e D. Januária.

Por tudo isto, era chegado o momento de afastar-se um pouco Aureliano das atividades políticas. “Socegado entregava-se ao cultivo do chá e à curiosa educação das abelhas, sôbre cujos assuntos preparou interessantes opúsculos” — escreveu anônimo biógrafo, no necrológio publicado no *Jornal do Comércio* de 20 de outubro de 1855 (117).

Assim não entendem, entretanto, os comentadores políticos, antigos e modernos, que ainda a êsse tempo do ministério conservador de Honório Hermeto fazem chegar a ação do denominado *Clube da Joana* ou da *Facção Aulica*, de que Paulo Barbosa da Silva ou Aureliano Coutinho seriam os chefes.

Coube a Firmino Rodrigues Silva (118) e Teófilo Ottoni — e não a Sales Tôrres Homem e Justiniano José da Rocha, ainda tão próximos dos fatos quanto êles — dar vida mais longa a essa lenda das manobras diabólicas dos *palacianos*, que deveria ter ficado apenas nos pasquins e panfletos da época.

(117) “Biografia” cit.

(118) No folheto *A dissolução do Gabinete de 5 de Maio* — ou — *A Facção Aulica*, de 1847, por Teófilo Ottoni erroneamente atribuído ao próprio Marquês de Paraná (na *Circular cit.*, p. 123).

“Os palacianos bem sabiam” — insinuou Ottoni — “que, se estavam arredados das doçuras do govêrno, não era por terem caído em desgraça, e sim por virtude das circunstâncias. Postos em disponibilidade... espreitavam a ocasião para vingar a injúria que em nome das desconfianças em ponto de lealdade fôra irrogada ao chefe da seita” (Já vimos que quanto ao próprio Paulino de Sousa, não quanto a Aureliano, teria maior cabimento a alusão, de acôrdo com o mesmo Ottoni). “Repelidos pelos conservadores, era natural que os oortesãos se voltassem para o lado liberal” (119).

Ora, tanto Aureliano quanto Paulo Barbosa eram liberais, não passaram a sê-lo sòmente então, e neste ponto enganam-se muitos apreciadores recentes, pouco informados da verdadeira situação partidária de ambos. Eram liberais, mas distinguam-se dos que haviam feito feito a revolução de 1842: eram antigos moderados e maioristas. Porém não eram *luzias*, matiz que precisa ser notado. Naturalmente afastados do poder, e não trabalhando surdamente contra êle, como se insinúa, conservaram-se os liberais de uma e outra feição, quer os que não se haviam comprometido naquela revolta, quer os que ainda estavam sendo julgados pelo crime de rebelião, sem que lhes acenasse o govêrno com qualquer comiserção.

Era esta, realmente, a situação, quando surgiu o incidente pessoal Saturnino-Honório, que deu causa à saída do gabinete por êste organizado. Acompanhemolo, portanto, em suas mais autorizadas versões, antes de qualquer julgamento sòbre o expressivo fim do ministério de 20 de janeiro de 1843.

Continuava aquele irmão de Aureliano no desempenho das funções — que hoje diríamos técnicas — de

Inspetor da Alfândega da Côrte, com as interrupções ocasionadas por atividades políticas de relêvo, como as duas presidências da convulsionada província do Rio Grande do Sul (1839-1840 e 1841-1842). Daquêle cargo, que exercia desde 1833, há havia saído temporariamente, por motivo de dissenção com o govêrno, uma vez, na regência de Feijó, a êle sendo entretanto reconduzido pouco depois (120). Deputado pela província do Rio de Janeiro na 3.^a legislatura (1834-1837), pela pressão contrária de Paulino de Sousa e Rodrigues Tôrres apenas conseguira o lugar de suplente na 5.^a (1843-1844), conforme já vimos.

Homem inteligente, dotado de inegáveis qualidades de ação, em 1843 publicara, além dos trabalhos anteriores, já citados, mais como fruto de sua experiência dos negócios públicos que por opposição ao ministério de Honório Hermeto, o opúsculo intitulado *Projeto para a supressão de alguns impostos e amortização de parte da dívida pública fundada* (121). Nêsse trabalho "viãam alguns uma mal disfarçada censura contra as exigências do ministério que havia causado o máu êxito das negociações com a Inglaterra" (122).

Falecendo a 10 de novembro dêsse ano, em São Paulo, o Padre Diogo Antônio Feijó, senador pelo Rio de Janeiro, resolveu Saturnino candidatar-se à vaga. Pelo *Jornal do Comércio* de 5 de dezembro lançou a sua candidatura, dando-a como não ministerial, pois não pedira a nenhum ministro para o incluir em chapa. Fo-

(120) Cf. Sacramento Blake — *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* cit., VII-198.

(121) E' interessante notar que o exemplar dêsse folheto que figurou na Exposição de História do Brasil em 1881 organizada pela Biblioteca Nacional foi exposto por "Sua Majestade o Imperador". (Cf. *Catálogo* respectivo, n.º 13.415, II-1.158).

(122) Melo e Matos — *Op. cit.*, p. 95.

ram candidatos oficiais o ministro da Marinha, Rodrigues Tôrres, o da Fazenda, Joaquim Francisco Viana, e o general Francisco José de Sousa Soares de Andréia, futuro Barão de Caçapava, que havia sido seu sucessor na presidência gaúcha, em 1840, e feliz concorrente na eleição de deputados fluminenses (123), seu declarado inimigo desde essa época, então presidente da província de Minas.

Travou-se o pleito a 14 de janeiro de 1844 e a chapa do governo venceu em tôda linha, não conseguindo Saturnino nem mesmo ser colocado na lista tríplice, encabeçada pelo futuro Visconde de Itaboraí, a 22 de fevereiro escolhido pelo Imperador (124).

Passada a eleição, julgou o governo oportuno solicitar a demissão de Saturnino do cargo de Inspetor da Alfândega, que não era de confiança política, antes tendo competido a um magistrado. Recusando-a o Imperador, por julgá-la injusta, preferiu Honório Hermeto demitir-se, e ao ministério, caracterizando-se, portanto, o caso pessoal que êle foi o primeiro a reconhecer. “O gênio altivo e assomado do primeiro ministro” — escreveu Melo e Matos respondendo a Teófilo Ottoni e Tito Franco — “tão conhecido que foi por vêzes objeto de discussão nas Câmaras, e que, em abono da verdade seja dito, não era devido a um caráter brutal e insensível, mas à extrema franqueza e expansibilidade da sua índole, veio então perturbar o desfecho da questão. — A maneira por que insistiu era bem diferente da que permite a etiqueta, e pelo menos estranha nas relações de súdito a soberano. — Quer a violência do ministro tivesse exaltado o sangue do jovem príncipe, movendo nele o receio de parecer consentir no amesqui-

(123) Melo e Matos — *Op. cit.*, p. 95/96.

(124) Cf. Affonso de E. Taunay — *Op. cit.*, p. 238.

nhamento do seu augusto caráter constitucional — quer o seu coração se tivesse revoltado contra os motivos a que era geralmente atribuída a proposta, o fato é que insistiu por sua vez na recusa” (125). Esta é a versão de Melo e Matos, que a diz confirmada pelo *Diário do Rio de Janeiro* de 22 de fevereiro de 1843.

Explicando a crise no Senado disse Honório Hermeto não lhe faltar a solidariedade dos colegas, nem a confiança do parlamento, nem a da Corôa, *que o exortára a continuar como ministro*, mas entendera que não querendo o soberano concordar com a demissão de um empregado que os hostilizava, não poderiam se conservar nos cargos (126). Ou, na versão do próprio Honório: “A causa da retirada do ministério foi uma questão pessoal. . . . O ministério entendeu que não podia continuar a servir um chefe de repartição de Fazenda que era inteiramente oposto à sua política e que por algum motivo oculto era inimigo pessoal da administração” (127).

Teve razão, portanto, em comentar Melo e Matos: “O gabinete retirou-se por uma questão de amor próprio, e não por motivo político: ora, que nas suas relações com os ministros deva o Chefe do Estado também ceder em questões de amor próprio, é tese nova, nunca até agora demonstrada” (128).

Desnecessário seria, entretanto, êsse comentário, à vista da anotação do Imperador à obra de Tito Franco: “Entendi que a demissão era injusta, e pelo *modo* por que o Carneiro Leão insistiu entendi que se cedesse me reputariam fraco. Ninguém influiu no meu espiri-

(125) Melo e Matos — *Op. cit.*, p. 96/97.

(126) Melo e Matos — *Op. cit.*, p. 98.

(127) *Jornal do Comércio* de 13 de maio de 1844.

(128) Melo e Matos — *Op. cit.*, p. 99.

to para assim proceder, e depois que meu caráter foi conhecido eu teria acedido, mesmo porque a experiência me têm provado que os vai-vens políticos reparam em mais ou menos tempo os atos injustos que originam. O *Marquês de Paraná* relevou-me de qualquer falta que eu houvesse cometido em relação a *Carneiro Leão*" (129).

Não tem, por conseguinte, nenhum fundamento, a afirmação gratuita de Timandro-Tôrres Homem, de que a crise de 2 de fevereiro fôra "uma simples vindita da Côrte" (130). Com êle concordou Teófilo Ottoni, embora acrescentando que Saturnino era "homem de grande mérito"; e que, demitido o ministério, seu irmão, "o pontífice da seita palaciana"... "foi de pronto encarregado da presidência da província do Rio de Janeiro, nomeação que dava a decifração do enigma de 2 de fevereiro" (131).

Não ficou aí a exploração do incidente.

Mais tarde o mentiroso Suetônio, em artigo n' *O País*, que infelizmente obteve imerecida repercussão, forjou anedótica versão do caso, em que o futuro *Marquês de Paraná* teria se mostrado derrespeitoso diante do Imperador (132). Desmentindo-a, completamente, nada mais decisivo que as declarações do Visconde de Ouro Preto, no Instituto Histórico, em 1906, então confirmadas pelo respectivo presidente, o segundo *Marquês de Paranaguá*:

(129) Max Fleiuss — *Op. cit.*, p. 100/101.

(130) Timandro — *Op. cit.*, p. 84.

(131) Teófilo Ottoni — *Op. cit.*, p. 119.

(132) Renetiu a imaginária cena Xavier da Veiga, na "notícia biográfica" de "Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná)", publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano I, fasc. IV, de 1896, p. 823/824 da reedição de 1934.

“Aludira o Sr. Tito Franco de Almeida à demissão do ministro Honório, depois Marquês de Paraná, porque exigiu a demissão do Inspetor da Alfândega e não a obtivera por *favoritismo*.

Declarou o Imperador: “Nunca tive favoritos. Recusei, é certo, a demissão do Inspetor da Alfândega desta cidade e concedi a do ministério, que disse fizera questão, por dois motivos. Em primeiro lugar, *não me provara* o ministro nenhuma irregularidade no procedimento daquele funcionário honestíssimo. Depois, eu era então muito moço: começava a exercer minhas funções e entendi dever mostrar que tinha vontade e resolução”.

“O Sr. Marquês de Paranaguá dá o seguinte aparte: — E o Imperador acrescentou: “Hoje não procederia assim.”.

“O Sr. Visconde de Ouro Preto (continúa): Exatamente; e mais que: “Tanto Honório não se magouou comigo, que depois serviu nos mais altos cargos de imediata confiança (133).

20 — O CLUBE DA JOANA E A FACÇÃO AULICA

Subindo ao govêrno novamente os liberais, com o ministério de 2 de fevereiro de 1844, de que eram principais figuras os senadores José Carlos Pereira de Almeida Tôrres (depois Visconde de Macaé) e Manuel Alves Branco (segundo Visconde de Caravelas), novo período iria se iniciar na vida de Aureliano, aquele em que mais acesas e repetidas seriam as acusações de aulicismo, e no qual, entretanto, êle se dedicaria, principalmente, à ação administrativa como presidente

(133) Max Fleiuss — *Op. cit.*, p. 88,

da província do Rio de Janeiro, cargo para o qual foi nomeado a 1.º de abril de 1844.

Se era liberal o ministério — nada mais natural que tivesse a sua colaboração. Tão forte já era, porém, a lenda da *Facção Aulica* e do *Clube da Joana*, que logo tomou fóros de incontestável verdade a alegação de seu domínio sobre o novo gabinete.

A primeira acusação nêsse sentido, que ficou em volume impresso, foi a recolhida no citado libelo de Firmino Rodrigues Silva — *A dissolução do Gabinete de 5 de Maio — ou A Facção Aulica*: “A experiência de 1840 em diante tem demonstrado ao país que os gabinetes se formam, vivem e se dissolvem sem nenhuma atenção às necessidades parlamentares, aos interesses do país, e à unidade e vigor da ação administrativa. O acaso, a influência áulica mística, *oculta e principalmente manejada pelo Sr. Aureliano*, decidem da organização, da política e da dissolução dos ministérios. — Esta influência é tal, tão poderosa e eficaz, que o nome do primeiro chamado para a organização de um gabinete não é seguro penhor de uma escolha de capacidades do partido a que êle pertence, porque muitos dos indivíduos indicados encontram as intrigas da *facção áulica* e prevenções pessoais que os arredam de posições para as quais os chamavam as necessidades do parlamento” (134).

Apesar dos evidentes exagêros dêste e de outros trechos, “as doutrinas do célebre panfleto repercutiram gloriosamente na tribuna parlamentar” — escreveu Teófilo Ottoni. “Delas se fez solidário no Senado o Sr.

(134) Firmino Rodrigues Silva — *Op. cit.*, 2.ª edição, de 1901, do “alfarrabista brasileiro” Francisco Rodrigues de Paiva, p. 13.

senador Bernardo Pereira de Vasconcelos" (135). Re-
pisando, com maior veemência e retardatária paixão de
néo-republicano, os seus conceitos, diria muito mais
tarde Eunápio Deiró que, com a queda de Honório
Hermeto, "Aureliano, vitorioso, contentou-se de repre-
sentar agora o papel de Lorde Bute, ao tempo de Jorge
III da Inglaterra; governava, por detraz do reposteiro,
por meio de suas criaturas. ... A aprendizagem do
jovem soberano progrediu até o ano de 1848 e durante
esse longo período a influência do Visconde de Sepe-
tiba foi irresistível, absoluta e geralmente reconhecida"
(136).

Na imprensa da época, como de costume, a acusa-
ção encontrou guarida e alimento, tornou-se certeza,
ganhou título de axiomática. Jornais de alguma autori-
dade, como *O Brasil*, de Justiniano José da Rocha (que
em seu notável folheto *Ação — Reação — Transação* evi-
tou reeditar velhas increpações contra Aureliano), ou
como a *Sentinela da Monarquia*, "publicada sob a ins-
piração de Bernardo de Vasconcelos" (137), não se can-
savam de martelar na mesma tecla da "tacção" domi-
nante, da "Joana" onipotente. Chegava o último a di-

(135) Teófilo Ottoni — *Op. cit.*, p. 123. — Quanto a Ber-
nardo, nada mais oportuno que o rifão "Ódio velho não can-
sa"...

(136) Eunápio Deiró — Art. cit. Aproveitado, por sensa-
cionalista, pois que mérito próprio não tem, por Oliveira Lima,
em *O Império Brasileiro* (São Paulo, s. d.), p. 107.

(137) Cf. o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*,
cit., I-400; Martim Francisco (III) — *Contribuinto* (São Paulo,
1921), p. 125; Octavio Tarquinio de Sousa — *Bernardo Pereira
de Vasconcelos e seu tempo*, cit., p. 238; Gondin da Fonseca
— *Biografia do Jornalismo Carioca (1808-1908)* (Rio, 1941),
p. 307.

zer que “já não temos Imperador; quem manda é Aureliano, Paulo Barbosa e Saturnino” (138).

Outro jornaléco — *O Filho da Joana* — que de 25 de fevereiro a 22 de março de 1844 deu seis números, apenas ironicamente prometia “defender sua carinhosa e respeitável mãe dos ataques que a imprensa” lhe fizesse. Não apoiando o ministério liberal, combatia, também seus inimigos Honório e Vasconcelos, *O Novo Tempo* e *o Jornal do Comércio*, êste “perigosamente na mão de estrangeiros”. Embora não aludindo diretamente a Aureliano e Paulo Barbosa, nem querendo se intrometer na questão da demissão de Saturnino — é pasquim muito baixo para que possa ser encarado como a êles favorável (139).

Em ambiente como êste, era natural que aos próprios diplomatas estrangeiros coubesse transmitir a seus governos o reflexo de uma acusação que se tornava pública. Já a 13 de outubro de 1842 escrevia para Paris o ministro francês Saint-Georges, aliás admirador de Aureliano, que êste, “não tendo nunca assumido compromissos positivos com nenhum partido, sobretudo depois da Maioridade, não se apoia senão sôbre a boa vontade do Imperador e a influência do Paço, que êle divide com o Sr. Paulo Barbosa” (140). O secretário da legação de França, Conde Ney, em officio de 4 de abril de 1844, não ficava atrás na consagração do prestígio do *Clube da Joana*: “Não se pode mais dizer,

(138) Cf. a defesa que dos três amigos da Chácara da Joana fez o primeiro número do órgão ministerial criado em 1844 — *O Novo Tempo*, dirigido por Alves Branco e José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco. (Coleção da Biblioteca Nacional).

(139) Cf. a coleção existente na Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional.

(140) Heitor Lyra — *Op. cit.*, I-189, nota.

hoje, que êle (Paulo Barbosa) não desempenhe importante papel no govêrno, pois está ligado aos ministros; todos os cantos da Joana estão cheios de carruagens; foi lá que o Sr. Aureliano, seu amigo íntimo, foi feito presidente da província (do Rio de Janeiro) e lá que se escolheu o vice-presidente; é enfim na Joana que se discutem neste momento as demissões e nomeações que tanto preocupam o ministério" (141).

Apesar de tôda essa aparente evidência, foi Joaquim Nabuco o primeiro a confessar que "a influência pessoal de Aureliano, de 1840 a 1848, constitui um dos enigmas da nossa história constitucional" (142). Porque em sua própria época houve quem sensatamente negasse êsse predomínio, o ainda hoje alegado "professorado de Aureliano" (143). "Quando o conselheiro Luís Antônio Barbosa" (parente e inimigo de Paulo Barbosa) proferiu na Câmara a sua oração contra o *circulo traçado pelos cortesãos em roda do Trono*, foi Nunes Machado, foi Urbano" (Sabino Pessoa de Melo), "quem lhe saiu ao encontro, dizendo que não acreditavam em nada disso" (144).

É, porém, o insuspeito Téofilo Ottoni, o criador do "elemento dissolvente", cujos juizos desfavoráveis a Au-

(141) Alberto Rangel — *No rolar do tempo...* (Rio, 1937), p. 174.

(142) Joaquim Nabuco — *Op. cit.*, I-42.

(143) E' êste exatamente o título do capítulo V da *História de D. Pedro II*, do Sr. Heitor Lyra, cit. — Também concorda com a influência de Aureliano o Sr. Edmundo da Luz Pinto na tese "Principais estadistas do Segundo Reinado", incluída nos *Anais do 3.º Congresso de História Nacional*, promovido pelo Instituto Histórico, 2.º vol., 1941, p. 611/614.

(144) Cita ainda Joaquim Nabuco o seguinte trecho de discurso do futuro chefe da revolução praieira: "O país não acredita nesse mexerico, o país só reconhece os poderes estabelecidos na Constituição, tudo isso a que se dá o nome de en-

reliano aqui tantas vezes já citamos, que contesta, formalmente, a influência e a própria existência da *Facção Aulica*: “Os srs. Marquês de Paraná e conselheiro Barbosa profligaram na imprensa e na tribuna os excessos da *Facção Aulica*, inculcando-a como dominadora a a mim próprio talvez me escapassem expressões análogas. — *Ha flagrante inexactidão e injustiça em uma tal imputação.* — *O Imperador não é nem foi dominado pela Facção Aulica ou por favoritos e validos, que nunca teve, e que parece fazer estudo de ostentar que não tem.* — O Sr. Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho foi sacrificado em 1843 e 1848 às exigências dos conservadores com um desapego que em nada se assemelhava a essas efusões do coração e grandes expansões de sensibilidade que em ocasiões análogas a história atribui a Luiz XVIII e Carlos X” (45).

21 — PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO

Foi como presidente da província do Rio de Janeiro, por um período que com as interrupções das sessões do Senado chegou a quatro anos, que Aureliano Coutinho melhor revelou as suas qualidades de excelente administrador.

Nomeado a 1.º de abril de 1844 e deixando o posto, definitivamente, a 2 de abril de 1848, por todo esse tempo foi êle, seguramente, o único orientador, assim da política liberal como da administração em território fluminense, embora fizesse passar pelo cargo, ligeira-

tidades de *reposteiros*, todas essas imposturas e mentiras, toda essa joana, esses farricôcos, frades, padres, aderentes, tudo isso são cascalhos, são cousas que não existem, são miseráveis repetições...” (*Op. cit.*, I-75, nota).

(145) Teófilo Ottoni — *Op. cit.*, p. 138.

mente, durante suas ausências parlamentares, os vice-presidentes Tomaz Gomes dos Santos, Visconde da Praia Grande (Caetano Pinto de Miranda Montenegro), Cândido Batista de Oliveira, Luís Antônio Muniz dos Santos Lôbo, Luís Pedreira do Couto Ferraz (depois Visconde do Bom Retiro) e o futuro Visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos (146).

Para acompanhar a ação de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho como presidente do Rio de Janeiro, nada melhor que os respectivos *Relatórios*, apresentados à Assembléia Legislativa Provincial.

No primeiro dêles (147), depois de tratar da Secretaria do Governò e do respectivo pessoal, aborda a questão da tranquilidade pública, não perdendo a oportunidade para desmentir o seu antecessor Honório Hermeto, que em *Relatório* de 1842 salientara o excessivo número de crimes então registrados na província... O Corpo Policial fluminense dispunha então de 254 homens, tendo Aureliano criado mais uma companhia de 45 guardas de barreiras, pontes e barcas de passagem.

A diminuição das rendas públicas, em consequência da má colheita e menor exportação de café, é outro assunto que toma a atenção do presidente, forçando-lhe o exame da administração da Fazenda e repartições subalternas, Mesas de Rendas, Coletorias, Tesouraria de Portos, etc., seguindo-se considerações sobre o melhoramento da arrecadação de alguns impostos e consoli-

(146) Cf. M. A. G. — *Relação dos Cidadãos...* cit., p. 130.

(147) *Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro — o Senador Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 1.º de março de 1846, acompanhado do Orçamento da Recetta e Despesa para o ano financeiro de 1846 a 1847 (Rio, 1846).*

dação do crédito das apólices dos empréstimos provinciais.

Quanto às obras públicas, fêz contratos para a construção do canal de Campos a Macaé e de parte da Estrada Normal da Estrêla, do pôrto dêsse nome à ponte do Paraibuna. Esta obra, autorizada desde 1840, provocou despesas com passagens e estabelecimento de colonos, que se havia mandado engajar na Europa. Na construção da estrada, pròpriamente, já se tinha gasto 565:000\$000.

Outras estradas também foram objeto de referências no *Relatório* de 1846, algumas em obras, outras em estudo de melhoramentos, em número superior a vinte.

Matrizes, cadeias, chafarizes e pontes, construídas ou consertadas, aí também figuram, em minuciosa relação.

Uma grande obra, suficiente para assinalar o mérito da administração de Aureliano, tem sua história nas páginas da publicação oficial: o canal de Macaé a Campos, devido, também, ao então Barão de Araruama e aos seus parentes. Uma planta litografada do canal, com suas nove comportas, aproveitando lagoas e rios, está anexa ao *Relatório*.

Outros canais ou valas aí aparecem (148), antes de alguns comentários relativos às municipalidades, que julga o presidente não terem sido beneficiadas pela lei de 1.º de outubro de 1828, motivo pelo qual lhes dirigiu convite para que expusessem por escrito suas necessidades mais urgentes.

(148) Tendo mandado fazer a planta e orçamento do canal que ainda hoje liga o pôrto de Piedade a Magé, inaugurou esta vila um busto de Aureliano, em mármore, que mandou fazer pelo escultor Pettrich, magnífico trabalho que ainda agora ali se admira.

Critica também Aureliano as defeituosas leis que regiam a instrução pública, impossibilitando os presidentes de criarem as escolas solicitadas pelos municípios, necessitando o assunto urgente revisão.

Saúde e caridade pública — inclusive a vacina contra bexigas, é o tema seguinte.

Quanto à catequese e civilização dos indígenas, assinala o *Relatório* o rápido desaparecimento dos selvícolas, no território fluminense.

No setor industrial, procurou o presidente promover a criação do bicho da sêda em Itaguaí, concedendo loterias para a consecução dos necessários créditos (149). Cuidou, ainda, da extração de azeites e óleos de diversas sementes do país, do melhoramento do fabrico do açúcar — para o qual foi contratada a vinda de maquinismos mais aperfeiçoados, — assuntos que denotam o espírito progressista do presidente. Para conhecer as suas necessidades, visitou pessoalmente as salinas de Cabo Frio; para desenvolver as atividades agrícolas da província, aconselhou a criação, na mesma, de uma escola de agricultura.

A colonização européia, que já o preocupava como ministro de Estrangeiros, como vimos, encontrou oportunidade de realização quando da presidência do Rio de Janeiro. Tendo sido o govêrno autorizado a contratar a vinda de colônos, foram feitas várias concessões a respeito, assentando-se, a 17 de junho de 1844 a remessa de 600 casais de alemães para trabalhar na nova colônia de Petrópolis. Como em vez de casais viessem famílias, com o total de 2.303 pessoas, determinou D. Pedro II ao mordomo Paulo Barbosa que oferecesse as

(149) Em agradecimento por esse serviço inaugurou o retrato de Aureliano na referida vila a Companhia Seropédica. (Cf. a cit. "Biografia").

suas terras de Petrópolis para que nelas se estabelecessem logo os mesmos colonos, visto que se destinavam à construção da estrada da Serra da Estrêla. Fundada assim, sob os auspícios do Imperador, a nova colônia — uma vez que já existia a povoação referida — prosperava ela sob a direção do engenheiro Júlio Frederico Koeler, já tendo sido feitas distribuições de lotes, colocação de colonos, construções de casas, etc., a partir de 29 de junho de 1845, data da chegada dos primeiros. Visitou-a em novembro desse ano o presidente, em companhia do mordomo da Casa Imperial. Sugeriu, a respeito, que se pedisse à Assembléia Geral a naturalização de todos os colonos que se estabelecessem em terras distribuídas pelo govêrno, e que ali se criassem escolas, contratando-se, ainda, um padre católico e um pastor evangélico para Petrópolis (150). Uma grande planta de Petrópolis — seu primeiro documento urbanístico — mandada levantar por Aureliano e gravada por Victor Larée, litógrafo francês estabelecido no Rio de Janeiro, acompanha o *Relatório* de 1846.

Comentando a administração do futuro Visconde de Sepetiba, diz o Sr. Antonio Figueira de Almeida: "No govêrno da província fez decretar o Registro de Hipotécas, baixando, em 1847, novo Regulamento da Secretaria provincial, e o célebre projeto das Posturas, de 1.º de fevereiro de 1842. Este projeto, mais do que tudo, caracteriza de um modo admirável a personalidade de Aureliano. Nunca, em tempo algum, se fez lei mais autoritária que essa, ainda que amplamente justificada pelas necessidades públicas. Se se fizesse hoje, no Brasil uma lei semelhante — crivada de penalidades

(150) *Relatório* cit., p. 80/83.

e muitas e tão cheia de exigências de toda natureza — era mais do que certa uma formidável revolução” (151).

Começa o *Relatório* apresentado a 1.º de abril de 1848 (152) por referir-se aos anteriores, e, em primeiro lugar, aos acontecimentos relativos à Família Imperial em 1847: morte do Príncipe Imperial D. Afonso e nascimento de D. Leopoldina.

Comenta, em seguida, uma das primeiras visitas do Imperador ao interior da província, em sua companhia. Já haviam estado, aliás, em 1847, na região de Campos. Percorreram, em fevereiro de 1848, a zona de Cebôlas, Paraíba do Sul, Valença, Vassouras e Iguaçu. Conforme o biógrafo anônimo de Aureliano, de 1855, “Sua Majestade Imperial perlustrou a província Norte a Sul; viu, observou tudo com seus próprios olhos, e, juiz competente, satisfeito, nomeou seu fiel delegado dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro”.

Quanto aos assuntos administrativos, trata o *Relatório*, seguidamente, da Secretaria do Governo, Segurança e tranquilidade públicas, Rendas Provinciais, — estas em “lisongeiro e animador aumento”. Examina as repartições da Fazenda e, quanto à dívida fundada da província, relata como conseguiu tomar empréstimos em condições melhores que as negociadas por seus antecessores.

No setor das obras públicas, começa por registrar os grandes trabalhos em 1847 realizados na Estrada Nova

(151) Antônio Figueira de Almeida — *História Fluminense*, 2.ª edição (Rio, 1930), p. 161.

(152) *Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, o Senador Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, na Abertura da 1.ª Sessão da 7.ª Legislatura da Assembléa Provincial, no dia 1.º de abril de 1848, acompanhado do Orçamento da Receita e Despesa para o ano financeiro de 1848-1849* (Rio, 1848).

da Estrêla, que passava por São Pedro de Alcântara de Petrópolis, Cebôlas e vila da Paraíba do Sul. Outras estradas e pontes, o aqueduto de São Lourenço, chafarizes, cáis e praça do Mercado de Niteroi, canais, muralha do Paraíba em Campos — também são abordados no *Relatório* de 1848.

Quanto à colônia de Petrópolis, recapitula como no *Relatório* de 1846 tratou de sua fundação, no de 1847 das providências necessárias ao respectivo andamento e manutenção. No de 1848 apresentou minuciosas tabelas, datadas de 29 de fevereiro, assinadas pelo novo diretor, tenente-coronel Galdino Justiniano da Silva Pimentel (153). Deixa de explicar a demissão de Koeler, por motivo de sua trágica morte. O progresso da povoação com a construção do Palácio Imperial, a distribuição das terras por aforamento, a adoção de Petrópolis como estação climática que será “a Sintra do Brasil” — são aí mencionadas. O desenvolvimento da agricultura na região e a construção da igreja, para a qual deu o Imperador 30:000\$000 — também merecem referências.

Capítulos dedicados ao culto público, à divisão civil, judiciária e eclesiástica, saúde e caridade pública,

(153) De acôrdo com a “Tabela Estatística da Imperial Colônia de Petrópolis”, datada de 1.º de janeiro de 1848, anexa ao *Relatório* cit., nela residiam então 569 famílias, com o total de 3.826 pessoas, sendo 1.357 homens e 2.469 mulheres. Funcionavam na Colônia 5 escolas. Existiam 503 casas de madeira, sendo 234 cobertas de palha, 215 cobertas de taboinhas e 54 com telhas ou zinco. Compreendiam as obras coloniais 10.056 braças de caminhos para carros, 14.780 para cavaleiros e 14 pontes. As despesas de setembro de 1846 a dezembro de 1847 atingiram 46:960\$482, mais 9:290\$554. De setembro de 1845 a agosto de 1846 a despeza da Colônia fôra englobada na construção da estrada, motivo pelo qual não está incluída nos totais citados.

catequese e civilização dos índios (de que havia somente uma aldeia organizada — a de São Pedro, próxima a Cabo Frio), população da província, instrução pública (completamente reorganizada, sob novas bases, em 1847), receita e despesa — completam o *Relatório* de 1848 — última e completa prova da capacidade de administrador amplamente demonstrada pelo presidente Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho.

22 — SEGUNDO OSTRACISMO. AURELIANO NAS CARTAS DE ARAUJO PORTO-ALEGRE A PAULO BARBOSA.

Em 1848, subindo ao poder novamente os conservadores, com o ministério de 29 de setembro, entrou Aureliano em segundo e definitivo ostracismo político, a que somente retira o caráter de completo a permanência no Senado vitalício. Desde 4 de abril deixara a presidência da província fluminense, com a subida do gabinete Paula Sousa — Sousa Franco, o último da situação liberal inaugurada quatro anos antes.

As acusações que durante todo esse período sobre ele pesaram, de intromissão na política geral, notadamente na queda do ministério de 5 de maio de 1848 e na escolha de senadores (154), embora fundadas em

(154) Principalmente no folheto de Firmino Rodrigues Silva — *A dissolução do Gabinete de 5 de Maio — ou — a Acção Aulica*, de 1847, cit. — O próprio Joaquim Nabuco, que nessa matéria sempre procura manter neutralidade, parece dar razão a essas acusações, quando transmite a seguinte versão: “A primeira nomeação de Chichorro e Ferreira França (para o Senado) foi atribuída pela oposição conservadora a uma intriga de Aureliano para fazer cair o gabinete de 5 de maio ao qual os seus desafetos favoreciam”. E mais adiante — “Alves Branco tinha-se desavindo com o poderoso Aureliano e o ministério não podia resistir à perda desse apoio. Depois de uma fútil tenta-

hipóteses e alegações vagas mais que em fatos concretos, produziram, afinal, os seus efeitos. De nada valeriam, nesta emergência, os serviços anteriormente prestados, sob a Regência e nos dois primeiros ministérios, subsequentes à Maioridade; nem a boa administração do Rio de Janeiro, patenteada em viagens imperiais como as de 1847 e 1848. Era chegada a hora de recolher-se novamente à posição de elemento à margem da política dominante, à espera da chamada que o rotativismo imperial nunca deixaria de fazer, quando realmente oportuna.

No caso de Aureliano, todavia, outras circunstâncias contribuiriam para que o ostracismo então inaugurado fôsse definitivo. Não era o mesmo homem das Regências Trinas. Dois anos e meio do ministério, quatro de presidência provincial e seis de simultânea atividade no Senado e nos bastidores, haviam pesado sobre o seu físico, como sobre o moral pesariam as constantes acusações de deslealdade para com os colegas e sobretudo as de um aulicismo que encontra mais força em simples repetições que em positivas provas. Não era um velho, mas um homem quase esgotado, apesar de seu recente segundo casamento, em 1844.

Outro golpe havia atingido, em cheio, a lenda do *Clube da Joana* e da *Facção Aulica*: desde dezembro de 1845, em satisfação às insistentes imputações de partidatismo e influência política, e logo após a uma projetada tentativa de assassinato quando descesse de Petrópolis, — fôra afastado do exercício do cargo de mordomo da Casa Imperial o grande amigo Paulo Barbosa da Silva. Nomeado ministro na Rússia, em 1847

tiva para viver sem êle, Alves Branco reconheceu que o chefe da *Facção Aulica* era a coluna da situação de 1844". (Op. cit., I-58 e 65/66).

transferido para a Prússia, no ano seguinte para a Austria, e, afinal, de 1851 a 1854 em disponibilidade em Paris (ainda por obra do velho inimigo Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai) — essa ausência de oito anos tinha por fim fazer calar a persistente insinuação, com inevitável prejuizo à carreira de ambos.

E' entretanto graças a êsse afastamento do amigo de tantos anos que podemos dispor de preciosos documentos epistolográficos que elucidam a última fase da vida de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho. Guardadas no arquivo do Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, por sua morte legado ao seu devotado auxiliar Dr. Antônio d'Araújo Ferreira Jacobina, permitiu-nos o neto dêste, historiador Américo Jacobina Lacombe, que copiássemos várias cartas trocadas entre o Visconde de Sepetiba e o mordomo transformado em diplomata. Além destas, trechos de outras curiosas e maledicentes missivas, de Manuel de Araújo Pôrto-alegre, o escritor e artista que depois foi Barão de Santo Angelo, procedentes do mesmo arquivo — enriquecem de informações e vivos comentários, embora nem sempre inatacáveis, a biografia que estamos traçando.

Começando por uma carta dêsse grupo, datada de 20 de fevereiro de 1847, são as seguintes as referências a Aureliano nela contidas, por Araújo Pôrto-alegre transmitidas a Paulo Barbosa, então em São Petersburgo:

“Na Casa Imperial tem havido um grande reboliço com a notícia da sua volta: entusiasmaram-se o Jacinto (155), o Particular dos Teatros (156), e o da Guarda-

(155) José Maria Jacinto Rabelo, um dos construtores do Palácio Imperial de Petrópolis.

(156) Antônio Moreira era o criado particular que servia nos teatros do Palácio de São Cristóvão, *Almanak Laemmert para* 1853, p. 44).

Roupa (157) em voz alta e sonóra; e pela cidade tem corrido esta voz como moeda corrente, mas com certas variantes: um que vai à Itália, outros que vem já e já; e ninguém sabe o que são estações e o que convém. Os mais sabidos dizem que uma sua carta a Aureliano dá conta da sua resignação forçada pelos médicos a regressar por que se fecharam as fontes, etc., e até há quem lhe nega as fontes.

“Vai no dia 15 de março Sua Majestade para Campos, acompanhado por Aureliano, o que tem feito cócegas a muita gente.

“Os Joanicos (158) não se vêm frequentemente. Mr. Lagos, noivo, está maluco, e não vive senão das 5 horas de tarde em diante, porque vai para casa do Aureliano ver a noiva” (159).

A 9 de junho do mesmo ano, longamente se referia Pôrto-alegre ao segundo sogro de Aureliano Coutinho, o velho Alexandre Antônio Vandelli, que supunha fôsse nomeado diretor do Museu Nacional, onde foi o missivista diretor da seção de Numismática e Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Modernas. E' uma carta que merece transcrição, pelo desabafo que encerra, onde espírito e ironia se casam num retrato que tanto é do atingido como do próprio autor:

(157) Antônio Joaquim da Silveira, criado particiular ao serviço do Imperador — talvez seja o indicado.

(158) O emprêgo da designação “joanicos”, mostra que os próprios atingidos recebiam com bonomia a propalada existência do célebre *Clube da Joana*.

(159) Manuel Ferreira Lagos, primeiro secretário do Instituto Histórico, de 1848 a 1851, membro da famosa Comissão Científica de exploração do Norte do país, foi noivo de Amália, filha do primeiro casamento de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho.

“Faleceram o Bispo de São Paulo (160) e o sóbrio Barão de Planitz (161). Dizem que o Bessa vai presidir o Teatro de São Pedro; e que o Vandelli vai para o lugar de Frei Custódio (162) e que terá de fazer análises químicas e ensinar mineralogia, geologia e... tudo explicará com os seus *Uns, Uns...* e tudo será Portugal, D. Miguel e *Uns*. Foi esta notícia recebida com especialíssimo desgosto por todos os empregados e diretores; e creio que até pelos macacos empalhados e múmias egípcias, pela certeza que têm todos de não serem de Portugal e miguelistas de coração. O consolo que temos é que se esse virtuoso príncipe, ídolo do velho, põe pé em Portugal, o nosso novo diretor nos deixará por algum tempo, para lho ir beijar a mão em Aljubarrota.

“O Vandelli diretor do Museu?! Grande Deus, valei-me no meio de tantas ruínas! Quem ousará falar em progresso diante dessa cabeça de Medusa, diante desse idealista que prefere a velocidade do Jaboti à do vapor, e que quererá moldar tudo a Portugal e a Portugal-Miguel?! A única economia que o governo faz é a da cânfora, porque o masulipatão há de preservar o Museu dos insetos, e nada se fará. E em que época vem ele? Quando acha tudo classificado e com rótulos novos; e as salas com estátuas bronzeadas, bustos de

(160) D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, foi esse quinto bispo de São Paulo falecido em 1847. (Cf. Manuel de Alvarenga — *Episcopado Brasileiro*, São Paulo, 1915, pág. 85).

(161) O Barão de Planitz, professor do Collegio de Pedro II, desenhista, foi autor de três “Árvores Genealógicas” de D. Pedro I e das Imperatrizes D. Leopoldina e D. Teresa Cristina, litografadas no Rio de Janeiro, em 1842.

(162) Frei Custódio Alves Serrão, carmelita, professor de Zoologia e Botânica da Academia Militar, terceiro diretor do Museu Nacional, de 1828 a 1847. (Cf. C. de Melo-Leitão — *A Biologia no Brasil* (São Paulo, 1938), p. 173/177).

grandes homens, colunas, grades e cousas que não viu em Portugal! Vamo-nos rindo para não chorar. Teve o Museu Frei José da Costa, Carioca (163); o Dr. Silveira, Carioca (164); Frei Custódio, do Maranhão; o Maia, Baiano (165); nasceu o Museu brasileiro e agora vai naufragar naquele casco de tartaruga pesado e boiante, cheio de esturro, esturrado, antipático, casmurático e catedrático bandarria, que... que... me faz lamas nas veias. Temos de ouvi-lo lastimar a falta de um cochicho ou eotovia; e dizer que a verdadeira lebre é a de Portugal. Como não ficará êle furioso diante da estátua do Buonaparte em Santa Helena, diante desse primor do Pettrich (166), que representa o homem abatido pelas armas portuguesas, e que fez tremer o resto da Europa?!!!

"Cuvier, Berzelius, Humboldt
Nada são ante o Brotéro;
Não são sábios da escritura,
São hereges de Lutero.
Meu pai, sim, que era católico,
Que colheu ciência em Roma,
Que era mais que um Averroes,

(163) Frei José da Costa Azevedo, franciscano, professor de Botânica e Zoologia da Academia Militar, primeiro diretor do Museu Real, depois Imperial e Nacional, de 1818 a 1822. (Cf. C. de Melo-Leitão — *Op. cit.*, p. 169 e 172.

(164) Dr. João da Silveira Caldeira, segundo diretor do Museu Nacional, de 1823 a 1827. (Cf. C. de Melo-Leitão — *Op. cit.*, p. 172).

(165) Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia, diretor da seção de Anatomia Comparada e Zoologia do Museu Nacional.

(166) Notável escultor alemão, por quatorze anos residente no Rio de Janeiro, onde deixou valiosos trabalhos, principalmente estátuas e bustos do Imperador e de diversos políticos, inclusive Aureliano Coutinho. Não era dinamarquês, como escreveu Carlos Rubens na *Pequena História das Artes Plásticas no Brasil* (São Paulo, 1941), p. 260.

Outro herege de Mafoma.
 Nada de França e Germânia,
 Busquemos ciência em al,
 Quero tudo a portuguesa;
 Ciência? — a do Portugal!!!”

Tôda essa montanha de acusações e prognósticos não teve, entretanto, nenhum resultado, pois a 16 do mesmo mês e ano em que Pôrto-alegre escrevia a carta contra o sogro de Aureliano, foi nomeado para o referido cargo de diretor do Museu Nacional não êle, e sim o Dr. Frederico Leopoldo César Buramaqui, lente de Mineralogia e Geologia da Escola Militar (167)..

Ainda no mesmo ano de 1847, a 15 de setembro, dava Araújo Pôrto-alegre a Paulo Barbosa as últimas notícias de amigos e inimigos, em carta redigida com a vivacidade habitual:

“O relatório do Lagos fêz esquecer os do Cônego Januário por haver nele mais conhecimentos científicos, mais jogo de harmonias, que não possuía aquele ilustre homem que era puramente um literato.

“Com o meu grando hospital doméstico não tenho saído de casa, e uma única vez que fui à Praia Grande, não encontrei o Sr. Alpoim, que foi definitivamente demitido de tudo! e à maneira de quem tira a sardinha com a mão do gato; porque foi o caixeirão do Sr. Aureliano quem o fêz (168). O Sr. Aureliano teve um

(167) Cf. C. de Melo Leitão — *Op. cit.*, p. 177.

(168) Francisco dos Reis Alpoim, que trabalhara nas Obras Públicas da província do Rio de Janeiro, era cunhado de Paulo Barbosa, conforme informação do Sr. Américo Jacobina Lacombe. — A atribuição de sua demissão a Aureliano, mostra o propósito inamistoso de Pôrto-alegre. O “caixeiro do Sr. Aureliano”, mencionado pelo maledicente missivista, era ninguém menos que José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco, 2.º vice-presidente da província do Rio de Janeiro, em exercício

um grande triunfo, uma manifestação valente das simpatias que óra gosa: tomou posse na Praia Grande, e houve Te-Deum &&&, mas todos os oficiais da Guarda Nacional mandaram parte de doentes, exceto três que quizeram obsequiar o popular Presidente.

“O nosso amigo Cândido Batista (169) me disse que: o Saturnino se tem algumas obrigações para com seu irmão, estão pagas com juros; porque é éle e só éle, o que suporta o imenso fardo de seu irmão (170), e é por éle somente que o govêrno tolera um homem que não tem considerações nenhuma com o que é justo; e nestes últimos tempos tem-se tornado despótico e de uma intolerância revoltante”.

Segue-se um trecho que se julgou melhor não transcrever, tão visível é o intento nele revelado de achincalhar a figura de Aureliano. Termina a carta com a notícia das eleições para a diretoria do Instituto Histórico, em que mais uma vez coube ao futuro Visconde de Sepetiba a vice-presidência da associação de que fôra um dos fundadores.

Noutra carta, datada de 4 de outubro, ainda de 1847, dirigida à esposa de Paulo Barbosa, D. Francisca de Paula dos Reis Alpoim Barbosa da Silva, aassiim commentou o jovial Pintor da Imperial Câmara a movimen-

durante uma das ausências daquele, entre 2 de maio e 20 de setembro de 1847. (Cf. M. A. G. — *Relação dos Cidadãos*, cit., p. 130).

(169) Conselheiro Cândido Batista de Oliveira, também vice-presidente da província do Rio numa das ausências de Aureliano, em 1845. Foi vice-presidente do Instituto Histórico, eleito em 1847, senador pelo Ceará de 1848 a 1865.

(170) Saturnino de Sousa e Oliveira era então ministro dos Negócios Estrangeiros do gabinete de 22 de maio de 1847, presidido por Manuel Alves Branco, 2.º Visconde de Caravelas.

tada e inútil escolha senatorial de Saturnino de Sousa e Oliveira:

“O Paço de São Cristóvão andou em um reboço terrível: o mulherio todo assanhou-se e dividiu-se em dois partidos: um queria o São Salvador de Campos (171) para nos salvar no Senado; o outro queria que os salvadores não se salvassem, pois eram do novo partido, que agora anda por aqui, e que se intitula — o voto livre. O Imperador não quiz salvar os Campos, antes quis arruiná-los, pois escolheu o filho de Saturno, que dizem ser bom rapaz de quarenta e tantos anos, apesar de que seu pai, segundo a fábula, não é sujeito com quem se brinque muito. Estamos à espera de ver o que se passa em Maceió, pois tinha esta terra por si e com grande afinco, a Imperatriz. O Salvador é natural que fique republicano por 15 dias, e que depois se vá acostumando a ver a toga senatorial nas costas

(171) José Alexandre Carneiro Leão, Visconde de São Salvador de Campos, fôra o enviado especial a Nápolis, encarregado de acompanhar a Imperatriz D. Teresa Cristina ao Brasil, em 1843. Durante a viagem do Imperador ao Sul, em 1845, ficára incumbido de zelar pelo Príncipe Imperial D. Afonso, nascido no mesmo ano. Pessoa, portanto, da maior confiança de D. Pedro II, que entretanto preferiu escolher Saturnino, aliás muito mais votado. Era tio e cunhado da Marquesa de Maceió, Dama do Paço, visada na referência de Pôrto-Alegre. A eleição senatorial de Saturnino também esteve ligada à tomada de contas de que resultou a demissão e morte de Koeler: “Dizem que seu crime foi agenciar votos para o Visconde de São Salvador e eu o creio”; escreveu Pôrto-alegre a Paulo Barbosa, em carta de novembro de 1847, citada pelo Sr. Américo Jacobina Lacombe em “A Fundação de Petrópolis (papel de Paulo Barbosa)”, conferência no Instituto Histórico de Petrópolis, publicada em *Centenário de Petrópolis — Trabalhos da Comissão*, Petrópolis, 1939, II-213.

do Saturnino; que dizem todos ser muito bem empregada, e eu também”.

Apesar de escolhido senador pelo Rio de Janeiro por Carta Imperial de 11 de outubro de 1847, não chegou Saturnino a tomar posse da cadeira, pois faleceu a 18 de abril do ano seguinte, antes de aberta a sessão parlamentar, aos 44 anos de idade, quando ainda se lhe poderia esperar brilhante carreira política.

23 - CORRESPONDÊNCIA DE AURELIANO E
PAULO BARBOSA

Melhor que as cartas de Araújo Pôrto-alegre a Paulo Barbosa, exemplificarão a amizade dêste por Aureliano as que êles mesmos trocaram, já então se encontrando em Berlim e Viena o mordomo e general de engenheiros transformado em diplomata, e em pleno ostracismo Aureliano, de acôrdo com os originaes gentilmente fornecidos e explicados pelo Sr. Américo Jacobina Lacombe:

“Berlim, 10 de dezembro de 1848

Meu Aureliano

Com indizível prazer recebemos a tua de 18 de setembro. Foi lida e relida, coberta de lágrimas de minha mulher, que é muito tua amiga, e de tua familia, e que não pode ouvir falar em Saturnino sem chorar. E' morte que havemos de sentir tôda a vida, que não é já longa. Cá vi que o govêrno decretou uma pensão aos filhos...

Muito cuidados nos tem dado a Amália. Estimamos muito que vá melhor. Agradecemos as notícias do Sr. Vandelli, e não as tivemos da pequenita. Exigi-

mo-las. Saudamos muito à Exma. Sra. D. Narcisa (172). Não dizes se tens tido novos filhos, nem como estão tuas outras filhas.

Meu irmão (173) é um santo homem, mas um asno completo. Pois não foi pedir a Pedro Samouco (174) uma licença para mim? E perguntar-lhe qual o destino que me quer dar? Eu lhe dou uma pitada com que há-de espirrar! Ora, que te parece, dizendo-os meus inimigos, que eu vim desterrado, aparecer meu irmão a pedir, talvez pelo amor de Deus, uma licença para rever a pátria! Se, o que é impossível, eu fôsse nomeado e escolhido Senador, tudo espontaneamente me estimaria, porque fala o amor próprio; mas eu pedir... nada...

(172) D. Narcisa Emília de Andrada Vandelli de Oliveira Coutinho, segunda esposa de Aureliano, com a qual se casará a 25 de novembro de 1844, na freguezia do Engenho Velho, no Rio de Janeiro. Filha de Alexandre Antônio Vandelli e de D. Carlota de Andrada Vandelli. Neta materna de José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, e de D. Narcisa Emília O'Leary, de origem irlandesa. Foi Dama Honorária do Paço e Viscondessa de Sepetiba, longamente sobrevivendo a seu marido. — "Dama de rara elevação espiritual, possuía insignas dotes naturais de epistológrafa, à maneira de Madame de Sevigné, de cuja mentalidade, essencialmente cristã, também participava, com aquela mesma nota de dignidade e correção em tudo, a um tempo simples e grave, sem afetação". (E. Vilhena de Moraes — "Introdução" ao *Elenco das Publicações e dos Documentos apresentados pelo Diretor do Arquivo Nacional à Comissão dos Centenários de Portugal* (Rio, 1941), p. XI. E, do mesmo autor, *Novos aspectos da figura de Carlas* (Rio, 1936), p. 303/308).

(173) Antonio Barbosa da Silva, fazendeiro em Bananal.

(174) Apelido de Pedro de Araújo Lima, muito surdo, então Visconde de Olinda, ministro dos Negócios Estrangeiros e Presidente do Conselho.

Morremos cada dia de saudades dos nossos amigos; mas vão-se enxugando lágrimas, até ver o que Deus determina de nós. Ribeiro (175) vai bem, Odorico (176) também. Saudamos a tuas Manas, Sobrinhos e Cunhados, o que tu não farás, por preguiçoso. Fala-me no teu estabelecimento e onde é. Recebam nossos corações.

Teu Amigo velho do C.

Paulo

P. S. — Quando responder, e sabe Deus quando será, torna a ler esta, para o fazeres com juízo, e conhecimento das perguntas”.

E agora uma expressiva carta de Aureliano Coutinho a Paulo Barbosa da Silva, datada, já, de 1850:

“Paulo, Amigo

Ansiosos todos nós, os teus amigos, por notícias tuas, temos andado em procura de quem as tenha certas, pois corria que havias tido uma recaída, de que ficaras paralítico; vê que desgosto e tristeza teríamos, e quando nos penalizava teu estado, e a má-gua da Exma. Sra. D. Francisca! Hoje porém li a que esta Sra. escreveu à sua mana D. Joaquina em 9 de abril, na qual pinta tua moléstia com tôdas as suas fases aflitivas, mas conclui que te vais restabelecendo, o que Deus permita. Meu Paulo, posto que o Brasil fôsse este ano fatal a muita gente, foge para êle; teu estado melindroso de saúde deve aconselhar-te que não passes outro inverno na Europa. Se a gente que hoje governa aqui fosse tua, e minha

(175) José Ribeiro da Silva, diplomata.

(176) Manuel Odorico Mendes, escritor, amigo comum.

amigã, poder-se-ia tentar a tua remoção para Paris, ou Nápolis; mas eu creio que só te querem longe, e que se lhes chegasse a notícia de que havias morrido, as palavras que lhes viriam logo aos lábios seriam — “Tanto melhor; pode-se agora dar o lugar a F”. — Vejo pela dita carta da Sra. D. Francisca que pediste uma licença, e que não a recebeste ainda — vou indagar se t’a deram, e no caso contrário farei *indirectamente* esforço para que t’a deem por um ano, para tratares de tua saúde *onde melhor te convier*, insinuando que talvez vás êste ano para a Itália, a ver se assim facilito a concessão. Aqui tem corrido pela boca pequena que o I. te mandou occultamente chamar (177), por estar descontente com J. M. V. (178); eu tenho desmentido êsse boato dizendo que estou persuadido que o I. nêsse caso obraria francamente, mandando-te uma licença a pretêxto de tua moléstia. A Imperatriz, antes de ontem, indo eu com minha mulher cumprimentá-la por terem chegado de Petrópolis, onde estiveram desde dezembro fugindo das tebras reinantes, perguntou-me com muito interêsse se eu tinha noticias tuas, e como estavas, mostrando-se muito sentida de teus padecimentos aí. — A febre rapou muita gente; desde janeiro até junho enterrei 11 pessoas em minha casa de São Cristóvão, a saber — a minha filha mais nova, uma mulatinha de 16 anos, cria da casa, e nove escravos; eu mesmo, e duas outras meninas, estivemos quase a despedir-nos, e ainda estamos convalescentes; foi uma horrivel calamidade, como nunca se viu aqui. Deus queira que

(177) O Imperador. Também Caxias assim se referia a D. Pedro II, em suas cartas.

(178) José Maria Velho da Silva, substituto de Paulo Barbosa na Mordomia.

não volte. São mortos B. P. de Vasconcelos, Visconde de Macaé, Galvão Senador, Nabuco Senador, Paula Silva do Samuel, Joaquim Valério — e muita outra gente. Os que fugiram para Petrópolis passaram ali otimamente, bem como para a Tijuca.

Peço-te que me recomendes muito e muito à muito amável Sra. D. Francisca, a quem minha mulher, filhas e sogro Vandelli fazem seus cumprimentos, e a ti, cujo inteiro restabelecimento desejam de coração. Saudades ao bom Odorico, parabens ao estimável Ribeiro, cuja fortuna todos estimamos, pois bem a merece (179); e tu, toma o meu conselho, vem para o Brasil, antes aqui com vida sem figurar no mundo, do que morrer aí — o frio deve ser-te fatal.

Adeus, meu Paulo, crê que sou sempre de coração

Teu afetuoso amigo
Aureliano

Rio, 4 de julho de 1850^o.

24 — ÚLTIMOS ANOS

O assunto da volta de Paulo Barbosa ao Brasil continuava, como se vê, a preocupar os seus amigos. Manuel de Araújo Porto-alegre também insistia por ela, em carta de 10 de julho de 1851, procedente do mesmo arquivo citado, embora noutra diapasão e sem perder oportunidade para mais uma alusão ferina a Aureliano:

“V. Excia. sabe que a maior glória cabe ao que remata o edifício do que àquele que cavou o alicerce;

(179) José Ribeiro da Silva havia se casado com uma princesa russa,

assim como se enreda a história, e o quanto valem os atos oficiais: o pai de Petrópolis, o seu legítimo pai, passa fugitivamente em um relatório, e aparece como figura terciária no lugar que lhe usurpa o egoísmo oficial, e uma amizade pouco louvável. Bobadela é autor do aqueduto da Carioca somente por que lhe pôs a segunda ordem de arcadas e mandou gravar a lápida que se embutiu num pegão dos arcos e no entanto o brasileiro Vaía (180) ficou para a margem do Lethes!"

Do mesmo ano de 1851 é outra longa carta de Aureliano a Paulo Barbosa, bastante significativa quanto à sua vida, já nos últimos anos e à margem de quaisquer atividades políticas mais notáveis, apesar de sua condição de senador. O ostracismo que com pouca amargura sofria, e que foi bem conhecido de quantos se sujeitaram ao rotativismo dos partidos imperiais, encontrava derivantes em leituras e pequenas distrações, como adiante se verá:

"Meu caro Paulo"

Hoje, 11 de dezembro, me foi entregue a tua de 2 de outubro último, que chamas de *saca-rolha* a ver se me desaforas creio que haverá alguns seis meses que não usas de *saca-rolha* e todavia tenho te escrito durante êles, solicitando novas tuas, e da minha amável Sra. D. Francisca, de quem nesta casa se fala quase todos os dias com saudades. Falas em

(180) Enganou-se Araújo Pôrto-alegre em atribuir a Luis Vaía Monteiro, o *Onça*, governador do Rio de Janeiro de 1725 a 1732, a glória do início da construção do Aqueduto da Carioca, pois ela compete ao seu antecessor Aires de Saldanha de Albuquerque. (Cf. Noronha Santos — "Aqueduto da Carioca", na *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 4, 1940, p. 16).

ingratidoens (sic), ah! meu amigo dêsse mal devia eu queixar-me, não me tivesse tornado um filósofo
 o mundo sempre assim foi e será *per omnia secula*. Estás em êrro quando dizes que “longe de mim os amigos se apagam do meu coração”; é que o meu coração conhece o valor da amizade pela realidade dela, e não pelas fórmulas.

Desde dias que não ouço senão estas perguntas — “Como explica a demissão do Paulo? éle a pediu? vem para o Rio? quando chega? o Imperador o mandou vir? virá para a Mordomia?” — a todas respondo: *je n'en sais rien* — e de fato nada sei (181). Perguntei há dias a teu mano se sabia alguma cousa, disse-me que indo ao Paulino (182), êste com o seu impagável jesuitismo, mostrou-se sentido da demissão, mas disse que fôra uma necessidade da administração, nos despachos que fêz não tinha para ti lugar que correspondesse à categoria em que estás; e eis aí está como foi a tua é impagável êste jesuíta suportar um inverno na Europa. Se te demoras lá, procura ao menos clima benigno; olha que gente velha que passou anos no Brasil corre perigo com os invernos da Europa; eu creio advinhar que por ora não vens cá!

(181) A 18 de novembro de 1851 fôra Paulo Barbosa substituído em seu posto de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto ao Imperador da Áustria. Posto em disponibilidade, permaneceu em Paris até 1854, quando voltou ao Brasil e às funções de mordomo da Casa Imperial. Cf. Américo Jacobina Lacombe — “Paulo Barbosa e a fundação de Petrópolis”, memória apresentada ao III Congresso de História Nacional, em 1938, — e — “A Fundação de Petrópolis (Papel de Paulo Barbosa)”, cit., trabalhos incluídos no 2.º vol. de *Centenário de Petrópolis* — *Trabalhos da Comissão*, cit.

(182) Paulino José Soares de Sousa, depois Visconde da Uruguai, era então ministro dos Negócios Estrangeiros.

Aí vão respostas aos teus quesitos —

Amália ainda é solteira e sempre doentinha, e muito boa menina. Ernesto está defendendo teses e toma êste mês o gráu de Doutor em Medicina, ficando habilitado na arte de fazer defuntos; é vadio, mas tem extraordinário talento. O Ir. Rosa (183) *bai bibendo* (sic); disse-me outro dia, apenas fui entrando em sua casa, e com voz muito alterada — “Não se pode aturar esta sua terral mandaram-me um papagaio para o Presidente Pedreira (184), recomendei a esta gente que o recolhesse do sereno, deixaram-no pendurado aí fóra, de modo que dormiu ao sereno e pode agora morrer sem que eu tenha culpa; maldita terra em que tais desgraças acontecem!” E’ sempre o mesmo Ir. Rosa, de resto bom homem, amigo de seu amigo. O tio Duarte (185) está o mesmo; vejo-o poucas vêzes, porque moro agora em Niteroi, junto da Armação, e êle no Engenho Velho; contudo vem aquí algumas vêzes jantar comigo e falamos sempre em ti; o mesmo acontece com o bom Vigário do Engenho Velho (186), que há dias me trouxe boa goiabada de Campos, e todos me perguntam sempre por ti com muito interêsse. O Freire Alemão, vejo-o de 15 em 15 dias no Instituto Histórico, onde ainda vou porque teimaram em honrar-me com a nomeação de Vice-Presidente apesar da

(183) Talvez um cunhado de Aureliano, de seu primeiro casamento, ou tio de sua primeira mulher.

(184) Luiz Pedreira do Couto Ferraz, depois Barão e Visconde do Bom Retiro, então presidente da província do Rio de Janeiro.

(185) Talvez o conselheiro Francisco de Paula Pereira Duarte, Fidalgo-Cavaleiro da Casa Imperial.

(186) Em 1853 era vigário colado da freguezia de São Francisco Xavier do Engenho Velho o padre José do Desterro Pinto, (Cf. *Almanak de Laemmert para 1853*, p. 123).

esquivança em lá ir e vou porque o Imperador assiste sempre às sessões e deseja que se não falte me perguntam notícias O Bispo de Crisópolis há tempos está na Ilha Grande, onde foi tomar ares no convento de seus antigos confrades (187). A Família Imperial está boa e na primeira oportunidade farei os teus cumprimentos. O velho Vandelli e a menina Júlia (188) estão morando perto do Marquês de Itanhaém; êle parte de seus trastes em minha casa aqui, que ocupam um quarto que está fechado (e me faz bem falta); diz não gostar de Niteroi e prefere pagar uma casinha perto do Marquês para o *can can* à noite (com a Marquesa, o Antônio Pedro, que o do Marquês não se entende); está certo que em adoecendo minha mulher o irá buscar para o tratar.

Vendi a minha casa de São Cristóvão, e posto que barata fiz negócio tinha alugada por 1 conto, estava estragada e precisava reparos de 2 a 3 contos e vendi por 20 apólices que me dão 1:200\$ livres de décimas, de cupim, do fogo, etc.; desde que eu alí passava mal de saúde, achei melhor vendê-la; vendi também e com gosto o pequeno estabelecimento que tinha começado perto da Fábrica de Pólvora (189), assim o Paquequer e vou reduzindo tudo

(187) Frei Pedro de Santa Mariana, eleyado a Bispo de Crisópolis quando Aureliano ministro de Estrangeiros, em 1841, era carmelita.

(188) Júlia de Andrada Vandelli, filha solteira de Alexandre Antônio Vandelli e de D. Carlota de Andrada Vandelli. (Cf. José Bonifácio de Andrada e Silva — “Apontamentos Genealógicos da Família Andrada”, separata da *Revista do Instituto Histórico*, tomo 76, vol. 127, de 1913, p. 33).

(189) Refere-se Aureliano ao sítio para o qual se retirou, finda a presidência da província do Rio, próximo à “base da

a apólices, que não me dão cuidados e desgostos, são fáceis de partilhar por minha morte, nem morrem como os pretos. Isto, o abandono da política, a vivenda longe do barulho, faz com que só me ocupe hoje: 1.º dos malditos autos, enquanto não me aposentam (190); 2.º da leitura de livros que me agradam e estes são os de ciências naturais; 3.º da educação de meus filhos, e por distração algum voltarete, e gamão, quando há parceiros. A propósito, se vieses breve, vê se me trazes — a *Exposição do Sistema do Mundo*, por Laplace — que aqui não acho e que desejo ter; respondo-te pelo seu custo.

Ora, eis uma carta longa, que vale por muitas tuas; e para rematar contar-te-ei uma galante que Marques Lisboa (191) quando aqui esteve me contou. Tu lhe tinhas escrito, e elle recebeu a tua carta estando em casa do Calmon (192); ao ver a tua letra, disse: "E' carta do Paulo". Ao que o Calmon lhe perguntou "Quantas mentiras lhe dirá aí o Paulo?" Ao abrir a tua carta viu Marques Lisboa que tu lhe dizias *à peu près* o seguinte: "A esta hora estará você aí regalando-se de ouvir mentiras ao Calmon". A ser comigo eu teria logo dito ao Calmon que tu não lhe ficavas de-

Serra da Estrela, junto do lugar denominado Fragoço", onde, sòzinho, longe de sua numerosa família, começou a edificação de um retiro, a que elle dava o nome de seu leito de pedra e cal". (Cf. o necrológio do Visconde de Sepetiba no Instituto Histórico, por Manuel de Araújo Pôrto-alegre, *Revista cit.*, p. 72).

(190) Continuava a exercer o cargo de desembargador de Relação da Córte.

(191) José Marques Lisboa, representante do Brasil em várias còrtes européas.

(192) Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Visconde e Marquês de Abrantes.

vendo nada. Porém o diplomata Lisboa apenas sorriu-se e guardou a carta e visitando-me contou-me esta de que muito gostei.

Dize por mim muitas cousas amáveis à amabilíssima Sra. D. Francisca. Mil saudades ao Odorico e sua familia.

Adeus, meu Paulo. Goza inteira saúde, sê feliz como de coração desejo.

De política não te falo; uns dizem que tudo vai às mil maravilhas e que o nariz do Paulino é um portento; outros vêm tudo em côres negras para o futuro.

Minha mulher e filhas saudam a Sra. D. Francisca, e a ti. E adeus.

Teu amigo de coração
Aureliano

Rio - 11 de dezembro de 1851".

Das ocupações intellectuais de Aureliano nessa época, mencionadas na carta acima transcrita, também deu conta o biógrafo anônimo, de 1855: "Deleitando-se com a leitura da astronomia, da geografia, das ciências físicas em geral, e compondo mesmo excellentes resumios sôbre tais matérias, nem por isso afastava os olhos dos sulcos da náu do Estado singrando pelos funestos portos" (193). Prova disto, e ainda de preocupações de outra ordem - o interêsse pelo

(193) "Biografia" cit. - "Em suas últimas férias escreveu um tratado de geografia para seus filhos; alguns artigos em favor da colonização; e, sôbre todos, um no qual perfilhou as idéias astronômicas de um autor que ainda não foi aceito pela maioria dos sábios". (Manuel de Araújo Porto-alegre - *Necrólogio* cit., p. 73).

magnetismo, então em grande moda — encontram-se nas duas cartas seguintes, de 1853 e 1854:

“Paulo, amigo

Sei que estás de todo restabelecido, e que a Exma. Sra. D. Francisca, minha Senhora, goza saúde, e isto para nós é muita satisfação.

Rio-me comigo só, quando daqui e dali se me pergunta se chegas no próximo paquete. “Não sei” — é a minha resposta; “Mas êle não lhe mandou dizer quando vem?”. “Não”. “Corre que o Imperador o mandou vir, e F. teve carta dêle em que diz estar aqui breve”. “Não sei”. — E cá comigo assento que fazes bem em ir assim espaçando a época das novas intrigas e decepções, para que sofras o mal quando absolutamente não poderes esquivar. És cá muito desejado por uns e temido por outros que vêm ao longe ainda o *espantalho da Joana*. Eu continuo no meu santo retiro, ora vendo Autos e provarás que nada provam, ora indo ao Senado somente votar segundo minha consciência, que, não sei porque, nunca pôde estar de acôrdo com Vasconcelos e os seus bem aproveitados discípulos (194); e quando entro de semana (195) converso literatura, geografia, magnetismo, etc. e deixo que Deus governe o seu mundo como julgar melhor.

(194) Alusão, talvez, a Honório Hermeto Carneiro Leão, então Visconde de Paraná e Presidente do famoso Gabinete da Conciliação, movimento político que conseguiu realizar, mas que não pôde, entretanto, compreender antigos adversários com os antecedentes de Aureliano Coutinho.

(195) Quando entrava no exercício do cargo de camarista junto ao Imperador, em consequência de seu título de Gentil-Homem da Imperial Câmara, obtido por ocasião do ministério da Majoridade.

A propósito de *magnetismo*: um fato maravilhoso que aqui presenciei fêz-me querer ver outros e estudar o que há sôbre êsse poderoso agente; e não só estudar como experimentar por mim mesmo; hoje magnetiso e tenho obtido resultados vantajosos quanto à propriedade curativa desse fluído, bem como fenômenos psicológicos bem notáveis. Como são aqui raros e de muito custo os livros que tratam dessa matéria, remeto-te a lista junta e peço-te que m'os compres aí, e ou m'os tragas ou m'os envies a Wallestein (196), ou por quem não pague direitos, para que me cheguem o mais baratos possível, e o mais brevemente que ser possa; peço-te isso encarecidamente; ao mesmo Wallestein entregarás por ordem tua o seu importe (devem vir encadernados).

Consta-me que tens aí assistido a sessões magnéticas e visto o célebre *Alexis* e outros sonâmbulos notáveis; dize-me o que viste de mais extraordinário; e que juízo formas do magnetismo animal e seus fenômenos; peço-te uma longa carta a êste respeito porque aqui muita gente duvida ainda dos fenômenos mais dos que os autores referem como muito maravilhosos (alguns dos quais tenho visto já).

Todos passamos sem maior novidade, e nos recomendamos muito saudosos à muito amável Sra. D. Francisca, a quem peço tome esta por sua e receba muitas e muitas saudades; é impossível esquecer-la um só momento; e'a, sim, pode esquecer-nos no meio dos divertimentos de Paris, o que os amigos verdadeiros desculpam.

(196) A firma Wallerstein, Masset & Cia., estabelecida à rua do Ouvidor n.º 70.

Adeus, meu bom Paulo, tem saúde que é o que mais te desejo.

Teu do coração
Aureliano

P. S. — Aí vai a lista dos livros que peço.”

Acompanha esta carta uma lista de 25 obras sôbre magnetismo, à qual acrescentou Paulo Barbosa outra lista dos respectivos preços do livreiro e mais um recado de Aureliano, em toalha solta:

“Paulo — Se os livros que peço forem baratos, e puderem vir contigo, ou de modo que não paguem direitos — manda-me 2 exemplares de cada obra, porque uma será para um amigo que também os quer mandar vir; e quando não eu disporei aqui com vantagem minha de um exemplar, e o outro me ficará então mais em conta”.

O mesmo assunto continúa na carta seguinte:

“25 de fevereiro de 1854.

Paulo, amigo

Estando agora de semana em Petrópolis, recebi a tua de 4 de janeiro, que nos deu a todos os teus amigos muito prazer, e ao Werna (197), que alí se achava com a Mãe, fui presente das tuas recomendações; eu e todos os meus passamos sofrivelmente e muito nos recomendamos à Exma. Sra. D. Francisca, a quem desejamos tudo o que é bom, e de quem falamos muitas

(197) Capitão-tenente e veador Ernesto Frederico de Werna e Bilstein, filho de D. Joaquina Adelaide de Werna e Bilstein, Dama do Paço em serviço.

vêzes sempre com saudades. O velho Vandelli depois de brigar com o Marquês e a Marquesa de Itanhaém, com Antônio Pedro (dos quais todos era íntimo amigo) brigou também com a filha, e comigo, isto é, enfadou-se, e não poz mais os pés em minha casa; sei que está bom, mas sempre casmurro, e rosnando contra tudo. Ernesto formou-se em Medicina, mas creio que há-de ser tanto Médico quanto eu; todavia está empregado como Cirurgião da Armada, curando não sei que gente da Marinha, mas sem procurar clínica....

Na tua me dizes que envias a lista das obras de magnetismo já esgotadas, das que existem, para que eu te diga quais pretiro; eu tinha te mandado uma lista das que queria, mas como provavelmente perdeste não só esta, como mesmo a que dizes que me envias, pois que cá não chegou, e como além disso depois que te escrevi chegaram ao Rio muitas obras dessas que eu pedia, a avidez de lê-las fez com que eu comprasse algumas das que te havia encomendado, e por empréstimo li outras de modo que hoje só desejo que me tragas, ou mandes por portador seguro (porque não creio ainda que venhas cá tão cedo) as obras de magnetismo do Dr. Despine Pai, que foi diretor do Hospital de águas sulfurosas de *Aix-les-Bains* na Saboia, porque as vejo muito citadas e recomendadas nas obras que tenho lido, e os livreiros aqui não as têm; e se em 1854 sair alguma coisa notável, e que valha a pena de ler-se, estimaria ver. Tu que estás aí no centro das ciências, e que tens ido ver o célebre sonâmbulo *Alexis*, nada dizes do que pensas do magnetismo e seus fenômenos; terás medo de passar por *dupe* ou charlatão? ou entende que o são os que por verem e praticarem admiram tais fe-

nômenos? O Dr. Jacinto (198) veio daí maravilhado do Alexis, mas diz que receia passar por tolo contando o que viu; êle está além disso curando homeopaticamente. E sabes que eu hoje por uma série de experiências em mim e em minha família acredito mais nesta que na Medicina tão enfaticamente chamada *racional*?

Em Petrópolis, assim como aqui no Rio, fazem-se edifícios por tôda a parte, os materiais e os prédios estão por altos preços, e é difícil achá-los para alugar; a carestia dos comestíveis é extraordinária; o toucinho de 16\$ e 18\$ a arroba, feijão d.º o sacco, farinha a 8\$ e 10\$ e assim tudo o mais; a pobreza e classe média clamam muito, mas bailam constantemente, e agora com máscaras, no carnaval.

Adeus, meu Paulo, tem saúde, e vai gozando as delícias de ser estrangeiro e estar longe do Rio; e de seres aqui desejado por muita gente, que sem dúvida logo que chegares te farão guerra surda.

Teu amigo do coração
Aureliano”

Comentando a nova preocupação científica de Aureliano, desde 1853 zombava Araújo Pôrto-alegre em carta a Paulo Barbosa, de junho:

“O Sr. Aureliano está com experiências magnéticas, e procura estudar a força odílica: não sei que mistérios terá descoberto este sonâmbulo político”.

Noutra carta, de 28 de novembro do mesmo ano, refere-se a uma nova função de sua inevitável *bête-noire*:

(198) Dr. Jacinto Rodrigues Pereira Reis, Cirurgião da Imperial Câmara, que o *Almanak de Laemmert para 1853* dava como ausente na Europa.

“Aureliano está Grão-Mestre da Ordem dos Cavaleiros do Ipiranga, e com êle tenho de tratar. Gosto desta asneira, porque ela me fala ao coração em uma época onde a pátria está na algibeira, o coração na gaveta e a nacionalidade na O Imperador na última com que me honrou parece olhar seriamente para o Ipiranga, e ver que o 7 de Setembro foi a expressão de uma realidade que vive e que triunfará apesar de todas as traições feitas em 30 anos”.

A associação mencionada, de que Aureliano, segundo os Barões de Vasconcelos, foi presidente, e não grão-mestre (199), parece ter se limitado, depois de sua morte, a atribuições de pura comemoração daquela data nacional (200).

25 — VISCONDE DE SEPETIBA. MORTE.

Em 1854, regressando Paulo Barbosa ao Brasil, cessa tão interessante correspondência, a que dará maior relêvo seu possuidor, o historiador Américo Jacobina Lacombe, na biografia que escreverá, do referido mordomo da Casa Imperial. Suas últimas peças, relativas a Aureliano, são duas recomendações por êste feitas a seu amigo, em março de 1855, para que aproveitasse como funcionário da Mordomia um filho do comendador Antônio Antunes Guimarães, e para que indireta-

(199) Barão de Vasconcelos e Barão Smith de Vasconcelos — *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro* (Lausanne, 1918), p. 473.

(200) Cf. o diploma de sócio da Sociedade Ipiranga, “cujo único fim é festejar anualmente o dia aniversário da Independência do Brasil”, a 15 de julho de 1856 conferido ao Marquês de Olinda, existente no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nesse diploma anotou amavelmente o referido titular — “Pois não!”

mente procurasse amparar uma pretensão do 1.º tenente Joaquim Francisco da Cunha Sá e Meneses, junto ao antigo inimigo de ambos, conselheiro Luís Antônio Barbosa, então presidente do Rio de Janeiro, e aliás parente de Paulo.

Já então havia sido Aureliano distinguido com a concessão do título de Visconde de Sepetiba, com honras de Grande do Império, a 14 de março de 1855, data do aniversário da Imperatriz. Na mesma ocasião obteve Paulo Barbosa a categoria de Gentil-Homem da Imperial Câmara, prova de que o Imperador conseguira, afinal, afastar o “espantalho da Joana”, junto ao adversário de onze anos antes, Honório Hermeto, então chefe do governo. A pressa com que se dispoz a pagar os direitos correspondentes àquela graça (201), mostra que Aureliano ainda prezava os favores da realeza.

Pouco deveria, entretanto, usar o novo nome.

“Em 30 de março, obida licença do Imperador, partiu com seus filhos e sua senhora, cultivada nos melhores dotes, a alguns pontos desta província (do Rio de Janeiro). Pousou nas fazendas dos Srs. Comendadores José Breves, Silvino José da Costa e Joaquim José de Sousa Breves, de quem fala no seu testamento, para recomendá-lo à amizade de sua família. Voltou dessa digressão no meado de julho, e passou mal todo o resto do mês.

“Em agôsto, dia por dia, sua saúde alterou-se sensivelmente. Crescia-lhe a palidez: preferindo a solidão, raras vêzes falava, êle de tão fácil acesso e ameno con-

(201) A guia para pagamento dos direitos do título de Visconde de Sepetiba, com grandeza, encontra-se na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional e está datada de 15 de março de 1855. — Pagou 318\$000.

versar. Dir-se-ia que uma febre, uma dor oculta, mas terrível, o devorava.

“Em 7 de setembro, mal pôde, no cortejo, pronunciar em nome do Instituto Histórico, palavras de congratulação pela Independência. No dia imediato, cheio de respeito por seu monarca e sua soberana, acompanhou seus delicados anos desde manhã até a hora avançada em que terminou um baile: beijou pela última vez as augustas mãos de Suas Majestades Imperiais, e o seu leito de descanso foi daquele momento em diante um leito de agonia!” (202)

Uma carta de Ernesto de Sousa e Oliveira Coutinho, filho mais velho de Aureliano, dirigida a Paulo Barbosa, dá conta do andamento da última moléstia do pai:

“Exmo. Sr. Conselheiro,

Meu Pai, acabando de saber que SS. MM. II. fizeram-lhe a honra de mandar indagar se na sua enfermidade êle se achava melhor, me ordena que eu escreva a V. Excia. (pois que êle não o pode fazer), pedindo a V. Excia. o obséquio de beijar por êle as augustas mãos de SS. MM. II. por sua extrema bondade; e igualmente agradece a V. Excia. e à muito amável Exma. Sra. D. Francisca o solícito cuidado de sua amizade.

Há muito tempo que meu Pai se sentia doente, e só em respeito a SS. MM. foi esperar seus Augustos Amos no dia em que vieram a Niteroi: assistiu ao Te-Deum e ao Baile, mas não podendo mais ter-se em pé, a SS. MM. II. pediu licença para retirar-se antes de

(202) “Biografia” cit.

findo o baile. Desde então, isto é, há 10 dias, acha-se de cama gravemente doente, sem tomar alimento algum, exceto há 3 dias, algum caldo. Acha-se mui prostrado, alternando óra a melhor óra a peor, e assim se acha ainda hoje. Os médicos julgam ser uma gastrite aguda (felizmente não é a colérica!) mas têm aparecido alguns fenômenos que se não cederem aos remédios applicados podem tornar-se fatais, por exemplo: uma espécie de paralisia, por largos momentos, no lado direito, e na língua, impossibilitando-o de falar,

Meu Pai roga a V. Excia. e à Exma. Sra. D. Francisca, muito minha Senhora, que recebam as expressões de sua sincera amisade.

Eu sou de véras

De V. Excia.

Respeitador e muito Afetuoso Criado

Ernesto de Sousa e Oliveira Coutinho

Casa de V. Excia., 19 de Setembro de 1855. (203).

"No dia 20 à tarde o professor que se incumbira de curá-lo declarou-o salvo de perigo. Houve uma explosão de infinita alegria.

"Apareceram com efeito melhoras no dia 2, sono tranquilo, mas agitação no semblante; melhoras que duraram o dia 22 e velozmente declinaram no dia 23.

"A 24 a artilharia gemeu desde a madrugada em funeral recordação pelo Sr. D. Pedro I. Esses tiros amiudados fizeram-lhe impressão, e às 10 horas da manhã, com sobrehumano vigor, revolveu-se em luta à morte; cruenta, medonha, prolongada luta, que só findou pouco além da meia-noite!"....

(203) Carta no Arquivo do Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, em poder do Sr. Américo Jacobina Lacombe.

E prossegue o biógrafo anônimo de Aureliano:

“Sua fisionomia se revela inteira em seu testamento:

“Seja o meu entêrro com muita simplicidade e sem a menor ostentação; não me vistam farda, não me ponham insígnias; esses galardões do mérito, se tanto na vida provocam a vaidade, postos em cima de um cadáver, isto é, numa pouca de lama abandonada pela alma, me parece quase ridículo”. Adiante: “Desejo que minha família não peça pensão; se o governo entender que é justo dá-la, só então a deve aceitar e agradecer”. Noutra trecho: “Nunca pedi nada ao Chefe do Estado, nem para mim, nem para membro algum de minha família; tive entretanto frequentes ocasiões de estar a seu lado, e tenho consciência de o haver servido com honra, zelo, desinterêsse e muita dedicação” (204).

26 - CONCLUSÃO

Do exame da vida de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Visconde de Sepetiba, resultam conclusões que modificam, de certa forma, os juízos até agora formulados e relativos à sua participação na política do Império. Nem foi êle a figura apagada, merecedora do esquecimento a que o relegaram alguns historiadores desse período, nem tampouco a personalidade dominante, que através do *Clube da Joana* e da *Facção Aulica* teria governado “por detraz do reposteiro” (205), entre 1840 e 1848.

Seus méritos, positivados desde o ministério da Regência Trina Permanente, são inegáveis. Suas qualida-

(204) “Biografia” cit.

(205) Eunápio Deiró — Art. cit.

des de administrador, sobretudo, comprovam-se à vista do que realizou em duas presidências provinciais e na gestão das pastas do Império, da Justiça e dos Negócios Estrangeiros.

Seus defeitos, isto é, certa falta de plasticidade política, reagindo mal quando atacado, desprezando oposições, mesmo quando orientadas por um Bernardo de Vasconcelos ou um Honório Hermeto, aparecem bem visíveis através de sua biografia.

Acima de tudo, pesa sobre sua memória a acusação de chefe da *Facção Áulica*. Mentor do jovem D. Pedro II, é como o consideram diversos analistas do início do Segundo Reinado. "O Imperador tinha fascinação por Aureliano", escreveu Joaquim Nabuco (206), e a fórmula ficou consagrada, apesar da mais restrita explicação prévia, firmada pelo próprio soberano: "Dava-me com Aureliano; estimava-o por suas qualidades" (207).

Não podem ser negadas suas relações com elementos do Paço, naturalmente íntimas, porque os apontados lhe deviam a escolha ou a volta às respectivas funções. Dêles, politicamente mais ativo foi o mordomo Paulo Barbosa da Silva, presidente do imaginário *Clube da Joana*. Os outros, o tutor Marquês de Itanhaém, o preceptor Frei Pedro de Santa Mariana, depois Bispo de Crisópolis, e a áia D. Mariana Carlota de Werna Magalhães Coutinho, Condessa de Belmonte, — não teriam maior relêvo pessoal, ou consequências políticas a sua privança, em contacto com o ministro de Estrangeiros ou presidente da província do Rio, por motivo

(206) Joaquim Nabuco — *Op. cit.*, I-42.

(207) Tito Franco de Almeida — *Monarquia e Monarquistas*, cit., p. 195.

das próprias peculiaridades de caráter de cada um. O que podia haver, e certamente houve, seria algum auxílio de amigos, reciprocamente prestado, a assistência que se devem os que se prezam, na defesa das competentes posições, no caso comprovadamente precárias. Quanto ao mordomo, por exemplo, ficaram aqui verificadas algumas de suas intromissões em terreno político, ao lado de Aureliano Coutinho, enquanto não esclarece melhor a ação que teve, seu biógrafo e herdeiro de seu riquíssimo arquivo, o Sr. Américo Jacobina Lacombe.

De tudo isto se conclui que na galeria dos vultos políticos do Império, cabe um lugar de merecido relevo a Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Visconde de Sepetiba.

Filho de militar, bacharel de Coimbra, magistrado no interior mineiro e na Côrte, deputado geral, presidente de São Paulo, intendente da Polícia, ministro de várias pastas, desembargador, jornalista, de novo ministro dos Negócios Estrangeiros, presidente da província do Rio de Janeiro, — nas lutas da Regência como nas da Maioridade, sob o fastígio de uma auréola criada mais pela lenda que pelos fatos, como sob o peso de um ostracismo que tanto tinha de duro quanto de injusto — êle foi a figura ímpar cuja atuação mereceu até ser colocada por Joaquim Nabuco sob o signo da desambição (208), o que sem dúvida constitui um de seus maiores elogios, embora indireto.

Homem frio, talvez, alheio às grandes paixões como às transigências que exige o goso das funções públicas, mas certamente figura singular no meio em que viveu e na época em que agiu.

(208) ... "faltava-lhe, porém, a ambição e as qualidades que derivam dela, que são as primeiras de tôdas no estadista".
— Joaquim Nabuco — *Op. cit.*, I-43.

Estadista, como os que melhor o tenham sido, fora da direção suprema da política nacional, êle também o foi, como primeira pessoa do ministério de 1833 a 1835, mais do que como incompreendido servidor do Brasil, nos dias igualmente incertos de 1840 a 1844.

Criatura a quem o destino poucos favores concedeu, sem lhe poupar dificuldades, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho merece ter descerrada a lenda que o encobre, de misterioso áulico e de maneiroso politiquero, para que possam aparecer em tôda a luz as reais qualidades que ornavam o seu espírito e os sólidos benefícios que de sua obra de administrador resultaram à Pátria.

DA MAIORIDADE À CONCILIAÇÃO

(1840-1857)

SINTESE DE HISTÓRIA POLÍTICA

1 - A MAIORIDADE

A 23 de julho de 1840 ficou vencedora, no Brasil, a nossa primeira e única revolução parlamentar. Por iniciativa de deputados e senadores, congregados no Clube da Maioridade, foi antecipada de três anos e quatro meses a data da chegada de D. Pedro II ao poder, contrariamente ao que dispunha a Constituição de 1824. Terminava, assim, o período das Regências, que desde 7 de abril de 1831 não conseguira assegurar ao país a tranquilidade política necessária ao seu progresso. Tinha o Imperador quatorze anos e sete meses de idade, exigindo a carta constitucional dezoito anos completos para o início de suas funções. Nessa antecipação ilegal, entretanto ditada pela imposição dos fatos, consistia a revolução parlamentar.

Convém lembrar os antecedentes imediatos do golpe. Malgrado, no Senado, um projeto naquele sentido, resolveu o governo do Regente Araújo Lima, à vista da agitação reinante, provocada pela minoria maiorista, adiar o funcionamento das Câmaras para novembro. Acreditava-se que os próprios situacionistas, aceitando as indicações da opinião pública, tomariam a deliberação de propôr a maioridade do Imperador para quando o mesmo atingisse a idade de quinze anos, em

dezembro de 1840. Evitariam, assim, que o poder efetivo passasse às mãos de seus adversários, que com a inconstitucional antecipação naturalmente esperavam alcançá-lo.

Falhou, porém, o plano esboçado pelo ministério de 18 de maio de 1840, de que eram principais componentes os chefes conservadores da província fluminense, Joaquim José Rodrigues Tôrres e Paulino José Soares de Sousa, futuros Viscondes de Itaboraá e do Uruguai. Embora já preconizado pela imprensa anti-maiorista (1), o adiamento dos trabalhos legislativos não pôde ser conseguido, apesar de ter sido nomeado ministro do Império, para executá-lo, o enérgico e combatido político Bernardo Pereira de Vasconcelos. Aceitando o decreto que interrompia o funcionamento da Assembléa, os deputados maioristas prontamente resolveram responder ao ato governamental, que lhes retirava a possibilidade de uma vitória parlamentar, com outro golpe ainda mais audacioso: o apêlo ao Senado, para que apoiasse a sua atitude revolucionária, e o apêlo ao próprio Imperador-menino, para que assumisse, "desde já", as suas altas funções. Obtiveram bom êxito, nas duas fases do movimento. Abandonando o recinto da Câmara, legalmente suspensa, dirigiram-se à outra casa do parlamento, onde arbitrariamente os acolheu, possibilitando o sucesso, o respectivo presidente, Francisco Vilela Barbosa, 1.º Marquês de Paranaguá. Vitoriosos na primeira etapa, o mesmo aconteceu na segunda: obtiveram a

(1) *A Verdade Nua e Crua*, n.º 2, de 20 de maio de 1840, pasquim pertence à coleção do Sr. Francisco Marques dos Santos, estudado em nosso artigo "A pequena imprensa da Regência de Araújo Lima", incluído no livro intitulado *Contribuição à História da Imprensa Brasileira — (1812-1869)*, editado pelo Instituto Nacional do Livro (Rio de Janeiro, 1945), p. 353.

concordância do Imperador, cuja atitude constituiu motivo de polêmica, ou, pelo menos, de diferentes interpretações até os nossos dias.

Como o fato tem importância, por ter sido apresentado como precoce manifestação da vontade de governar, por parte da verdadeira criança que então era D. Pedro II, valia a pena examiná-lo novamente, à vista dos depoimentos a respeito existentes. Foi o que fez o Sr. Octavio Tarquinio de Sousa, na *História de Dois Golpes de Estado*, chegando à conclusão de que a célebre afirmação — “Quero já”, não foi proferida “na força de um ímpeto, no arrebatamento de uma hora de exaltação”, mas “da maneira mais natural do mundo, como resposta necessária à pergunta” que fôra formulada ao Imperador (2), quanto à declaração imediata da maioria, como desejavam os liberais em oposição, ou em dezembro, como queriam os conservadores no poder.

2 — O MINISTÉRIO DA MAIORIDADE

Saído dentre os que fizeram maior o Imperador, de acôrdo com o depoimento do próprio D. Pedro II (3), singularizava-se o gabinete de 24 de julho de 1840 pela sua composição heterogênea: dois irmãos Andradas e dois irmãos Cavalcantis, o ex-ministro da Regência Trina, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, vindo de recente ostracismo, e o sempre neutro Antônio Paulino Limpo de Abreu, futuro Visconde de Abaeté.

(2) Octavio Tarquinio de Sousa — *História de Dois Golpes de Estado* (Rio de Janeiro, 1939), p. 139.

(3) Em nota ao livro de Tito Franco de Almeida — *O Conselheiro Francisco José Furtado — Biografia e estudo da História Política Contemporânea* (Rio de Janeiro, 1867). A 2.^a edição (São Paulo, 1944), prefaciada pelo Sr. Carlos Pontes.

Difícilmente poderia se harmonizar tão estranho conjunto. Os próprios Andradas, prestigiados pela lembrança da participação na Independência, diferiam entre si pelo caráter e temperamento. Antônio Carlos, ministro do Império, apesar da plasticidade de sua inteligência e de evidentes qualidades de oportunista, nunca exercera cargos administrativos ou de direção política. Martim Francisco, ministro somente em 1822-1823, sob a direção de José Bonifácio, não encontraria, dezessete anos depois, apesar de seus bons propósitos, ambiente favorável a qualquer gestão financeira mais saliente. Os irmãos Cavalcanti de Albuquerque, Francisco de Paula e Antônio Francisco, futuros Viscondes de Suassuna e de Albuquerque, aos quais tinham cabido as pastas militares, no gabinete representavam a oligarquia pernambucana de que eram chefes.

Aureliano, titular dos Negócios Estrangeiros, não foi introduzido no ministério contra a vontade de seus companheiros, como insinuou Teófilo Ottoni em sua célebre *Circular aos Eleitores de Minas*, neste ponto literalmente acompanhado por Tito Franco de Almeida, na biografia do Conselheiro Furtado (4). Contestou-os,

inclui, numeradas, as notas do Imperador, escritas à margem do exemplar hoje pertencente à Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foram transcritas, pela primeira vez, em parte, no livro *Monarquistas e Monarquistas*, do mesmo Tito Franco (Pará, 1895). Depois, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 77, Parte I, de 1914, Vol. 129 (Rio de Janeiro, 1915) e em *Dom Pedro Segundo*, de Max Fleiuss (Rio de Janeiro, 1940). — A referência citada está contida na Nota 13 do Imperador, à p. 27 da 2.^a edição da biografia *O Conselheiro Francisco José Furtado*.

(4) Teófilo Benedito Ottoni — *Circular dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas Gerais no quadriênio atual e especialmente dirigida aos Srs. Eleitores de De-*

a ambos, Luís José de Carvalho Melo e Matos, nas encomendadas porém autorizadas *Páginas d'História Constitucional do Brasil*, recordando que o Visconde de Sepetiba também havia sido maiorista, tinha o "mesmo título por que entraram os seus colegas. Fôra o relator da comissão de resposta à Fala do Trono na sessão de 1840, encargo que costuma ser dado como 'um testemunho de alta confiança da Câmara; e introduzindo no respectivo projeto a famosa frase "e vendo com prazer aproximar-se a maioridade de V. M. I." — deu ensejo a que se pelejasse a primeira batalha dessa curta campanha" (5). Não é exato, portanto, que "na grande batalha que se acabara de pelear, o Sr. Aureliano se havia conservado em estudada neutralidade", como afirmou Ottoni (6).

Entretanto, o próprio Melo e Matos conveio ser "fácil de prever que a nova combinação ministerial não era destinada a longa vida" (7).

As relações de Aureliano com os colegas de gabinete não poderiam, certamente, revestir-se de absoluta confiança, faltando-lhes, como faltava, simpatia anterior. Apenas com os Cavalcantis se entenderia bem: "o grupo liberal de Pernambuco procurava navegar nas águas de Aureliano Coutinho" — anotaria, mais tarde, Joaquim

putados pelo 2.º Distrito Eleitoral da mesma Província para a próxima legislatura. 2.ª edição (Rio de Janeiro, 1860), p. 82. Tito Franco de Almeida — *Op. cit.*, 1.ª edição (Rio de Janeiro, 1867), p. 18.

(5) [Luís José de Carvalho Melo e Matos] — *Páginas d'História Constitucional do Brasil, 1840-1848*. (Rio de Janeiro, 1870), p. 41.

(6) Teófilo Benedito Ottoni — *Op. cit.*, p. 81.

(7) Melo e Matos — *Op. cit.*, p. 40.

Nabuco (8). Quanto aos Andradas, porém, "ordenara que fôsem processados como criminosos de traição", em 1833, e, por isso, "compreende-se fãcilmente que o não podiam ver com bons olhos, e que em seus coraçoẽs devia permanecer ainda sangrando a punhalada dirigida contra seu irmão José Bonifãcio", isto é, a destituiçãõ da tutoria imperial, promovida pelo entãõ ministro da Regência Trina Permanente. Sõmente em 1844 tornar-se-iam parentes, pelo segundo casamento de Aureliãõ, com uma neta do Patriarca. "No tocante às relaçoẽs anteriores de Limpo de Abreu e Aureliãõ, senãõ de tãõ maguada recordaçãõ, não podia contudo existir igualmente harmonia e nem pessoal confiança. Aureliãõ, ministro, e Limpo de Abreu, presidente da Província de Minas [em 1833-1834] tinham-se inteiramente inimizado". Estava, portanto, "composto o gabinete de homens opostos em princípiõs e doutrinas políticãs, e molestados por queixas e fatos particulares" (9).

Dessa situaçãõ especial dos ministros de 1840 não pode ser responsabilizado o Imperador, que aos 15 anos incompletos de idade, alheiado, como até entãõ havia estado, da direçãõ dos negócios pùblicos, não podia, seguramente, conhecer tãõdas as antigas dissençoẽs que os separavam. Daí a sua resposta, de cuja sinceridade não será justo duvidar, à margem desta acusaçãõ de Teófilo Ottoni, apenas transitõriamente encampada por Tito Franco: "Ainda ressoavam os vivas da festa [da Maioridade], e já o *governo pessoal* se inaugurava com a nomeaçãõ do chefe da *Facção Aulica*, o Sr. Aureliãõ

(8) Joaquim Nabuco — *Um Estadista do Império* — Nabuco de Araújo. Sua vida, suas opiniões, sua época. Nova edição. Tomo primeiro (São Paulo — Rio de Janeiro, 1936), p. 37.

(9) João Manuel Pereira da Silva — *Memórias do meu tempo*. (Rio de Janeiro-Paris, 1895-1896), p. 17.

de Sousa e Oliveira Coutinho, para ministro dos Negócios Estrangeiros" (10). Nota do Imperador, de 1867: "Dava-me com Aureliano; estimava-o por suas qualidades; porém não o impuz como ministro, nem começando então a governar com menos de 15 anos fazia questão de ministros. Sairam dentre os que me fizeram maior" (11).

Organizado o ministério, será interessante acompanhar os primeiros meses de sua atribulada existência política, através da coleção de um dos jornais mais interessantes da época, o anti-maiorista *O Brasil*, redigido pela melhor pena da imprensa de então, a de Justiniano José da Rocha (12).

Depois de aludir ao "fato consumado" — expressão que tanto seria repetida, quarenta e nove anos mais tarde, ao fim do Segundo Reinado — assegura que o gabinete foi organizado pelo Marquês de Paranaguá. E aludindo aos seus componentes, e apresentando Aureliano como a exceção, exclama: "Que série de reações não prometem todos êsses nomes, menos um único!" (N.º 15, de 28 de julho de 1840).

Começou a visar, alguns dias depois, a gestão de Antônio Carlos, ministro do Império. E tendo assinado, tendenciosamente, que o Imperador mandara tomar uma assinatura da fôlha, assim esclareceu a posição política do jornalismo fluminense da época: eram oposicionistas o *Diário do Rio de Janeiro*, a *Sentinela da Mo-*

(10) Teófilo Benedito Ottoni — *Op. cit.*, p. 81.

Tito Franco de Almeida — *Op. cit.*, p. 15.

(11) Nota 13, cit. — Tôda essa parte, cf. Helio Vianna — *Visconde de Sepetiba*. Separata de *Centenário de Petrópolis Trabalhos da Comissão*, vol. VII (Petrópolis, 1943), p. 139-141. Biografia incluída no presente volume.

(12) Cf. coleção da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

narquita e *O Brasil*; neutro, o *Jornal do Comércio*; governista, o *Despertador*, apelidado "o abissínio". (N.º 20, de 8 de agosto). O editor do *Diário*, Nicolau Lôbo Viana, teve ameaçadas a propriedade e a vida. "Temos novos quebramentos de tipografias, novos jurados à *malagueta*" — perguntou o jornalista, salientando, porém, que o Rio de Janeiro de 1849 não era mais o de 1823, "nem é mais possível o reinado dos Miquelinas e dos Pôrto Seguro" — antigos capangas dos Andradas. (N.º 21, de 11 de agosto).

Assunto mais grave, foi abordado pouco depois: a proclamação de Antônio Carlos aos gauchos, oferecendo-lhes uma pacificação que não haviam solicitado. Diante do ministério, teria dito ao Imperador o ex-presidente do Rio Grande do Sul, Saturnino de Sousa e Oliveira (irmão de Aureliano) que a maioria não influira para mudar o ambiente aí dominante. (N.º 23, de 18 de agosto, e n.º 38, de 24 de setembro).

A aproximação das eleições, o aparecimento de mais um órgão ministerialista (a *Regeneração*, a que chama *Degeneração*) e de vários pasquins eleitorais — fizeram com que crescesse a virulência oposicionista. Comentou *O Brasil* as eleições de 25 de outubro como "o triunfo vergonhoso", anotando as prisões havidas e o aumento do preço dos cacetes, no comércio local. Todavia, depois de reeditar antigas invetivas do Visconde de Cairu contra os Andradas, terminou o ano dando como deputados eleitos pelo Rio de Janeiro, além de Aureliano, que merecera votos dos que guerreavam o governo, os oposicionistas Paulino José Soares de Sousa, Joaquim José Rodrigues Tôrres e Eusébio de Queiroz. (Ns. 52, de 27 de outubro; 53, de 29 de outubro; 76 de 29 de dezembro de 1840).

Não foi este, porém, o único motivo do rápido crédito do ministério, junto à opinião pública. Não

tendo sido aceita, pelos revoltosos do Rio Grande do Sul, a anistia espontaneamente decretada a 22 de agosto, falhou, igualmente, a missão pacificadora confiada ao deputado Francisco Alvares Machado, pouco depois nomeado presidente da conflagrada provincia. Surgiu dêsse fato, mais que da habitual *derrubada* dos adversários e da compressão eleitoral, o motivo da saída do ministério. Desentendendo-se o presidente do Rio Grande com o comandante das armas, brigadeiro João Paulo dos Santos Barreto, dividiu-se o gabinete, quanto à continuação de um ou de outro. Propondo Aureliano a demissão do militar, com ela não concordaram os Andradas e Limpo de Abreu, disto fazendo questão de confiança, embora assim não pensassem os Cavalcantis. Resolvido o impasse em favor da opinião do ministro dos Negócios Estrangeiros, exoneraram-se os demais (13), reorganizando-se o govêrno com a entrada de novos elementos, a 23 de março de 1841.

3 - O GABINETE CONSERVADOR DE 1841-1843

Apesar da presença de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, mais ligado aos liberais, deve ser considerado como primeiro gabinete conservador do Segundo Reinado o de que faziam parte o senador Cândido José de Araújo Viana, os deputados Paulino José Soares de Sousa e José Clemente Pereira, os senadores Marquês de Paranaguá e Miguel Calmon du Pin e Almeida, êste a 2 de dezembro elevado a Visconde de Abrantes.

Tendo sido objeto de estranheza, então como posteriormente, a permanência do futuro Visconde de Setúbal no govêrno, encarregou-se de defendê-la José

(13) Cf. Melo e Matos - *Op. cit.*, p. 51-52.

Clemente, ministro da Guerra, declarando "em discurso pronunciado a 29 de maio que o ministro dos Negócios Estrangeiros havia também querido retirar-se, mas que êle e os seus quatro colegas tinham insistido para que ficasse, porque desejavam que se firmasse o princípio de que o ministro que levanta uma questão de gabinete e é nela vencedor deve permanecer no poder, a fim de que qualquer ministro tenha a força necessária para levantar questões semelhantes, todas as vêzes que entender que se trata de graves interêsses do país" (14).

Como a situação do Rio Grande do Sul havia sido a causadora da crise ministerial, era natural que o novo govêrno lhe dedicasse a maior atenção. As nomeações de um novo presidente e de outro comandante das armas eram, portanto, inevitáveis. O escolhido para o primeiro cargo, no dia seguinte ao da organização do gabinete, foi Saturnino de Sousa e Oliveira, que ainda em 1839-1840 o exercera, tendo sido abruptamente exonerado por Rodrigues Tôrres (concunhado de Paulino) então ministro do Império da regência de Araújo Lima.

O fato tem sido apresentado como demonstração do prestígio de Aureliano, e não como reconhecimento das qualidades de seu irmão. Que o próprio Imperador se interessou pelo nomeado, prova-o o seguinte trecho de carta por êle dirigida ao futuro Visconde e Marquês de Sapucaí, então ministro do Império, e referente a notícias recebidas do Rio Grande:

"O capitão-tenente Ernesto Frederico de Werna e Bilstein esteve cá, vindo pelo mesmo navio, e me disse... que podia assegurar que o que mais deseja-

(14) Melo e Matos — *Op. cit.*, p. 56.

vam os riograndeses era o Saturnino e o Conde do Rio Pardo" (15).

Lembrando-nos de que o oficial citado era sobrinho de D. Mariana Carlota de Werna Magalhães Coutinho, aia de D. Pedro II desde o seu nascimento, e que fôra reposta no Paço depois da demissão de José Bonifácio, em 1833, por Aureliano (16) — não será impossível vermos na imprudente missiva a primeira manifestação do célebre "Clube da Joana" em ação.

Além de prosseguir a luta contra os rebeldes do Rio Grande do Sul, outras situações políticas teve de resolver o ministério de 23 de março.

Avultava, entre elas, a própria reestruturação do regime, mediante a restauração do Conselho de Estado. Competindo ao Imperador o exercício constitucional do Poder Moderador, no qual não puderam substituí-lo de modo satisfatório os regentes, inevitavelmente homens de partido — tornava-se necessário que para auxiliá-lo nêsse mistér fôsse restabelecido o Conselho, extinto em 1834. Como, porém, a composição do importante órgão naturalmente fôsse caber, em sua primeira reorganização, ao partido no poder, é evidente que com isto não concordaria a oposição, fortificada durante a recente passagem pelo govêrno.

(15) Cf. Helio Vianna — "Dois documentos para a história da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, ano XXII, 2.º trimestre de 1942, n.º 86 (Porto Alegre, 1942), p. 284. — O original da carta parcialmente transcrita, pertence ao Sr. Francisco Marques dos Santos, que gentilmente nô-lo cedeu, para a mencionada publicação.

(16) Cf. Henri Raffard — "Apontamentos acêrca de Pessoas e Cousas do Brasil", in *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXI, parte II, de 1898, Vol. 98 (Rio de Janeiro, 1899), p. 359.

Outro ponto essencial ao funcionamento do Poder Judiciário e da própria vida municipal, era a reforma do Código de Processo Criminal, de modo a serem substituídos os métodos, exageradamente descentralizadores, nele introduzidos sob as Regências. Significava isso o estacelamento da máquina política anterior, e compreende-se a reação que provocou a medida.

Não foram, entretanto, esses dois atos, os verdadeiros e únicos causadores de mais um pronunciamento político baseado na violência, ocorrido no Brasil, em 1842. Aliados das posições oficiais em março de 1841, ainda restava aos liberais a esperança de recuperar o poder, quando se reunisse a Câmara que haviam eleito em outubro do ano antecedente. Prevendo a situação, esforçaram-se os conservadores em obter provas das irregularidades havidas nas chamadas *eleições do caceté*. Uma vez conseguidas em quantidade impressionante, pleitearam do Imperador a dissolução prévia da Câmara em que não teriam maioria.

Não se conformando com a imposição dos fatos, rebelaram-se os liberais de São Paulo e Minas Gerais, não alcançando dominar nem a maioria dos respectivos municípios, nem atingir as próprias capitais das mesmas províncias. Enfrentando prontamente as revoltas, conseguiu rapidamente vencê-las o governo, graças à capacidade combativa do brigadeiro Barão de Caxias e à própria desorganização dos rebeldes.

Teria ligação com a política externa o incidente que motivou a retirada do gabinete de 23 de março. Resolvera a diplomacia brasileira não renovar os tratados de comércio celebrados com potências européias em tempos do Primeiro Reinado, julgando-os onerosos à economia nacional. O que fôra assinado com a Inglaterra, em 1827, ao comércio britânico grandemente favorável, expirava em 1842, pois fôra estabelecido para

quinze anos de vigência. Pretendeu aquele país que somente depois de transcorrido o referido prazo, fôsse feita a respectiva denúncia. Propoz o nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros que por arbitramento fôsse resolvida a questão, no que não conveio o Foreign Office. Protestou o Brasil contra a interpretação inglesa que se não enquadrava nas praxes da política internacional, de que os prazos deveriam ser contados a partir das ratificações, não das assinaturas dos tratados. *Para evitar mal maior*, conformamo-nos em esperar o transcurso do tempo, assim concedendo uma indébita prorrogação à vigência do prejudicial convênio. E' que a Inglaterra ligava o assunto da renovação do tratado de comércio à proibição do tráfico de escravos africanos para o Brasil, e, assim, poderiam ser esperadas, de sua parte, sérias represálias, caso não fôsse atendida em suas pretensões. Os fatos posteriores — inclusive o famoso *bill* Aberdeen — plenamente justificariam a prudente orientação seguida pelo ministro Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho.

Estava o caso nêsse pé, quando a 1.º de janeiro de 1843 requereu o deputado fluminense Antônio Pereira Barreto Pedroso a comunicação à Câmara da respectiva correspondência diplomática. Foi rejeitado o pedido. Entretanto, a comissão encarregada de redigir a resposta à Fala do Trono julgou oportuna a inclusão de um tópico relativo à política exterior do país. O relator Joaquim José Rodrigues Tôrres — intimamente ligado ao ministro Paulino José Soares de Sousa, e, como êle desafeto de Aureliano, por questões de política fluminense — insinuou, por simples manobra partidária, que naquele desejo achava-se implícita uma censura ao ministro dos Negócios Estrangeiros. Tanto bastou para que êste, justamente ressentido, pedisse exoneração do cargo, a 16 de janeiro. Patenteada a crise, quatro dias depois

tiveram de acompanhá-lo no gesto os demais ministros, talvez porque se evidenciasse a participação de Paulino no caso.

Explicando a dissolução, limitaram-se, o organizador do novo gabinete, Honório Hermeto Carneiro Leão, e o próprio Paulino de Sousa, a alegar as incompatibilidades existentes entre alguns membros do ministério anterior. Aureliano, porém, não fez segredo das razões de ordem pessoal que motivaram a campanha que sofreu, e que, afinal, provocando a sua saída, acabaram por determinar a exoneração do resto do ministério (17).

4 - O PRIMEIRO MINISTÉRIO DE HONÓRIO HERMETO

. Para organizar o novo gabinete conservador, designou D. Pedro II um dos políticos que mais se distinguiram entre os seus pares: Honório Hermeto Carneiro Leão, depois Visconde e Marquês de Paraná.

Deputado em julho de 1832, fôra o principal fator do malogro do golpe de Estado então planejado pelos moderados no poder. Ministro da Justiça pouco depois, foi derrubado pela ação de Bernardo Pereira de Vasconcelos, que conseguiu envolvê-lo no levante de Ouro Preto, em 1833, em que tomara parte um seu parente. Anti-maiorista militante, em 1840, colocou-o o ministério conservador na presidência da província do Rio de Janeiro, na qual teve ocasião de prestar serviços na preservação da ordem, por ocasião das revoltas de São Paulo e Minas Gerais.

Era a primeira vez que oficialmente o Poder Moderador renunciava à sua prerrogativa constitucional de escolha de todos os ministros, para encarregar a um só da indicação de seus companheiros. O ato importava

(17) Cf. Melo e Matos - *Op. cit.*, p. 62-69.

em singular prova de confiança, numa verdadeira antecipação do estabelecimento da Presidência do Conselho.

Honório Hermeto usou da atribuição que lhe foi conferida chamando ao poder os dois chefes conservadores da província fluminense, um imediatamente — Joaquim José Rodrigues Tôrres, o outro dentro de poucos meses — Paulino José Soares de Sousa. Hostilizava, assim, francamente, Aureliano Continho, liberal que não era *luzia*, isto é, antigo moderado que se não alistou entre os conservadores, e que, embora tendo sido maiorista, não apoiou, e antes combateu, os excessos de seus corregionários.

Levaria essa divergência entre Honório, os conservadores fluminenses e Aureliano, à formação de um dos mais incertos capítulos de nossa história política, a exagerada lenda do predomínio do famoso “Clube da Joana”, o grupo de amigos que em tórno do futuro Visconde de Sepetiba e do mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva, teria influido sôbre o ânimo do jovem e inexperiente Imperador, de modo a orientá-lo num govêrno exercido “por trás dos resposteiros”, como depois se propalou.

Acima de tudo, contribuiu para a formação dessa hipótese a ação da imprensa, sobretudo da *Sentinela da Monarquia*, jornal orientado pelo senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, então aliado de seu antigo inimigo Honório Hermeto.

Percorrendo a sua coleção (18), poderemos acompanhar a formação dessa intriga, que à força de repetida ganhou foros de verdade incontestável.

Já a 7 de outubro de 1842, comentando a possível candidatura do mordomo à deputação pela sua província

(18) Existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

cia de Minas, insinuava aquele jornal: "O Sr. Paulo Barbosa da Silva quer passar pela primeira influência da Côrte do Brasil, estudando sempre o modo de ocultar-se ao Imperador, perante quem procura afetar de simplicidade ou nenhuma ingerência nos negócios públicos". Cinco dias depois, mais precisas foram as acusações, sendo o mordomo apresentado como "o homem que ajuda a organizar, conservar e derribar ministérios, que a si próprio se elevou a par dos ministros". A 26 de outubro, a propósito da exoneração de Saturnino de Sousa e Oliveira da presidência do Rio Grande do Sul, para que pudesse exercê-la, simultaneamente com o comando das armas, o marechal de campo Barão de Caxias — comentou a *Sentinela* "As conferências da Joana".

Foi exatamente por essa época que, tendo se candidatado à deputação pela província do Rio de Janeiro o mesmo Saturnino de Sousa e Oliveira, apesar de indicado oficialmente teve sua eleição prejudicada pelos próprios ministros e seus agentes, em franca hostilidade ao irmão Aureliano Coutinho.

Por tudo isso, não estava tranquilo o ambiente político, por ocasião da organização do primeiro ministério do futuro Marquês de Paraná. Eis, por exemplo, como terminava uma correspondência assinada "O Itabira", publicada no *Farol Constitucional* de 28 de janeiro de 1843 (19): "Acabaremos êste artigo, Sr. Redator, declarando que o ministério atual é mil vêzes peor que o passado; *antes mil vêzes o Sr. Aureliano do que o Sr. Honório Hermeto*; o ministério passado, tirando-se dêle os Srs. Paulino e Paranaguá, podia muito bem continuar, antes êle que o atual". Seguem-se acusações

(19) Exemplar da Seção de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional.

a Joaquim Francisco Viana, Salvador José Maciel e José Antônio da Silva Maia, apenas sendo poupado Rodrigues Tôrres.

Apreciando, dezessete anos depois, essa situação política, insinuou Teófilo Ottoni que "os palacianos bem sabiam que se estavam arredados das doçuras do governo, não era por terem caído em desgraça, e sim por virtude das circunstâncias. Postos em disponibilidade... espreitavam a ocasião para vingar a injúria que em nome das desconfianças em ponto de lealdade fôra irrogada ao chefe da seita. Repelidos pelos conservadores, era natural que os cortesãos se voltassem para o lado liberal" (20).

Inclui-se na última frase um engano que precisa ser desfeito. Tanto Aureliano Coutinho quanto Paulo Barbosa, os "pontífices da seita palaciana", na linguagem de Ottoni, já eram liberais, não passaram a sê-lo somente então. Distinguiam-se, porém, de seus correligionários que haviam tomado armas em 1842: não eram "luzias". Estes, processados pelo crime de rebelião, continuavam perseguidos pelo ministério de Honório Hermeto, como o haviam sido pelo anterior.

Era esta a posição partidária da época, quando surgiu o incidente pessoal Saturnino-Honório, que deu causa à demissão do gabinete por este organizado.

Vejamos, primeiramente, qual era a situação do irmão de Aureliano. Desde 1833 era Inspetor da Alfândega da Côrte, cargo de que se afastara temporariamente, ou por divergir do governo regencial do Padre Diogo Antônio Feijó, ou para desempenhar as difíceis missões políticas que consistiram nas duas presi-

(20) Teófilo Benedito Ottoni — *Op. cit.*, p. 115.

dências da convulsionada província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1839-1840 e em 1841-1842. Tendo sido deputado pela província do Rio de Janeiro na 3.^a legislatura (1834-1837), apenas conseguira o lugar de suplente na 5.^a (1843-1844), devido à pressão contrária dos chefes conservadores Paulino de Sousa e Rodrigues Tôrres.

Político inteligente, dotado de inegáveis qualidades de homem de ação, disto deixou provas nos dois folhetos que publicou, relativos às suas atividades no combate à revolução farroupilha. Escrevendo, em 1843, mais um opúsculo — *Projeto para a supressão de alguns Impostos e amortização de parte da dívida externa*, nesse trabalho “viam alguns uma mal disfarçada censura contra as exigências do ministério que havia causado o mau êxito das negociações com a Inglaterra” (21).

Abrindo-se vaga na representação senatorial fluminense, com a morte do Padre Diogo Antônio Feijó, a ela resolveu apresentar-se Saturnino. Declarou-o pelo *Jornal do Comércio* de 5 de dezembro de 1843, acrescentando que a nenhum ministro pedira que fôsse incluído na indicação oficial, acentuando, assim, o caráter independente de sua candidatura. A chapa do governo, de acôrdo com o costume então ainda vigente, foi composta dos nomes do ministro da Marinha, Joaquim José Rodrigues Tôrres; do ministro da Fazenda, Joaquim Francisco Viana; e do presidente de Minas Gerais, tenente-general Francisco José de Sousa Soares de Andréia, depois Barão de Caçapava. Este último, tendo sido sucessor de Saturnino de Sousa e Oliveira,

(21) Melo e Maços — *Op cit.*, p. 95.

na presidência do Rio Grande, em 1840, também fôra seu feliz rival na eleição de deputados à 5.^a legislatura.

Realizou-se a eleição senatorial a 14 de janeiro de 1844, e os candidatos oficiais venceram, não conseguindo o opositor nem mesmo alcançar colocação na lista tríplice, encabeçada pelo futuro Visconde de Itaboraá, a 22 de fevereiro escolhido pelo Imperador.

Passada a eleição, tendo em vista, provavelmente, castigar a rebeldia do alto funcionário que se opuzera aos desejos do govêrno, resolveu Honório Hermeto solicitar a demissão de Saturnino do cargo de Inspetor da Alfândega, embora não fôsem essas funções de natureza política, e sim, como diríamos hoje, técnica. Recusando-se D. Pedro II a concedê-la, por julgá-la injusta, preferiu o ministro exonerar-se, com sua saída arrastando a do ministério e a queda do Partido Conservador. Caracterizou-se, assim, o aspecto pessoal do caso, como aliás reconheceu o próprio ministro demissionário.

“O gênio altivo e assomado do primeiro ministro” — escreveu Melo e Matos em resposta a Teófilo Ottoni e a Tito Franco — “tão conhecido que foi por vêzes objeto de discussão nas Câmaras, e que, em abono da verdade seja dito, não era devido a um caráter brutal e insensível, mas à extrema franqueza e expansibilidade da sua índole, veio então perturbar o desfecho da questão.

“A maneira por que insistiu era bem diferente da que permite a etiqueta, e pelo menos estranha nas relações de súdito a soberano.

“Quer a violência do ministro tivesse exaltado o sangue do jovem príncipe, movendo nele o receio de parecer consentir no amesquinamento do seu augusto

caráter constitucional — quer o seu coração se tivesse revoltado contra os motivos a que era geralmente atribuída a proposta, o fato é que insistiu por sua vez na recusa” (22).

Falando no Senado, disse Honório Hermeto não lhe faltar a solidariedade dos colegas, nem a confiança do parlamento, nem a do Corôa, *que o exortara a continuar como ministro*, mas entenderam os membros do gabinete que, recusando-se o soberano a concordar com a demissão de um empregado que os hostilizava, não poderiam se conservar nos cargos. “A causa da retirada do ministério foi uma questão pessoal” — disse o demissionário. “O ministério entendeu que não podia continuar a servir um chefe da repartição da Fazenda que era inteiramente oposto à sua política e que por algum motivo oculto era inimigo pessoal da administração” (23).

A propósito comentou, com razão, Melo e Matos: “O gabinete retirou-se por uma questão de amor próprio, e não por motivo político: ora, que nas suas relações com os ministros deva o chefe do Estado também ceder em questões de amor próprio, é tese nova, nunca até agora demonstrada (24).

Melhor ainda explicou o caso o Imperador, em nota à obra de Tito Franco: “Entendi que a demissão era injusta, e pelo modo por que o Carneiro Leão insistiu entendi que se cedesse me reputariam fraco. Ninguém influíu no meu espírito para assim proceder, e depois

(22) Melo e Matos — *Op. cit.*, p. 97. — Esta versão do incidente é confirmada pela publicação, relativa à demissão do primeiro ministério de Honório Hermeto, aparecida no *Diário do Rio de Janeiro* de 22 de fevereiro de 1844.

(23) *Jornal do Comércio*, de 13 de maio de 1844, cit. na *Circular de Teófilo Ottoni*, 2.^a edição, p. 117.

(24) Melo e Matos — *Op. cit.*, p. 59.

que meu caráter foi conhecido eu teria acedido, mesmo porque a experiência me tem mostrado que os vaivens políticos reparam em mais ou menos tempo os atos injustos que originam. O *Marquês de Paraná* relevou-me de qualquer falta que eu houvesse cometido em relação a *Carneiro Leão* (25).

A vista dessa explicação, evidencia-se não ter nenhum fundamento a afirmação do panfletário Timandro — Francisco de Sales Tôrres Homem — de que a crise de 2 de fevereiro de 1844 fôra “uma simples vindita da Côrte” (26). Com êle integralmente concordou Teófilo Benedito Ottoni, embora acrescentando que Saturnino era “homem de grande mérito”, e que, demitido o ministério, seu irmão “foi de pronto encarregado da presidência da província do Rio de Janeiro”, nomeação que dava “a decifração do enigma de 2 de fevereiro”.

Não se limitou ao Segundo Reinado a exploração do famoso incidente político. Já sob a República, o anedoteiro Suetônio, pseudônimo do filho de ilustre parlamentar, em artigo publicado no *País*, forjou outra versão do caso, segundo a qual o futuro Marquês de Paraná teria se mostrado desrespeitoso diante do jovem Imperador (27). Desmentindo-o, cabalmente, foram decisivas as declarações do Visconde de Ouro Preto, no

(25) Nota 21, p. 33 da 2.^a edição da biografia *O Conselheiro Francisco José Furtado*, cit.

(26) Timandro [Francisco de Sales Tôrres Homem] — *O Libelo do Povo*, 3.^a edição (Lisbôa, 1868), p. 89.

(27) Suetônio — *O Antigo Regime (Homens e Cousas)*. Prefácio de Quintino Bocaiuva. (Rio de Janeiro, 1896), p. 99-100.

— Repetiu a imaginária cêna José Pedro Xavier da Veiga, na “Notícia biográfica” de “Honório Hermeto Carneiro Leão

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1906, então confirmadas pelo respectivo presidente, o segundo Marquês de Paranaguá:

— “Aludira o Sr. Tito Franco de Almeida à demissão do ministro Honório, depois Marquês de Paraná, porque exigiu a demissão do Inspetor da Alfândega desta cidade e concedi a do ministério, que disso fizera questão, por dois motivos. Em primeiro lugar, *não me provara* o ministro nenhuma irregularidade no procedimento daquele funcionário honestíssimo. Depois, eu era então muito moço: começava a exercer minhas funções e entendi dever mostrar que tinha vontade e resolução.

“O Sr. Marquês de Paranaguá dá o seguinte aparte:

— “E o Imperador acrescentou: “Hoje não procederá assim”.

“O Sr. Visconde de Ouro Preto (continúa): Exatamente; e mais que: “Tanto Honório não se magoou comigo, que depois serviu nos mais altos cargos de imediata confiança” (28).

5 — A TRANSIÇÃO POLÍTICA DE 1844-1846

Não tendo sido de natureza estritamente política, e sim um caso pessoal, o motivo da exoneração do ministério de Honório Hermeto, convidou o Imperador, para substituí-lo na tarefa da organização do novo ga-

(Marquês de Paraná)”, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano I, fasc. IV, de 1896 (reedição de Belo Horizonte, 1934), p. 823-824.

(28) Cf. a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 77, Parte I, de 1914, Vol. 129 (Rio de Janeiro, 1915), p. 251 — Reproduzido em Max Fleiuss — *Dom Pedro Segundo* (Rio de Janeiro, 1940), p. 88. — E cf. Helio Vianna — *Visconde de Sepetiba*, cit.

binete, um membro do mesmo Partido Conservador, o então Visconde de Monte Alegre.

Escusando-se êste de dar cumprimento à incumbência, foi ainda a um recente inimigo dos liberais que recorreu D. Pedro II: o senador José Carlos Pereira de Almeida Tôrres, depois Visconde da Macaé, que parecia um elemento suscetível de emigrar para o campo oposto. Igualmente conservadores eram mais dois ministros de 2 de fevereiro de 1844: Ernesto Ferreira França e Jerônimo Francisco Coelho. Apenas um oposicionista foi incluído na pasta da Fazenda: Manuel Alves Branco, mais tarde 2.º Visconde de Caravelas, o reformador, em 1844, da política tarifária brasileira, o criador de nosso protecionismo alfandegário.

Em razão dessa mesma origem, a combinação ministerial estava fadada a um rápido malogro, se não caísse, quanto antes, nos braços dos liberais, conforme previu, na ocasião, Honório Hermeto, em carta a Araújo Viana, hoje guardada no Museu Imperial, porque destinava-se a ser mostrada ao Imperador. Enfrentando uma Câmara hostil, cuja maioria conservadora não poderia concordar com essa transição, a anistia aos revoltosos de 1842, decretada a 14 de março, ofereceu o primeiro sinal de suas tendências. A nomeação de Aureliano Coutinho para a presidência do Rio de Janeiro, a 1.º de abril, e a dissolução da Câmara dos Deputados, a 24 de maio — foram os marcos decisivos da nova orientação, francamente liberal. Seguiu-se a habitual compressão eleitoral, intensa no reduto “saquarema” que sempre foi a província fluminense, chegando a uma verdadeira revolta nas Alagoas, onde se degladiavam “lisos” e “cabeludos”.

Vitoriosos no pleito, iniciaram os liberais, antigos e novos, uma legislatura em que dispunham de grande

maioria. Apesar do considerável êxito que representou a pacificação do Rio Grande do Sul, não transcorreu sem dificuldades políticas o ano de 1845. A proposta de uma reforma das eleições, em sentido moralizador, outro argumento ofereceu, em favor das intenções do ministério.

Caracterizando-se, porém, por aquele defeito de origem, era natural que desacórdos de alguns ministros com a maioria parlamentar produzissem a crise de que resultou a recomposição do gabinete, ocorrida a 26 de maio de 1845. Substituindo-se três de seus titulares, nem por isso ficariam eliminadas as divergências de métodos e de tipos políticos existentes entre os seus principais componentes, Almeida Tôrres e Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, depois Visconde de Albuquerque. Adiou-se, apenas, o inevitável choque. O pretexto para o rompimento apareceu depois da viagem do Imperador ao Sul do país, em fins de abril de 1846. Sentindo-se melindrado com as desatenções do comandante da esquadra, Grendfell, o ministro do Império exigiu uma reparação. Em vez de atender ao colega, o titular da Marinha, Holanda, elogiou aquele comandante. Demitindo-se da pasta — acompanhado por Manuel Alves Branco — deixou o futuro Visconde de Macaé o campo livre ao singular chefe pernambucano (29).

O fato não tem somente a significação de um conflito entre dois ministros de um mesmo gabinete, em torno de questões de preponderância. Liga-se à lenda, já então bem volumosa, da influência do chamado "Clube da Joana".

(29) Cf. Melo e Matos — *Op. cit.*

6 — O “CLUBE DA JOANA” E A FACÇÃO AULICA

Embora já se falasse na existência de um clube político, de que seriam maiores Aureliano Coutinho e Paulo Barbosa da Silva, ainda durante o primeiro ministério de Honório Hermeto — foi sob o gabinete seguinte que mais se avolumou a convicção de que na chácara banhada pelo pequeno rio Joana, próximo à Quinta de São Cristóvão, residência do mordomo, fôsem decididos os destinos nacionais em conlúios dos dois amigos, assim elevados à categoria de verdadeiros super-ministros, e de seus partidários.

Para a formação dessa lenda, muito contribuíram os órgãos da imprensa oposicionista, sobretudo a *Sentinela da Monarquia*, orientada pelo senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, o *Brasil*, de Justiniano José da Rocha, e *O Farol Constitucional*, antecessor de *O Mercantil* e do importante *Correio Mercantil*.

Para que se veja como, à força de repetição, o primeiro desses periódicos políticos conseguiu implantar uma idéia que é das que derrubam um regime, basta acompanhar ligeiramente alguns números de sua coleção. (30)

A 6 de maio de 1844, sob o título “A Joana! O que é a Joana?...” transcrevia a *Sentinela* um artigo do *Publicador Mineiro*, de Ouro Preto, em que sintomaticamente dizia o jornal montanhês: “Nós, acompanhando a imprensa da Córte, temos alguma vez tocado de passagem na Joana, não que acreditemos no domínio extenso do congresso que aí se reúne; mas para excitar a atenção pública para êste ponto, a que muito convém que se chamem os espíritos, e se illus-

(30) Existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

tre a opinião; pois que o Brasil não foi destinado pela Providência para patrimônio dos *zangões*, quaisquer que êles sejam”.

Dois dias depois, tratando da “Joana e seus interesses”, garantiu que ela era “uma triste realidade”. Era “um clube inimigo do Imperador, que o desacreditava, propalando que êle tinha validos, e que fazia o que êles lhe pediam; que quaisquer fatos que iam aparecendo, ela os fazia interpretar pelos seus agentes como obra sua, como resultado de suas manobras”.

A 10 de maio, o alvejado era o mordomo, chamado “o Richelieu da Joana”.

A simples dispensa de uma das damas do Paço, foi amplamente comentada em números seguintes, como os de 29 de maio, 3, 5, 12 e 26 de junho, 22 de julho e 7 de agosto de 1844. Nos dois últimos, por exemplo, chegou a intriga a ponto de afirmar que a referida senhora, D. Joaquina Adelaide de Werna Bilsten, de acôrdo com vários brasileiros ilustres, inclusive o então Visconde de Abrantes, conspirava contra D. Pedro II, tendo em vista colocar no trono sua irmã, a Princesa D. Januária!

Contraopondo-se a essa corrente, apareceram algumas fôlhas ministerialistas, a primeira das quais foi *O Novo Tempo*, aparecido a 16 de fevereiro de 1844, sob a direção de Manuel Alves Branco e de um jovem que muito prometia, José Maria da Silva Paranhos, depois Visconde do Rio Branco. Logo em seu primeiro número, combateu a asserção da *Sentinela da Monarquia*, de que “já não temos Imperador; quem manda é Aureliano, Paulo Barbosa e Saturnino” (31).

Outro jornalzinho — *O Filho da Joana* — que de 25 de janeiro a 22 de março de 1844 publicou seis números, ironicamente prometia “defender sua carinhosa e respeitável mãe dos ataques” que lhe fôsem feitos. Combatendo, simultâneamente, o ministério liberal e seu periódico supracitado, também zurzia os seus inimigos Honório Hermeto e Bernardo de Vasconcelos, e mesmo os neutros, como o *Jornal do Comércio*, “perigosamente na mão de estrangeiros”. Quanto à questão da demissão de Saturnino, dizia ser preferível nela não se intrometer (32).

Se era esta a impressão dada pela imprensa, não podia ser diferente a que recolhiam os diplomatas, enviando-as às respectivas chancelarias.

Já a 13 de outubro de 1842, exageradamente escrevia para Paris o ministro francês Saint-Georges, aliás admirador de Aureliano, que êste, “não tendo nunca assumido compromissos positivos com nenhum partido, sobretudo depois da Maioridade, não se apoia senão sôbre a boa vontade do Imperador e a influência do Paço, que êle divide com o Sr. Paulo Barbosa” (33). Mais tarde, em ofício de 26 de maio de 1844, dizia o secretário da legação francesa, Conde Ney, referindo-se ao mordomo da Casa Imperial: “E’ um homem cujo poder está em período de crescimento; ignoro sômente até onde êle irá, ou qual será o seu fim. Os ministros não tomam nenhuma medida sem consultá-lo, e sua im-

(31) Exemplar da Biblioteca Nacional.

(32) Cf. a coleção da Seção de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional.

(33) Cf. Heitor Lyra — *História de Dom Pedro II*, 1825-1891. Volume I (São Paulo, 1938), p. 189, nota 121.

portância está de tal forma assegurada que se pergunta prazenteiramente quem governa, se Paulo I ou Pedro II" (34).

Dos diplomatas passando aos panfletos políticos, ocupa naturalmente o primeiro lugar, dentre os que trataram do "Clube da Joana", o libelo de Firmino Rodrigues Silva, anônimamente aparecido em 1847, sob o título *A Dissolução do Gabinete de 5 de Maio ou A Facção Áulica*. É o seguinte o trecho em que mais diretamente alude à chamada "facção áulica"... "a experiência de 1840 em diante tem demonstrado ao país que os gabinetes se formam, vivem e se dissolvem sem nenhuma atenção às necessidades parlamentares, aos interesses do país, e à unidade e vigor da ação administrativa. O acaso, a influência áulica médica, oculta e principalmente manejada pelo Sr. Aureliano, decidem da organização, da política, e da dissolução dos ministérios.

"Esta influência é tal, tão poderosa e eficaz, que o nome do primeiro chamado para a organização de um gabinete não é seguro penhor de uma escolha de capacidades do partido a que éle pertence, porque muitos dos indivíduos indicados encontram as intrigas da facção áulica e prevenções pessoais que os arredam de posições para as quais os chamavam as necessidades do parlamento" (35).

Tudo isto foi veementemente contestado, no mesmo ano, por outro folheto anônimo — *A Oposição e a Corôa* — cuja autoria sabe-se competir a Francisco

(34) Cf. Alberto Rangel — *No rolar do tempo...* (Rio de Janeiro, 1937), p. 175.

(35) Firmino Rodrigues Silva — *A Dissolução do Gabinete de 5 de Maio ou A Facção Áulica*. 2.^a edição (Rio de Janeiro, 1901), p. 13.

de Sales Tôrres Homem. Nele, depois de calorosos elogios ao Imperador, afirmou o autor que um tal príncipe nunca "poderia ser a manivela de facções da Côrte" (p. VIII). Mas não tardou que as injunções partidárias levassem o mesmo escritor a redigir, em 1849, sob o pseudônimo de Timandro, outro célebre panfleto político — *O Libelo do Povo*, no qual se encontra, a respeito, o seguinte trecho, totalmente em contradição com o que afirmara, pouco antes, o volúvel autor:

"De 1845 em diante foi o corpo legislativo tratado sem a mínima consideração; gabinetes se compuzeram fóra da sua influência, e até sem ciência sua: o ministro incumbido de os organizar, propunha em palácio os nomes daqueles com quem lhe convinha servir de acôrdo com o voto parlamentar; êsses nomes eram rejeitados; lembrava outros, depois, até que finalmente esgotada a longa lista dos ministros *impossíveis*, o govêrno pessoal compunha um amálgama de entidades heterogêneas, onde apenas um ou outro liberal era incluído, para que se não dissesse que o pensamento dominante no parlamento havia sido desatendido" (36). Mudaria de idéias, mais uma vez, em 1856, no folheto *Questões sobre impostos*, em que celebrou a "política magnânima do mais justo dos monarcas" (37).

Outro jornalista famoso, Justiniano José da Rocha, que nas páginas do *Brasil* tanto havia cooperado com a *Sentinela da Monarquia* na formação da lenda da Joana onipotente, da "facção áulica", afinal posta em

(36) Timandro [Francisco de Sales Tôrres Homem] — *O Libelo do Povo*, 3.^a edição (Lisboa, 1868), p. 94-95.

(37) [Francisco de Sales Tôrres Homem] — *Questões sobre impostos* (Rio de Janeiro, 1856), p. 56.

volume por seu amigo e futuro companheiro de representação mineira, Firmino Rodrigues Silva — evitaria, mais tarde, reeditar aquelas acusações, ao publicar, em 1855, o mais interessante de nossos opúsculos políticos — *Ação; Reação; Transação*.

Comentando, porém, o êxito alcançado por *A Dissolução do Gabinete de 5 de Maio*, que supunha redigido por Honório Hermeto, escreveu Teófilo Ottoni que “as doutrinas do célebre panfleto repercutiram gloriosamente na tribuna parlamentar. Delas se fez solidário no Senado do Sr. Senador Bernardo Pereira de Vasconcelos” (38).

Não faltou, porém, quem imediatamente as negasse, e na mesma ocasião em que no parlamento foram formuladas. “Quando o conselheiro Luís Antônio Barbosa” [parente, porém inimigo de Paulo Barbosa] “proferiu na Câmara a sua oração contra o círculo traçado pelos cortezãos em roda do Trono, foi Nunes Machado, foi Urbano” [Sabino Pessoa de Melo, outro *praieiro*] “quem lhe saiu ao encontro, dizendo que não acreditavam em nada disso”. Mais tarde, na sessão de 1848, expressivamente diria o mesmo chefe e vítima da revolução pernambucana iniciada nesse ano: “O país não acredita nesse mexerico, o país só reconhece os poderes estabelecidos na Constituição, tudo isso a que se dá o nome de entidades de reposteiros, tôdas essas imposturas e mentiras, toda essa joana, êsses farricocos, frades, padres, aderentes, tudo isso são cascalhos, são cousas que não existem, são miseráveis reptis”... (39).

(38) Teófilo Benedito Ottoni — *Op. cit.*, p. 119.

(39) Cf. Joaquim Nabuco — *Op. cit.* Tomo I, p. 75, texto e nota 2.

Mais autorizada, porém, que a opinião do *praieiro* aliado aos liberais do Sul, será a do insuspeito Teófilo Ottoni, o criador da designação do “elemento dissolvente”, que apesar de constante inimigo de Aureliano Coutinho, contestou, formalmente, a influência e a própria existência da “facção áulica”:

“Os Srs. Marquês de Paraná e Conselheiro Barbosa profligaram na imprensa e na tribuna os excessos da facção áulica, inculcando-a como dominadora, e a mim próprio talvez me escapassem expressões análogas.

“Há flagrante inexatidão e injustiça em uma tal imputação.

“O Imperador não é nem foi dominado pela facção áulica ou por favoritos e validos, que nunca teve, e que parece fazer estudo de ostentar que não tem” (40)

7 – O GABINETE DE 5 DE MAIO DE 1846

Entre 2 e 5 de maio de 1846, organizou-se novo ministério, que, apesar de liberal, pela voz de seu chefe, Holanda Calvancanti, proclamou desejar “a conciliação de todos os brasileiros”, programa que todavia estava acima de suas forças.

A própria posição política do responsável pela situação não autorizava quaisquer esperanças nêsse sentido. Na Côrte, não se entendia bem com Aureliano Coutinho, a quem entretanto conservou como presidente titular da província do Rio de Janeiro. Em Pernambuco, reduto eleitoral de sua família, enfrentava a forte oposição dos *praieiros*, liberais independentes que sucessivos presidentes remetidos do centro não conseguiram acalmar.

Todos os escritores políticos, da época e posteriores, concordam em singularizar o feitio pessoal do futuro

(40) Teófilo Benedito Ottoni — *Op. cit.*, p. 133.

Visconde de Albuquerque. O retrato que dêle traçou Firmino Rodrigues Silva, no famoso panfleto *A Dissolução do Gabinete de 5 de Maio ou a Facção Aulica*, escrito sob a inspiração de Honório Hermeto Carneiro Leão, acha-se imbuído da maior má vontade. "Nunca ninguém possuiu em grau mais eminente vocação tão irresistível pelo absurdo" (41). Não o defendeu o autor anônimo (identificado como Francisco de Sales Tórres Homem) do folheto que sob o título *A Oposição e a Corôa*, respondeu àquele (42). Mais sereno ao julgá-lo foi Joaquim Nabuco, muito mais tarde. "O Visconde de Albuquerque é uma das figuras originais de nossa história política; dessas que se gravam na lembrança do povo, que se revê nelas, porque a sua originalidade não é outra coisa senão a espontaneidade dos instintos e impulsos populares. Dêle ficou apenas a tradição de sua rigorosa probidade, de sua franqueza rude, da sua naturalidade excêntrica" (43).

Um golpe de morte na lenda do "Clube da Joana" deu o governo logo nos primeiros dias de sua adminis-

(41) Firmino Rodrigues Silva — *Op. cit.*, p. 10 — Embora não existam mais dúvidas quanto à autoria de *A Dissolução do Gabinete de 5 de Maio*, convém notar que no necrológio do Marquês de Paraná, a 13 de setembro de 1856 publicado no *Jornal do Comércio*, assegurou Justiniano José da Rocha que o folheto "foi inspiração de Carneiro Leão". (Reproduzido nos *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*, 2.º vol., Rio, 1941, p. 584). E em sua *Circular* de 1860, cit., declarou Teófilo Ottoni "poder asseverar, baseado em valiosos testemunhos, os quais sendo preciso invocarei, que o importante panfleto é da lavra do Sr. Honório Hermeto Carneiro Leão, depois Marquês de Paraná" (2.ª ed., p. 119).

(42) [Francisco de Sales Tórres Homem] — *A Oposição e a Corôa*. (Rio de Janeiro, 1847), p. 9-19.

(43) Joaquim Nabuco — *Op. cit.*, 2.ª ed., Tomo I, p. 56.

tração: seguindo o exemplo do ministério do Marquês de Barbacena, de 1829, relativamente a Francisco Gomes da Silva, o "Chalaça", fiél secretário de D. Pedro I, conseguiu obter o afastamento do mordomo Paulo Barbosa da Silva, mediante sua nomeação para o cargo de ministro na Rússia. Quanto a Aureliano, estando afastado da presidência fluminense pelo mandato de senador, com êle rompeu, prestigiado pelo ministério, o 3.º vice-presidente em exercício, sòmente se conserando a divergência com a posse no cargo do 2.º vice-presidente, político mais ponderado e menos partidário, Luís Pedreira do Couto Ferraz, futuro Visconde do Bom Retiro.

Foi, porém, a luta com os *praieiros* de Pernambuco o motivo da queda do gabinete de 5 de maio de 1846. Não conseguindo retirar da presidência da província o desembargador Antônio Pinto Chichorro da Gama, por não julgá-lo conveniente três dos cinco ministros então existentes (44), também não pôde impedir que o mesmo se elegeisse senador, e, ainda mais, que fòsse escolhido pela Corôa, juntamente com o ex-ministro Ernesto Ferreira França. Exonerando-se Holanda, a 16 de maio de 1847, logo se agitaram os políticos, tendo em vista promover, não apenas a sua substituição, mas a de todo o ministério (45). E, como prova de que o não faziam por injunção da chamada Facção Áulica, basta assinalar, como confessou o próprio autor de *A Dissolução do Gabinete de 5 de Maio*, que a principal figura da nova composição foi Manuel Alves Branco, o antigo inimigo do "Clube da Joana" (46). Isto, embora também passasse a fazer parte do

(44) [Francisco de Sales Tôrres Homem] — *Op. cit.*, p. 19.

(45) Melo e Matos — *Op. cit.*, p. 270.

(46) Firmino Rodrigues Silva — *Op. cit.*, p. 19.

governo, como titular da pasta de Estrangeiros, e interinamente da Fazenda e Justiça, Saturnino de Sousa e Oliveira.

8 - O MINISTÉRIO QUE CRIOU A PRESIDENCIA DO CONSELHO

Ninguém negará ao gabinete de 22 de maio de 1847, ao qual se deve a criação da Presidência do Conselho de ministros, por decreto de 20 de julho desse ano, o ter sido composto por alguns dos mais prestigiosos chefes do Partido Liberal, ao lado de ter facultado a entrada, no governo, de três nomes novos, dignos de tôdas esperanças. Estão naquele caso os senadores Manuel Alves Branco, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e Francisco de Paula Sousa e Melo; e, neste, Cândido Batista de Oliveira, Saturnino de Sousa e Oliveira, e seu substituto, José Antônio Pimenta Bueno, depois Visconde e Marquês de São Vicente.

Apesar de ter sido tão promissora a sua organização, teve a golpeá-la, logo no mês seguinte, o ato do Senado anulando, pela primeira vez, as eleições senatoriais de Pernambuco, invalidando, assim, as cartas imperiais pouco antes expedidas em favor de Chichorro da Gama e Ferreira França.

Reagindo à provocação, aceitou o ministério a luta, não poupando os habituais recursos de compressão para obter a vitória eleitoral, o que levou Paula Sousa a abandonar rapidamente a pasta do Império, depois de cinco semanas de exercício.

Outra escolha senatorial demonstrou a boa vontade do Imperador em manter a situação. Eram principais candidatos, pela província do Rio de Janeiro, o mi-

nistro Saturnino e o Visconde de São Salvador de Campos, tão ligado ao Paço que merecera de D. Pedro II duas singulares provas de confiança: fôra, com surpresa geral, o encarregado de chefiar a missão que trouxe ao Brasil a terceira Imperatriz, em 1843, e havia ficado incumbido de zelar pelo Príncipe Imperial D. Afonso, por ocasião da viagem dos imperantes ao Sul, em 1845-1846. Apesar dêsses antecedentes, o escolhido foi o irmão de Aureliano, que aliás pouco sobreviveu à nomeação e não chegou a tomar posse da cadeira (47).

Não quer isto dizer, porém, que encontrava fundamentos a opinião de que ainda vivia a Facção Áulica. Saturnino, ministro a convite de Alves Branco, tinha legítimos títulos para a candidatura à senatória. Tendo sido o mais votado, sua escolha não era extranhável, pois, de acôrdo com os costumes da época, e que aliás

(47) Eis como pitorescamente narrou o episódio Manuel de Araújo Pôrto-alegre, em carta dirigida à esposa de Paulo Barbosa, ainda no estrangeiro:

“O Paço de São Cristóvão andou num reboiço terrível: o mulherio todo assanhou-se e dividiu-se em dois partidos: um queria o São Salvador de Campos para nos salvar no Senado; o outro queria que os salvadores não se salvassem, pois eram do novo partido, que agora anda por aqui e que se intitula — o voto livre. O Imperador não quiz salvar os Campos, antes quis arruiná-los, pois escolheu o filho de Saturno, que dizem ser bom rapaz de quarenta e tantos anos, apesar de que seu pai, segundo a fábula, não é sujeito com quem se brinque muito. Estamos à espera de ver o que se passa em Maceió [refere-se à Marquêsa de Maceió, cunhada e sobrinha do Visconde], pois tinha esta terra por si e com grande afinco, a Imperatriz. O Salvador é natural que fique republicano por 15 dias, e que depois se vá acostumando a ver a toga senatorial nas costas do Saturnino; que todos dizem ser muito bem empregada, e eu também”. (Cf. original do Arquivo do Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, em poder do Sr. Américo Jacobina Lacombe; aproveitado em nossa biografia — *Visconde de Sepetiba*, cit.).

não prevaleceram durante todo o Segundo Reinado, ainda era praxe que os candidatos à Câmara vitalícia fôsem, de preferência, ministros e presidentes de província, antigos ou contemporâneos.

Divergências entre o próprio ministro dos Negócios Estrangeiros e o Presidente do Conselho, como entre êste e Aureliano, ainda presidente da província fluminense, motivaram a crise de que resultou a dissolução do gabinete. Mencionando-as, sem entrar em minúcias (48), basta dizer que as primeiras diziam respeito à oportunidade de uma negociação diplomática com a Inglaterra, mesmo independente de anulação do *bill* Aberdeen, como aceitava Saturnino e rejeitava Alves Branco; a uma eleição senatorial em São Paulo, em que o primeiro apoiou as pretensões do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, mostrando-se mais imparcial o chefe do ministério. Quanto a Aureliano, não só havia divergido do 2.º Visconde de Caravelas na organização da chapa de deputados gerais pelo província do Rio, como arbitrariamente resolvera prorrogar o mandato de uma legislatura a êle favorável, contra a reunião de outra que lhe seria adversa.

Resolvendo o primeiro caso a favor de Alves Branco, concedeu o Imperador a exoneração pedida por Saturnino. Tendo deixado o ministério, por motivo de saúde, também o senador Vergueiro, encontrou dificuldades para recompô-lo o Presidente do Conselho. Como sempre sucedia nessas ocasiões, os chefes em disponibilidade puzeram obstáculos à recomposição, visando a renovação completa do govêrno. Foi o que aconteceu, alegando-se que as divergências entre os ministros for-

(48) Ver, a respeito, Melo e Matos — *Op. cit.*, p. 333-345.

çariam a falta de maioria favorável ao gabinete, na Câmara dos Deputados. À vista dêsse argumento, retirou-se Alves Branco do poder.

9 — OS DOIS ÚLTIMOS GABINETES LIBERAIS DE 1848

Encarregado de organizar gabinete, o senador José Carlos Pereira de Almeida Tôrres, já então Visconde de Macaé, recorreu ao apoio de um antigo político, Antônio Paulino Limpo de Abreu, e de elementos novos, compondo a efêmera combinação ministerial de 8 de março de 1848.

Dando provas de que tencionava extinguir um sério fator de dificuldades políticas, os presidentes provinciais que se excedessem em pressões eleitorais, exonerou imediatamente alguns, inclusive Aureliano Coutinho, do Rio de Janeiro, e Chichorro da Gama, de Pernambuco.

Não resistiu, porém, o ministério à desconfiança que em sua orientação manifestou um voto da Câmara, e prontamente retirou-se do poder, abstendo-se de sugerir à Corôa o recurso da dissolução.

Antes de se ultimar a composição do que o substituiu, novo golpe aplicou o Senado, de maioria "saquarema", aos liberais no poder, anulando, pela segunda vez, as eleições senatoriais pernambucanas, também pela segunda vez favoráveis a Chichorro e Ferreira França.

Esgotado por mais de quatro anos de governo, não dispunha o partido de chefes ainda não usados, uma vez que tôdas as suas grandes figuras já haviam passado pelo poder. Recorreu, portanto, a Paula Sousa para a Presidência do Conselho, e, apesar das qualidades pessoais que o distinguiam, e embora tivesse utilizado, na composição do ministério, elementos ainda novos na

política geral do país — foi retumbante o malogro do gabinete de 31 de maio de 1848.

Não dominando a própria maioria, em que se saíentavam os incontentáveis e até mesmo nativistas “praieiros”; tendo de enfrentar a maioria conservadora do Senado, além da forte “patrulha saquarema” existente na Câmara; obrigado a encaminhar uma questão de vulto internacional da importância do tráfico de africanos — por todos êsses motivos não foram suficientes nem os justos títulos de Paula Sousa, nem a incipiente habilidade de seu substituto Bernardo de Sousa Franco.

Atingido pelos reflexos das transformações políticas então operadas na Europa, como por mesquinhos incidentes como o que se extraiu de uma alusão infeliz do deputado e médico do Paço Dr. José Martins da Cruz Jobim, não pôde o ministério resistir às repercussões de sucessivos conflitos de rua ocorridos no Recife e depois na própria Corte, êstes em consequência de agitas eleições municipais. Quando se discutia a lei do tráfico, pela qual tanto se interessou o gabinete, uma inoportuna proposta de adiamento conseguiu ser aprovada por 32 votos contra 29. Prontamente se demitiu o moribundo ministério, seguindo-se a passagem do poder aos seus concorrentes, evidenciada como estava a impossibilidade da continuação dos divididos liberais no poder.

Organizada a nova situação, tentou Alves Branco demonstrar, no Senado, que o caso seria mais de mudança de gabinete, não do partido. Na Câmara, procurou argumentar Teófilo Ottoni, que a responsável pela mudança da situação era a “facção áulica” (49). Respondeu-lhe Francisco Gonçalves Martins, futuro Ba-

(49) Cf. Melo e Matos — *Op. cit.*, p. 472-478.

rão e Visconde de São Lourenço, "admirando-se de que o ilustre deputado que conhecia desde 1841 a facção áulica, só a tornasse a vêr em 1848, e de que no longo intervalo, sabendo o perigo que corriam seus aliados, e suas convicções, vendo a traição que se lhes preparava, o engodo em que caíam, não alçasse a poderosa voz, guardando silêncio em prejuizo das suas idéias e correligionários".

10 — O MINISTÉRIO CONSERVADOR DE 1848-1852 .

Analizando a situação política de 1848, agudamente observou Justiniano José da Rocha, no primoroso panfleto *Ação; Reação; Transação*:

"Na extrema dos sustentadores do ministério se apresentavam alguns deputados a quem os movimentos europeus comunicavam a sua vertigem; êsses buscavam a popularidade, apresentando idéias de reforma mais ou menos irrealizáveis, ou rodeadas de dificuldades e de perigo, e com elas e não menos com os meios de que, para realizá-las, lançavam mão, ainda mais dificultavam a obra do ministério, dividiam e irritavam os grupos do partido, e fortificavam os seus adversários. Essa fração tendia à revolta; a revolta era o seu necessário paradeiro: ora, a autoridade estava tão forte, ela que já absorvia quase tôda a força social, que não podia aceitar as imposições da revolta" (50).

Traduzindo-se essa agitação, no Rio de Janeiro, pelas arruaças que marcaram as eleições municipais, tiveram como natural consequência a retirada do último gabinete liberal do período de que estamos tratando.

(50) Justiniano José da Rocha — *Ação; Reação; Transação*. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil (Rio de Janeiro, 1855), p. 42.

Organizando-se, a 29 de setembro de 1848, um novo ministério conservador, sob a chefia, a princípio, do então Visconde de Olinda, e no ano seguinte do Visconde de Monte Alegre, estava êle destinado a ser um dos mais longos da monarquia.

À vista da opposição com que foi recebido, pareciam excessivos quaisquer prognósticos mais lisongeiros, relativos à sua duração. 1848 e 1849 foram anos férteis quanto ao aparecimento de pasquins e folhetos, principalmente na Côrte, lembrando os dias tumultuosos de 1831 a 1833. À frente de todos, o famoso *O Libelo do Povo*, de Timandro, forneceria exemplos, simultaneamente, de ardor panfletário e de cabal arrependimento do autor, que apenas alguns anos depois, em resposta a Angelo Muniz da Silva Ferraz, satisfatoriamente explicaria os excessos de sua renegada obra pelas condições do ambiente em que foi escrita:

“Os desvios da imprensa, a que alude, tinham origem nas circunstâncias de uma quadra anormal, em que a alucinação estava em tôda a parte, e a intemperança da palavra coincidia com os desregramentos da fôrça. Graças à política magnânima do mais justo dos monarcas, de semelhante época apenas remanescem recordações para serem de quando em quando exploradas por alguns eruditos mais realistas que os reis, mais príncipes que os príncipes a quem êles se propõem dar lições de dignidade implacável. *Omnia pro dominatione serviliter*, diz Tácito...” (51).

Nas províncias, porém, a repercussão da mudança política não ficou apenas nos desabafos escritos. Em Pernambuco, não duvidram os *praieiros* aceitar a alian-

(51) [Francisco de Sales Tôrres Homem] — *Questões sobre impostos* (Rio de Janeiro, 1856), p. 56-57.

ça de um inimigo da véspera, o jornalista Antônio Borges da Fonseca (52), lançando-se à revolta armada, em protesto contra a perda das posições a que já estavam acostumados.

Vencidos, julgados e condenados os rebeldes* — “pressentiu-se que essa seria a última das revoluções; via-se nela a lição da experiência que faltava ao Norte, mas que já tivera o Sul, experiência necessária ao Partido Liberal para resignar-se à vez do adversário” (53).

Comentando a ação do gabinete que governou de 1848 a 1852, além de retratar poderosamente as figuras de seus dois chefes, assinalou o mesmo Joaquim Nabuco, ter sido “realmente um ministério forte êsse que suprimiu o tráfico, dominou a revolução de Pernambuco, derrubou Rosas, e ao mesmo tempo lançou a base de grandes reformas e melhoramentos que mais tarde se realizaram” (54). Lembrando-nos que Eusébio de Queiroz foi seu ministro da Justiça e conseguiu resolver a questão do tráfico; que Paulino José Soares de Sousa foi seu ministro dos Negócios Estrangeiros e traçou os definitivos rumos de nossa política no Rio da Prata — teremos marcado o ministério de 29 de setembro como um dos mais notáveis da monarquia. Restabelecendo a ordem interna e a externa, encaminhando o país para o desenvolvimento material que daí por diante não sofreria interrupções, o gabinete transpôs a metade do século e “sob o pregão do progresso conservador apareceu a época da transação” (55).

(52) Cf. o nosso trabalho “O *Repúblico* Antônio Borges da Fonseca”, incluído em *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*, cit., cap. “Na Revolta Praieira (1848-1849)”.

(53) Joaquim Nabuco — *Op. cit.*, Tomo I, p. 74.

(54) Joaquim Nabuco — *Op. cit.*, Tomo I, p. 84.

(55) Justiniano José da Rocha — *Op. cit.*, p. 51.

11 — O GABINETE DE 11 DE MAIO DE 1852

Pode ser considerado uma recomposição do anterior, o primeiro ministério presidido por Joaquim José Rodrigues Tôrres. Como o futuro Visconde de Itaboraá, dois outros ministros dêle provinham, inclusive Paulino. E dos dois estreantes que trouxe, um estava destinado a formar entre os mais singulares chefes políticos do Império — Zacarias de Góis e Vasconcelos.

Considerando uma só administração a constituída pelos dois gabinetes de 29 de setembro de 1848 e 11 de maio de 1852, registrou Joaquim Nabuco algumas de suas iniciativas, tão brilhantes quanto fecundas: o início das estradas de ferro, a navegação a vapor do Amazonas, a iluminação a gás do Rio de Janeiro — progressos a que está indissolivelmente ligado o nome do Visconde de Mauá. O Código Comercial e seus dois regulamentos, as leis de terras e de emissão bancária, a criação das novas províncias do Amazonas e Paraná, a reorganização da Guarda Nacional, as reformas do Tesouro e do corpo diplomático, a boa gestão do exército — são outros títulos em favor dos ministros dêsse quinquênio. Pode-se mesmo dizer “que o govêrno de 1848 a 1853 esteve entregue a homens verdadeiramente de primeira ordem e que nunca êle atingiu a mais elevado grau de espírito governamental, unido à competência administrativa” (56).

Entretanto, apesar de todos êsses méritos; como prova de que as tendências coletivas sempre acabam por sobrepujar as individuais, não conseguiu o gabinete Rodrigues Tôrres criar uma orientação política própria, ou

(56) Joaquim Nabuco — *Op. cit.*, Tomo I, p. 279.

mesmo continuar a de seu antecessor, a não ser em seu aspecto puramente administrativo.

Começaram essas diferenças pela concessão da anistia aos revoltosos de 1848-1849. Prosseguiram, com a impotência do ministério diante do aparecimento de uma idéia política do sentido geral, a qual surgiu, cresceu e logo tudo avassalou, como irreprimível movimento de opinião — a conciliação dos partidos. Apoiada por liberais com os antecedentes de Francisco de Sales Tórres Homem — para escândalo de um extremista do quilate de Antônio Borges da Fonseca (57) — prontamente obteve o apoio do Imperador, encontrando um exato intérprete na sobranceira figura política de Honório Hermeto Carneiro-Leão, Visconde e Marquês de Paraná.

12 — O MINISTÉRIO DA CONCILIAÇÃO

O ministério da Conciliação reuniu, sob a chefia de Honório Hermeto, quatro futuros presidentes do Conselho, três dos quais então estreates como ministros — o Marquês de Caxias, o Visconde do Rio Branco e o Barão de Cotegipe — além de um *leader* de prestígio, José Tomaz Nabuco de Araújo. Completavam a organização Antônio Paulino Limpo de Abreu, logo elevado a Visconde de Abaeté, a quem também ainda iria competir o primeiro posto em nossa hierarquia política, e Luís Pedreira do Couto Ferraz, Barão e Visconde do Bom Retiro, o amigo do Imperador, administrador dos mais progressistas que temos tido.

(57) Cf. o primeiro número de seu jornal o *Repúblico*, em sua quinta e última fase (Rio de Janeiro, 1.º de julho de 1853). Exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Dando cumprimento ao seu programa de apagar todos os ressentimentos do passado, mediante a distribuição de postos de responsabilidade, indistintamente, a conservadores e liberais, pôde o gabinete dar maior desenvolvimento à fase, de reorganização administrativa e de progresso econômico e industrial, de criação de novos meios de comunicação e de transportes, de transformações intelectuais e materiais em que já havia entrado o país.

Para as províncias, não foi menor o cuidado do ministério, na escolha dos respectivos presidentes. Alguns nomes bastam para exemplificá-lo: Sérgio Teixeira de Macedo em seu tempo presidiu Pernambuco; João Maurício Wanderley e Cansação de Sinimbu, a Bahia; ao conselheiro Luís Antônio Barbosa, coube a difícil presidência do Rio de Janeiro, como a José Antônio Saraiva a de São Paulo; a Zacarias, tocou iniciar o governo do Paraná; dirigiram o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, sob a Conciliação, Manuel Vieira Tosta e Jerônimo Francisco Coelho, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos e Herculano Ferreira Pena, respectivamente.

Não foi sem dificuldades que conseguiu o Visconde e Marquês de Paraná consolidar a base política de tão profundo movimento de renovação. Chegam até nós o eco de suas discussões parlamentares com adversários do porte de Angelo Muniz da Silva Ferraz e Justiniano José da Rocha, aquele um ministro para qualquer pasta, êste o maior jornalista de seu tempo. No Senado, enfrentou opositoristas do vulto de Eusébio de Queiroz e do Marquês de Olinda. No jornalismo popular, não chegaram a embaraçá-lo os excessos do *Repúblico*.

Resumindo os benefícios do ministério da Conciliação, salientou Euchides da Cunha que, "na ordem práti-

ca, refundiu a instrução pelos novos estatutos dos Cursos Jurídicos e Faculdades médicas, regulamentando o ensino primário e criando o Instituto dos Cegos. Ampliou o desenvolvimeto econômico, melhorando a Companhia de Navegação do Amazonas, organizando a Estrada de Ferro de D. Pedro II, e concedendo a de Santos a Jundiaí, que seria a aorta de toda a existência econômica de São Paulo. Firmou a paz exterior, repelindo o êrro da intervenção ativa no Prata e ligando-se em tratado de comércio com a Argentina. Aderiu dignamente aos princípios do direito marítimo do Congresso de Paris (1856). Completou por fim a lei destrutiva do tráfico, com a de Wanderley, que proibia o comércio interprovincial de escravos. — Sugeriu a reforma hipotecária, e, mais civilizadora e urgente, a judiciária” (58).

A reforma eleitoral foi, porém, a pedra de toque do aperfeiçoamento político colimado pela Conciliação. A eleição por círculos de um só deputado visava trazer para a Câmara as verdadeiras influências regionais, não os protegidos dos ministros e dos presidentes de província. Quería Paraná a “representação do país real; que a eleição fôsse uma verdade, a expressão das maiorias locais, fôsse quem fôsse o deputado”. Nêsse sentido não temeu enfrentar a questão de confiança, nem apressar a votação do projeto que reputava moralizador (59).

A morte do estadista não lhe permitiu assistir à aplicação de sua grande reforma. Solidário com os seus desejos, fêz o Imperador com que seus companheiros continuassem no govêrno, constituindo-os fiadores da

(58) Euclýdes da Cunha — “Da Independência à República”, in *A margem da História*. 3.^a edição (Pôrto, 1922), p. 278.

(59) Joaquim Nabuco — *Op. cit.*, Tomo I, p. 157-158.

nova política e assumindo Caxias a Presidência do Conselho.

Realizado o pleito, patenteou-se a renovação descida, independentemente dos antigos processos e partidos, embora fôsse o ano de 1857 fértil em panfletos de contestações eleitorais (60), provas suficientes do interesse despertado pela experiência democratizadora. “Pelo menos extintos os *deputados de enxurrada*, conforme a ironia fulminante de Paraná, os novos eleitos retratariam com mais fidelidade a vontade do país”.

“Deste modo” — ainda na expressiva opinião de Euclides da Cunha — “o grande homem demarca um trecho decisivo da nossa história constitucional; e centraliza-a. Enfeixa as energias do passado e desencadeia as do futuro.

“Separa duas épocas.

“Foi o ponto culminante do Império” (61).

CONCLUSÃO

Referindo-se à época da Conciliação, escreveu Joaquim Nabuco que “durante êsse ministério o Imperador, então na flor da idade, tinha chegado à madureza do espírito político. Já não era o espírito hesitante, tímido e por isso mesmo às vêzes temerário, que fôra nos primeiros gabinetes do reinado, desconfiado de que se o pudesse acreditar pupilo dos seus ministros e dar-lhe um favorito. Segurava as rédeas com a mão firme e tranquila de um antigo bolieiro. Também os maus caminhos estavam passados; o reinado entrava afinal na

(60) Cf. a *Bibliografia* que levantamõs para 'o período em apreço e que acompanhou a primeira impressão dête trabalho,

(61) Euclides da Cunha — *Op. cit.*, p. 280.

larga estrada real; não havia mais que olhar, nem à direita, nem à esquerda, para os atoleiros e para os precipícios. O carro rodava sobre o mais suave e o mais liso empedrado parlamentar (62).

Realmente, também para João Capistrano de Abreu, “a década de 50 foi a mais brilhante do Império. Fechou-se o livro miserável do tráfico africano. Ajudou-se a Argentina a libertar-se da tirania de Rosas. Tratou-se de liquidar a onerosa herança dos limites, legada pelas metrópoles peninsulares. Regularizaram-se e amudaram-se as comunicações por vapor com a Europa. Obras novas, vindas paquete a paquete, transportaram além do Tejo, e mesmo além do Sena. Irineu Mauá, riograndese benemérito, em quem por desgraça o descortino não corria parelhas com o patriotismo e com a probidade, firme no prestígio acumulado nos meios indígenas, fortalecido pela confiança inspirada aos capitalistas londrinos, rasgou muitas das faixas coloniais, começou a remodelar o Brasil moderno”.

E prossegue o eminente historiador, depois de aludir à Conciliação e à sua reforma eleitoral:

“O Imperador sentir-se-ia bem neste jubileu de 50: helo, sadio, augusto, ninguém lhe disputaria a autoridade. Se na visita de Adalberto da Prússia sonhava talvez com louros militares, suas ambições convergiam, agora, para as artes da paz. Mecenas, em sua honra Magalhães concluiu a *Confederação dos Tamolos*, Pôrto-alegre meditava o *Colombo*, Gonçalves Dias começava os *Timbiras*; para emparelhar com as epopéias, Magalhães e Joaquim Norberto urdiam tragédias; sub-

(62) Joaquim Nabuco — *Op. cit.*, Tomo I, p. 248-249.

venções traziam ao Rio rouxinóis canoros de além-mar; João Caetano assombrava as platéias; Varnhagen esforçadamente erigia sua ciclópia *História Geral*. O Instituto Histórico reunia os sábios da cidade e entre êles fazia figura de destaque Sua Majestade. Organizava-se uma Comissão Científica para explorar o Norte"... (63).

Têm razão os dois eminentes historiadores, como Euclides da Cunha, anteriormente citado. Os ministérios que vão de 1848 a 1857 marcam, senão o apogeu do Segundo Reinado, pelo menos o advento de uma fase de completação de experiência política, que no progresso geral do país e na fusão dos partidos encontra suas maiores provas.

Da Independência à Abdicação, o Império dolorosamente havia-se constituido, à custa de lutas internas e externas, de incompreensões políticas que culminaram na madrugada de 7 de abril de 1831. Sob as Regências, todos os excessos, antes custosamente subjogados, encontraram ambientes propícios à sua livre expansão. Com a Maoridade, restabeleceu-se a autoridade, embora contra ela ainda se levantassem alguns surtos da antiga rebeldia, como em 1842 e em 1848-1849. Com a Conciliação, o aparelhamento político do país atingiu a sua plenitude.

De 1840 a 1857 ocorreu, portanto, um aperfeiçoamento político que foi, simultaneamente, dos homens públicos (alguns dos quais merecem a classificação de estadistas), e do próprio Imperador. Aqueles, vindos

(63) João Capistrano de Abreu — "Fases do Segundo Império", artigo de 1925, incluído em *Ensaos e Estudos (Crítica e História)*, 3.^a série (Rio de Janeiro, 1938), p. 119-120 e 121-122.

da marcante experiência regencial, e êste, liberto da exígua educação facultada a um pupilo da Nação — souberam criar o padrão ético, pelo qual se regeu a vida pública brasileira durante o Segundo Reinado, e estabeleceram as grandes fórmulas constitucionais que modelaram o sistema governamental do Império.

CARTAS DO DUQUE DE CAXIAS AO TENENTE-GENERAL CALDWELL

Na lista dos oficiais-generais do exército imperial uma posição singular é ocupada por João Frederico Caldwell, nascido em Santarém, Portugal, em 1801, de ascendência inglesa, cadete do 1.º Regimento de Cavalaria em 1810, falecido no posto de Tenente-General efetivo e no cargo de Ajudante-General do Exército a 26 de fevereiro de 1873, no Rio de Janeiro.

Não que lhe tenha sorrido a glória dos comandos felizes, férteis em vitórias úteis à sua pátria de adoção. Pelo contrário, embora se tenha distinguido, como oficial subalterno, em campanhas como as de 1817 e 1824, em Pernambuco, e de 1826-1827, na Cisplatina, — um sério desastre, com êle ocorrido no combate de Seival, na Revolução Farroupilha, em 1836, iria, daí por diante, impedir que a sua brilhante carreira se tornasse a de um comandante de forças em operações. Perdeu a sua mão direita, o que não o impossibilitou, entretanto, de continuar servindo ao exército e ao Brasil, nos mais importantes setores da administração militar.

Assim, depois de ter ajudado o Barão de Caxias a pacificar o Rio Grande do Sul, de ter sido comandante das armas do Pará, em 1846, do Rio Grande do Sul, em 1847-1848, e de ter comandado, já Brigadeiro, uma das divisões com que o mesmo Marechal e Conde invadiu o Estado Oriental do Uruguai, em 1851, — voltou a exercer o comando das armas da mesma província sulina, de 1853 a 1856, o do Rio de Janeiro, até

1857, novamente o do Rio Grande, até 1859, e de 1860 a 1864, quando foi nomeado Ajudante-General do Exército, cargo que com mais uma interrupção como Comandante das Armas do Rio Grande do Sul exerceria até a sua morte, ocorrida em 1873. Também foi ministro da Guerra, de 29 de setembro a 10 de novembro de 1870, no gabinete presidido pelo Visconde de São Vicente (1).

É, portanto, no desempenho daquele frequente comando, que tem início a correspondência com ele mantida pelo Marquês e Duque de Caxias, adiante divulgada, graças à gentileza de seu possuidor, o distinto historiador Sr. Francisco Marques dos Santos, que a adquiriu dos herdeiros da filha de Caldwell, D. Maria Isabel, falecida em 1926.

A verdadeira confiança existente entre os dois generais, a importância dos acontecimentos algumas vezes comentados em suas linhas, tornam preciosas essas peças epistolares, uma das quais, pelo menos, merece figurar entre as mais notáveis que se conhecem firmadas pelo maior dos nossos cabos de guerra.

1.^a CARTA

Exmo. Am.^o e Sr.

Muito agradeço a V. Exa. a participação que me fez o favor fazer, de haver tornado a tomar o estado de caçado. Dou a V. Exa. o devido parabem, e estimo que seja muito feliz. Oficialmente responderei

(1) Todas essas datas e comissões cf. Alfredo Pretextato Maciel da Silva — *Os Generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889 (Traços Biográficos)*, vol. XXXII da Biblioteca Militar, 2.^o vol., 2.^a ed. (Rio de Janeiro, 1940), p. 177/189.

a Exa. a respeito das etapas, o q agora me não he possível por falta de tempo.

Sou am.g e Camda.

Marquez de Caxias

Rio

15 de 7bro

de 1861.

— Tendo falecido sua primeira esposa, casara-se Caldwell, pela segunda vez, com D. Maria Henriqueta do Prado. Suas relações anteriormente mantidas com o Marquês de Caxias autorizavam-no, certamente, a comunicar o fato ao então Presidente do Conselho e Ministro da Guerra.

2.ª CARTA

Exmo. Am.º e Sr.:

O Capm de infnta Mel Jozé de Menezes tem ordem de seguir no 1.º Vapor, que partir pa. o Sul, a reunir-se ao seu Bam; este offal mandou buscar a famillia, que deixou no Norte, daonde veio à pouco, e quer a esperar aqui, pa seguir com ella ao seu destino. Se fôr possível ficar a partida d'elle, para o mes seguinte, bom seria. O Sr. Ministro da Guerra, já prometeo ao Capm mandar ordem a V. Exa nesse sentido, mas podendo se esquecer, pelos seus muito afazer, veja V. Exa se pode remediar esse inconveniente, fazendo-o demorar; do que se não seguirá incôveniente, ou se lembra ao Ministro o seu prometinto ao Capm, com o q mto obrigará ao seu

am.º e camda

M. de Caxias

— Tendo regressado do Rio Grande ao Rio de Janeiro, onde foi nomeado Ajudante-General do Exército, Caldwell passaria a servir o antigo chefe em pequenos obséquios, como o referido na carta acima transcrita, e em outras que se seguirão.

O Ministro da Guerra a que se refere Caxias era o deputado Francisco Carlos de Araújo Brusque.

3.ª CARTA

Exmo. Amo. e Sr. Gal

A qualquer hora, que V. Exa queira, amanhã, vir a esta sua caza, me dará muito prazer, pois não pretendo sair.

Sou am.º e Camda
Marquez de Caxias

Andarahy

29 de 8bro de 1864

— Não deve ser destituída de importância, como pode parecer, a carta acima. Justificando a suposição, basta reparar na respectiva data. A 29 de Outubro de 1864 a situação no Sul era de plena crise, somente pelas armas resolúvel. Não é de se extranhar, portanto, que o Ajudante-General do Exército, conhecedor das divergências reinantes entre Caxias e o Gabinete Furtado, discretamente preferisse procurá-lo em sua própria casa, certamente para tratar de importantes assuntos militares.

4.^a CARTA

Rezervado

Exmo. Am.^o e Sr.

Rogolhe o favor, muito particular, de me mandar preparar hum Mappa da força de 1a. Linha, com a designação de corpos, que está actualmente no Sul; assim como da Guarda Nacional em Destacamento, se for isso tambem sabido no seu Qel Gel. Sabe V. Exa que sou couriôzo, e amator das nossas coizas militares, e por isso relevará este emcommodo q lhe vou dár.

Sou am.^o e camda que o estima

M. de Caxias

Andarahy

27 de 9br.^o 1864

(Nota ao alto, do punho de Caldwell: "R. em 28 remetendo o Mappa").

— Esta carta confirma a suposição de que entre Caxias e Caldwell, acima das conveniências políticas do momento, havia perfeito entendimento, quanto às necessidades militares do Brasil, já então envolvido na campanha contra Aguirre e às vésperas do conflito com o Paraguai. Deixando de lado quaisquer considerações imediatas, que disséssem respeito à posição do Marquês quanto ao Ministério, o Ajudante-General do Exército não tinha dúvidas em fornecer ao maior dos nossos marechais as informações por êle desejadas, convencionalmente pedidas com a simples alegação: "sabe V. Excia. que sou curioso e amator das nossas cousas militares, e por isso relevará este encômodo que lhe vou dar".

5.^a CARTA

Exmo Am.^o

Muito obrigado, pelas noticias do Chuhy, q̃ fez o favor mandar, as quaes, eu tambem tive, por uma carta do Thomaz Campos.

Eu vou amanhã ao Concelho Supremo, q̃ costuma a acabar, ao meio dia, ou, qdo mto, à huma hora da tarde; e qdo sair o procurarei no seu Qel Gel, pedindo-lhe, desde já licença, para ir à paizana.

Sou am.^o e camda
M. de Caxias

Praia do Flamengo n. 2
4 de Dezembro 1864

— Agravando-se a situação no Sul, apressa-se Caldwell, esquecendo-se de sua superioridade hierárquica, êste, marcando um encontro para depois da sessão do Tribunal do Supremo Conselho Militar e de Justiça, de que era membro, como depois também o seria Caldwell, esquecendo-se de sua superioridade hierárquica, não se esquece, entretanto, disciplinado como era, de solicitar licença ao seu subalterno, para ir à paisana.

6.^a CARTA

Gel e Am.^o

Estimarei que faça boa viagem, e que seja feliz. Rogolhe o favor de mandar entregar essa carta ao Felipe, que he resposta de huma delle q̃ recebi ontem.

Sou am.^o e camda
M. de Caxias

25 10br.^o
1864

— Para a organização das forças militares no Rio Grande, regulares e da reserva, diante da possibilidade da invasão paraguaia, haviam sido julgados necessários, mais una vez, os serviços, naquela província, do Tenente-General João Frederico Caldwell, novamente nomeado seu comandante das armas, sem prejuizo, porém, de sua designação anterior, de Ajudante-General do Exército. Daí a despedida de Caxias, expressa na carta acima.

7.ª CARTA

Exmo. Am.º e Sr. Cel.

Á mto que não tenho noticias de V. Exa. Estimarei que tenha tido sempre saude, pa poder carregar com a cruz, que lhe puzerão às costas. Quando puder, não se esqueça de me mandar hum mappa de toda a força ã por ahi houver, por armas e corpos, pois bem sabe que preciso estar em dia com esses movimentos, porque o I. tem ainda a ideia ficha, de me mandar commandar o Exto, o ã dicerto não poderá conseguir, com o actual ministério; mas que de hum dia pa outro, pode ser mudado, e eu me ver em apuros. Hé portador desta o Major Carlos Nery, offal a qm mto estimo, como V. Exa sabe, elle vai comdar hum corpo de voluntarios, no Exto; ouzo recomenda-lo à sua estima e amizade, pois o julgo digno disso.

Aqui fico às suas ordens como am.º e

camda q o estima

M. de Caxias

Corte 20 de Abril de 1865.

— Muito importante para a compreensão das intenções de D. Pedro II, quanto a confiar o comando

do exército brasileiro a Caxias, desde o início da campanha do Paraguai, é esta carta em que o próprio Marquês o declara uma "idéia fixa" do Imperador, dias antes da assinatura do Tratado da Tríplice Aliança. Retifica, portanto, definitivamente, as opiniões a esse respeito expendidas por diversos comentadores, que têm divulgação a suposição de que D. Pedro II não tenha desejado escolher para aquele cargo o maior dos nossos militares. Que então era possível essa nomeação Caxias mesmo o diz, motivo pelo qual novas informações solicita do amigo Ajudante-General e Comandante das Armas, que no Rio Grande realmente carregava a sua "cruz, que lhe puzeram às costas".

8.^a CARTA

Exmo Am.^o e Sr. Gcl.

Devo resposta a 3 cartas de V. Exa, sendo a ultima de 13 de Maio, escripta do Rio Pardo. Já estou de posse do Mapa da força, ã me enviou o meu parente João Mel, por ordem de V. Exa, o que muito lhe agradeço, pois me esclarece, por ora, sobre a tropa que está em armas, nessa Prova, dando os devidos descontos, pois sei bem, por experiencia propria, como esses guascas, são pouco pontuaes em tudo quanto cheira a trabalho de escripta. Não duvido que sejam verdadeiras, as noticias que V. Exa teve dos Blanquillos. Tão logo como o Flôres, marche pa o Paraguay, como elles se poem em campo. E he isso o que tem, sem duvida, encorajado o Lopes, pa se atrever a invadir Corrientes, e ameaçar essa Prova, que eu receio que elle tambem invada. Foi nomeado definitivamente o Ozorio, pa oome em Chefe do Exto de operaçoens, porã eu, depois do tratado de aliança com a Confederação e Estado

Oriental, não me podia sujeitar a ficar às ordens de Mitre. Lá se arranjem como puderem; e se houver algum transtorno, ã se queixem do seu Enviado Extraordinario, que foi qm dispoz das nossas forças, como quiz, athe com dezar pa o Imperio. Foi mudado o ministerio, como já saberá, e está o Ferraz, que he louco, com a Pasta da Guerra: Deos, queira q elle não faça o mmo agora, que fez qdo Presidente dessa infeliz Prova.

He portador desta o meu primo Jozé Joaqm de Lima e Sa. filho do Visconde de Magé, o qual foi despachado, Director do Arsenal dessa Prova, que vai ser organizado em maior escalla, afim de poder satisfazer as necessidades do Exto, o que eu julgo mui acertado da parte do governo. Eu o recomendo à sua amizade, pois he mto bom rapaz, e abil, no seu officio. Continue a dar-me noticias suas pois sou

Am.º e camda q o estima
Marquez de Caxias

Andarahy

4 de Junho de 1865

— Também importantíssima para o restabelecimento da verdade sôbre os primeiros tempos da guerra com o Paraguai, é esta carta de Caxias, verdadeiro desabafo do militar cujos insubstituíveis serviços as contingências da política ainda não permitiam que pudessem ser aproveitados, como depois felizmente o foram, graças aos esforços do Imperador.

Receio pela attitude dos *blancos*, previsão, com seis dias de diferença, apenas, da invasão paraguaia no Rio Grande, amargos comentários quanto ao Tratado da Tríplice Aliança e a organização do novo Gabinete, —

tudo isso aí aparece com a força de impressionante depoimento pessoal, como somente a inquebrantável sinceridade do grande homem poderia ditar.

9.^a CARTA

Exmo Am.^o

Curupaity 30 de Março

Estimarei que esteja bom e mais descansado do ã eu, ã a 5 dias não tiro as botas, pois tenho trazido o inimigo todo pa dentro da Fortaleza do Umaitá, aonde o tenho enserrado, depois da fuga do Lopes; e se nestes 15 dias se não renderem assalto a Fortaleza, custe o ã custar. Rogolhe o favor de remeter essa carta a Marqueza.

Sou am.^o e camda

M. de Caxias

— A carta acima transcrita, de 1868, dispensa quaisquer comentários.

E' um dos mais notáveis documentos que possui a história militar do Brasil, digno, por isso mesmo, de ser conhecido por todos os brasileiros que amam o seu país e que nas páginas do seu passado podem encontrar exemplos de energia como o que é aqui apresentado pelo imortal Condestável do Império.

10.^a CARTA

Exmo Am.^o e Sr.

Rogolhe o favor de mandar por huma das suas ordenanças as cartas juntas.

Estimarei que goze saude assim como tudo qto lhe pertence.

Aqui vou lutando com hum sem numero de dificuldades, - emqto ahi penção q̃ estou em leito de rozas.

Sou am.º e camda

M. de Caxias

Peracuê 15 de Junho 1868.

Um reflexo da chamada crise de 20 de fevereiro aparece nesta carta, em todo seu amargor e perfeita sinceridade, expresso em sua última frase.

11.ª CARTA

Exmo Am.º e Sr.

Peracuê 20 de Junho.

Agradeço a V. Exa. a remessa da carta de minha molher; e em resposta ao pedido que V. Exa me fez, pa o filho do Tte. Corel Jozé Mel Justino da Cunha, devo dizer-lhe, q̃ já hoje deve ter ahi chogado esse offal a qm concedi licença pa ir se tratar, nessa corte, como sua May dezejava

Aqui fico às suas ordens como am.º e

camda

M. de Caxias

12.ª CARTA

Exmo Sr. Gel. e Am.º

Tijuca 23 de Fevereiro

Aqui estou, desde de ontem, é já dormi melhor esta noite, por não ter sentido calôr. Receitando-me o meu Medico, passeios a cav.º, pretendo principiari amanhã com elles, mas ainda estando mto fraco, pa andar só, dezejo q̃ V. Exa mande ordem ao 1.º Regimento, para

dar hum cav.^o reiuno ao Sargento meu ordenança, q̃ aqui tenho, pa me poder acompanhar. O cav.^o não precisa vir ensilhado, por q̃ o Sargto tem arreios, e eu cá o sustentarei; recomendo q̃ não seja dos mais magros.

Sou amo e camda

M. de Caxias

13.^a CARTA

Exmo e Am.^o

O Cabo Sebastião que V. Exa. mandou para aqui, maudou em qto estive no Paraguay, está mto doente, e já julgado incapaz do servisso, e tendo servido athe agora mto bem, já, coitado, nada pode fazer, por que deita mto sangue pela boca e por isso o dispencei; podendo V. Exa dispôr delle como lhe parecer. Vou melhorando mui lentamente do meu figado, e por isso heide me ir demorando por aqui, aonde o calôr he mais soportavel q̃ na cidade. Estimarei q̃ V. Exa. tenha passado bem.

Sou am.^o e camda

M. de Caxias

27 de Fevereiro de 1869

14.^a CARTA

Exmo Am.^o e Sr Gel

Rogolhe o favor de mandar dar passagem, no Vapor Gerente, que segue amanhã, ao Ex Sargento, Voluntario da Patria, Bueno Heijdel, que deseja rezidir na Prova do Rio Gde do Sul, aonde já morava antes de se engajar.

Se V. Exa. lhe puder fazer este favor, mto me obrigará como

am.º e camda
D. de Caxias

5 de Abril
1869.

15.ª CARTA

Exmo. Am.º e Sr. Gel.

Recebi a sua carta q̃ accompanhou outra, que me foi dirigida do Exto, cuja remessa agradeço.

As poucas melhoras q̃ hia alcançando, com a minha estada nestes lugares, dezaparecerão, nos dias q̃ tive de estar lá embaixo, e em consequencia do grande desgosto por que passei, pois bem sabe, que eu, a lem de sobrinho e cunhado do infeliz Barão de Suruhy, era seu verdadeiro am.º, desde a infancia, e por isso avaliará a minha dôr. Estou com hum caustico, ou coiza que o valha, sobre o figado, e em uzo de pilulas, q̃ diz o Medico me serão uteis: verêmos.

Sou am.º e camda
Duque de Caxias

Tijuca 20 de Abril, de 1869.

— Chegando doente da campanha, em princípios de 1869, a 12a. carta, e as três seguintes, dão noticias do precário estado de saúde do Marquês e Duque de Caxias, que nelas disciplinadamente também solicita pequenas providências da alçada de seu amigo o Ajudante-General do Exército, Tenente-General João Frederico Caldwell.

16.^a CARTA

Exmo. Am^o e Sr. Gel.

Continuando o nosso Ministro, a massarme com pedidos de informações e pareceres, disse lhe ontem no Senado, que já estava velho, e por isso me custava mto a escrever, por tanto que, se ele continuace a pedir-me informações, por escrito, desse-me qm mo escrevesse. E elle me disse então, que podia entenderme com V. Exa. pa q o Capm Salustiano de Barros, q he empregado na sua Secretaria, estivesse a minha disposição ppa isso; por tanto pode V. Exa dar ordem ao mmo. capitão, pa aqui vir escrever, qdo eu delle precisar, mas continuando no seu exercicio na Repartição a q̃ pertence. Se for bastante este meu pedido, pesso q̃ dê as suas ordens nesse sentido, no cazo de ser preciso ordem por escrito do Ministro rogolhe q̃ a exzija, pois pode elle se ter esquecido.

Sou am^o. e camda

D. de Caxias

Tijuca 13 de Maio de 1869

— O Ministro da Guerra a que se refere Caxias era então o Barão de Muritiba, membro do Gabinete conservador presidido pelo Visconde de Itaboraá, que, como se vê, não prescindia das informações e pareceres do grandê Duque.

17.^a CARTA

Exmo. Am^o. e Sr.

Recebi a carta que V. Exa. me fez o favor remeter, vinda de Porto Alegre, que mto. lhe agradeço: Eu continuo a passar mal do meu figado, q̃ creio, mais

ou menos, me atormentará em quanto estiver por este Mundo.

Sou am^o. e camda
D. de Caxias

Tijuca 26 de Julho 1869

18.^a CARTA

Exmo. Am^o. e Sr.

Agradeço-lhe a remessa da carta que me foi dirigida do Rio Gde.

Eu vou melhór do meu figado, mas ainda não estou bom.

Sou am^o. e camda
D. de Caxias

Andarahy

14 de 7br^o. 1869.

19.^a CARTA

Exmo. Am^o. e Sr.

Tendo obtido licença do Imperador, e do Governo, para ir passar algum tempo no Municipio de Campos, cumpre-me fazer disto sciente a V. Exa. pa que, se tiver de me enviar alguma ordem, o fazer pelo corr^o. de Macahé, pa a fazenda de Quissaman, aonde me pretendo demorar athe Janeiro.

E não me sendo preciza, durante esse tempo, a ordenança, a fasso recolher ao seu Regimento nesta datta.

Sou de V. Exa.

am^o. e camda
Duque de Caxias

Andarahy

3 de 9br^o. 1869.

20.^a CARTA

Exmo, Am.^o e camdá.

Agradeço os seus cumprimentos.

As ordenanças vierão mto a tempo, e por não precisar, se não de huma, mandei logo a outra se retirar pa o Qel.

Eu lucrei, na minha saude, com a estada no campo, pois me sinto mais forte e sempre prompto às suas ordens como am.^o e camda ã

mto o estima

Andarahy
17 d'Abril
1870

D. de Caxias

— Conteem notícias sobre a saúde de Caxias as quatro cartas dirigidas a Caldwell, acima transcritas, na última das quais assinala o Duque as melhoras que lhe permitiriam mais dez anos de vida.

Seu correspondente, entretanto, sempre no exercício do trabalhoso cargo de Ajudante-General do Exército, além de um período como Ministro da Guerra, em 1870, no Gabinete São Vicente, iria precedê-lo no túmulo, falecendo a 26 de fevereiro de 1873.

Das cartas de Caxias ao Tenente-General João Fre-rico Caldwell se conclui que a amizade que os uniu pode ser considerada como excelente demonstração da mais pura camaradagem entre irmãos de armas, merecedora, portanto, de ser realçada como exemplo digno de imitação.

A CAMPANHA DO PARAGUAI ATRAVÉS DAS CARTAS DE UM BRAVO

DA BATALHA DE PASSO DA PÁTRIA À OCUPAÇÃO DE
ROSÁRIO

(1866-1869)

Ainda não têm sido devidamente recolhidos pelos historiadores os depoimentos epistolares fornecidos pelos oficiais que serviram na guerra da Tríplice Aliança contra o govêrno do Paraguai.

De um dêles, o coronel honorário José de Oliveira Bueno, cuidadosamente guardaram os seus descendentes preciosa coleção de vinte e seis missivas, datadas de 9 de maio de 1866 a 20 de junho de 1869 e postas em ordem pelo tenente-coronel Adyr Guimaraes, abranjendo, desde a invasão do território paraguaio, boa parte dos períodos de comando do presidente Mitre, do Marquês de Caxias e Conde d'Eu. Eram dirigidas ao sogro, Diniz d'Ornano Leyraud, residente em Pôrto Alegre. Adiante parcialmente as transcrevemos, com simples alterações de ortografia, desdobramento de abreviaturas e nova pontuação, por gentileza da sra. Nelson Guilhobel, neta do coronel Oliveira Bueno.

1 - O CORONEL JOSÉ DE OLIVEIRA BUENO

Antes, porém, é conveniente o registro de alguns dados relativos à anterior carreira militar do signatário de tão interessantes cartas.

De acôrdo com um artigo publicado na revista ilustrada portalegrense *A Sentinela do Sul*, de 26 de abril de 1868, nasceu José de Oliveira Bueno na antiga Guarda do Cerrito, depois cidade de Jaguarão, no mesmo ano da independência do Brasil. Era filho do capitão Inácio de Oliveira Bueno.

Residia sua família em território uruguaio quando rompeu a Revolução Farroupilha. Tendo seu irmão, coronel Albano de Oliveira Bueno, acorrido a figurar entre as tropas do Império, foi prêso e morto pelos rebeldes (1). Este fato decidiu a vida do jovem José. Reunindo-se ao seu irmão Manuel, também combatente legalista, assentou praça a 20 de setembro de 1836, poucos dias depois da proclamação da República Riograndense. Nas fileiras imperiais se manteve até o fim da luta, tendo tomado parte em diversos combates e, já no posto de alferes, foi nomeado ajudante de ordens do comandante em chefe e presidente da província Barão de Caxias (2).

Depois de servir na guarnição da fronteira natal, novamente o nomeou seu ajudante de campo o então Conde de Caxias, por ocasião da campanha contra Oribe, em 1851. Vitoriosa, esta, no Uruguai, foi incorporado à divisão brasileira enviada à Argentina pa-

(1) Sua biografia encontra-se nas "Notas ao Processo dos Farrapos", de Aurélio Pôrto, nas *Publicações do Arquivo Nacional*, vol. XXIX, p. 318/319.

(2) A 22 de novembro de 1844 foi nomeado assistente da Repartição do Quartel-Mestre General. A 4 de janeiro de 1845 passou às ordens do Quartel General. A 5 de maio seguinte foi mandado recolher-se ao seu corpo, o 2.º de Cavalaria de Guardas Nacionais. — Cf. "Guerra dos Farrapos — Ordens do Dia do general Barão de Caxias", nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. LXIII, de 1941 (Rio, 1942), p. 303, 320 e 365.

ra combater o ditador Juan Manuel de Rosas, comandada pelo brigadeiro Manuel Marques de Sousa, depois Barão, Visconde e Conde de Pôrto Alegre. Sendo-lhe confiada a direção de um esquadrão do célebre 2.º Regimento de Cavalaria Ligeira (3), na batalha de Morón, dos Santos Lugares ou de Monte Caseros, com êle carregou sôbre uma bateria inimiga, tomando-a e levando a desordem à sua retaguarda, o que lhe valeu ser mencionado em Ordem do Dia e condecorado com o hábito da Ordem do Cruzeiro.

Mais tarde, de 1854 a 1856, novamente esteve no Uruguai, fazendo parte da Divisão Auxiliadora Brasileira cuja remessa havia sido solicitada pelo respectivo govêrno.

Comandava a fronteira do Chuí quando o Brasil foi obrigado a abrir hostilidades contra o govêrno uruguaio de Aguirre, em 1864. Delas participou, como em seguida da organização de forças que através da Argentina se dirigissem ao Paraguai, que insòlitamente nos atacára.

Transpondo o rio Paraguai a 16 de abril de 1866, no Passo da Pátria, aí o encontramos, dias depois, remetendo ao sogro as impressões do primeiro encontro travado em território inimigo.

2 — BATALHA DE PASSO DA PÁTRIA

“Campo de Batalha no Passo da Pátria, 9 de maio de 1866.

(3) Agora Regimento Osório, em lembrança de seu antigo comandante — “um Lannes”, como escreveu Oliveira Bueno — o então tenente-coronel Manuel Luís Osório, depois Barão, Visconde e Marquês do Erval, hoje patrono da arma de cavalaria do exército brasileiro).

“Meu amigo:

“Tenho a satisfação de anunciar-lhe que no dia 2 do corrente obtivemos um grandioso triunfo contra nossos inimigos, que ousou procurar-nos em nosso campo; êste arrojo custou-lhes bem caro, porque deixou em nosso poder uma bandeira, 3 peças de artilharia e dois mil e duzentos mortos de seus soldados [aliás 4.200 mortos, conforme corrigenda contida em carta de 16 do mesmo mês, neste número o chefe que os comandava e vários oficiais. Nós tivemos mil e cem homens fóra de combate, sendo feridos 400, e 200 mortos; os mais pertencem aos exércitos de Mitre e Flores. Os nossos soldados bateram-se como bravos que são; o meu batalhão só teve cinco mortos por uma bomba inimiga, e 16 feridos, neste número dois tenentes, levemente. Pode ficar certo que os nossos inimigos são uns verdadeiros selvagens, em todos os sentidos (4).

“No número de nossos feridos conta-se o Carlos Néri, que bem tem sofrido (5). O general Osório apareceu sempre donde julgou-se preciso, sem reserva alguma, envolvendo-se no fogo, tanto que o seu cavalo foi ferido; é um Lannes. Não tenho tempo para mais, porque estamos diariamente com o inimigo a

(4) Veremos, mais adiante, que o missivista, em conversa com Caxias, como êste. fêz justiça, mais tarde, à incontestável bravura do soldado paraguaio.

(5) Major Carlos Néri, comandante de um dos novos corpos de Voluntários da Pátria, oficial muito estimado de Caxias, que em abril de 1865 o recomendava ao seu amigo o tenente-general João Frederico Caldwell, então comandante das armas da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, além de ajudante-general do exército. — Cf. Helio Vianna — “Cartas do Duque de Caxias ao tenente-general Caldwell”, na *Revista Militar Brasileira*, vol. XXXIX, n.º 2, de abril a junho de 1942, p. 344, trabalho também incluído neste volume.

meio tiro de canhão, e sempre em fogo; ainda hoje houve uma semi-batalha, em que a vitória pendeu para o nosso lado, perdendo o inimigo mais de 600 homens mortos.

“Estimo goze saude e [a] família, a quem me recomendo.

Seu am.^o obr.^o
José O. Bueno.”

3 — BATALHA DE TUIUTI

Tuiuti, a maior batalha campal do continente, foi sucintamente comentada em carta do coronel Oliveira Bueno ao sogro, escrita de Corrientes, quatro dias depois do sangrento embate:

“No dia 24 do corrente tivemos um renhido combate com o inimigo, que durou seis horas, vindo a noite pôr termo à carnagem. O inimigo deixou mortos no campo mais de 6.000 homens; o nosso prejuizo foi grande no número de oficiais fóra de combate, que sobe a cento e tantos; subirá o seu total com praças de pret a 3.000, sendo ferido o general Sampaio, comandante de minha unidade (6).

“O meu batalhão bateu-se com bravura admirável, sustentando uma posição contra forças quádruplas, pelo espaço de 3 1/2 horas; foi nesta defesa tão honra (sic), que vi os meus bravos cairem por terra cumprindo o

(6) Brigadeiro Antônio de Sampaio, falecido a 6 de julho seguinte, em consequência de três graves ferimentos recebidos na batalha de Tuiuti, onde comandava uma das quatro divisões de Osório. Patrono da Infantaria brasileira, cujo 1.^o Regimento tem o seu nome, por decreto-lei de 19 de janeiro de 1940. — Cf. Laurênio Lago — *Os generais do Exército Brasileiro de 1865 a 1889* (Rio, 1942), p. 10/11.

seu dever; e o inimigo, desistindo da empresa, virou-nos as costas, e foram-lhe tomadas três peças que nos fêz durante aquele tempo um dano terrível. Tive na perna esquerda um leve ferimento, que me privou continuar a combater, pois esta bala matou-me o cavalo, além de 4 que já tinha recebido. Tive oito oficiais fóra de combate, e 176 praças”.

4 - TOMADA DAS TRINCHEIRAS DE SAUCE

Em julho, substituído Osório, já Barão do Erval, doente, no comando das tropas brasileiras, pelo Barão de Pôrto Alegre, verificou-se, sob a chefia dêste, o ataque às posições fortificadas de Sauce, assim descrito pelo coronel Oliveira Bueno:

“No dia 16 do corrente tivemos um forte combate, isto é, só o exército brasileiro, que nos faz muita honra. O nosso exército tomou de assalto uma grande fortificação do inimigo, cujo ponto era importantíssimo, porque nos privava continuarmos as operações; houve grande mortandade de nossa parte, a ponto de perdermos batalhões inteiros, como fossem o 12 e 14 de linha. O inimigo foi assombroso o prejuízo que teve (sic); de forma que, depois do combate, o exército continuando a perseguir o inimigo, tomou mais três pontos fortificados, indo o resto dos selvagens refugiar-se no Humaitá, que está sendo por nossa esquadra bombardeado neste momento e em breves horas estará em nosso poder (7). Sinto não ter tempo para lhe dar uma minuciosa notícia dêstes últimos triunfos.

(7) Como se sabe, e como adiante se verá, somente daí a dois anos conseguiria Caxias desfazer o mito da inexpugnabilidade da célebre fortaleza de Humaitá. A numerosas e justificadas causas deve ser atribuída essa demora, não cabendo aqui o exame do assunto.

"A fragata *Amazonas* deve partir para a Córte com a notícia da toma de Humaitá; nesta ocasião penso ir até Montevidéu, a fim de convalescer".

5 - TOMADA DE CURUZÓ E ENTREVISTA DE IATAITI-CORÁ

Autorizaria o otimismo da carta anteriormente citada, de 20 de julho de 1868, o novo bom êxito do tenente-general Manuel Marques de Sousa, tomando, a 3 de setembro seguinte, o forte de Curuzu, à margem do rio Paraguai, obra avançada de Curupaiti e de Humaitá.

Entretanto, embora continuasse em Corrientes, convalescendo do ferimento recebido em Tuiuti, não escapou ao coronel José de Oliveira Bueno que Francisco Solano López, o responsável pela guerra, estivesse preparando alguma cilada aos aliados, como afinal se verificou com o desastre de Curupaiti. Do dia seguinte à da entrevista de Iataiti-Corá (13 de setembro), é a carta em que exprimiu, antes de conhecer os resultados do encontro de Mitre e López, fundamentados receios:

"Pelo incluso boletim, saberá as notícias de mais vulto que por aqui circulam. Eu, porém, temo muito que seja alguma cilada que o López nos queira armar; no entanto, pode não ser assim, visto êle pedir uma conferência.

"López e seu exército achava-se perdido, em consequência do golpe que lhe deu o Barão de Porto Alegre no dia 3 do corrente, tomando de assalto um forte importante junto ao Curupaiti, com 13 peças, e fazendo-lhe uma mortandade de mais de 800 homens e 200 prisioneiros; esta posição, que cortava a retirada do

exército de López, sendo ocupada como é, pelo Barão, creio que resolveu o tirano a capitular, pois na verdade estava perdido. Esta posição é a que lhe falei em uma de minhas cartas anteriores, que os nossos generais olharam para ela com indiferença, mas que não escapou ao golpe de vista do Barão, e o feliz resultado aí está patente, além de que o obrigou ao inimigo a pedir a paz.

“O Barão, no dia do combate, portou-se como um bravo que é, conservando-se sempre na frente das colunas que tinham de atacar. Este combate foi dado na margem do rio Paraguai, e presenciado pela nossa esquadra poderosa, que nada tem feito nestes últimos dias (8), quem (sic) admirou a coragem do Barão e seus soldados.

“O exército aliado, que tinha de atacar na mesma hora que o Barão, segundo tinham combinado, deixou de o fazer (9), pelo que muito se encomodou o Barão, e com toda a razão. A morosidade tem aparecido no exército e na esquadra, como uma epidemia, o que tem dado lugar que o inimigo se fortifique à vontade, faça estacadas no rio e coloque os torpedos donde tem querido. O encouraçado *Rio de Janeiro* foi a pique por um torpedo, morrendo trinta e tantas pessoas, neste número o comandante e vários oficiais; porém, se a esquadra tivesse ocupado este ponto a tempo, não tinha havido os transtornos que têm aparecido, sofrendo por

(8) Escrevendo de Corrientes apenas dez dias depois do acontecimento, é compreensível que Oliveira Bueno tivesse se enganado, ao negar a cooperação da esquadra na tomada de Curuzu. Estaria simplesmente mal informado.

(9) O mesmo fato iria repetir-se dias depois, e com maior gravidade, por ocasião do malogrado ataque de Mitre a Curupaití.

isto o exército também; enfim, veremos o que fazem os homens agora com suas conferências”.

Do malogro da entrevista concedida pelo presidente e comandante em chefe Bartolomeu Mitre ao ditador paraguaio, diz este tópico de outra carta, datada de 19 de setembro de 1868:

“Há dias lhe escrevi participando-lhe que o López pedira a paz, para cujo fim tratavam de uma longa conferência; porém me parece que nada se fará, porque consta-me que López exige cousas que se lhe não deve ceder, o que resultou Flores (10) dar-lhe as costas no ato da conferência, e depois de dirigir-lhe algumas palavras bastante amargas; e como não tem vindo nenhum vapor do exército, estamos sem nada saber em que pé estão as negociações; o certo é que dès d’ontem à noite se tem ouvido muitos tiros de artilharia até este momento; por consequência, creio que as hostilidades principiaram.

“Eu nunca acreditei na paz oferecida por López, e só julguei que fôsse um meio de entreter tempo, a fim de preparar-se melhor.

“O que fôr, breve se deve saber”.

6 — DESASTRE DE CURUPAITI

De como tinha razão o coronel Oliveira Bueno, tragicamente mostrou o desastre que foi o assalto a Curupaiti, ordenado e dirigido por Mitre, assim descrito pelo bravo oficial gaúcho, a 28 do mesmo mês e ano:

“A paz oferecida por López, e de que lhe falei na minha última carta, foi transformada em três linhas que

(10) General Venâncio Flores, presidente do Uruguai e comandante de seu exército em cooperação com os aliados.

levantou do dia para a noite no flanco direito de seu exército, o qual estava ameaçado pelo Barão de Pôrto Alegre; e no dia 22 do corrente, quando o Barão, reunido com o general Mitre, levaram o ataque ao referido flanco, encontraram-se com as baterias que refiro, montando elas 58 canhões de grosso calibre.

“Após um renhido combate, o Barão conseguiu transpor as duas primeiras linhas; mas a terceira, que tem um fosso de quatro varas de largura e a profundidade correspondente, tendo ademais um paredão de três varas de altura, foi impossível transpor-se esta última debaixo de um seriíssimo fogo de artilharia e fuzilaria; de maneira que tiveram os assaltantes de desistir da empresa, com um prejuizo de 6.000 homens, entre mortos e feridos. Mitre perdeu vários chefes de mérito nêsse combate”.

7 — PASSAGEM DE CURUPAITI

Tendo ido ao Rio Grande do Sul, para tratamento de saúde, entre novembro de 1866 e maio de 1867, ainda de muletas voltou ao Paraguai o coronel José de Oliveira Bueno, reassumindo o comando de seu batalhão (11).

Embora tivesse participado da ocupação de Tuiú-Cué, a 31 de julho dêsse último ano, por terem se agravado os seus padecimentos foi forçado a vir tratar-se no Rio de Janeiro, em setembro seguinte.

Antes disto, teve ocasião de escrever ao sogro, a 17 de agosto, do novo quartel-general brasileiro, esta-

(11) Cf. o cit. artigo “O coronel honorário José de Oliveira Bueno”, publicado na revista ilustrada *A Sentinela do Sul*, de Pôrto Alegre, n.º 43, de 26 de abril de 1868, p. 345.

belecido naquela localidade, relatando o que havia sido a vingadora passagem de Curupaiti, realizada pela esquadra imperial, e qual a situação da campanha, sob o comando teórico do presidente Mitre e efetivo do Marquês de Caxias:

“No dia 15 do corrente houve um renhido combate da nossa esquadra com o forte Curupaiti, tomando parte tão somente os navios de madeira, a fim de distrairem o inimigo para os encouraçados subirem; com efeito, às 7 horas da manhã rompeu o fogo, e depois de uma hora de seriíssimo combate, investiram 10 couraçados e conseguiram passar (12); e às 3 da tarde aqueles navios atiravam suas bombas sobre as gigantêscas tôrres de Humaitá, e até êste momento continuam na mesma operação.

“O inimigo desapontou com a passagem daqueles navios e fez um movimento de suas forças sobre Humaitá, tomando outras posições no flanco em que nos achamos, como prevendo que lhe levássemos um ataque de combinação com a esquadra; porém nós, impassíveis, nem sequer fizemos um pequeno movimento, o que muito teria concorrido para mais grande (sic) ser a confusão do inimigo, que não sabia a que ponto atender. Os exércitos ocupam as mesmas posições do dia 31; e quando pensávamos que empreenderíamos rápidas operações, estamos tratando de grandes entricheiramentos, fatigando dêste modo os soldados que ansiosos estão por baterem-se, para pôrem têrmo a uma guerra que já se torna enfadonha.

(12) A construção e o emprêgo de couraçados na campanha do Paraguai constituiu grande prova de capacidade de realização da engenharia naval e da administração brasileira do tempo.

“O Exm.^o Marquês (Caxias) tencionava manobrar após o triunfo do dia 31; porém, apresentando-se o general Mitre, assumiu êste o comando em chefe: — creio que se fará dêste ponto um segundo Tuiuti (13).

“O inimigo não se descuida em preparar-se para a sua defesa; e consta, por dois que se passaram, que tratava de tirar de Tuiuti sua grossa artilharia, para assestá-la no flanco em que estamos, o que é indubitável nos causará muito dano; porque há três dias já nos atiram e nos tem morto algumas praças e ferido outras; ontem tive duas praças feridas e a mulher de um soldado, por uma bomba que rebentou no flanco do Batalhão; estamos, pois, desta forma expostos dia e noite às bombas inimigas.

“Não sei qual seja o plano do general em chefe [Mitre]; porém, qualquer que seja, entendo que já se faz esperar muito; porque a guerra exige rapidez nos movimentos, para não dar-se, como estamos dando, tempo ao inimigo a fortificar-se e inutilizar as pontes por donde temos de passar para cortar-lhe as vias de comunicações com a campanha e Assunção.

“Não me atrevo a dizer nada, temendo errar; só me limito a dizer que tendo a esquadra praticado um feito heróico, o exército devia ter manobrado com ela de comum acôrdo; enfim, veremos o que está guardado, que cousa muito boa e de conveniência geral”.

(13) O autor queria referir-se à protelação da campanha, acusação muito em voga e aceita por quem não quisesse medir as enôrmes dificuldades com que se processavam tôdas as operações.

8 — AGONIA DE HUMAITÁ

Pela terceira vez no Paraguai, em cartas datadas de Parê-Cué, de 29 de julho, 2 e 5 de agosto de 1869, deu o coronel Oliveira Bueno suas impressões de Humaitá e do sítio que lhe impoz Caxias, depois da passagem da esquadra pelo rio e da primeira fuga de López, pelo Chaco:

“Estamos de posse do afamado Humaitá: é um potreiro grande, com um largo fosso guarnecido por 180 canhões; nada mais. Não há trabalho de arte, a não ser a igreja. A artilharia é de primeira qualidade e raiada, sendo dos calibres 32, 68 e 120. Tinham munição para combaterem mais de um ano. O reconhecimento que se fêz a 16 foi a causa do inimigo evacuar a praça, temendo um assalto sério; isto mesmo confirmam alguns prisioneiros. A guarnição se passou para uma ilha; com o fim de fugir para o Timbó, porém, cercados por mar [isto é, pelo rio], resolveram fortificarem-se e se estão batendo desde o dia 26 até este momento que lhe escrevo. O inimigo se tem batido com valor desesperado, tendo já perdido mortos 1.800 homens, o que confirmam uns prisioneiros que se lhe tem feito.

“Tem consigo 4 peças de campanha, motivo pelo qual já não foram tomados de assalto; tendo mais a seu favor a espessa mata em que estão e a posição, que não tem senão uma estreita entrada, que tem sido a causa de termos muita gente fóra de combate. Agora mesmo se metralha a mata, tanto de mar como de terra: é um inferno. Lamentamos o grande número de mulheres que estão com elles, e crianças, porque dizem morrer inocentes pelo fogo que se lhes faz.

Haviam sete correntes no rio, e tôdas sumamente grossas (14).

“A munição é em tanta quantidade que parece fabuloso referir. Estou certo que hoje o inimigo será desbaratado; o Marquês [Caxias] seguirá sem demora sobre Tebicuari.

“O meu batalhão teve muitos oficiais feridos e grande número de praças mortas no dia 16; porém se portaram todos com bravura; isto mesmo me disse o general Osório. Os oficiais feridos seguem bem”.

Na carta de 2 de agosto prossegue o impressionante relato:

“A brava guarnição de Humaitá se tem batido dia e noite desde o dia 26 do mês que findou até este momento, que são 9 horas da noite em que tem havido um seriíssimo fogo de artilharia e infantaria; veremos amanhã o que houve hoje. O inimigo tem perdido mais de 2.000 homens até hoje à tarde; veremos o prejuizo desta noite.

“López deixou uma guarnição dos melhores soldados: não se pode ser mais pertinaz do que estes malvados. Ainda se recebe munições e artilharia. Tinha 236 canhões em suas trincheiras, contando as que estavam na parte do rio.

“No dia 30 assumi o comando da 12.^a Brigada de Infantaria, a qual é composta de 4 batalhões, neste número o meu 29, que por estar o 13 de linha com pouco mais de 300 praças, não entraram hoje no combate; porém tive ordem de mandar o 38 e 51 — quantos virão de menos?”

“Dizem que assim que se conclua com os sitiados nos poremos em marcha sobre Tebicuari. E’ tudo quanto tenho a comunicar-lhe”.

(14) São as correntes de ferro que hoje se encontram recolhidas ao Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro.

A rendição, afinal, e o merecido elogio do bravo adversário, feito por homens que realmente podiam fazê-lo, veio na carta do dia 5 de agosto de 1868:

“As duas horas do dia de hoje rendeu-se a guarnição de Humaitá, que há dez dias se batia heróicamente. Só restavam mil cento e tantos, neste número muitos oficiais, e 400 homens de tropa feridos.

“Não sei qual o destino que o Sr. Marquês dará a esta gente; entretanto, sou de opinião que as mande para fora daqui, por isto é gente fanática pelo López.

“Humaitá tem de ficar guarnecido, segundo me disse hoje o Sr. Marquês, pois fez desocupar Corrientes e se está ainda nessa mudança, que levará alguns dias. Não se sabe que força fica, nem quem a comandará; porém não deve ser menos de 2.000 homens.

“Humaitá é uma lindíssima praça, situada no melhor terreno que aqui há; e tem acomodação para 30.000 homens.

“Ontem formaram em revista 3.000 homens de cavalaria, com a presença do Marquês; e sobrava campos para o resto do exército. Se as fortificações não tinham arte, supria esta falta 246 canhões de primeira classe, como fôsse de 120 e 68, raiados, com munição ainda para mais de um ano e mantimentos para um mês ou mais. Está provado que o reconhecimento do dia 16, feito por 3 batalhões e 1 corpo de cavalaria, fez ver ao inimigo que levando-se-lhe um assalto formal, era vencido e todos perdidos, porque avançando a esquadra ficariam entre dois fogos e seriam mortos ou prisioneiros; felizmente estamos livres da tal guarnição, que está justificado ser a melhor gente, segundo uns; mas, em minha humilde opinião, considero o soldado paraguaio muito valente e isto mesmo disse hoje ao Sr. Marquês; e êle disse mais: que considerava o soldado paraguaio

como o melhor da América do Sul, e referiu-me outros episódios que aqui se tem dado; no entanto, disse-me que espera concluir a guerra no mês de novembro próximo e retirar-se. — Deus o permita.”

9 — MARCHA PELO CHACO

Levado para a zona imediatamente ao sul de Assunção o teatro da guerra, fortificado o inimigo em Pi-quissiri, Angustura e Villeta, a Caxias não restava outro recurso senão flanquear pelo Chaco as posições paraguaias, indo atacá-las e destruí-las por trás, como realmente fêz, na épica *dezembrada*. Isto, se não quisesse prolongar a guerra, cercando e sucessivamente tomando aqueles pontos, em operações forçosamente lentas e dispendiosas.

Antecipadamente justificando a audaciosa e brilhante manobra, que inscreveu o seu autor entre os grandes estrategistas da história, assim se manifestou o coronel Oliveira Bueno em carta datada de Palmas, a 25 de novembro de 1868:

“Estamos em vésperas de darmos o golpe no López e seu exército: êste movimento é feito pelo Chaco, para cujo efeito já lá estão os 1.º e 2.º Corpos de Exército, os quais serão dirigidos pelo Marquês. O ponto de desembarque já está escolhido, o qual é defendido pelos encouraçados, sem que o inimigo nos possa ofender, visto como é uma planície que pode ser varrida pela metralha.

“Dizem que o Marquês se muda amanhã para o Chaco; e segundo uma ordem dêle, eu também embarco com a brigada do meu comando, não o fazendo hoje por causa do mau tempo que fêz.

“Não há razão em censurarem o Marquês, porque êle tem sido incansável em abreviar os trabalhos que se fazem no Chaco, a fim de operarmos o mais breve possível; mas meu amigo bem sabe que tais acusações são filhas do despeito político — nada mais (15).

“É pelo Chaco que podemos fazer alguma cousa: outro ponto não há. Esta posição, pelo lado em que estamos [Piquissiri], apresenta melhor defesa do que Humaitá: corre paralelo à trincheira um arroio como o riacho dessa cidade [Pôrto Alegre], que se estende a mais de uma légua, o qual é de nado e à distância de 250 braças da trincheira, pouco mais ou menos; já vê, pois, que é bem difficil lançarem-se pontes debaixo da metralha de grande número de canhões, que resultaria-nos um grande prejuizo sem vantagem. — Seria conveniente que êsses *generais* que aí mutilam os planos do Marquês viessem para cá, a fim de melhor forma avallizarem o que de longe não podem. Estou certo que, dado o desembarque onde se tenciona, o inimigo abandonará a fortificação, a menos que não se queira deixar cortar a sua retirada; mas êle não dorme e não deixa para amanhã o que tem de fazer hoje.

“A meu ver, López se fortifica em outro ponto, pelo menos para cobrir sua retirada (16). Nêstes últimos dias se tem observado muito movimento de carretas,

(15) Sendo Oliveira Bueno filiado ao Partido Liberal e Caxias um dos grandes chefes conservadores — aumenta a significação moral dêsse trecho, no qual o militar de emergência defende o de linha das insinuações partidárias.

(16) Também nêsse ponto tinha razão o experimentado coronel honorário: as fortificações de Lomas Valentinas, de que ainda se não tinha conhecimento, e que tanto trabalho deram a Caxias, plenamente confirmaram a previsão de Oliveira Bueno.

fôrças, etc.; é factível que trate de alguma velhacada das do costume — veremos em breve.

.....
“Creio que a primeira carta que lhe escrever será de Assunção; só que tenhamos algum combate, que por tirar-los (sic) de cuidado, escreverei no ato; mas creio que não passará de guerrilhas”.

10 — A DEZEMBRADA

Cumprindo a promessa feita na carta anterior, foi realmente datada de Assunção, a 13 de janeiro de 1869, a que se lhe seguiu, pelo coronel José de Oliveira Bueno dirigida ao sogro, Diniz d’Ornano Leyraud.

No curto espaço de tempo que as separou, grandes acontecimentos haviam ocorrido, para o Brasil como para ele, pessoalmente. Não as anunciadas “guerrilhas”, mas a gloriosa *dezembrada*, página sem exemplo na história militar do continente, tornaria imorredouro o nome de Caxias, se outros feitos já o não tivessem aureolado. Itororó, Avaí e Lomas Valentinas acrescentaram-lhes, porém, louros porventura mais brilhantes, encerrando uma carreira há cinquenta e um anos efetivamente iniciada (17).

Não tendo participado dessas duas primeiras batalhas — como adiante se verá — assim resumiu o coronel Oliveira Bueno a situação da guerra depois da *dezembrada*, no início da referida carta:

“Depois de uma série de renhidos combates ocupamos esta capital, sendo o exército inimigo desbaratado

(17) Tendo jurado bandeira a 15 de agosto de 1817, ao deixar o comando do exército aliado, a 21 de janeiro de 1869, pouco mais de cinquenta e um anos de serviço militar contava Caxias.

completamente e López fugiu para Cerro Leão ou Cordiheiras com 30 a 40 homens dos seus mais afeiçoados. Está, portanto, preenchida a missão do exército, segundo o tratado da aliança. Cumpre agora o resto à diplomacia (18). O ministro americano também acompanhou o López; tem feito êste homem um papel bem triste — não parece americano (19).

“Nos últimos dias de combate, tivemos um grande prejuizo, em consequência das fortes posições que o inimigo ocupava; sobem a 8.000 homens fora de combate.

“No dia 21 de dezembro principiou o combate contra Lomas, e deu fim a 27; foi uma carnagem espantosa: dia e noite se brigou e uma chuva copiosa e trovões caía sobre nós, sem termos tempo para comer nem dormir”.

11 — TOMADA DE PIQUISSIRI

O episódio culminante da carreira militar do coronel José de Oliveira Bueno está narrado em suas cartas de 13 de janeiro e 14 de fevereiro de 1869, assim como em correspondência publicada no jornal *La Libertad*, de Montevideú, a 27 do mesmo mês. Coube-lhe, a 21 de dezembro do ano anterior, no comando da 5.^a

18) Os acontecimentos seguintes mostrariam que a guerra ainda não estava terminada, como tantos — menos o Imperador — acreditaram.

(19) Refere-se a Mac Mahon, ministro dos Estados Unidos no Paraguai, cuja attude nada diplomática, em favor de López, foi justamente criticada. — As joias do ditador, que conseguira contrabandear, em 1868, foram restituídas ao govêrno paraguaio, em 1926. — Cf. “Papers relating to the Foreign Relations of the United States”, apud *The Hispanic American Historical Review*, de maio de 1941, p. 335.

Brigada de Infantaria, tomar de assalto as posições fortificadas de Pisiçuissiri, assenhoreando-se de 26 canhões inimigos e realizando a junção das tropas que haviam ficado em Palmas com as de Caxias, então empenhadas na decisiva batalha das Lomas Valentinas ou de Itavaté.

Vejamos, porém, como descreveu o brilhante feito o próprio comandante, na primeira das referidas cartas:

“Reservado

“Tenho consciência que no dia 21 fiz um brilhante papel: neste dia a fortuna pendeu para meu lado. Ficando com minha brigada de guarda à artilharia, fiz um movimento por minha deliberação sobre a linha de fortificação inimiga, a qual nos cortava a comunicação com o exército argentino que se achava em Palmas; e obtive um feliz resultado, desbaratando 2.500 homens que saíram a meu encontro, matando-lhes 690 e tantos, duzentos feridos e prisioneiros, tomando-lhes 26 canhões, que foram disputados um por um. Nunca vi tanta metralha; mesmo porque eu ocupava um lugar que não é muito usado aqui — ia na frente da coluna que formava o Batalhão 11. À noite, a chuva pôz termo ao combate e tratei de recolher os feridos, conservando-me no campo para este serviço ser feito com precisão, até as 11 horas da noite. Chegando ao lugar para onde tinha mandado recolher os feridos, no qual também se achava os restos da Brigada, fui, contra toda a expectativa, recebido por entusiastas vivas até dos feridos, dirigindo-me muitos essas palavras que tanto lisongeiavam o soldado; e conquanto me fôsse este ato lisongeiro, sofri tal emoção, por ver um quadro semelhante, que não pude por menos de lembrar-me de meus queridos filhos, vendo tantos de outros estrangulados pela metralha — é bem certo o que disse o grande Napoleão: “o depois

de uma batalha não se pode ter encantos, porque se vê por terra uma grande parte d'esses bravos que eram o ornamento do exército". Nesta mesma noite mandei chamar os generais argentino e oriental (20), dizendo-lhes que a passagem estava franca; porém ambos, tendo presenciado do alto de um mangrullo a forma por que combati, quando chegaram no dia 22 onde eu estava, abraçaram-me e me dirigiram lisongeiros felicitações.

"O Marquês, que ignorava o movimento por mim feito, quando teve parte duvidou por algum tempo de tão feliz resultado; e indo ao seguinte dia à posição por mim ocupada, mostrou-se satisfeitíssimo e ordenou-me que não me retirasse, a fim de cercarmos o resto da guarnição que se refugiou na Angustura; o que foi uma fortuna, porque teríamos de perder, pelo menos, 3.000 homens; e eu tinha sido o escolhido para carregar na frente; tenho de viver muito, meu amigo, porque salvei-me no dia 30".

Apesar da clareza dos fatos expostos pelo coronel Oliveira Bueno e por testemunhos contemporâneos do valor do citado jornal de Montevidéu, que ao valente gaúcho atribuem toda a glória da tomada de Piquissiri, não se sabe por que motivo a Ordem do Dia n.º 272, de 14 de janeiro de 1869, relativa aos últimos lances da *dezembrada*, atribuiu êsse feito às fôrças comandadas pelo brigadeiro João Manuel Mena Barreto (21). Provavelmente porque Oliveira Bueno agiu sem estar para isto devidamente autorizado, estando-o João Manuel, origem da punição indiretamente imposta pelo

(20) Generais Gelli y Obes e Enrique Castro, respectivamente.

(21) *Exército em Operações na República do Paraguai* — *Ordens do Dia*, edição de 1877, IV-328.

comandante em chefe, defensor, acima de tudo, da disciplina. Como quer que seja, a omissão magôou profundamente o coronel honorário e isto mesmo atestam os termos de sua carta de 14 de fevereiro.

12 - OCUPAÇÃO DE ROSÁRIO

A guerra, porém, não estava terminada. Cedo o compreendeu o coronel José de Oliveira Bueno, escrevendo ao sogro, ainda da capital paraguaia, naquela data:

“Tenho sabido dos festejos que aí tem havido pela conclusão da guerra, conquanto López tenha ainda 5.000 homens e se acha fortificado na entrada das Cordilheiras com 20 e tantos canhões, posição fortíssima, que hoje nos custará muitas vidas para conquistá-la”.

Por conseguinte, não era possível que um bravo como o signatário deixasse o campo da luta. Apesar de já ter pedido exame de saúde, em vista da manutenção de seus encômodos, não teve dúvida em renunciar à alcação, atendendo aos apêlos que lhe fizeram o novo comandante em chefe, Príncipe Gastão de Orléans, Conde d’Eu, e o plenipotenciário brasileiro então no Paraguai, José Maria da Silva Paranhos, pouco depois Visconde do Rio Branco. Ele mesmo o contou, em sincera carta escrita de Luque, a 30 de março de 1869, na qual expoz os muitos argumentos de que se serviram para convencê-lo da necessidade de comandar uma expedição que ocupasse a vila do Rosário — o último quartel-general da guerra, posteriormente. Fortes eram esses argumentos, mas houve um, íntimo, que, acima de qualquer outro, decidiu o valente fronteiro: poderiam dizer que não havia aceito a comissão por medo.

Foi, realmente, uma honrosa missão, a penúltima que no Paraguai desempenhou o coronel Oliveira Bueno. E não foi sem legítimo orgulho que a ela se referiu:

“A expedição vai embarcada; e quatro encouraçados me acompanham e ficam estacionados no ponto que devo ocupar, que é a cidade do Rosário. Levo uma forte brigada de cavalaria, de 600 homens; uma bateria de artilharia e engenheiros para levantar alguma fortificação, se preciso fôr. Infantaria, é a minha brigada, que é bastante forte e brava: chama-se a Terrível, por não temer a metralha”.

Já datada de Rosário é outra carta, de 23 de abril, na qual expoz o desempenho dado à nova incumbência:

“Por minhas últimas cartas escritas de Luque e de Assunção deverá saber que marchei para êste ponto, onde levantei uma fortificação, tendo já batido uma fôrça inimiga que fazia a guarnição dêste povo, perdendo êles 6 homens mortos e quatro prisioneiros, tomando-lhes mais de 300 rezes gordas como há muito não vêm os nossos soldados. O Príncipe com frequência me tem oficiado, manifestando-me a confiança que em mim deposita, continuando a confiar-me o comando em que estou, não obstante eu ter oficiado dizendo que achava justo que viessem mais 2.000 homnes e um general para comandar esta fôrça, visto como é uma posição importante, que se pode muito bem hostilizar a López por êste flanco; porém êle me respondeu que continuasse a manobrar como entendesse e com segurança; os homens creio que querem fazer-me general à

fôrça e eu a procurar pretextos para me ver livre dêles, mas com tino e sutileza”.

A 11 de junho de 1869 chegou o coronel Oliveira Bueno a Assunção, de regresso da expedição em que fôra “bastante feliz, sobretudo com as malvadas bombas e metralha, que julgava não ouvir detonar mais nenhuma” — conforme relatou em carta de 14 do mesmo mês.

Noutra, do dia 20, explicou sua nova situação, a última em que se veria envolvido, depois de tão agitada vida de sucessivas campanhas:

“Sua Alteza, em vista do estado em que chegou aqui a Brigada do meu comando, depois do serviço e marchas penosas que fiz, ordenou que ficasse fazendo a guarnição desta capital; duvido muito que esta estada seja duradoura, em consequência de ser esta Brigada composta dos melhores batalhões do exército, e estarem acostumados a vencer quando se batem com o inimigo; e esta é a opinião do general Osório, que é muito competente; em todo o caso, como já lhe disse em minha última carta, não estou disposto a marchar, porque não possô; e Sua Alteza já despachou o requerimento que fiz, pedindo inspeção, que deverá ter lugar amanhã”.

.....

“Consta que no futuro mês de julho principiam as operações”.

Referia-se, no final, à brilhante manobra estratégica do Príncipe, de que resultaram, em agôsto, as celebradas vitórias de Peribebui e Campo Grande, que definitivamente marcaram a destruição do último exército de Solano López.

Delas não pôde participar, por motivo de saúde, o coronel José Oliveira Bueno. Regressando ao Rio Grande do Sul, faleceu em São Leopoldo, a 21 de abril de 1873 (22), provavelmente esgotado por tantos anos de campanha em defesa da Pátria.

(22) Cf. Alfredo Ferreira Rodrigues — *Almanak Literário do Rio Grande do Sul para 1901*, p. 206.

GASTÃO DE ORLÉANS — O PRÍNCIPE INCOMPREENDIDO

Os maiores dramas não serão, talvez, os que se recheiam de cenas intensas, onde impere a violência e as grandes dôres livremente se manifestem, exteriorizando-se em imprecações. Serão, antes, os que se calam nos sacrifícios íntimos, os que se escondem na discreção dos introvertidos.

Da mesma forma, não deverão ser considerados mais infelizes os que são derrotados em plena luta, porém os que, tendo tido oportunidade de iniciá-la, não chegam a vê-la travada, deixando passar possibilidades de vitória. E quando, ornado de fortes atributos pessoais, parece o combatente predestinado ao bom êxito, cresce, com essa circunstância, o amargor de seu desaproveitamento, o desencanto de sua inutilidade.

Terá sido êste, possivelmente, o doloroso drama de 1864 a 1889 entre nós representado pelo Conde d'Eu.

Confinado à situação especialíssima dos príncipes-consortes, eventualmente dos soberanos nominais, aqui apenas futuro imperador-marido, numerosas foram as contingências que contribuíram para o malogro do desempenho que poderia ter dado ao seu anti-humano papel, mais que qualquer outro sujeito às interpretações errôneas e às sugestões tendenciosas.

Começou a série de suas dificuldades pelo fato de ter tido um sogro igualmente excepcional, incapaz de ceder às pressões modificadoras que às suas normas de conduta privada quaisquer pessoas quisessem impôr.

Teimoso e mesmo prepotente, em assuntos de fôro íntimo, D. Pedro II, perfeito conhecedor de seus patrícios e de suas qualidades e defeitos, geitosamente parece ter querido manter numa linha de estrita neutralidade política o marido de sua filha e herdeira. Forneceu-lhe, é verdade, mas a custo, uma oportunidade extraordinária, que êle pôde aproveitar, apesar das dificuldades a ela inerentes: o comando em chefe do exército brasileiro na última fase da guerra com o Paraguai. Fora disto, não lhe permitiu, como à própria D. Isabel, qualquer interferência no funcionamento do mecanismo do Poder Moderador, a não ser durante as três Regências da Princeza. Seria esta, sem dúvida, uma forma bastante singular de preparar para o poder a sua sucessora, naturalmente destinada a contar com a colaboração, a todo momento, de seu marido. Assim procederia o Imperador pela suposição de ser suficiente apenas o seu exemplo, ou, céptico também nêsse ponto, acreditaria que nem isso teria fôrça para moldar índoles de fibras tão sensíveis quanto a de Castão de Orléans?

Não importa sabê-lo. Basta assinalar que, tanto quanto se pode deprender das entrelinhas das respectivas biografias, — embôra, ambos, inteligentes como eram, reconhecessem as recíprocas qualidades, — adotaram sogro e genro, entre êles, a política das reservas e das prevenções, sem que em vinte e cinco anos de convívio conseguissem preparar, de modo claro e prudente, a continuidade dinástica que ao primeiro se impunha criar, ao segundo receber e, quando oportuno, orientar.

Se essa situação ocorria dentro dos próprios paços do Rio de Janeiro e Petrópolis, e entre dois homens realmente superiores, fácil é de se perceber que muito

maior seria a série de incompreensões que se levantaria entre a trabalhada opinião pública e o príncipe-consorte, entre os partidos políticos e o político colocado acima dos partidos.

Repetir-se-ia no Brasil o exemplo do Príncipe Alberto? Nada o deixaria supôr, à vista dos precedentes, tão mal conduzidos pela deseducação geral, pela falta de percepção das conveniências nacionais, através do jogo das influências pessoais. Além do que, o caso do marido da Rainha Vitória tem muito de lenda póstuma, de história adrede preparada...

Fôrça é confessar que também contribuiu para a formação dêsse ambiente de injustificada desconfiança o próprio caráter do Príncipe. Não era o Conde d'Eu dos que nasceram para conquistar simpatias à primeira vista, dos que despertam entusiasmo e adesão com a simples presença física, o som da voz e palavras de comando. Homem de grande vida interior, conciente, mais que ninguém, dos precalços de sua posição, não pecaria por imprudente, antes por omissão. Seus méritos, sólidos e até comprovados pela experiência na guerra, não era dos que se deixam perceber ao primeiro contacto. Bravo, não exhibia sua bravura. Dotado de uma formação moral perfeita, nunca fez praça de reformador. Destinado ao poder, embora indiretamente, jamais foi surpreendido a fantasiar projetos para o futuro. Discreto até o excesso, sua tendência misantrópica muito o prejudicou, inutilizando qualidades que só não viam os que não queriam ver.

Assim passou entre nós um quarto de século o Conde d'Eu. Desaproveitado pelo sogro e pelos políticos, incompreendido pela massa, como pelos próprios irmãos de armas, nem mesmo as regências de D. Isabel lhe forneceram oportunidade para abandonar a posição

de reserva que se viu obrigado a criar e manter. Não era dos que se ofereciam sem solicitação, a não ser que o motivo pela sua mesma grandeza o justificasse, como no caso da ida para a guerra, tão insistentemente pedida quanto protelada.

Cerceado por tantas oposições, desconfiado, porque compreendia o alcance das limitações que lhe eram impostas, pôde apenas cumprir os seus deveres de militar, de marido e de pai. Serviu à terra que tão mal o acolheu, não se eximindo nem mesmo ao dever de por ela arriscar a própria vida, no campo de batalha. Incompreendido, caluniado, combatido até com as armas mais torpês, teve a magnanimidade fidalga de se não queixar, nem antes nem depois da proclamação da República. Naturalizado brasileiro com a insistência juvenil em seguir para o Paraguai, brasileiro, e dos melhores, foi também durante o longo exílio, brasileiro ao transmitir aos filhos o amor pela pátria em que nasceram, brasileiro, afinal, ao procurar, já viuvo e quase octogenário, mais uma vez atingir a terra do Brasil que como ninguém soube adotar como sua, por ela sofrendo o que ninguém sofreu, a mais prolongada incompreensão coletiva de que aqui se tem notícia. Glorificando-o, em 1943, por ocasião do centenário de seu nascimento, a nação brasileira nobremente se redimiu dessa injustiça, ainda uma vez confirmando a regra de que somente à História compete dizer a última palavra.

O CONDE D'EU, ADVOGADO DOS QUE SERVIRAM NA GUERRA

CARTAS DO PRÍNCIPE GASTÃO DE ORLEANS AO
TENENTE-GENERAL CALDWELL

Já tem sido posta em relevo, pelos biógrafos do Príncipe Gastão de Orléans, a circunstância de ter êle se constituido, depois da guerra do Paraguai, permanente defensor de quantos houvessem servido na longa campanha e qualquer justa compensação quisessem pleitear, junto aos poderes públicos. Nêsse sentido, não duvidava o Conde d'Eu assediá-los os seus amigos com pleno conhecimento de causa, solicitando exclusivamente o que tivesse apoio legal.

Onze cartas adiante transcritas, pelo esposo da Princesa Imperial, herdeira do trono brasileiro, dirigidas ao tenente-general João Frederico Caldwell, Ajudante-General do Exército, bem como três respostas dêste, cabalmente demonstram o generoso interêsse pelo Conde d'Eu sempre demonstrado por seus companheiros de armas do exército brasileiro. Pertencem, todos êsses documentos, ao arquivo de Caldwell, hoje em poder do Sr. Francisco Marques dos Santos, que o collocou à nossa disposição.

1 — EMPREGO PARA UM VETERANO DA RETIRADA
DA LAGUNA

*"COMANDO EM CHEFE DE TÔDAS
AS FÔRÇAS BRASILEIRAS EM OPE-*

RAÇÕES NA REPÚBLICA DO PARAGUAI

Quartel-General em a Vila do Rosário, 11 de Março, 1870.

Exmo. Sr. Caldwell

Retira-se do teatro das operações, em consequência da cessação das hostilidades, o Alferes do Estado-Maior de 2.^a Classe Antônio José da Costa Brandão, que além de ter feito a penosa campanha do sul de Mato Grosso em 1867, acaba de prestar bons serviços no meu Quartel-General.

Ele deseja conseguir o emprego de encarregado do Depósito d'artigos bélicos na Província de Goiás, lugar que consta achar-se exercido por um oficial da Guarda Nacional; e como atendendo às boas qualidades que distinguem a este Oficial esta pretensão me parece equitativa, não hesito em solicitar para ela a benévola proteção de V. Exa., de quem me confesso

Muito amigo

Gastão de Orléans

2 - AMPARANDO OS VETERANOS DO PARAGUAI

De volta da guerra, passou o Conde d'Eu a defender os interesses dos militares que melhor tivessem servido na campanha, amparando-os em suas justas pretensões, indicando-os para cargos vagos, etc.

É o que prova, por exemplo, mais esta carta dirigida a Caldwell:

Paço Isabel, 5 de junho de 1870.

Meu caro General,

Ouçõ dizer que se vai criar uma 5.^a companhia no Depõsito de Aprendizizes Artilheiros. Venho pedir a V. E. que nêste caso seja nomeado para o Comando dela o 1.^o tenente de artilharia José Fausto de Lima. Ele já exerceu naquela Fortaleza um emprêgo que deixou o ano passado para regressar à campanha do Paraguai e que durante sua ausência foi preenchido por outrem. É um oficial digno de toda a consideração de V. E. por seu pundonor e outras excelentes qualidades; e pois creio que V. E. não terá dúvida em aceder a êsse meu pedido.

— Passo a outro. Consta-me igualmente que, sendo nomeado Comandante do Asilo de Inválidos o Major Fiscal do mesmo, vai ficar assim vago êste último lugar. Entre os oficiais que o pretendem, tomo a liberdade de recomendar a V. E. o Major honorário do Exército Francisco Joaquim de Almeida Castro, oficial muito bravo que, tendo feito tôda a campanha do Paraguai e recebido muitos ferimentos, um dos quais lhe deixou a mão aleijada, regressou últimamente como Fiscal do Batalhão 44 de Voluntários (1).

Parece-me pois que êsse meu recomendado tem mais algum direito que um dos seus concorrentes que me consta ser o Major Lazary, o qual regressou do Paraguai há bastantes anos, tendo portanto prestado poucos serviços na guerra.

Por isso rogo a V. E. o favor de me declarar se tem possibilidade de ser atendida a pretensão que ex-

(1) Foi êste oficial que em um momento de grande perigo, na batalha de Campo Grande, tentou deter o cavalo em que montava o Conde d'Eu, episódio fixado no conhecido quadro de Pedro Américo — Alberto Rangel — *Gastão de Orleans — O Último Conde d'Eu* (São Paulo, 1935), p. 251/252.

puz, ou se há a isso algum obstáculo, o que muito lhe agradecerá este

Seu amigo
Gastão de Orléans".

3 - PENSÃO PARA UM INVALIDO DA PÁTRIA

"Paço Isabel, 7/6/70.

Meu caro, General

Pedem-me que eu me interesse para fazer obter uma pensão ao Inválido da Pátria João Jacobo Hoelz, que se acha no Asilo da Ilha do Bom Jesus, e que tendo sido inspecionado três vêzes, foi reconhecido incapaz de ganhar sua subsistência, em consequência de moléstias internas.

Rogo pois a V. Exa. tenha a bondade de me informar quais os trâmites e formalidades necessárias para se obter do Governo Imperial a concessão de tais pensões.

Sou sempre de V. Ex.
muito amigo,
Gastão de Orléans".

Nota de Caldwell - "Respondido em 11-6-70".

4 - LIBERDADE PARA UM PEQUENO CULPADO

"Palácio Isabel, 7 de junho de 1870

Ilmo. Exmo. Sr. Ten.-Gal. Caldwell

Tenho a satisfação de responder a carta de V. Ex. datada de 3 do corrente declarando que: Sou de opinião que o oficial deve ser intimado para entrar com o dinheiro que extraviou, e que, satisfeita esta dívida, deve ser posto em liberdade; por isso que a formação d'um processo-crime exigiria sem dúvida uma detenção prolongada que constituiria um castigo fora de proporção com a culpa, filha, ao que me parece, d'um méro descuido.

Devolvo o officio que acompanhou a carta de V. Ex.

Gastão de Orléans".

Nota de Caldwell — "Respondida em 10-6-70". Apesar disto, pretendendo ouvir a respeito a opinião do Príncipe, a 16 de junho escreveu-lhe o Ajudante-General a seguinte carta, conforme cópia guardada em seu arquivo:

"Senhor —

Em aditamento à carta que tive a subida honra de endereçar a V. Alteza a respeito do Af. F. X. de A. M. cumpre-me depositar nas respeitáveis mãos de Vossa Alteza o incluso requerimento daquele Alf., propondo o meio para de pronto pagar a quantia proveniente do espólio do Ten. Joaquim Mariano Seabra, cujo requerimento veio coberto com o officio do Comandante da Fortaleza de Santa Cruz de 13 do corrente, sob n.º 772: desejava pois ouvir a judiciosa opinião de V. A. sobre este importante objeto.

De Vossa Alteza.

16 de junho de 1870".

5 — INFORMAÇÃO BUROCRÁTICA DE CALDWELL

Documentando o modo estritamente legal com que se dirigia às altas autoridades militares, apadrinhando as solicitações dos ex-combatentes, nada é mais significativo que a minuta de carta ao Príncipe dirigida em 12 de julho de 1870 pelo Ajudante-General do Exército, tenente-general João Frederico Caldwell, a propósito de um dos apresentados do Conde d'Eu.

"Senhor

Acusando a carta que Vossa Alteza se dignou dirigir-me em 4 do corrente, relativamente à admissão no Exército do ex-Sargento-Ajudante do Batalhão 33.º de Voluntários Ludgero Elias Guimarães, peço licença, com o maior acatamento, para depositar em suas mãos a inclusa Ordem do Dia da Secretária da Guerra n.º 327, de 9 de setembro de 1862, em que se explica a maneira de serem ocupados os postos de oficiais inferiores do Exército, e também inclúo o parecer da 1.ª Seção da Repartição do Ajudante-General, ontem dada; não obstante Vossa Alteza se dignará de mandar-me suas respeitáveis ordens a semelhante respeito, como melhor entender."

6 - APRESSANDO A SOLUÇÃO DE UMA REFORMA

"Paço Isabel, 13/8/70.

Exmo. Sr. General Caldwell.

Meu caro General.

O Major de comissão e Capitão de artilharia Anfrísio Fialho (2), por quem me interesse, solicitou sua reforma, e o parecer das juntas de saúde que o inspecionaram com efeito o declarou incapaz de serviço ativo por causa de lesões incuráveis. Isto foi a prin-

(2) Deixando o exército, Anfriso Fialho foi estudar Ciências políticas e Administrativas na Bélgica, onde publicou, em francês, uma defesa do marechal Bazaine e uma biografia de D. Pedro II. Voltando ao Brasil, advogou a convocação de uma Constituinte, em 1885, e reeditou os panfletos *O Libelo do Povo*, de Francisco de Sales Tôrres Homem, e *A Conferência dos Divinos*, de Antônio Ferreira Vianna. Posteriormente, sendo deputado pelo Piauí, publicou uma *História da Fundação da República no Brasil*.

cípios do mês passado, segundo sou informado e entretanto não tem havido até hoje decisão d'este negócio.

Eu, pois, agradeceria a V. Ex. se pudesse informar-me das circunstâncias que demoram a solução d'um pedido tão simples e tão justo.

Creia-me sempre seu amigo

Gastão de Orléans".

Nota de Caldwell: "R. em 14 de Agosto".

7 - AINDA O PEQUENO CULPADO PRESO

"Rio de Janeiro, 20/8/70

Exmo. Sr. General Caldwell

No momento de me retirar por alguns meses para a Europa, não posso deixar de mais uma vez interceder junto de V. Ex. a favor do infeliz Alferes de Voluntários da Pátria F. X. de A. M., o qual, talvez por minha causa, ainda continua preso na Fortaleza de Santa Cruz.

Rogo a V. Ex. que tenha a caridade de o mandar pôr em liberdade logo que isto fôr possível, e agradecer-lhe-hei informar-me o que porventura tenha ultimamente ocorrido a êste respeito, repetindo-me

Sempre de V. Ex.

muito amigo

Gastão de Orléans".

8 - EM DEFESA DE OFICIAIS PRETERIDOS

"22/8/70

Exmo. Sr. General Caldwell

Ao percorrer a Ordem do dia da Repartição de V. Ex., n.º 276, de 31 do mês próximo passado, obser-

veí com dor que ainda figuram como los. tenentes os oficiais do corpo de engenheiros Guliberme Carlos Lassance (3) e Eugênio Adriano Pereira da Cunha Melo, os quais tinham sido por mim promovidos a Capitães quando eu comandava as Forças em Operações no Paraguai.

Tendo sido em geral aprovados pelo Governo Imperial todos os atos dessa espécie que pratiquei, eu desejaria que V. Ex. me informasse o que porventura deu lugar a ficar êste sem aprovar; se foi talvez extravio de meu officio de comunicação ou qualquer outro motivo.

Eu com efeito muito sentirei se ficassem sem serem promovidos êsses dois distintos officiaes porque a sua promoção era de rigorosa justiça, visto que eram êles os únicos tenentes de Engenharia existentes em campanha e aí prestaram incessantemente os serviços mais relevantes, especialmente o Sr. Lassance, que até teve um elogio especial na minha Ordem do dia n.º 40, de 24 de dezembro do ano próximo passado.

Rogo a V. Ex. que vele pelos direitos que os serviços lhes constituem, para não ficarem esbulhados da remuneração que pensei ter-lhes dado, e me reputo de V. Ex.

muito amigo
Gastão de Orléans."

Em resposta a essa carta, encontrou-se no arquivo herdado por D. Maria Isabel Caldwell a seguinte minuta de resposta:

(3) Guilherme Carlos Lassance foi mais tarde dedicado mordomo da Casa da Princeza Imperial e de seu Augusto Consorte.

"Sereníssimo Senhor Conde d'Eu —

Em resposta à carta que Vossa Alteza dignou-se dirigir-me em data de hoje, na qual me pede qu'eu informe a Vossa Alteza porque não foram considerados como capitães os los. tenentes d'engenheiros Guilherme Carlos Lassance e Eugênio Adriano Pereira da Cunha e Melo, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Alteza que as relações dos oficiais, cadetes e oficiais inferiores de 1.^a Linha, que por Vossa Alteza foram remetidas em officio de 25 de janeiro do corrente ano, subiram com a informação desta Repartição em 18 de março também dèste ano para a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, e não consta à mesma Repartição que fôsem aprovadas, tanto que a portaria de 26 de julho último, que manda seguir para o Rio Grande do Norte Guilherme Carlos Lassance ainda o considera tenente, assim como a portaria de 23 do mesmo mês de julho também considera tenente d'engenheiros Eugênio Adriano Pereira da Cunha e Mello.

Eis o que posso informar a Vossa Alteza.

De Vossa Alteza.

Rio de Janeiro, 22 de agôsto dè 1870".

Em resposta, tratando dêsse e de outros assuntos anteriormente mencionados, no mesmo dia escreveu o Conde d'Eu ao tenente-general Caldwell, pois no dia seguinte partiria para a Europa, com a Princeza, a bordo do paquete *Douro*:

"22/8/70

Exmo. Sr. General Caldwell

Acuso recebidas as três cartas que V. Ex. me dirigiu hoje.

Quanto ao soldado Hoelz, penso como V. Ex. que à vista da ata da inspeção, deve ser reformado.

Quanto aos Srs. Lassance e Cunha Melo, vejo que não está, infelizmente, na alçada de V. Ex. fazer-lhes justiça.

Quanto, por fim, ao Alferes A. M., do parecer da Repartição Fiscal (que ora devolvo), vê-se que o Conselheiro Diretor da mesma inclina-se a que o Alferes seja solto para que os cofres públicos não venham a ficar por mais tempo sobrecarregados com o pagamento dos soldos dêle.

Isto parece razoável, deixando-se então de pagar a êle os vencimentos a que tiver direito, até a quantia necessária para indenizar o espólio extraviado.

Se V. Ex. porém julgar dever esperar até que venha resposta do Paraguai ao officio de V. Ex. de 16 do mês próximo passado, julgo que pelo menos deverá ser solto logo que vier tal resposta.

Gastão de Orléans".

9 - ZÉLANDO PELO MELHOR ARMAMENTO DO EXÉRCITO

Constitui factó já comprovado por documentos publicados o interêsse que sempre manifestou o marechal Conde d'Eu pelo constante aperfeiçoamento do material bélico em uso no exército brasileiro, presidente que era da respectiva Comissão de Melhoramentos.

Novos argumentos a respeito oferece a seguinte carta, como tôdas aqui transcritas pertencente à coleção de autógrafos do Sr. Francisco Marques dos Santos:

"Paço Isabel, 27-6-72.

Meu caro General,

E' natural que no manejo das armas Comblain últimamente entregues ao 1.º batalhão de infantaria apa-

reçam dificuldades e dúvidas que só a Comissão de Melhoramentos pode convenientemente esclarecer. Por êste motivo eu pretendia ir em um dos dias das semanas próximas ao respectivo quartel para examinar eu mesmo essas armas e suas munições.

Podendo porém ser que nisto haja algum inconveniente, venho rogar a V. Ex. que nêsse caso m'o declare para que eu então solicite oficialmente do Ministério da Guerra as devidas autorizações para êsse exame.

— Queira também me mandar dizer como tem ido sua saúde depois daquela deplorável queda na Escola Central e crer-me de V. Ex.

afetuoso camarada e amigo
Gastão de Orléans."

Nota de Caldwell — "Respondida em 27-6-72".

10 — EM DEFESA DE UM SOLDADO PRESO

"Paço Isabel, 28-6-72."

Meu caro General,

Visitando há dias a Fortaleza da Lage, apresentou-se-me aí o Soldado da 2.^a Companhia de reformados, adido ao Asilo de Inválidos da Pátria, João Antônio Rodrigues de Amorim, alegando que se acha prêso aí desde 27 de agosto de 1869 (quase três anos!) sem ter andamento seu processo.

O Ajudante da Fortaleza informou-me então que acerca do processo dêsse indivíduo V. Ex. consultara o Govêrno Imperial em 25 de junho de 1869, o que deu lugar a uma consulta do Conselho Supremo Militar e depois a uma do Conselho de Estado, em virtude da qual foi declarado por resolução imperial de

4 de maio de 1870, que V. Ex. deveria sôbre êste assunto decidir o que conviesse, mandando arquivar ou prosseguir os processos, tudo o que se acha publicado na Ordem do dia dessa Repartição, n.º 725.

Tendo pois desde então decorrido dois anos, ocorreu-me que talvez tivesse caído êsse negócio em esquecimento, e por isso tomo a liberdade de pedir para êle a atenção de V. Ex., pois me parece que essa praça não pode, com justiça, ficar indefinidamente detida, sem ter andamento seu processo.

Sou sempre de V. Ex.

camarada afetuoso e amigo

Gastão de Ordéans".

Nota de Caldwell: "Muito urgente ao Asilo, 30-6-72".
— "Foi mandado pôr em liberdade em 1-7-72".

11 — SÔBRE A ENTREGA DE UM MENOR

"Petrópolis, 18 de dezembro de 1872.

Exmo. Sr. General Caldwell

Meu caro General,

Agradeço a V. Ex. suas comunicações acerca do menor Francelino, cuja ata de inspeção aqui devolvo, e lhe rogo queira mandar entregar o dito menor à pessoa que fôr portadora desta.

Sou, como sempre, de V. Ex.

camarada muito afetuoso,

Gastão de Orléans".

Nota de Caldwell: "R. 21-12-72".

Falecendo Caldwell em fevereiro do ano seguinte, cessaria a afetuosa correspondência que por tanto tem-

po manteve com o marechal Conde d'Eu, com o Duque de Caxias (4) e com tantos outros oficiais do exército imperial, ministros da Guerra de que foi inestimável auxiliar, etc..

(4) Vinte cartas do Duque de Caxias ao Tenente-General Caldwell, estão transcritas neste mesmo volume.

O CONDE D'EU E A COLONIZAÇÃO DO SUL DE SANTA CATARINA

Na história das dinastias reinantes, figuram os contratos matrimoniais como peças da maior importância. Por éles era cedido ou recebido o domínio político sôbre largas porções de terra, em tempos medievais. Posteriormente, caída em desuso essa característica, obrigações pecuniárias, garantidas por hipotecas ou por decisões dos parlamentos, passaram a aparecer em documentos daquela natureza.

Foi o que aconteceu entre nós, como veremos.

Participou de aspectos bem antigos a "Escritura e Contrato Matrimonial do Príncipe o Senhor D. João com a Infanta de Espanha a Senhora D. Carlota Joaquina, assinado em Madri a 27 de março de 1785" (1). De acôrdo com diversos atos datados dos primeiros anos do século XIX, foi a vila da Campanha da Princeza, na capitania das Minas Gerais, erigida em senhorio da futura Rainha, desde então autorizada a receber a terça parte das respectivas rendas, sendo-

(1) Cf. o texto reproduzido na *Coleção dos Tratados, Convenções, Contratos e Atos Públicos celebrados entre a Corôa de Portugal e as mais potências desde 1640 até ao presente*, "compilados, coordenados e anotados por José Ferreira Borges de Castro". Tomo III (Lisboa, 1858), p. 390-399. — E cf. certidão autêntica, de 1868, do mesmo contrato, datado, porém, de 10 de março de 1785 — procedente do Arquivo da Mordomia de D. Isabel e do Conde d'Eu, hoje pertencente ao Museu Imperial, de Petrópolis.

-lhe concedida tôda a sua "jurisdição civil e crime, mero e misto império", além do direito de prover o lugar de juiz de fora (2). Embora gozando de tão extensas regalias, julgava-se prejudicada D. Carlota, ao comparar a sua sempre difícil situação financeira à das anteriores ocupantes do trono português (3).

Apesar de garantido por hipotecas das rendas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (4), também foi insuficiente para assegurar certa prosperidade à nossa primeira Imperatriz, o contradote que à Arquiduquesa d'Áustria, D. Maria Leopoldina Carolina Josefa de Habsburgo-Lorena, concedeu D. João VI, por ocasião de seu casamento com o Príncipe Real D. Pedro de Bragança e Bourbon, futuro D. Pedro I, do Brasil (5). Sabe-se que, ao falecer, deixou oitenta contos de réis de dívidas, que a Assembléia Geral Legislativa generosamente mandou pagar, em 1827 (6).

Igualmente causador de dificuldades posteriores foi o "Tratado entre o Senhor D. Pedro I, Imperador do Brasil, e Sua Alteza Real a Duquesa de Leuchten-

(2) Cf. "Memórias Municipais — V — Campanha", na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano I, fascículo 3.º, julho a setembro de 1896 (Ouro Preto, 1896; reedição de Belo Horizonte, 1934), p. 478/537. E — Alfredo Valadão — *Campanha da Princesa*, vol. I (Rio de Janeiro, 1937), p. 199-202.

(3) Cf. carta autógrafa de D. Carlota Joaquina, na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Coleção Linhares.

(4) Cf. Tobias Monteiro — *História do Império — A Elaboração da Independência* (Rio de Janeiro, 1927), p. 175.

(5) Cf. "Documentos relativos ao dote e contradote da Imperatriz Carolina Josefa Leopoldina" (*sic*), no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.

(6) Decreto de 11 de outubro de 1827, na *Coleção de Leis do Império do Brasil, de 1827*, parte I (Rio de Janeiro, 1878), p. 48. — Manuel Ribeiro Vianna, 1.º Barão de Santa

berg, para os Desposórios daquele Soberano com a Sereníssima Princesa Amélia Augusta Eugênia de Leuchtenberg" (7), de 1829. Seguindo para a Europa em companhia do marido, em consequência da abdicação de 7 de abril de 1831, não lhe reconheceu direito a subsídios a Regência Trina Permanente. Por êsse motivo, baseada em pareceres de juristas franceses, inútilmente os reclamou a então Duquesa de Bragança, em 1833 (8). Sòmente depois da maioria do enteado, D. Pedro II, em 1840, conseguiu D. Amélia, já viuva, fòsse reconhecida como princesa brasileira sua única filha, D. Maria Amélia, nascida em Paris, em 1831 (9).

Iuzia, "emprestou à Imperatriz, sem juros, a quantia de vinte contos de réis, de que foi pago há pouco tempo". Documento biográfico C-940-14, de 1841, na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

(7) Figura em — Antônio Pereira Pinto — *Apontamentos para o Direito Internacional ou Coleção Completa dos Tratados celebrados pelo Brasil com diferentes Nações Estrangeiras*, tomo II (Rio de Janeiro, 1865), p. 472-479. E no folheto — *Exposição dos Direitos que a Constituição e as leis civis brasileiras asseguram a Suas Majestades o Duque e Duquesa de Bragança, relativamente às propriedades que possuem no Brasil* (Paris, 1833).

(8) Cf. "Carta dirigida a Sua Majestade o Imperador por Sua Majestade a Imperatriz-Viuva D. Amélia, Duquesa de Bragança, sòbre o seu Contrato Dotal" no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. — E cf. o pasquim *O Indígena do Brasil*, n.º 4, de 19 de outubro de 1833, estudado no trabalho do autor — *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*, cap. "A pequena imprensa da Regência Trina Permanente (1831-1835)", edição do Instituto Nacional do Livro (Rio de Janeiro, 1945), p. 227.

(9) Helio Vianna — *Visconde de Sepetiba*. Biografia. Separata de *Centenário de Petrópolis — Trabalhos da Comissão*. Vol. VII (Petrópolis, 1943), p. 157-158; carta de Aureliano de

O efetivo início do Segundo Reinado, com duas princezas em idade de casamento, além do próprio Imperador ainda solteiro, haveria de condicionar o aparecimento de outras medidas e novas disposições a respeito de assunto tão interessante à conservação das monarquias.

Assim é que, referindo-se à Princeza Imperial D. Januária de Bragança, eventual herdeira do trono, a lei n.º 166, de 29 de outubro de 1840, referendada pelo ministro do Império Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, de acôrdo com o art. 112 da Constituição de 1824 estabeleceu a dotação que caberia a Sua Alteza, quando se realizasse o seu consórcio. Determinava o respectivo art. 5.º que seria fundado, em benefício do casal, "um Patrimônio em terras pertencentes à Nação", cujo valor seria ulteriormente fixado, mediante informações do govêrno (10). Essa autorização foi alguns anos depois utilizada em território do atual Estado de Santa Catarina, por motivo do casamento, em 1843, da Princeza D. Francisca Carolina de Bragança com o Príncipe de Joinville, Francisco de Orléans, filho do Rei dos Franceses, Luís Filipe I (11).

Sousa e Oliveira Coutinho, ministro dos Negócios Estrangeiros, datada de 19 de agosto de 1840, dirigida a Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, ministro do Brasil em Portugal, na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Trabalho também incluído neste volume.

(10) *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1840*. Tomo III, parte I (Rio de Janeiro, 1863), p. 62-64.

(11) Cf. o *Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 2.ª Sessão Ordinária da 5.ª Legislatura, em 1843, pelo Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios Estrangeiros — Honório Hermeto Carneiro Leão*. (Rio de Janeiro, 1843), p. 6. — Sôbre o Patrimônio Dotal da Princeza D. Fran-

No mesmo ano, casando-se o próprio Imperador D. Pedro II com a princesa napolitana D. Teresa Cristina Maria de Bourbon, irmã de Fernando II, Rei das Duas Sicílias, acompanhou o respectivo contrato matrimonial, de acôrdo com os arts. 3, 4 e 8, uma carta de hipoteca, a 24 de julho de 1842 assinada pelo então ministro do Império, Cândido José de Araújo Viana, depois Marquês de Sapucaí, contendo a relação de sete prédios e uma chácara, pertencentes à Fazenda Nacional e no valor total de 300:000\$000, tendo por fim especial garantir o dote, contradote e eventual pensão a que teria direito a terceira Imperatriz do Brasil (12).

Vinte e um anos depois, chegando a oportunidade de serem negociados os casamentos de Suas Altezas Imperiais as Princesas D. Isabel Cristina e D. Leopoldina Teresa de Bragança, filhas do Imperador D. Pedro II, uma nova lei, sob n.º 1.217, datada de 7 de julho de 1864, referendada pelos conselheiros José Bonifácio de Andrada e Silva (o Moço), ministro do Império, e Zacarias de Góis e Vasconcelos, ministro da Justiça e presidente do Conselho — estabeleceu a dotação que lhes competiria, modificando a lei n.º 166, de 1840, embora sem mencionar a criação de um Patrimônio Dotal (13).

cisca, ver *A Província de Santa Catarina e a Colonização no Brasil*, livro de Léonce Aubé, procurador do Príncipe de Joinville, publicado no Rio de Janeiro, em francês, em 1861, cuja tradução, eruditamente anotada pelo Sr. Carlos da Costa Pereira, teve início na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, n.º do 1.º semestre de 1948, p. 91-101.

(12) Antônio Pereira Pinto — *Op. cit.*, p. 21-25.

(13) *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1864*. Tomo XXIV, parte I (Rio de Janeiro, 1864), p. 41-42.

Ultimando-se, pouco depois, os entendimentos para a efetivação dos matrimônios das duas princezas com os príncipes Gastão de Orléans, Conde d'Eu, e Luís Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha, Duque de Saxe, respectivamente, em agosto e setembro de 1864 rapidamente providenciou a Câmara dos Deputados, por proposta do referido ministro do Império, a votação das despesas necessárias aos casamentos — o que lhes agradeceu o Imperador, na Fala do Trono de 12 de setembro do mesmo ano (14).

Assinado o contrato nupcial de D. Isabel e do Conde d'Eu a 11 de outubro de 1864, nele se dispunha que seria fundado, em benefício dos nubentes, o patrimônio em terras públicas devolutas que fôsse marcado pelo Parlamento (15). Somente, porém, a 17 de outubro de 1870, achando-se os príncipes na Europa, depois de terminada a guerra do Paraguai, em que se cobrira de glória o mais jovem marechal de exército que teve o Brasil, — foi promulgada a lei n.º 1.904, referendada pelo ministro do Império Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, que estabeleceu "para Sua Alteza Imperial a Senhora D. Isabel Cristina e seu Augusto Esposo, nos termos do respectivo contrato matrimonial, um patrimônio em terras nas Províncias de Santa Catarina e Sergipe". De acordo com os respectivos artigos, seria ele "constante de duas porções, cada uma de 49 léguas quadradas, ... podendo os lotes conter no mínimo até 6 léguas qua-

(14) *Anais do Parlamento Brasileiro — Câmara dos Senhores Deputados*. 2.º Ano da Duodécima Legislatura. Sessão de 1864. Tomo 4, p. 229-305.

(15) Alberto Rangel — *Gastão de Orléans — O último Conde d'Eu*. (São Paulo, 1935), p. 99-100.

dradas. Este patrimônio ... será considerado como próprio nacional, com o destino que lhe é dado, e nos termos do mesmo contrato matrimonial. E', porém, permitida a venda da metade das terras a colonos que as venham cultivar, sendo o produto líquido da alienação empregado em apólices da dívida pública fundada do Império, as quais, inscritas como inalienáveis no grande livro, farão parte do patrimônio de Suas Altezas. As ditas terras serão medidas e tombadas à custa do Tesouro Nacional; e à custa de Suas Altezas as medições das subdivisões para venda, e neste caso empregado em apólices inalienáveis o produto líquido" (16).

Dando cumprimento à primeira parte do disposto no art. 2.^o, foi realizado, em 1874, por uma Comissão a cargo do engenheiro João Carlos Greenhalgh, o "Tombamento topográfico das terras patrimoniais de Sua Alteza Imperial e Seu Augusto Esposo", compreendendo a "1.^a Área de 522.000.000 de metros quadrados, medida no Município de Tubarão, Província de Santa Catarina".

E' esse "Memorial descritivo da medição" que constitui o primeiro documento inédito que tivemos a honra de oferecer ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, para que esta douta associação cultural, zelosa como é, do conhecimento do passado catarinense, o guardasse em suas coleções, divulgando-o, eventualmente, nas páginas de sua excelente *Revista*. Procede, como os outros que em número de cinco também foram oferecidos à mesma Casa, do Arquivo da Mordomia da Princesa Imperial D. Isabel e do Conde

(16) *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1870*. Tomo XXX, parte I (Rio de Janeiro, 1870), p. 176-177.

d'Eu. Recebêmo-los, a título de lembrança de amizade, do prof. Dr. Hamilton Nogueira, casado com uma neta do general Guilherme Carlos Lassance, último mordomo de Suas Altezas no Brasil. Passando-os à referida instituição, tivemos a satisfação de encaminhá-los ao seu exato destino.

Eram as seguintes as extremas da referida zona de 12 léguas de terrenos devolutos do Tubarão: "A área é limitada ao Sul pelo travessão dos fundos da Concessão dos Mirandas, situada à margem esquerda do rio Tubarão, no lugar denominado Raposa; pela linha lateral superior da mesma Concessão e pelos rios Tubarão e Oratório; pelo Oeste, por uma picada quebrada segundo os rumos Norte-Sul e Leste-Oeste, a qual corre por baixo da Serra e principia na margem esquerda do mesmo rio Oratório; pelo Norte, por uma picada aberta no rumo Leste-Oeste, e que termina na margem direita do rio Braço do Norte; pelo Leste, por uma parte do mesmo rio e pelas extremas das terras possuídas por particulares às margens direitas dos rios Pequeno e Braço do Norte".

Segue-se, no "Tombamento topográfico", a minuciosa "Descrição" da área medida, o que ocupa a maior parte das vinte e quatro páginas do manuscrito firmado em Laguna, a 20 de dezembro de 1874, pelo referido engenheiro.

Para que se tenha idéia da região demarcada, basta citar a parte relativa aos rios Tubarão e Oratório: "A extensão medida pelo rio Tubarão, desde o marco precedente até a foz do rio Oratório, no levantamento da planta, é de onze mil novecentos setenta e cinco metros. Da foz do Oratório até o marco colocado à margem esquerda, nas suas cabeceiras,

debaixo da Serra, mediu-se dezessete mil setenta e cinco metros no levantamento da planta. Uma pequena parte dêste rio serve de extrema comum entre êstes terrenos e os do Visconde de Barbacena. Seu rumo geral é de Oeste-Leste”.

Graças à meticulosa medição realizada sob a direção do engenheiro Greenhalgh, acreditamos ser possível, ainda hoje, a localização de muitos terrenos, identificando-os como procedentes do Patrimônio Dotal da Princesa Isabel e do Conde d'Eu.

Pouco depois da primeira demarcação dessas terras, iria começar a colonização do vale do Tubarão. Planejou-a — como ensina o Sr. Oswaldo R. Cabral em seu primoroso livro *Santa Catarina* — “o presidente da Província, Dr. Alfredo de Escragnoille Taunay, que ao governo imperial encareceu a necessidade da criação de núcleos coloniais ali, prevendo as vantagens que adviriam para a economia da Província com o aproveitamento de tão férteis terras. — Aceitas as sugestões de Taunay, após os estudos prévios necessários, em 1877, um ano depois da visita presidencial, às margens do Pedras Grandes se instalavam os primeiros 290 colonos, na maioria italianos, fundando-se a colônia de Azambuja” (17).

Deixemos de parte essa colonização, evocativamente estudada pelo Desembargador Fernando Luís Vieira Ferreira, na memória intitulada *Azambuja e Urussanga* (18), e voltemos à participação do Conde

(17) Oswaldo R. Cabral — *Santa Catarina* — História — Evolução. (São Paulo, 1937), p. 144.

(18) Desembargador Vieira Ferreira — *Azambuja e Urussanga*. Memória sôbre a fundação, pelo engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, de uma colônia de imigrantes italianos em Santa Catarina: (Niteroi, 1939).

d'Eu na exploração agrícola e localização de imigrantes estrangeiros no Sul de Santa Catarina.

A 27 de setembro de 1876, escreveu o Príncipe Gastão de Orléans ao seu antigo secretário da Campanha da Cordilheira, Alfredo de Escragnolle Taunay, depois Visconde de Taunay, na ocasião presidente de Santa Catarina, a seguinte carta, no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, há tempos publicada pelo filho deste, então ali nascido, o Dr. Affonso de Escragnolle Taunay — ainda há pouco incluído por uma sociedade sábia dos Estados Unidos entre os dez maiores historiadores vivos em todo o mundo:

“Sr. Taunay

“Agradeço-lhe a carta que me escreveu dando-me notícias da interessante viagem que fez às terras banhadas e fertilizadas pelo rio Tubarão.

“Foi com viva satisfação que li a descrição da beleza e feracidade daquela região.

“Seria meu mais ardente anelo poder também visitá-la e estudar pessoalmente suas necessidades. Mas no corrente ano não me será ainda dado realizar esta aspiração.

“Entretanto me parece que uma das primeiras condições para o desenvolvimento da prosperidade daquele vale é a abertura duma estrada que o ponha em comunicação pela via mais curta com o planalto de Lajes, permitindo que essas duas regiões de natureza e clima diversos se auxiliem mutuamente pela troca de seus respectivos produtos.

“Tal caminho proporcionaria aos criadores de Lajes, meio de fazer chegar seu gado ao litoral da província muito mais prontamente do que pela proje-

tada e dispendiosa estrada da vila de S. José à Colônia militar de Santa Teresa" (19).

Sòmente, porém, alguns anos depois, a 12 de julho de 1881, tomou o govêrno, por intermédio do ministro do Império, Barão Homem de Melo, mais algumas providências relativas à continuação da demarcação das terras do patrimônio dos príncipes. E' o que se deduz do aviso daquela data, dirigido ao presidente de Santa Catarina, desembargador João Rodrigues Chaves, redigido nos seguintes têrmos:

"Sendo muito conveniente que se ultime, no mais breve tempo que fôr possível, a discriminação e demarcação das terras escolhidas para o patrimônio de SS. AA. Imperiais a Sra. Princesa D. Isabel e seu augusto esposo, serviço de que se acha encarregado pelo govêrno imperial, em virtude de contrato celebrado por êste ministério, o engenheiro Emílio Carlos Jourdan, o qual não tem, segundo diz, podido concluir êsse trabalho por falta de um juiz comissário que tome conhecimento e decida, de conformidade com a legislação respectiva, as dúvidas e contestações que se tem suscitado e se possam suscitar por parte dos proprietários e possuidores de terras limítrofes às que foram escolhidas para o sobredito patrimônio — manda Sua Majestade o Imperador que V. Excia. e o presidente da província do Paraná, de comum acôrdo, pois que a demarcação tem de ser feita no território contestado pelas duas províncias, nomeiem um juiz comissário para o indicado fim, ficando V.

(19) Affonso de E. Taunay — "Cartas inéditas do Conde d'Eu", no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, de 29 de março de 1942.

Excia. na inteligência de que o presidente da província do Paraná, a quem na presente data dirijo aviso sôbre êste assunto, dará as providências necessárias para que o mesmo juiz comissário siga sem perda de tempo para desempenhar a sua comissão com a precisa segurança" (20).

À mesma época, encontrando-se Suas Altezas na Europa, no Rio de Janeiro, de volta de uma viagem à região do Tubarão, a 1.º de agosto de 1881 datava C. M. S. Leslie relatório de 115 fôlhas manuscritas dirigido aos Srs. Le Cocq, Oliveira & Cia., referente às possibilidades de imediato início de colonização das terras do Patrimônio Dotal em Santa Catarina.

De acôrdo com êsse bem feito documento, mediam elas 5 2/10 léguas por 4 1/4 léguas na parte setentrional, 5 2/10 léguas por 5 léguas na parte meridional; sendo de 1 légua a sua menor largura, e 9 1/4 léguas o seu maior comprimento, de Norte a Sul.

Para a condução de colonos, estudou detidamente "as vias de entrada para as terras", isto é, os rios Capivari, Braço do Norte e Oratório, bem como a via-gem que deveriam fazer desde a Côrte ao Destêrro, e daí a Laguna e Tubarão.

"Modo e custo de alimentação até a primeira colheita", "As povoações nas imediações do Patrimônio" (que eram apenas Azambuja, Braço do Norte, Gravatá e São Gabriel), "Sôbre medições, derrubadas e feitio de casas", "Sôbre prazo para pagamento dos lotes e despesas", "Sôbre as terras de Itapocu", "Sô-

(20) Nota intitulada "Patrimônio de SS. AA. a Princesa D. Isabel e seu Augusto Esposo", no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, de 19 de julho de 1881.

bre caminhos dentro do Patrimônio”, “Sôbre as terras de Rabelo e Miranda”, “Sôbre evitação (*sic*) pelos colonos do mercado de Laguna”, “Sôbre uma colonização imediata” — são os assuntos que se seguem no relatório simplesmente intitulado *Patrimônio Dotal de SS. AA. II. no Municipio de Tubarão na Provincia de Santa Catarina*. Transcrevendo o último trecho citado, daremos idéia do otimismo do autor:

“Cremos que a colonização pôde e deve ser começada já, embora com um pequeno núcleo.

“A colonização é como um rio que, cheio, transborda (*sic*) e espraia suas águas. Assim ela, uma vez encaminhada, as suas ondas vêm umas após outras; e, como as águas do rio, também se espraia por todos os lados.

“Feliz o primeiro núcleo de colonos, outros não faltarão. A notícia depressa correrá, e novos colonos serão atraídos; e, em muito pouco tempo o Patrimônio achar-se-á explorado e povoado” (fls. 21).

“Sôbre a qualidade das terras do Patrimônio”, “Sôbre a troca das terras de Araranguá para as do Município de Tubarão”, “Sôbre as necessidades para colonização feliz” (*sic*), “Sôbre o modo de vender lotes coloniais”, “Sôbre a admissão de solteiros”, “Sôbre as terras do rio Oratório, extremo Sul do Patrimônio”, “Sôbre as medições feitas no rio Pequeno por Lion”, “Sôbre vendas contratadas; intrusos e invasões”, “Sôbre o melhor êxito de colônias expontâneas”, “Sôbre uma via férrea para desenvolver as terras do Patrimônio” (onde é criticado o percurso escolhido para a Estrada de Ferro D. Teresa Cristina), “Sôbre a *Conta de Débito*, tendo por fim discriminar as despesas tocantes aos colonos e as *Despesas Gerais* da Empresa de Colonização” — são os títulos dos capí-

tulos que precedem o encerramento do relatório do "chefe da missão".

Seguem-se os 23 minuciosos "Quesitos propostos por Sr. Comendador Pinto e as respostas feitas pela Comissão", "Contas de Despezas provenientes da condução, internação e estabelecimento de colonos por diversos pontos do Patrimônio" e ainda 9 apêndices, contendo "Tabelas das Distâncias", "Medidas em léguas da superfície do Patrimônio", "Tabela de Alimentação dos Colonos", notas sobre o vapor "Itaperobá", "Tabela do custo de medição de lotes coloniais", lista das "embarcações que navegam à vela entre o porto de Laguna e a Côte", estatística das sete "paróquias do município da cidade de Santo Antônio dos Anjos da Laguna", "Apontamentos sobre a população de Tubarão", informações sobre a "colônia italiana Azambuja" e sobre a "colônia espontânea alemã do rio Braço do Norte", "Apontamentos sobre o rio Capivari e o porto de Gravatá", e, afinal, estatísticas sobre a lavoura de Tubarão.

Se eram estas as minudentes e otimistas notícias *in locu* coligidas por Leslie, em junho e julho de 1881, não é de estranhar que antes de deixar a Europa resolvessem os príncipes definitivamente promover o aproveitamento de suas terras patrimoniais catarinenses. Nesse sentido, a 15 de novembro do mesmo ano, em Paris, por intermédio de seu procurador, o então Visconde de Carapebus, celebraram com o comendador Joaquim Caetano Pinto Junior um contrato em forma (21).

(21) Jacinto Antônio de Matos — *Colonização do Estado de Santa Catarina*. Dados históricos e estatísticos (1640-1916). Publicação da Secretária Geral do Estado (Florianópolis, 1917), p. 101.

A situação em que praticamente se encontrava a venda de terras do Patrimônio, era, a êsse tempo, a que revela a carta cujo original temos presente, datada de Tubarão, a 20 de dezembro de 1881, dirigida ao major Benedito de Almeida Tôrres, então mordomo dos príncipes, assinada por Luís Martins Colaço:

“Não tenho efetuado venda alguma das terras do patrimônio de SS. AA., conforme fui autorizado, e conquanto hajam muitos pretendentes, que têm visitado os terrenos com o fim de comprar, nem um tem se animado, visto que, dizem êles, que a medição custa mais que os terrenos, e vem por isso a ficar as terras muito caras”.

Outra carta, esta do referido mordomo, dirigida ao contratante da colonização, comendador Pinto Junior, daria conta, a 7 de janeiro de 1882, das primeiras providências a ela relativas e, sobretudo, da concórdância do Conde d'Eu com as mesmas. Digno de atenção é, por exemplo, o trecho em que se diz que Gastão de Orléans conveio na denominação de Grão-Pará para a colônia, em homenagem ao seu primogênito, o príncipe D. Pedro de Orléans-Bragança, nascido em 1875; determinando mais que as outras colônias fôsem denominadas “Nova Eu, se fôr em alto, e Orléans do Sul, se fôr à beira-rio”. Aí está, documentada, a origem da designação do município ca-
tarinense de Orléans.

Vejamos, porém, o texto integral da minuta de carta:

“Mordomia do Palácio Isabel, Rio de Janeiro, em 7 de janeiro de 1882.

“Elmo. Sr. Joaquim Caetano Pinto Junior

“S. A. o Senhor Conde d'Eu recebeu com muito prazer a estimada carta que V. Sa. Lhe dirijiu em 1.º

do mês e ano findos e me ordena que em Seu Augusto Nome agradeça a V. Sa. as suas delicadas expressões de estima e consideração; assim como:

“Que fica ciente de achar-se o Sr. C. M. S. Leslie encarregado de dirigir a colonização da parte do Patrimônio destinado à empresa, cujo contrato firmou com V. Sa., e que são nesta Côrte seus representantes os Srs. Le Cocq, Oliveira & Cia., os quais, bem como o Sr. Leslie já se apresentaram a S. A. declarando acharem-se prontos para dar comêço aos negócios da empresa de comum acôrdo com esta Mordomia conforme prescreve a cláusula XXXII do referido contrato.

“Já se acha submetido à aprovação do Governo Imperial o dito contrato, cuja solução, por simples como é, espera-se seja dada em poucos dias.

“Preenchida esta formalidade entrará esta Mordomia em conferências com os representantes de V. Sa. e o Sr. Leslie, para de comum acôrdo resolver-se sôbre as localidades em que deverão ter começo os primeiros núcleos coloniais, assim como sôbre a fórmula dos contratos a passar-se com os colonos e quaisquer outras medidas que convenham em benefício da empresa, sendo que S. A. apreciou bastante as instruções preliminares que V. Sa. dirigiu ao Sr. Leslie para dar comêço aos trabalhos, prevenindo tudo quanto lhe aconselha a prática dêstes negócios para sem estorvo no seu princípio tenha a empresa grande desenvolvimento.

“S. A. convém na denominação de “Grão-Pará” para a colônia que se estabelecer no lugar antes projetado com êsse título; assim como que sejam deno-

minadas as outras colônias, "Nova Eu" se fôr em alto e "Orléans do Sul" se fôr à beira rio.

"S. A. acha muito justa a partilha que V. Sa. faz dos 10% do art. do contrato com os Srs. Le Cocq, Oliveira & Cia. e Leslie, como remuneração dos trabalhos que êstes Srs. têm de prestar à empresa.

"Sendo quanto se me oferece dizer-lhe, sou, com toda a consideração.

"De V. Sa., etc.

"B. d'A. Tôrres

"Mordomo de SS. AA. II." (22).

A aprovação do contrato pelo govêrno imperial, mencionada na carta, foi dada por ato do ministro do Império, conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas, de 18 de janeiro de 1882. De acôrdo com a mesma, a colonização abranjeria as terras do Patrimônio localizadas nos municípios de Tubarão e São José, podendo os lotes divididos serem entregues a colonos nacionais ou estrangeiros, conforme a mencionada lei n.º 1.094, de 17 de outubro de 1870.

O engenheiro agrônomo Jacinto Antônio de Matos, de cuja obra sôbre a *Colonização do Estado de Santa Catarina* tomamos as últimas informações, deu a data de 8 de julho de 1882 para a fundação da Colônia Grão-Pará. Consignou, entretanto, que o presidente da província Francisco José da Rocha, em um de seus relatórios, apresentou o dia 2 de dezembro do mesmo ano, aniversário do Imperador, como o do

(22) Publicada, pelo autor, em artigo intitulado "Três aspectos das atividades do Conde d'Eu", na seção "Textos e Documentos Históricos" da revista *Cultura Política*, do Rio de Janeiro, n.º 15, de maio de 1942, p. 255-256.

acontecimento. Mencionou ainda, como diretor da Colônia, Artur da Silva Soares, o que realmente poderia ter ocorrido, se este foi sucessor de Leslie, sendo o relatório presidencial de 1887 (23).

Do desenvolvimento da Colônia em seus primeiros anos dão conta, além do referido autor, dois outros historiadores modernos: os Srs. Desembargador Fernando Luís Vieira Ferreira e Dr. Oswaldo R. Cabral.

De acôrdo com o primeiro, apenas 191 imigrantes entrados pela Laguna em 1881 eram destinados a Grão-Pará (24). Conforme o segundo, a Colônia, "com 5 anos de vida, já contava para mais de 400 fogos e apresentava regular adiantamento" (25).

Outro manuscrito que temos presente, assinado pelo diretor C. M. S. Leslie, assinala detidamente, em 20 fôlhas, o *Movimento dos Colonos até 30 Junho 1886*.

Seguindo as suas relações nomianis, foi de 1.992 o total de pessoas, divididas em 520 famílias, dirigidas ou chegadas à Colônia Grão-Pará até aquela data. 338 famílias, com 1.406 almas, ali viviam então. 182 famílias, com 582 pessoas, haviam se retirado, ou mesmo lá não haviam chegado, por diversos motivos, como veremos. Dos que permaneciam na Colônia, eram casados 267 e solteiros 71. Quanto às nacionalidades, 119 famílias eram constituídas de italianos do Norte e tirolezes, 104 de alemães, 98 brasileiras, 10 polonesas, 6 francesas e 1 por'uguêsa. Dos colonos que o diretor denominava "saintes", 101 eram casados, 81 solteiros; 86 famílias eram italianas, 59 alemãs, 27 brasileiras e 10 francesas.

(23) Jacinto Antônio de Matos — *Op. cit., loc. cit.*

(24) Desembargador Vieira Ferreira — *Op. cit., p. 105.*

(25) Oswaldo R. Cabral — *Op. cit., p. 50.*

Merece consideração essa circunstância: de 520 famílias, com 1.992 almas, encaminhadas à Colônia Grão-Pará, aí se localizaram apenas 338 famílias, com 1.406 pessoas. Nada menos de 182 famílias, com 586 almas, abandonaram-na, ou a ela nem mesmo chegaram. Em várias categorias dividiu a estas últimas o diretor Leslie: o grupo mais numeroso é o dos colonos que tiveram passagens pagas do Destêrro e de Laguna, e que, apesar de terem tomado lotes, depois de ocupá-los e cultivá-los por algum tempo, saíram da Colônia; outros, fizeram-no imediatamente; alguns, declararam não desejar terras e sim trabalhar em caminhos, apesar de terem se inscrito, antes, como colonos; outros, embora sem terem tido passagens adiantadas, tendo se apresentado espontaneamente, também acabaram desistindo; duas famílias foram aliciadas por pessoa de fora; outros, enfim, principalmente italianos, vindos da Europa com transporte pago, em 1883 e 1884, foram desviados, na Côrte, para o Rio Grande do Sul e mesmo para o Norte do país.

Assinalamos o fato por constituir essa inconstância dos colonos o maior obstáculo a tôda empresa do gênero, então como mais tarde.

Posterior ao relatório do diretor Leslie, um aviso do ministro da Agricultura, conselheiro Antônio da Silva Prado, datado de 30 de março de 1887, autorizou a empresa a introduzir cinqüenta famílias de imigrantes agricultores, cujas passagens seriam integralmente reembolsadas pelo governo, depois de efetivamente estabelecidos êsses colonos (26).

Parece, porém, que não teve execução essa autorização, à vista do que peremptoriamente declarou o

(26) Jacinto Antônio de Matos — *Op. cit.*, *loc. cit.*

Conde d'Eu, em carta de 31 de maio de 1889, dirigida ao conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, Presidente do Conselho de ministros, pertencente ao arquivado deixado por êsse ilustre político do Império:

"O que é verdade é que em 1881 celebrei contrato com o comendador Joaquim Pinto para colonização da parte do Patrimônio que nos coube em dote à Princesa e a mim, empreendimento que até hoje não recebeu, que me conste, auxílio nenhum dos poderes públicos (sendo talvez a única empresa de colonização neste caso) tendo aliás conseguido estabelecer perto de duas mil almas numa das regiões mais favoráveis da província de Santa Catarina" (27).

Deduz-se daí que a empresa de colonização das terras do Patrimônio Dotal não foi um bom negócio para a Casa de Suas Altezas. Terá, mesmo, contribuído para a formação da dívida bancária pelo Conde d'Eu constituída, e que se elevava, em 1888, à respeitável quantia, para a época, de 696:556\$652 (28). Pagou-a, integralmente, com sacrifício de uma propriedade que se valorizara no Rio de Janeiro, depois de proclamada a República (29).

Quanto às terras do Patrimônio, apesar de terem sido doadas aos príncipes por meio de uma lei regularmente votada pelo parlamento, em obediência de expressa determinação da Constituição do Império, resolveu o Governo Provisório da República incorporá-las ao domínio do Estado, pelo decreto n.º 1.050, de

(27) Apud Pedro Calmon — *A Princesa Isabel — "A Redentora"*. (São Paulo, 1941), p. 218.

(28) Alberto Rangel — *Op. cit.*, p. 416.

(29) J. Brígido — *O Conde d'Eu. Seu Caráter. Viagem ao Ceará*. (Fortaleza, 1902), p. 29.

21 de novembro de 1890. Procurando justificá-lo, uma Exposição de Motivos assinada por Francisco Glicério, ministro da Agricultura, sustentou a tese de que "o dote era um apanágio dissolúvel", extinto com a proclamação do novo regime (30).

Outro decreto, de n.º 447, de 18 de julho de 1891, referendado pelo ministro da Fazenda Tristão de Alencar Araripe, estabeleceu "providências relativamente aos bens que constituíam o dote da ex-princesa brasileira D. Isabel". Entre os seus *consideranda*, apareceu a interpretação de que o "dote, comò a lista civil anualmente decretada, significavam um auxílio para que a princesa imperial, e com ela o seu consorte, pudessem manter a representação e decoro social compatíveis com a elevada posição que ocupava na monarquia e com a qualidade de futura depositária das funções majestáticas". Além disso, o "compromisso assumido pelo Governo Provisório em 15 de novembro de 1889, no sentido de reconhecer e acatar todos os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública externa e interna, os contratos vigentes e mais obrigações legalmente contraídas", não pode evidentemente referir-se às leis citadas' (isto é, as relativas ao dote e patrimônio da Princesa Imperial), "as quais por essa ocasião já haviam caducado de par com a monarquia, de que eram immediato consecrário" (31).

Dando cumprimento a êsse decreto, quanto aos bens imóveis existentes no Rio de Janeiro, determinou

(30) *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*. XI fascículo. De 1 a 30 de novembro de 1890. (Rio de Janeiro, 1891), p. 3.744-3746.

(31) *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891*. Vol. II (Rio de Janeiro, 1892), p. 90-100.

o ministro Alencar Araripe que o mordomo dos príncipes entregasse as chaves do Palácio Isabel, hoje Guanabara. Respondeu não poder fazê-lo o general Guilherme Carlos Lassance. Ao Juiz Secional, inútil e reiteradamente requereu manutenção de posse o advogado e ex-ministro Antônio Ferreira Viana. Instruído por pareceres que sustentavam a legalidade e vigência do dote e patrimônio dos Condes d'Eu, foi o caso, em grau de apelação, encominhado ao Supremo Tribunal Federal. Assinavam as respostas favoráveis, dadas aos quesitos redigidos pelo advogado, os juristas conselheiros José Antônio Pedreira de Magalhães Castro, Joaquim Saldanha Marinho — então presidente da comissão redatora do projeto constitucional, Lafayette Rodrigues Pereira, Pedro Ferreira Viana e João Antônio de Sousa Ribeiro (32).

No Senado da República, como em outros círculos da opinião pública, não foi bem acolhido aquele decreto. Visando impedir os seus efeitos, apresentou o senador Américo Lobo, na sessão de 10 de setembro de 1891, o seguinte projeto:

“Artigo único: Os bens doados pela Nação à Condessa d'Eu, ex-princesa imperial do Brasil, que estiveram em seu poder, continuam nele e passarão, por sua morte, a seus herdeiros, conforme as regras da sucessão legal, não podendo a donatária dispor deles por atos *inter vivos* ou de última vontade; revogadas as disposições em contrário” (33).

(32) Cf. o folheto *Dote e Patrimônio da Princesa Imperial D. Isabel e sua Família* (Rio, 1891), p. 15-37.

(33) *Anais do Senado Federal*. 1.^a Sessão da 1.^a Legislatura. Vol. III (Rio de Janeiro, 1891), p. 267.

Submetido à primeira discussão nas sessões de 17, 18 e 19 do mesmo mês, contra êle falaram os senadores Ramiro Barcelos, João Batista Laper, Pinheiro Machado e Ubaldino do Amaral, e a favor, rompendo os debates, o insuspeito Quintino Bocaiuva, seguido pelo autor da proposta, e por José Higino Duarte Pereira, que considerou um "esbulho" o ato do govêrno (34). Não entrou o projeto em novas discussões até 3 de novembro, quando, por ato do Presidente da República, marechal Manuel Deodoro da Fonseca, foi dissolvido o Congresso.

• • •

Aqui termina a pouco conhecida história do Patrimônio Dotal de D. Isabel e do Conde d'Eu em Santa Catarina. Expondo-a, principalmente de acôrdo com documentos inéditos ou oficiais, não tivemos em vista senão contribuir para a obra realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, tôda ela votada ao conhecimento do passado e da terra natal.

(34) Idem. Vol. IV (Rio de Janeiro, 1892).

BIBLIOGRAFIA DA QUESTÃO RELIGIOSA

Poucos acontecimentos da história brasileira terão provocado maior número de publicações de todo gênero que a Questão Religiosa. Desde que D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, Bispo de Olinda, decidiu romper com o conformismo que assinalava a situação do catolicismo no Brasil, até hoje — surgiu, cresceu e se manteve um capítulo novo em nossa bibliografia. Poderemos denominá-lo “da questão vitalista”, pois se a Questão Religiosa, propriamente, antecedeu a atitude do jovem antistite, a êle se ficou devendo seu renovado aspecto, intransigente — embora impolítico, glorioso — porque perseguido.

Acompanhemos, rapidamente, através de algumas centenas de fichas bibliográficas e de referências, a repercussão escrita do importante episódio da história de nossa evolução espiritual.

Antes de fazê-lo, cumpre-nos porém esclarecer que o trabalho inicial de pesquisa foi por nós confiado à aluna da Faculdade Nacional de Filosofia, Srta. Léa Quintiere, que a êle se dedicou com louvável zelo. Simultaneamente, tendo o Rev. Padre Leonel Franca, S. J., Magnífico Reitor das Faculdades Católicas, deliberado incluir na revista *Verbum* uma “Bibliografia da Questão Religiosa” — foi aquele primeiro levantamento consideravelmente aumentado com as informações gentilmente fornecidas pelo ilustre historiador Sr. Claudio Ganns. Em obediência à anterior determinação do Presidente Perpétuo do Centro D. Vital, Sr. Alceu Amo-

roso Lima, aqui nos encontramos, arrojadamente dispostos a comentar tão variado material, resultante, todo êle, da ação intemerata do Confessor da Fé que é o seu patrono.

Começaremos, naturalmente, pelas obras do próprio D. Vital.

Depois de sua primeira *Carta Pastoral*, impressa ainda em São Paulo, em 1872, *saudando os seus diocesanos, depois da sua sagração*, vem a *Oração que no dia 24 de Maio* (do mesmo ano) *pronunciou no sólio, ... por ocasião de sua entrada na Cidade Episcopal de Olinda*. Iniciando a campanha que o immortalizou, no ano seguinte apareceram a *Circular ... ao Clero da Diocese, exortando-o a que proflige os erros da imprensa ímpia* e a *Carta ... premunindo os seus diocesanos contra as ciladas e maquinações da Maçonaria*. Já em plena luta, nova *Pastoral* teve de lançar, *sobre os desactos do dia 14 de Maio*, além de publicar o *Breve de S. S. o Papa Pio IX, de 29 de Maio de 1873*, o célebre *Quamquam dolores*, pelo qual foi aprovada a sua atitude e condenada a Maçonaria do Brasil. Iniciada, poucos depois, as providências oficiais relativas ao recurso interposto pela Irmandade por êle interdita, foram sucessivamente impressas a *Resposta... ao Aviso de 12 de Junho de 1873* e *Reflexões sobre a resolução do Conselho de Estado* e a extraordinária peça polemística que é o volume *O Bispo de Olinda e os seus acusadores no Tribunal do Bom Senso*.

Prêso e processado, já tendo dito e escrito quanto em defesa da Igreja julgara necessário, nada quis dizer ou escrever em defesa própria. Que *os homens* condenassem o homem, já que as suas idéias permaneciam intangíveis. Nessa mudança de atitude, está tóda a

personalidade de D. Vital. Tudo pela Igreja, nada por sua pessoa. Pronto ao combate, mas disposto também ao sacrifício, no momento oportuno soube distinguir um e outro, como aos santos convém.

Julgado e condenado, de sua prisão retomou poderosamente a palavra, para prosseguir a luta. *Do cárcere da Fortaleza de São João*, foi dirigida mais uma *Carta Pastoral ... aos seus diocesanos*. Outra *Carta ... a D. Frederico Aneiros, Arcebispo de Buenos Aires*, ofereceu oportunidade para fiel relato da questão. O mesmo aconteceu ao Memorial com idêntico objetivo enviado a Roma, e aí publicado em francês, o *Resumo Histórico da Questão Religiosa do Brasil*. O simples caso da punição dos membros maçons de uma Irmandade do Recife transformara-se em sensacional episódio da História da Igreja Universal.

Ainda na prisão, pôde D. Vital escrever a mais extensa e reeditada de suas obras, *A Maçonaria e os Jesuítas*, originada na necessidade de demonstrar a injustiça das acusações aqui então habitualmente feitas aos inicianos e ao inexistente jesuitismo.

Aproveitada, assim, em benefício da verdade, a permanência na fortaleza carioca, compensou-o Deus com o consolo de mais duas vezes se dirigir, por escrito, aos seus diocesanos. Outra *Carta Pastoral* anunciou-lhes o término da sua reclusão; o *Discurso pronunciado na Igreja de São Pedro, a 6 de Outubro de 1876, dia de seu desembarque* — marcou o fim da mais gloriosa das campanhas que em qualquer tempo realizou um bispo brasileiro.

Durante o seu desenvolvimento, não faltou, porém, a D. Vital, o apoio de seus colegas de mitra e báculo.

Primeiro de todos, na quantidade como na qualidade dos escritos e atos, foi, sem dúvida, o Bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa. Desde 1873 entrou na liça, eficazmente contribuindo para que não ficasse isolado em seu corajoso expurgo o prelado de Pernambuco. Publicou, no mesmo ano, a *Instrução Pastoral sôbre a Maçonaria, considerada sob o aspecto moral, religioso e social*. Procurando esclarecer o poder público sôbre a natureza do conflito então suscitado, dirijiu ao Imperador uma *Memória ... acerca do recurso interposto para o Govérno Civil por parte de algumas Irmandades suspensas das funções religiosas*. No mesmo sentido, redijiu e publicou uma *Carta ... ao Senador Ambrósio Leitão da Cunha*, e, no ano seguinte, uma *Pastoral ... explicando a seus diocesanos a razão do atual conflito*.

Indo a processo e julgamento, ao contrário de D. Vital julgou oportuna a ocasião para precisar pontos de vista que não eram apenas seus, mas da própria Igreja de que era um dos mais ilustres representantes. O livro *Direito contra o Direito — ou — O Estado sôbre tudo. Refutação da teoria dos políticos na Questão Religiosa. Seguida da Resposta ao Supremo Tribunal de Justiça* — foi o poderoso depoimento prestado pelo Bispo do Pará em tão grave contingência.

Nessa atitude, desassombrada e digna, são de fácil percepção os traços distintivos que o separam do companheiro de provações. Aos psicólogos da História não será difícil marcar as diferenças vigentes entre os dois Confessores da Fé, embora mais de forma que de fundo, mais temperamentais que fundamentais, unidos, ambos, pela grandeza da missão sacerdotal, que superiormente desempenharam.

Voltando ao sólio episcopal, e continuando, depois da morte de D. Vital, a defender a doutrina da integridade da Igreja a que êste se sacrificara, coube a D. Antônio de Macedo Costa redigir, em 1879, uma *Resposta... a seus acusadores na Câmara dos Deputados*, e, nove anos depois, uma *Representação à Assembléa Geral Legislativa, sôbre A Liberdade de Cultos*.

Entre uma e outra, travou o Bispo do Pará a mais apaixonante e também a mais elegante polémica de toda a Questão Religiosa. Tendo o Barão ão Penedo publicado em Londres, em 1881, um livro contendo o relato de sua *Missão Especial a Roma em 1873*, respondeu-lhe com *A Questão Religiosa perante a Santa Sé*, volume publicado no Maranhão, em 1886. Replacando-lhe o diplomata, de Lisboa, no ano seguinte, com *O Bispo do Pará e a Missão a Roma*, treplicou D. Antônio com novo livro, aqui aparecido em 1888 — *O Barão de Penedo e a sua Missão a Roma*.

Não foi apenas nêsse incidente que lhe coube dizer a última palavra. A separação da Igreja do Estado, realizada com a República, pondo fim aos motivos que podiam produzir conflitos do gênero da Questão Religiosa, encontrou na *Pastoral* coletiva, de 1890, por êle escrita, a sua natural e lógica explicação.

Além de D. Antônio de Macedo Costa, também outros bispos brasileiros cooperaram com D. Vital na luta por êle empreendida contra o abandono das prescrições do Vaticano.

Começando pelo Arcebispo da Bahia, Primaz do Brasil, D. Manuel Joaquim da Silveira, Conde de São Salvador, falecido em plena campanha, em junho de 1874, devem ser mencionadas, no setor bibliográfico, a sua *Carta Pastoral... publicando o Breve de S. S. o Papa Pio IX, de 29 de Maio de 1873*, as *Pastorais*, sua

e do Bispo do Pará, condenando os erros da Maçonaria, e a Carta Circular... aos Bispos do Império, animando-os na luta então travada com a Maçonaria.

Passando ao Bispo de São Sebastião do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, depois Conde de Santa Fé, primeiro prelado brasileiro atingido pelos golpes maçônicos ainda em 1872, dignas de registro são a *Reclamação* contra as referências que lhe foram feitas em consulta da *Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado*, e a *Representação* que a S. M. o Imperador dirigiu, *sobre a prisão e o processo do Exmo. e Revm. Sr. Bispo de Olinda e aderindo à Representação do Arcebispo da Bahia*. Consumadas as prisões dos mitrados, por êle dedicadamente assistidos no Rio de Janeiro, novos folhetos publicou D. Pedro Maria de Lacerda, *sobre a situação em que se encontravam: A Sé de Olinda fundada em direito e horrores e perigos de um cisma e A Sé do Pará*.

Logo depois do rompimento das hostilidades entre os maçons do Rio de Janeiro e aquele Bispo-Capelão-mor, publicou D. Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana e Conde da Conceição, uma *Pastoral... premunindo os diocesanos contra os folhetos ímpios e a sociedade maçônica*. Coube, porém, ao seu biógrafo e futuro sucessor, o então Padre Silvério Gomes Pimenta, a autoria de uma *Resposta ao Discurso do Sr. Conselheiro Saldanha Marinho, proferido na Assembléia Maçônica*, ainda em maio de 1872, e da obra *O Papa e as Revoluções*, do ano seguinte.

Outro Bispo mineiro, o da Diamantina, D. João Antônio dos Santos, publicou, em 1874 e 1875, *Cartas Pastorais* relativas à Questão Religiosa.

O mesmo fizeram, divulgando as Letras Apostólicas *sobre a absolvição dos maçons*, o Bispos do Rio

Grande do Sul, D. Sebastião Dias Larangeira, e de Goiás, D. Domingos Quirino de Sousa.

Além dos Bispos citados, outros sacerdotes se desvelaram no combate escrito à campanha anti-religiosa. Um dêles, o Padre João Esberard, depois 1.^o Arcebispo do Rio de Janeiro, prestou serviços redigindo o opúsculo *A Igreja, o Sr. Bispo Diocesano e o Maçonismo* e traduzindo o *Estudo sobre a Maçonaria*, de Monsenhor Dupanloup, Bispo de Orléans.

Do clero passando aos beneméritos defensores espontâneos dos Bispos, merecem registro os folhetos em que foram recolhidas suas memoráveis orações: *Discursos proferidos no Supremo Tribunal de Justiça na sessão de 21 de Fevereiro pelos Exmos. Srs. Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos e Senador Cândido Mendes de Almeida, por ocasião do julgamento do Exmo. e Revm. Sr. D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, Bispo de Olinda* — e — *Discursos proferidos no Supremo Tribunal de Justiça na sessão de 1.^o de julho de 1874 pelos Exmos. Srs. Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos e Dr. Antônio Ferreira Viana, por ocasião do julgamento do Exmo. e Sr. D. Antônio de Macedo Costa, Bispo do Pará.*

Fora do Tribunal, no Senado e na Câmara dos Deputados, aquele Senador e diversos outros representantes do povo corajosamente enfrentaram a maioria governamental adversa, defendendo os direitos da Igreja no Brasil. Extraídos dos jornais do tempo, encontram-se em folhetos os discursos nêsse sentido pronunciados pelo Senador Cândido Mendes de Almeida, *sobre a política religiosa do Ministério*, e pelos deputados Tarquínio Bráulio de Sousa Amaranto, do Rio Grande do Norte, Diogo de Vasconcelos, de Minas Gerais, e Leandro Bezerra Monteiro, de Sergipe.

A êste último, coube uma atribuição especialmente difícil, a de oferecer denúncia contra os Ministros do Império, dos Negócios Estrangeiros e da Fazenda, êste o próprio Presidente do Conselho, Visconde do Rio Branco — *por maquinarem contra a Religião do Império*. Assediado de apertes, em seu discurso, pelos amigos do Govêrno, entre os quais se contavam o inteligente Gusmão Lobo, Carneiro da Cunha e Paranhos Junior — o futuro Barão do Rio Branco — foi respondido, afinal, por Tristão de Alencar Araripe.

Chegando, assim, aos inimigos dos Bispos, forçoso será pôr em evidência o maior deles, não o Chefe do Govêrno e Grão-Mestre efetivo da Maçonaria, não o Ministro do Império, Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, por força do cargo tão ligado à Questão, mas o simples deputado, jornalista e advogado Joaquim Saldanha Marinho, ex-Presidente de Províncias e futuro patrono dos republicanos, o sinistro panfletário *Ganganelli*, Grão-Mestre honorário da Maçonaria, alma danada e diabólica de tôda a campanha.

E' enorme o seu contingente bibliográfico, sem falar no puramente jornalístico e tribunício, sem dúvida dos maiores atingidos por um publicista brasileiro. As quatro séries e tomos de *A Igreja e o Estado* ultrapassam 2.100 páginas, publicadas apenas entre 1873 e 1876. Sòmente durante o ano de 1874, de 31 de janeiro a 18 de abril, e de 9 de setembro a 31 de outubro, lançou o incansável inimigo da Igreja cinco séries de folhetos e oito panfletos isolados, somando 485 páginas. Acrescentem-se os discursos pronunciados na Maçonaria, de que se imprimiram em brochuras pelo menos dois, de 1872 e 1876, e ainda os proferidos na Câmara, que, com os projetos por êle apresentados em 1879,

formaram, somente para esse ano, um volume de 406 páginas.

Para que se tenha idéia do respectivo conteúdo, basta citar os títulos dos folhetos de 1874: *Missão Penedo* — cinco folhetos; *Julgamento do Bispo de Pernambuco* — seis folhetos; *O Arcebispo da Bahia*; *O Confessionário*, dois folhetos; *A execução da sentença do Bispo de Olinda*, quatro folhetos; *Rejeição da denúncia contra o Governo na Câmara dos Deputados*; *A declaração do Senador Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos*; *O assalto de Macapá e o ultramontanismo*, três folhetos; *A propaganda episcopal*; *O Governo e os Bispos*; *O Papa e os Bispos*; *Os atos do Papado*; *Decadência do Papado*.

Redigidos em linguagem simples, preferentemente em períodos curtos, explorando todos os pontos que pudessem agradar às massas a que se dirigiam, insistindo nas acusações mais absurdas e em pretensas reivindicações nacionalistas, de que se fizera campeão o seu autor — obtinham êsses escritos extraordinária repercussão, apesar da má fé que a muitos caracterizava, embora fossem sistematicamente apaixonados e injustos, quase sempre caluniadores e odientos.

Abaixo de Saldanha Marinho, seguindo-lhe os processos e imitando-lhe as manhas, vinha todo um cortejo de maçons, deputados governistas ou panfletários amantes do anonimato, jornalistas e incensadores dos poderosos do momento. Poucos foram, entretanto, os que se destacaram da súcia do Dr. Cânhamo e de M. Cajoev, do Fábio Rústico e do Graco Americano, do Guatimozim e de Philochrestos, do Pedra Bruta e de Orígenes, de Petrus Doctor e do Verdadeiro Crente. Este último, por exemplo, foi o citado Conselheiro Tristão

de Alencar Araripe. Os outros, merecem o anonimato que prudentemente preferiram. Excetua-se, ainda, pela pujança de seu combate, o Cônego Dr. Joaquim do Monte Carmelo, X., Canonista, ou anônimo, que, apesar de sacerdote, deixou-se levar pelo aspecto nativista da campanha, alcançando, com isto, a inclusão no *Index* de seu panfleto *O Brasil mistificado na Questão Religiosa*, ao lado de *A Igreja e o Estado*, do famigerado Ganganelli.

Maior atenção que os amigos dos pseudônimos e o clérigo transviado, merecerão, certamente, três jovens escritores de então, que por diversos motivos na Questão Religiosa tomaram atitudes de que mais tarde se arrependeram.

José Maria da Silva Paranhos Junior, filho do Presidente do Conselho de ministros, como redator do órgão ministerialista *A Nação*, nele e na Câmara fortemente combateu os Bispos e seus defensores. Quarenta anos depois, transformado no grande *chancellor* que é uma das maiores figuras da História do Brasil, muito se empenhou o Barão do Rio Branco para que tivesse o país o primeiro cardeal sulamericano.

Joaquim Nabuco, também por imperativos do amor filial, por respeito às idéias e atos do pai, o Senador e Conselheiro José Tomaz Nabuco de Araújo, foi eventual adversário da Igreja. Um discurso que pronunciou no Grande Oriente do Brasil, publicou-se intitulado — *A invasão ultramontana*. Artigos de sua autoria, aparecidos no jornal *A Reforma*, reuniram-se no folheto *O Partido Ultramontano: suas invasões, seus órgãos e seu futuro*. Apesar dos prognósticos aí contidos, tornou-se o eminente abolicionista fervoroso católico, honrando depois o seu nome um dos mais cultos sacer-

dots da Arquidiocese do Rio de Janeiro e um embaixador brasileiro junto à Santa Sé.

Também por intermédio de uma conferência na Maçonaria, transitòriamente inscreveu-se entre os servidores do mal o terceiro dos jovens escritores de então — Rui Barbosa. Publicada no *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, serviu de preparativo à célebre Introdução à tradução de *O Papa e o Concílio*, de Janus, tarefa também incentivada pela Maçonaria. Encampando, com brilho e exagêro, as mais extremadas opiniões anti-clericaes, forneceu essa obra, mais tarde, numerosos motivos de ataque ao seu autor, já totalmente estranho às idéias ditadas pela ardorosa mocidade e pelas paixões do momento. Delas tendo se penitenciado muitas vêzes, catòlicamente assistido por um franciscano morreu Rui Barbosa.

Deixando de lado a participação da imprensa e do teatro na Questão Religiosa, aquela pró e contra os Bispos, êste sempre contra a Igreja — resta-nos apenas tratar dos memorialistas e historiadores que posteriormente se ocuparam da grande crise provocada pelo zelo de D. Vital Maria Conçalves de Oliveira.

Entre os primeiros, deixaram pequenos depoimentos Félix Cavalcanti de Albuquerque Melo, assistente do desacato de 14 de Maio de 1873, nas *Memórias de um Cavalcanti*; o Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira, que no Supremo Tribunal de Justiça votou contra a condenação de D. Antônio de Macedo Costa e assistiu às exéquias de D. Vital, cujas *Memórias de um Magistrado do Império* foram anotadas por seu bisneto Sr. Américo Jacobina Lacombe; e o Conselheiro João Manuel Pereira da Silva, que nas *Memórias do Meu Tempo* igualmente aludiu à Questão Religiosa.

Passando aos historiadores, cronologicamente cabe o primeiro lugar a Antônio Manuel dos Reis, criterioso e dedicado redator do jornal católico *O Apóstolo*, que menos de dois meses depois da morte de D. Vital publicou, em 1878, *O Bispo de Olinda perante a História*, pequena biografia acompanhada de grande e preciosa coletânea de documentos relativos à questão vitalista. A ampla bibliografia aí contida, foi acompanhada, pouco depois, pelos copiosos dados registrados no *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, de 1881, constituindo o vol. IX dos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*.

Iniciando longa série de biografias de D. Vital escritas por pernambucanos, já em 1882 incluiu uma Francisco Augusto Pereira da Costa, no *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*.

Antes de terminar o século, notável capítulo sobre a Questão Religiosa inseriu Joaquim Nabuco em *Um Estadista do Império*, embora se mostrasse mais preocupado em explicar e exaltar as atitudes do pai que defender as próprias, consequências da mocidade anticlerical, tempos depois perfeitamente redimida.

Encerrando-se a centúria, apareceu para a história da Igreja no Brasil seu primeiro e autorizado coordenador, o Padre Júlio Maria, no *Livro do Centenário*, de 1900, onde excelentemente sintetizou os episódios de 1872-1875.

Outras pequenas biografias de vultos da Questão Religiosa foram incluídas no *Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*, de Sebastião de Vasconcelos Galvão, como mais tarde em *O Episcopado Brasileiro*, de Manuel de Alvarenga, na *História Eclesiástica de Pernambuco*, do Cônego José do Carmo Barata, e em *Brasileiros Heróis da Fé*, de Manuel A. Al-

tenfender Silva. Atraindo o assunto não só a católicos, mas também a conhecidos agnósticos, a um destes, Alexandre José Barbosa Lima, coube retratar "Um grande brasileiro Frei Vital, Bispo de Olinda", nas páginas da revista *Século XX*, de fevereiro de 1906, dois anos depois reproduzidas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Diversas comemorações proporcionaram o aparecimento de novos estudos referentes à grande questão da história eclesiástica do Brasil. Por ocasião do Centenário da Independência, abordou-a Jônatas Serrano na coletânea *A margem da História da República*, e Manuel Tavares Cavalcanti na tese sôbre as "Relações entre a Igreja e o Estado", apresentada ao I Congresso Internacional de História da América — assunto aliás dois anos depois examinado no erudito livro de Lacerda de Almeida — *A Igreja e o Estado*. Na edição do *Jornal do Comércio* referente ao Jubileu do Ano Santo de 1925, tratou o Sr. E. Vilheña de Moraes de "O Patriotismo e o Clero no Brasil". Nas *Contribuições para a Biografia de D. Pedro II*, comemorativas do respectivo Centenário, encarregou-se da Questão Religiosa o ministro Augusto Olímpio Viveiros de Castro. No volume que festejou os cem anos do *Diário de Pernambuco* ocupou-se de D. Vital o Sr. Luís Cedro. No centenário dos Cursos Jurídicos, discursou na Faculdade de Direito do Recife, sôbre "O Direito e a Religião", o professor Metódio Maranhão, autor, ainda, de outros trabalhos sôbre D. Vital. Evocando o cinquentenário da morte do Bispo de Olinda, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro realizou João Pandiá Calógeras importante conferência, recolhida hoje no volume *Estudos Históricos*.

e Políticos. "A prisão de D. Vital" foi o título do artigo do Sr. José Mariz incluído no número especial de *O Jornal*, dedicado ao Estado de Pernambuco.

Excelentes livros de História examinaram com maior segurança, nos anos seguintes, a Questão Religiosa. São os casos do *Império Brasileiro*, de Oliveira Lima; de *O Gabinete Caxias e a anistia aos Bispos na Questão Religiosa*, do Sr. E. Vilhena de Moraes, da *Formação Histórica do Brasil*, de João Pandiá Calógeras.

Incidentemente, também apareceu nas *Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe*, do Sr. Wanderley Pinho; em *Gastão de Orléans — o último Conde d'Eu*, de Alberto Rangel; no 2.º tomo da *História Social do Brasil*, do Sr. Pedro Calmon; na correspondência de *D. Pedro II e o Conde de Gobineau*, do Sr. Georges Raeders; na *História Secreta do Brasil*, do Sr. Gustavo Barroso; em *O Padroado e a Igreja no Brasil*, compilação do Sr. João Dornas Filho; na biografia de *D. Macedo Costa, Bispo do Pará*, por D. Antônio de Almeida Lustosa, Arcebispo do Pará; na apaixonada vida de *Tobias Barreto*, do sr. Hermes Lima; na *História de D. Pedro II*, do Sr. Heitor Lyra; em *Um diplomata na Córte da Inglaterra — O Barão do Penedo e sua Época*, do sr. Renato de Mendonça.

Na série de conferências sobre "Os nossos grandes mortos", organizada em 1940 pelo Ministério da Educação, falou sobre D. Vital o Sr. Jorge de Lima.

Não poderiam faltar a esta lista, inevitavelmente incompleta, os escritores estrangeiros que têm dedicado valiosos trabalhos à Questão Religiosa e sua maior figura.

Vindo em primeiro lugar seus companheiros de roupeta, merece a primeira referência Frei Salvador M.

de Nápolis, autor, ainda em 1879, de uma *Carta Pastoral* aos Missionários Apostólicos Capuchinhos do Império do Brasil e da República do Uruguai. Segue-se-lhe Frei Celestino Pedavoli, que pronunciou e publicou, em 1882, uma *Oração fúnebre sobre D. Vital Coube*, porém, ao capuchinho Louis de Gonzague, O. M. C., a redação da mais completa biografia do Bispo de Olinda que até agora possuímos, *Monseigneur Vital*, publicada em 1912, em Paris e Couvin, Bélgica. Novo servidor de sua glória, biógrafo e reeditor dedicadíssimo, é Frei Félix de Olivola, autor, em 1935, de mais uma obra intitulada *Um Grande Brasileiro*.

Fora do quadro dos capuchinhos, Monsenhor Pietro Balan acrescentou longo trecho sobre a Questão Religiosa no Brasil à *Storia Universalle della Chiesa Cattolica*, do abade Rohrbacher. E o jesuíta Padre Yves de la Brière, comentando a história de *Le Règne de Dieu sous la Croix de Sud*, não deixou de mencionar o grande episódio de que foram principais autores os Bispos de Olinda e do Pará.

Abstraindo-nos dos impressos de todo o gênero, o Centro D. Vital é, porém, a maior prova da manutenção dos ideais vitalistas. Nas páginas de suas publicações o patrono está sempre presente, como guia e estímulo. Desde 1922 foi incluído na Série Jackson de Figueiredo o volume *D. Vital*, do Sr. Perilo Gomes. Nas obras do Sr. Alceu Amoroso Lima, mórmente em *Política e A Igreja e o Novo Mundo*, numerosas são as referências ao grande lutador e à grande batalha por êle travada. Ramificado pelos Estados, o Centro D. Vital de Juiz de Fora, por exemplo, já editou uma *Breve apreciação sobre a vida do Bispo de Olinda*, de autoria do Sr. Raul Moreira do Nascimento. Nas co-

leções de *A Ordem*, são frequentes as citações redatoriais relativa à Questão Religiosa, além de artigos sobre D. Vital, assinados por Carlos Pôrto Carrero, Lúcio José dos Santos e outros.

Encerrando esta pálida resenha, quero mencionar a inclusão de D. Vital e do fundador do Centro que tem o seu nome, Jackson de Figueiredo, na obra *Grande Católicos*, do Rev. Padre Claude Williamson, traduzida entre nós. A dois eminentes vitalistas, o Sr. Hildebrando Leal e o Sr. Alceu Amoroso Lima, ficamos devendo justas homenagens, oportunamente ocorridas às vésperas do centenário de D. Vital.

MANIFESTO-PROGRAMA DO CLUBE DOS ADVOGADOS CONTRA A ESCRAVIDÃO

Ainda não foram publicados em quantidade suficiente para um completo esclarecimento histórico da escravidão no Brasil os documentos relativos ao tráfico de africanos e à abolição do regime servil em nosso país.

Em arquivos públicos e particulares estão guardados, à espera dos futuros investigadores, depoimentos do maior valor, a êsse respeito. Cotejados, um dia, uns com os outros, oferecerão oportunidade para julgamentos senão definitivos pelo menos mais aceitáveis e seguros que os até agora aparecidos. Contribuir, portanto, para a divulgação desses textos autênticos, sem os quais nunca se poderá reconstituir o verdadeiro aspecto de tão importantes acontecimentos sociais, representa eficaz auxílio à história.

Estará certamente nêsse caso a publicação, que ora fazemos, do *Manifesto-Programa* em 1884 elaborado por Tristão de Alencar Araripe para o Clube dos Advogados Contra a Escravidão, sociedade então fundada por um grupo de juristas do Rio de Janeiro.

Na verdade ainda não é bem conhecida a participação dos causídicos brasileiros na propaganda abolicionista. Obras, como a do Conselheiro Antônio Joaquim de Macedo Soares — *Campanha Jurídica pela Libertação dos Escravos — 1867 a 1888*, embora abordem a questão, não destacam o seu caráter coletivo e todos os fundamentos legais que a orientavam. Fa-

zendo-o, o *Manifesto-Programa do Clube dos Advogados Contra a Escravidão* supre, realmente, uma falta bastante sensível em nossa bibliografia especializada, ao evidenciar um dos pontos mais interessantes, dentre os apresentados pelo abolicionismo no Brasil.

Convém notar, ainda, que o relêvo justamente atingindo pelos signatários do *Manifesto-Programa* pode ser verificado com uma simples vista d'olhos pela respectiva lista de assinaturas, encabeçada pelo Conselheiro Saldanha Marinho e encerrada pela fulgurante figura do paladino da causa dos escravos em nosso país, Joaquim Nabuco. Entre um e outro, incluem-se os nomes dos mais notáveis advogados então militantes no fôro do Rio de Janeiro. Aureolando-os, agora, com o merecido destaque, não devem ser esquecidos especiais louvores ao relator dêsse significativo documento, Tristão de Alencar Araripe, que ainda teve a clarividente idéia de preservá-lo dos azares comuns aos arquivos, nem sempre bem resguardados, das sociedades de existência transitória, como o Clube dos Advogados Contra a Escravidão.

Terminando esta ligeira explicação, é necessário assinalar que a divulgação de tão importante peça documental tornou-se possível graças à gentileza de seu possuidor, o antiquário Sr. Francisco Marques dos Santos, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, à cuja valiosa coleção de manuscritos pertence.

MANIFESTO-PROGRAMA

“A posição da classe dos advogados no movimento abolicionista, que neste momento repercute de um

modo acre, no coração mesmo do núcleo escravagista, não pode deixar de ser senão como intérprete da lei, e fiscal da justiça.

Antes de tudo: — os advogados coligam-se para dar balanço, exata e decisivamente, nas omissões praticadas, no meio da despreocupação dos interessados, em puro desfavor das leis garantidoras da liberdade e do pleno gozo dos direitos de cidadão brasileiro.

• • •

O serviço a que se propõe o *Clube dos Advogados Contra a Escravidão* é de um alcance imediato e importantíssimo.

Não se trata de fazer reviver leis caducas, nem de erguer o que nunca deixou de estar em pé, mas de acordar aqueles que, por falta de um estímulo salutar, têm mantido a inteligência inerte, diante da ação virtualmente contida na lei.

“A justiça, diz um observador, filósofo contemporâneo (1), se aprende e se esquece como a geometria, como a lógica. O critério moral se perde, se falseia, do mesmo modo que se fortalece e se afirma, segundo o uso que as circunstâncias da vida nos ensinam a fazer”.

Esta revivescência do critério é o que todos muito necessitamos promover.

E não é sem imensa satisfação que o *Clube dos Advogados* reconhece que o movimento se acelera, e que um *novo meio social*, mais favorável à expansão do caráter individual, tende a formar-se, coordenando as

(1) Marion — *La Solidarité Morale*.

suas influências tôdas para impelir o Brasil a relações verdadeiramente dignas de um povo patriota.

Surgem esperanças nos horisontes da Pátria, e os fatos começam a indicar-nos a próxima expurgação do mal, que mais tem concorrido para o abaixamento do nosso nível moral.

Que estas esperanças possam erguer-nos dessa prostração sem nome.

Que os ruidos festivos invadam os nossos tristonhos aposentos de advogados, e em nossas estantes desempoeirem-se os velhos reinícolas. Na mesa do trabalho empilhem-se os já estafados volumes do Lobão, de Vanguero e Pereira e Sousa para um fim mais generoso.

Um pouco de descanso a essa eterna preocupação do justo e do injusto em abstrato, para só atender-se ao que é concreto e positivo.

"A saúde é também contagiosa, como o são a covardia, a generosidade e todos os vícios ou virtudes" (2).

Cedamos ao contágio universal e à sua ação curativa!



O fim do *Clube dos Advogados Contra a Escravidão* é a rigorosa fiscalização das leis até hoje promulgadas em favor das vítimas diretas e indiretas da ambição humana.

Não se trata aqui tanto de dar expansão a sentimentos filantrópicos, como de proporcionar aos infelizes, que têm por si a lei, meios fáceis e prontos de tornarem efetivos os seus direitos.

(2) Dr. Joly — *Puissance thérapeutique de l'imitation.*

O *Clube dos Advogados* começa a sua obra por um protesto formal de que os seus membros não aceitarão causas contra a liberdade, nem recusarão serviços aos africanos ou crioulos que venham a necessitar do auxílio da sua profissão.

Esse compromisso é grave, sério e fundado na convicção em que nos achamos todos, de que a Lei de 7 novembro de 1831, cujo último termo se acha escrito na Lei de 28 de Setembro de 1871, não pode sofrer discussão, quanto aos seus efeitos jurídicos.

De toda a legislação servil consolidada resulta, pelo menos, o seguinte:

a) que o *cativeiro* foi sempre considerado contra a natureza: Ord. L. 4 tit. 42 pr., Alv. de 30 de julho de 1608, — princípio este consagrado na legislação pátria, derogando nêsse ponto o Direito Romano, tal qual existia na L. 5 § 2, L. 24 D. de stat. homin. e L. 9 D. de Decurion;

b) que essa ord. foi sempre mantida; de modo que nunca a escravidão autorizou-se por lei expressa; — tolerada sim, e ainda regulamentada como fato existente, que o legislador pressupoz sempre em via de eliminação;

c) que tanto foi êsse o pensamento diuturno do legislador, que na história evolutiva do elemento servil, em sua tendência sempre crescente para essa eliminação, encontra-se a lei em protesto constante contra o fato violento e a repugnante usurpação. Veja-se o complemento da cit. ord. na L. de 6 de junho de 1755, que manda respeitar a liberdade dos indígenas do Pará e Maranhão; L. de 8 de maio de 1758 que reputa livres todos os índios do Brasil; Alv. de 19 de

set. de 1758, que liberta todos os pretos que aportarem ao reino de Portugal;

d) que ainda por influência dessa ord. se estabeleceram todos os favores conhecidos na legislação como *favores outorgados à liberdade e contra as regras gerais de direito* — L. de 6 de junho de 1755 § 9; de 24 de junho de 1785; Alv. de 4 de abr. de 1680, e 16 de Jan. de 1773. Ord. L. 4 tit. 11 § 4.º, ti. 61 § 1.º, L. de 1.º de abr. de 1680; Per. e Sousa, Prim. Lin. not. 953; Cândido Mendes, Cod. Philip. p. 821, not.;

e) que, na mesma marcha progressiva, o direito de liberdade no Brasil Império teve a sua maior consagração na Constituição no art. 179 § 1 e 6;

f) que, se, apesar do protesto constitucional, o tráfico de escravos continuou no país sob a proteção das autoridades e os senhores mantiverem o ilusório direito de apreensão e posse sobre os africanos ou seus descendentes, tem-se a explicação dêsse fato na impotência em que viveram os governos diante do interesse coligado das fortunas particulares e a cumplicidade dos homens políticos embaraçados por ódio, afeição ou conveniência de momento;

g) que a L. de 7 de novembro, não foi mais do que a confirmação do preceito constitucional; e, se bem que procedesse de intervenção da influência civilizadora de outros povos, nem por isso deixa de ser uma continuação do espírito que ditou a Ord. do L. 4 tit. 42. O direito da propriedade sobre escravo não é garantido pelo novo pacto fundamental. A L. cit. pressupõe isto, e tratou principalmente de punir os criminosos e garantir as vítimas do tráfico. O que há de internacional nas suas disposições, como tam-

bém nas leis subsequentes de 1850 e 1854, refere-se à repressão do abuso, porque quanto ao direito inalienável à liberdade, já existiam providências na legislação anterior;

h) que a L. de 28 de setembro de 1871 ultimou as declarações dos direitos do homem, pretendido escravo, providenciando sobre o ventre da mulher sequestrada em sua liberdade, e decidindo que a propriedade sobre o homem tinha definitivamente desaparecido. É o que se evidencia de todas as disposições dessa lei relativas ao gozo de direito civil, como de adquirir, testar, doar, etc., concedidos ao escravo, que perdendo a qualidade de coisa, ficou desde então sujeito a serviços transferíveis e resgatáveis pela ação de pecúlio.

Ora, considerando que a escravidão é uma instituição exclusivamente de direito positivo e não havendo no Brasil lei alguma que tal disponha, é incontestável que as leis de tolerância não devem ser entendidas senão como atos de ordem, mas nunca restritivos.

Se a política pôde consentir que as leis naturais e a nossa própria Constituição fôsem violadas, a despeito de todas as leis que a confirmaram, não o devemos fazer — nós, os advogados, que nem temos que cogitar nos argumentos pertencentes ao estadista, nem encarar o problema social, como filósofos ou revolucionários.

A posição dos advogados nessa questão é toda individual. São eles os defensores do fraco, que apesar da lei sente o seu direito desconhecido.

Lembrem-se todos da recomendação da Ord. — de que o advogado deverá ser pessoa douta, de probidade, discreta, sincera e sem loquacidade, e que não aconselhe contra a mesma ordenação.

O que principalmente convém firmar é se diante do africano ou filho de africano, dada a pressunção, o consultor jurídico, abertas as duas Leis — de 7 de nov. e 28 de setembro, pode aconselhar contra a liberdade?

O *Clube dos Advogados* afirma que é um erro de officio.

E conclui:

— que essas leis têm sido sofismadas pelos interessados;

— que os tribunais superiores apesar disso as têm respeitado sempre; vid. os trabalhos dos Drs. Macedo Soares e Amphilóquio de Carvalho;

— que, finalmente, apenas reconhece que essas leis são incompatíveis e condenatórias do sistema mantido nos núcleos agrícolas do sul do Império, aonde não são cumpridas por impossibilidade material e resistência passiva.

Rio, 14 de abril de 1884.

1 — *Joaquim Saldanha Marinho*

2 — *Dr. J. Liberato Barroso*

3 — *Tristão de Alencar Araripe (relator)*

4 — *José Ignacio Silveira da Mota*

5 — *Praxedes Theodulo da Silva*

6 — *Joaquim Francisco de Barros Barreto*

7 — *Elysio Duarte*

8 — *Alexandre Rodrigues Barrozo*

9 — *João Baptista A. Marques*

- 10 — *U. do Amaral*
- 11 — *João Paulo Gomes de Mattos*
- 12 — *Eugenio de Valladão Catta-Preta*
- 13 — *Thomaz Wallace da Gama Cochrane*
- 14 — *Valentim Magalhães*
- 15 — *Carlos Perdigão*
- 16 — *Antonio Luis Sayão*
- 17 — *Bittencourt Sampaio*
- 18 — *Adolfo de Barros*
- 19 — *João Pedro Belfort Vieira*
- 20 — *Antonio Pedro de Alencastro Junior*
- 21 — *Jansen Junior*
- 22 — *Pinna Junior*
- 23 — *Cyro de Azevedo*
- 24 — *Dr. Cunha Salles*
- 25 — *Heraclito Graça*
- 26 — *Joaquim Nabuco.*"

PRELIMINARES DA ABOLIÇÃO IMEDIATA

UMA CARTA DO CONSELHEIRO ANTÔNIO PRADO AO
CONSELHEIRO JOÃO ALFREDO

A história da abolição da escravatura — um dos mais importantes movimentos de opinião que registra a nossa política social — ainda está por ser escrita. As contribuições até agora aparecidas — as vistas de conjunto como aspectos parciais, principalmente biográficos — ainda estão muito longe de esgotar sua abundante matéria. Tem-lhe faltado, para ser quanto possível definitiva, o recurso aos arquivos, públicos e particulares, às coleções de jornais como aos anais parlamentares. E tem faltado, principalmente, quem saiba ver, em tôda a sua grandeza e com todos os matizes de que se revestiu, o sentido mais profundo do abolicionismo, verdadeira demonstração de força do espírito nacional, que com êle amplamente exibiu sua perfeita madureza.

Para esclarecer numerosos pequenos pontos da campanha emancipadora, será indispensável, certamente, a utilização de cartas então trocadas pelos *leaders* políticos mais em evidência, e entre elas as que tenham sido escritas por membros do ministério que realizou a soberba jornada de 13 de maio de 1888.

Está neste caso, sem dúvida, a carta que adiante se transcreve, do punho do Conselheiro Antônio Prado, dirigida ao próprio chefe do gabinete de 10 de março daquele ano, Conselheiro João Alfredo Corrêa

de Oliveira, poucos dias depois da respectiva organização. É um documento de notável acuidade psicológica, por refletir, depois de simples notícias políticas, as verdadeiras tendências do governo imperial, rumo à abolição imediata, sem indenização alguma aos proprietários de escravos e como integral satisfação aos anseios da opinião pública.

Convém notar que o signatário, grande fazendeiro em São Paulo, já havia se tornado, à época, entusiástico propugnador da substituição do elemento servil por trabalhadores livres, especialmente imigrantes europeus em grandes levadas encaminhados aos estabelecimentos agrícolas do interior brasileiro. Havia sido ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do gabinete anterior, presidido pelo Barão de Cotegipe, e fôra nomeado, no ministério conservador organizado pelo Conselheiro João Alfredo, para a pasta dos Negócios Estrangeiros, que depois trocava por aquela, de sua maior preferência.

Apenas uma semana depois dessa escolha, escrevendo de São Paulo ao referido Presidente do Conselho, é interessante notar em que termos colocou a questão emancipadora o novo ministro, aliás autor de um dos projetos oficiais relativos à abolição (1).

(1) "Logo depois da formação do ministério, o Sr. Prado, que para êle entrou, pediu licença para ir a S. Paulo, por dez ou quinze dias, a fim de pôr os seus negócios em ordem. Lá adoeceu e demorou-se mais do que contava. Incumbiu-o o Sr. João Alfredo de, nêsse tempo, formular um projeto de reforma, que o governo apresentasse às Câmaras na sessão que se ia abrir em maio. Em 20 de abril, o finado Elias Chaves, cunhado do Sr. Prado, escrevia em nome dês'e ao Presidente do Conselho, remetendo o projeto, que o Sr. João Alfredo ainda conserva. "O art. 1.º consagrava a abolição imediata e o 2.º obrigava os libertos a trabalhar para os antigos senhores, mediante paga, e a residir durante dois anos nos municípios onde

O original dessa carta, por pessoa da família do Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira doado a Francisco de Carvalho Soares Brandão, foi por este gentilmente posto à nossa disposição para que pudesse ser convenientemente divulgado, tendo em vista o seu evidente valor histórico.

É o seguinte o respectivo texto:

"Exmo. Am.^o e Colega,

Estive hoje com o nosso amigo Duarte.

Deu-me conhecimento da carta que escreveu-lhe. Já está mais resignado à sua sorte. Que remédio! (2)

O Rodrigues Alves pediu demissão, por entender que era isso de estilo. Convém que V. Excia. escreva-lhe, pedindo para continuar (3).

Congratulo-me com V. Excia. pelo excelente acolhimento que tem tido o ministério. Bem se vê que temos homem ao leme.

se achassem na data da lei. Os demais continham minúcias, providências para assegurar o bom êxito dessas medidas; mas dizia Elias Chaves que o Sr. Prado só fazia questão do art. 1.^o". — Tobias Monteiro — *Pesquisas e Depoimentos para a História* (Rio, 1913), p. 188.

(2) Conselheiro Manuel Antônio Duarte de Azevedo, ex-ministro do gabinete presidido pelo Visconde do Rio Branco, mas que, como se vê acima, muito aspirou voltar ao posto, quando da composição do ministério João Alfredo.

(3) Era o Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, por ocasião da organização do ministério da Abolição, presidente de sua província natal, a de São Paulo. Apesar de ter sido *pro-fórmula* o pedido de exoneração que então fez, e apesar da declaração, no mesmo sentido, de seu correligionário Antônio Prado — foi o futuro Presidente da República dispensado do cargo no mês seguinte.

Cada vez me firmo mais na idéia da emancipação imediata, que deve ser a nossa bandeira.

Julgo muito conveniente que V. Excia. procure conversar com o Saraiva (4) sobre o projeto, e, se tiver a sua opinião, peço-lhe para m'a comunicar. Devemos ir facilitando a nossa marcha vitoriosa por entre as hostes inimigas.

Queira dar as suas ordens ao

Am.º e colega muito grato

Antônio Prado

São Paulo, 17 de março de 1888".

Nota de João Alfredo — "Respondida em 19".

(4) Conselheiro José Antônio Saraiva, prestigioso chefe do Partido Liberal, duas vezes presidente do Conselho de ministros, em 1880 e 1885.

A ÚLTIMA CRISE MINISTERIAL DO SEGUNDO REINADO

A substituição, no poder, dos conservadores pelos liberais, em junho de 1889, tem sido objeto de apreciações de ordem pessoal, por parte dos figurantes nêsse acontecimento político. A respeito são conhecidas, por exemplo, declarações do Visconde de Ouro Preto, Presidente do Conselho que então sucedeu ao Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Visconde de Taunay e de Rui Barbosa, que, solicitados para ministros, não aceitaram os convites que lhes foram feitos. Sabe-se, também, que a exoneração do gabinete que fizera a Abolição foi seguida de tentativas de organização de novo ministério conservador, de que foram encarregados os senadores Manuel Francisco Corrêa, Visconde de Vieira da Silva e Visconde do Cruzeiro. Malogrados os esforços nêsse sentido empregados pelos referidos políticos, resolveu o Imperador chamar ao poder os liberais, que sob a chefia do Visconde de Ouro Preto conseguiram formar govêrno, exatamente o último da monarquia.

Esclarece diversos pontos da derradeira crise ministerial do Segundo Reinado, a carta que adiante se transcreve, pelo Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, senador por Pernambuco, então escrita ao seu filho de igual nome, estudante de Direito no Recife, então um jovem de dezoito anos de idade, mais tarde advogado, diretor da Caixa de Estabiliza-

ção e da Caixa Econômica, digno herdeiro de distintas tradições familiares. Pelo caráter da comunicação, destituída de quaisquer reservas, pela autoridade do signatário, que com ela visava, talvez, a preparação política do destinatário, fácil será concluir pela importância do curioso documento, divulgado por extrema gentileza do mesmo Francisco de Carvalho Soares Brandão.

É o seguinte o respectivo texto:

“Meu filho

Está o partido liberal no poder e temos estado num alvoroço natural e que bem podes calcular, com uma tão grande novidade política. Supuz, ao princípio, que os conservadores ainda pudessem conseguir uma organização ministerial que lhes desse vida por mais alguns meses; porém frustou-se a de que fôra encarregado o Corrêa, única possível nas circunstâncias.

É minha opinião que o Corrêa negou-se a organização porque não encontrou sincero e completo acolhimento da parte da gente do João Alfredo.

O Corrêa votou contra a dissolução (1) no Conselho de Estado e logo depois da sessão em que disto se tratou o Imperador convidou-o para organizar antes de ouvir J. Alfredo e quando sem indicação dêste. Antes da reunião do Conselho de Estado J. Alfredo falou por mais de uma vez ao Corrêa para substituí-lo, organizando um novo ministério, ao que Corrêa sempre recusou-se. Esses antecedentes unidos à intervenção que o João Alfredo via que o Corrêa ia em

(1) A dissolução da Câmara dos Deputados, proposta pelo ministério João Alfredo ao Imperador, e por êste submetida à apreciação do Conselho de Estado.

sua organização dar ao Paulino (2), que o apoiava com dedicação, tornou a organização Corrêa pouco simpática ou talvez até suspeita à gente do J. Alfredo. Este, quando no poder, dizia, por ameaça ou não, que depois dêle viriam os liberais.

Não tenho dúvida de que J. Alfredo antes queria os liberais do que o Paulino.

Veio depois do Corrêa o Vieira da Silva, que agradava ao lado do J. Alfredo, porque tinha votado pela dissolução e porque fôra membro do ministério 10 de março (3). O Paulino e os seus declararam apoiar o Vieira da Silva, como o J. Alfredo e os seus o fizeram com o Corrêa, mas queriam tanto o Vieira da Silva quanto aqueles queriam o Corrêa; Vieira da Silva afinal recusou organizar, o que deu lugar a vir o Afonso Celso (4), que era apontado pelo partido li-

(2) Conselheiro Paulino José Soares de Sousa, presidente do Senado, que embora acatado *leader* do Partido Conservador, havia sido incansável adversário da Abolição, em oposição ao ministério João Alfredo.

(3) O Visconde de Vieira da Silva, senador pelo Maranhão, havia sido ministro da Marinha do próprio gabinete João Alfredo, porém somente durante o ano de 1888.

(4) E' interessante notar a omissão da tentativa de organização confiada ao Visconde do Cruzeiro, allás rapidamente posta de lado, visto ter êsse senador julgado oportuna, no momento, a repetição da política de conciliação dos partidos monárquicos, em 1853 realizada por seu sogro, o Marquês de Paraná. (Cf. a biografia escrita por seu neto, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — "Conselheiro de Estado e Senador do Império Jerônimo José Teixeira Júnior, Visconde do Cruzeiro", conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicada na respectiva *Revista*, vol. 164, 2.º de 1931, p. 383/384).

heral. Eu já estava certo de que o Saraiva (5) não aceitaria o encargo de organizador.

O ministério organizado pelo Afonso Celso tem levantado contra si queixas e censuras (6) e o Rui Barbosa no *Diário de Notícias* começou logo a mover-lhe cruel guerra. Dizem que a entrada do Barão de Loreto e dos dois militares para as pastas da Guerra e Marinha foi uma imposição da Corôa. Sei que o Loreto foi lembrança espontânea de Afonso Celso e quanto às pastas militares (7) o Imperador achava bom que fôsem dadas a gente da classe e que ficassem fora da política partidária, para acabar com os desgostos contra o govêrno dos bachareis e restabelecer-se a disciplina abalada; assim também pensavam outros e até a imprensa já tinha se manifestado. É o que acredito que houve; mas o Imperador não fêz imposição e concordaria com o Afonso Celso se êste se opuzesse. Ao princípio Celso até já tinha combinado um paisano para a Guerra e outro para a Marinha,

(5) Conselheiro José Antônio Saraiva, o mais prestigioso leader liberal, duas vêzes Presidente do Conselho, em 1880 e 1885.

(6) Convém observar que esta carta é datada do dia 11 de junho de 1889, no qual o Visconde de Ouro Preto apresentou o seu ministério à Câmara dos Deputados, em tempestuosa sessão, uma vez que ela era composta de grande maioria conservadora, que, com a próxima e inevitável dissolução, perderia o mandato.

(7) Era ministro da Guerra do gabinete Ouro Preto o marechal de Campo Rufino Enéias Gustavo Galvão, Visconde de Maracaju, e ministro da Marinha o chefe de esquadra José da Costa Azevedo, Barão de Ladário, ambos com grandes serviços à Pátria. Ao Barão de Loreto competia a pasta do Império.

sendo êste o Luís Filipe. (8) Com relação ao Luís Filipe, o Celso perguntou-lhe se podia contar com êle ou comigo para entrar no gabinete. A resposta foi que não recusaria nenhum de nós os nossos serviços, mas não se fazia questão e entrando qualquer de nós ou Beltrão (9), ou deixando de entrar, apoiaríamos do mesmo modo o ministério. Com estas declarações o Celso procedeu livremente. Eu supuz o Luís Filipe no ministério até poucas horas antes; mas nas organizações de gabinete muitas combinações fazem-se e desfazem-se e o Celso sempre falou ao Luís Filipe com franqueza e amizade.

Eu, como costume nestas ocasiões de organização, afasto-me um pouco (10), mas tive de tudo conhecimento logo.

O Rui censura o Celso por não ter apresentado a Federação como programa e sendo convidado para ministro recusou. Mas se a Federação não estava no programa do partido, votado poucos dias antes, pelo Congresso Liberal, como podia o primeiro ministério liberal, desprezar logo o mesmo programa?

Diz o Rui Barbosa que desde que o Imperador aceitava a Federação não havia mais motivo para não fazê-la; mas o partido sustenta suas idéias e compromissos a respeito.

(8) Luís Filipe de Sousa Leão, senador por Pernambuco, grande amigo e parente do Conselheiro Soares Brandão.

(9) Pedro da Cunha Beltrão, deputado geral pela província de Pernambuco.

(10) Sustentava o Conselheiro Soares Brandão a opinião, partilhada por muitos, de que ser ministro era, então, ruinoso ás finanças de qualquer político não abastado. Mesmo êstes costumavam deixar o ministério queixando-se dos gastos impostos pela posição.

O Maciel (11) ficou muito zangado, porque queria entrar para o gabinete como *leader* da Câmara; o Gaspar (12) preferiu o Diana, que ainda não tinha sido ministro (13).

Não há dúvida que há desgostos na Câmara. O ministério está forte, porque tem o apoio decidido de todos os chefes liberais.

Esta já está muito longa. O mais, você verá nos jornais. Mostra esta ao Manjuca (14) e Amintas (15). Alguma coisa poderia acrescentar, mas não posso escrever mais.

Saudades nossas. Teu pai

F.

11 de junho de 1889".

(11) Conselheiro Francisco Antunes Maciel, deputado e ex-ministro do Império, no gabinete presidido pelo Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, em 1883, a que também pertencera, com a pasta dos Negócios Estrangeiros, o Conselheiro Soares Brandão.

(12) Gaspar da Silveira Martins, senador e chefe incontestável da política liberal na província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

(13) Deputado José Francisco Diana, ministro dos Negócios Estrangeiros do gabinete Ouro Preto.

(4) Cel. Tomaz de Carvalho Soares Brandão, irmão do Conselheiro Soares Brandão, senhor de engenho em Pernambuco.

(15) Francisco Amintas de Carvalho Moura, primo do Conselheiro Soares Brandão, autor de um "livro cheio de bom senso, mas raramente citado" — *Ensaio Económico*, de 1885. (Cf. Vicente Licínio Cardoso — *A Margem da História do Brasil*, São Paulo, 1933, p. 144).

O PRIMEIRO E OS ÚLTIMOS SETE DE SETEMBRO DE D. PEDRO II

Desde a sua aclamação como Imperador, até sessenta anos depois, quando exilado e às portas da morte, não deixou D. Pedro II de tomar parte ativa nas comemorações cívicas de 7 de Setembro, data magna do Brasil, evocadora da independência, realizada por seu augusto pai e antecessor.

1 - SETE DE SETEMBRO DE 1831

Em 1831, Chefe de Estado aos seis anos de idade, incompletos, nem por isso deixou D. Pedro II de participar das cerimônias comemorativas.

“Pela uma hora — noticiou o *Jornal do Comércio* do dia 9 — o Corpo diplomático, Nobreza, Magistratura, Oficialidade de Mar e Terra e alguns Cidadãos tiveram a honra de cumprimentar a Sua Majestade o Senhor D. Pedro II no Paço da Cidade, sua atual residência”.

Outro aspecto da adequada participação do rei-menino aos festejos de 7 de Setembro de 1831 foi apresentado pelo folheto pouco depois impresso nas oficinas de Seignot-Plancher sob o título — *Versos em forma de cena recitados pelo Jovem Imperador e as Princesas suas Irmãs, em presença de seu Tutor, o Sr. José Bonifácio d'Andrada e Silva, a primeira vez que neste caráter se lhes apresentou.*

Sendo hoje raríssimo o respectivo texto, aqui o transcrevemos, inclusive os comentários finais, certamente da lavra do próprio autor, o padre Boiret, cuja mediocridade intelectual é unanimemente reconhecida:

A PRINCEZA D. JANUÁRIA

Apresentai-vos, Irmãs,
Meu Irmão venha também,
E de lágrimas banhados
Oremos ao Sumo Bem.

D. PAULA.

De nossos Pais separados,
Ó Divina Providência,
Nós somos hoje teus filhos,
Defende a nossa inocência.

D. JANUÁRIA.

Suspenda-se o nosso pranto,
Meu Irmão, não mais chorar;
De nossas preces tocado
Deus se digna um Pai nos dar.

(Aqui todos foram abraçar o Tutor).

D. FRANCISCA.

O seu amor mereçamos
Ao seu conselho obediente,
E êste dia se consagre
A prazeres inocentes.

D. JANUÁRIA.

D'alma os nobres sentimentos
 Dispensam da idade o cunho,
 Pedro ao nosso bom Tutor
 Vai dar disto um testemunho.

O JOVEM IMPERADOR.

Eu sou firme Brasileiro,
 Amo a Pátria esclarecida,
 Defenderei seus Direitos
 À custa da própria vida.

“A energia com que o Imperador recitou esta quadra, e os sentimentos generosos, que aparecem nas que recitaram suas Irmãs, merecem o respeito dos bons Brasileiros para com a inocência de Príncipes, hoje recomendados à sua briosa fidelidade. A Política não se opõe à manifestação daqueles sentimentos, que só podem nascer de corações bem formados, e onde a virtude tem mais poder do que os prejuizos e as paixões exaltadas; por isso confiamos que o Público, quase todo interessado na sorte de Príncipes bafejados em tão verdes anos pelos gênios da Liberdade, e da Independência da Pátria, os não confunda com aqueles à cuja educação presidiu o orgulho do nascimento e a refalsada linguagem dos lisongeiros”.

• • •

“Uma das pessoas que estava presente quando S. M. o Imperador, e as Princezas recitaram seus versos, nos tem relatado que êstes Augustos Meninos demons-

travam a mais delicada sensibilidade nesta ocasião, e o virtuoso Mestre das Princesas, R. P. Boiret, autor desta pequena peça de versos, justifica a grande confiança que lhe foi concedida, de formar a índole de seus Augustos Discípulos”.

2 - SETE DE SETEMBRO DE 1889

Cinquenta e oito anos depois, ao atingir o último ano de seu reinado, não foi pouco trabalhoso para D. Pedro II o dia 7 de Setembro de 1889. Não seria muito diferente dos que desde a menoridade vinha pontualmente presidindo, com raríssimas interrupções, como as ocasionadas pelas viagens ao estrangeiro.

De acôrdo com o noticiário incluído no *Jornal do Comércio* do dia seguinte, Sua Majestade, acompanhado da Imperatriz e de Suas Altezas Imperiais, compareceu então, às 11,30 horas, à sessão da Sociedade Comemorativa da Independência do Império, realizada no Paço Municipal, com a presença do ministério, da Câmara Municipal, de diplomatas, senadores, generais, magistrados, etc.. Aberta a sessão pelo Príncipe D. Pedro Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha e Bragança, Duque de Saxe, presidente da Sociedade e neto mais velho do Imperador — depois de um discurso de Sua Alteza sôbre a História do Brasil, teve a palavra o orador oficial, Dr. Afonso Celso (depois Conde de Afonso Celso, filho do Presidente do Conselho, Visconde de Ouro Preto), que com a eloquência que ainda alcançamos, discorreu sôbre as datas nacionais, as belezas naturais do Brasil, etc.

No cortejo depois realizado em grande gala no Paço da Cidade foi Sua Majestade saudado pelo In-

ternúncio Apostólico, em nome do Corpo Diplomático acreditado junto à Côrte; pelo senador Visconde de Taunay, como orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; e por D. Francisco Mascarenhas, pela Sociedade Comemorativa da Independência do Império — a todos tendo respondido em poucas palavras D. Pedro II, como era seu costume.

As 15 horas, no Imperial Teatro de São Pedro de Alcântara, teve lugar a sessão solene promovida pelo Corpo Coletivo União Operária, sob a presidência do segundo Marquês de Paranaguá e com a presença de Sua Majestade.

Coube ao maestro Carlos Gomes, em pessoa, reger a abertura do *Guaraní*. Discursou o senador e conselheiro de Estado Visconde do Cruzeiro. Um operário leu uma poesia de Machado de Assis, dedicada à Sua Majestade a Imperatriz. Números de música, inclusive de flauta e violino, poesia dedicada à Princesa D. Isabel, entrega de mensagens ao Imperador, desfile do batalhão-escola do Liceu de Artes e Ofícios — completaram a solenidade.

3 — SETE DE SETEMBRO DE 1891

Dois anos depois, destronado o velho monarca, muito diferente dos anteriores foi o último dia 7 de Setembro que passou D. Pedro II, convalescente na Europa, num simples hotel de Vichy, cercado dos poucos brasileiros que o acompanharam ao exílio.

Coube a um dêles, o Barão de São Joaquim, registrar a modesta porém significativa ocorrência de que dá notícia a carta adiante transcrita, pertencente

ao valioso arquivo de autógrafos que possui o Sr. Francisco Marques dos Santos, membro do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Transmitindo a José Carlos Rodrigues, diretor do *Jornal do Comércio*, o gesto do ex-Imperador, de sua mesa de exilado brindando à Independência do Brasil, seria objetivo do aludido titular obter a publicidade do ato. Percorrendo-se entretanto, a coleção do velho órgão da imprensa carioca, não se encontra o respectivo telegrama, embora outros apareçam, em números do mesmo mês, dando notícias da saúde "do Sr. D. Pedro de Alcântara".

É o seguinte o texto do curioso documento:

"Vichy, 10 de Setembro de 1891.

Amigo Dr. José Carlos Rodrigues

Sua Majestade o Imperador no dia 7 do corrente convidou alguns Brasileiros que aqui se achavam para jantar em sua companhia, brindando êle com champaña à Independência do Brasil.

Aceite o Am.^o de mim e de minha mulher nossos cumprimentos por ser

Seu Am.^o mto. ob.^o

Barão de São Joaquim"

Três meses depois, em modesto quarto de hotel parisiense, falecia aquele que por meio século superiormente dirigira os destinos do Brasil, impondo-se à admiração de patrícios e estrangeiros e tornando-se a mais notável figura da história nacional.

OS FILHOS DO CONDE D'EU

O destino, que a Gastão de Orléans e Isabel, a Redentora, negou a satisfação de tantos desejos, — compensou-os com a felicidade de terem possuído três filhos admiráveis, em tudo dignos de seus ilustres antepassados. D. Pedro, D. Luis e D. Antônio de Orléans Bragança, cada qual com seu tipo bem definido, física e intelectualmente, formavam uma trindade suficiente para contentar os mais exigentes pais, tornando-se, em pleno exílio, príncipes perfeitamente merecedores da realeza.

A educação que tiveram, bem como às inclinações pessoais de cada um, ficaram devendo êsse aprimoramento de qualidades ráticas, nos verdadeiros fidalgos com maior facilidade perceptíveis. Os cuidados do Conde d'Eu, o exemplo de D. Isabel, a lembrança de D. Pedro II, — influíram, poderosamente, na formação do caráter dos três irmãos. Preparados para a vida em terra estranha, a saudade da pátria distante seria a permanente modeladora de seus sentimentos a ela relativos.

Patriotas, mais que pretendentes ao trono, affligia-os a situação em que se encontravam, de brasileiros impossibilitados de rever o território nacional. Apenas de bordo, sem ter obtido permissão para desembarcar, tentaria voltar ao Brasil, em 1907, D. Luís, assim obrigado a percorrer os países vizinhos, em que somente aspectos assemelhados aos nossos pôde encontrar. "Ao Brasil, pátria querida e sempre lembra-

da do filho ausente" — foi a dedicatória por êle colocada em seu notável livro *Sob o Cruzeiro do Sul*. Com o ardor de quem realiza um antigo sonho, pôz-se D. Pedro a percorrer todo o país, em companhia da esposa e dos filhos, depois de revogado o banimento da Família Imperial, em 1920. Menos feliz que os irmãos, heróicamente morreria D. Antônio, oficial do Regimento de Reais Dragões Canadenses, em desastre aéreo ocorrido poucos dias depois do armistício de 1918, sem que tivesse podido voltar ao Brasil.

D. Pedro, como filho mais velho da Princesa Imperial intitulado Príncipe do Grão-Pará, de acôrdo com a Constituição de 1824, estava destinado a ocupar o trono imperial. De ânimo calmo, refletido, mais afeito à vida simples que às seduções da política, cedeu, em 1908, os seus eventuais direitos ao irmão D. Luís, dotado de maiores propensões para a difícil luta em tôrno da aspiração restauradora.

Consolidado o regime republicano, tornavam-se inúteis os planos porventura formados pela "mocidade temerária" do segundo filho dos Condes d'Eu. Era natural que os tivesse forjado, numa Europa então composta de tantas monarquias, como também se compreende que os suspendesse, ao estalar a guerra de 1914/1918.

Seus instintos políticos e literários aí cederam aos militares. O autor de vários livros de viagens, premiados pela Academia Francesa e pela Sociedade de Geografia de França (1), e o agitador político que à dis-

(1) D. Luís de Orléans-Bragança publicou os seguintes livros: *Dans les Alpes*, de 1901, volume em que coordenou simples recordações de excursionista de montanhas; *Tour d'Afrique*, de 1902, em que já se contêm curiosas observações sobre a guerra anglo-böer e outros assuntos histórico-geográficos do

tância, através de cartas, manifestos e entrevistas, procurava criar, no Brasil, um ambiente favorável à restauração monárquica, — passou a ser, devotada e completamente, um oficial de ligação agregado ao Estado Maior do 1.º Corpo do Exército Britânico em operações na França. Adquirindo, em campanha, o mal que o faria sucumbir, em 1920, aos 42 anos de idade, D. Luís passaria os seus últimos anos em contínuo sofrimento, dando, então, à família, piedosos exemplos de resignação cristã.

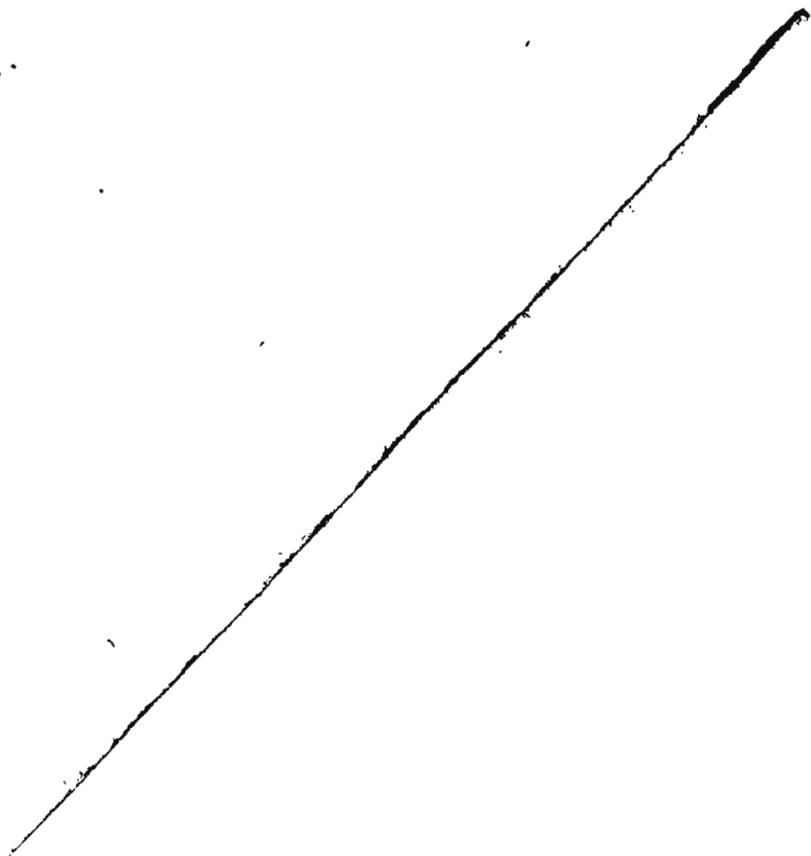
Igualmente morto em consequência da guerra, D. Antônio também contribuiria para o pagamento do tributo de sangue pelo Brasil oferecido à conflagração mundial. Servindo à pátria de seus maiores, embora vestindo a farda de um país americano, o Canadá, era o Brasil que ali representava, em Londres, no monte de destroços de seu avião, o bravo filho caçula de Gastão de Orléans e de Isabel de Bragança.

Mais feliz que os irmãos, competiria a D. Pedro acompanhar ao Brasil, em 1921, com o Conde d'Eu, os restos mortais do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz D. Teresa Cristina, triunfalmente recebidos pela totalidade da população brasileira. Estabelecido, mais tarde, definitivamente, na mesma cidade em que

continente negro; *À travers l'Hindu-Kush*, de 1906, valioso relato de uma expedição à Ásia Central, em regiões ricas de pitoresco, mas também de elementos úteis à investigação científica; e *Sob o Cruzeiro do Sul*, obra cujo aparecimento constituiu memorável acontecimento literário, tendo tido várias edições em francês e português, na qual descreveu e comentou o príncipe a sua longa viagem pela América do Sul, nos países vizinhos do Brasil. Além de manifestos políticos, um dos quais obteve repercussão no país, em 1913, consta ter D. Luís deixado inédito um *Diário de Campanha*, escrito durante o primeiro ano da Guerra Européia.

nascera, Petrópolis, pôde D. Pedro de Orléans-Bragança terminar o cumprimento dos seus deveres de descendente, acima de tudo zeloso do renome de seus antepassados: graças aos seus cuidados encerrados em capela da matriz petropolitana os despojos de seus avós, faleceu êle, inesperadamente, à tarde de 29 de janeiro de 1940. E como manifestação de última vontade, ainda uma vez preocupado com os destinos da pátria que tanto amou, aos filhos deixou recomendado que jamais agissem de alguma forma, mesmo indireta, de que pudesse resultar qualquer prejuizo para o Brasil.

Nenhum fecho seria melhor do que êste, para exemplificar a dignidade, o patriotismo e a pureza dos sentimentos brasileiros dos filhos do Conde d'Eu e de D. Isabel, a Redentora.



ÍNDICE COMPLETO

	Págs.
Índice dos títulos	5
Prefácio	7
GUERRAS DO BRASIL INDEPENDENTE (1822-1945)	9
1. Guerra da Independência (1822-1825)	9
2. Guerra da Independência do Uruguai (1825-1828)	10
3. Campanha militar contra Oribe e Rosas (1851-1852)	12
4. Intervenção contra o governo de Aguirre no Uru- guai (1864-1865)	13
5. Guerra da Triplíce Aliança contra o governo do Paraguai (1864-1870)	14
6. Na primeira Guerra Mundial (1917-1918)	17
7. Na segunda Guerra Mundial (1942-1945)	17
INTEIREZA DE D. PEDRO I	20
CARTAS DE D. PEDRO I NA SEMANA DA ABDICA- ÇÃO	23
VISCONDE DE SEPETIBA	31
1. Família	31
2. Infância e Mocidade. Estudos no Rio de Janeiro e Coimbra	33
3. Magistrado e literato em Minas Gerais	37
4. Deputado por Minas e Presidente de São Paulo ..	42
5. Intendente Geral da Polícia do Rio de Janeiro ..	45
6. Ministro da Regência Trina Permanente	47
7. Aureliano e os pasquins da Regência	50
8. A luta entre Aureliano e Bernardo de Vasconcelos	51
9. Aureliano e a destituição de José Bonifácio da tutoria	54
10. Ministro do Império e da Justiça ..*	58

11.	Ministro dos Negócios Estrangeiros (1834-1835)	60
12.	Primeiro ostracismo. Jornalista continental.	62
13.	Na campanha pela Maioridade	66
14.	No Ministério da Maioridade	67
15.	A crise ministerial de março de 1841	72
16.	O Ministério de 23 de março de 1841	76
17.	Ministro dos Negócios Estrangeiros (1840-1843) ..	83
18.	A crise ministerial de janeiro de 1843	91
19.	Aureliano e o primeiro Ministério de Honório Hermeto Carneiro Leão	97
20.	O Clube da Joana e a Facção Áulica	104
21.	Presidente da Província do Rio de Janeiro	109
22.	Segundo ostracismo. Aureliano nas cartas de Araújo Pôrto-alegre a Paulo Barbosa.	110
23.	Correspondência de Aureliano e Paulo Barbosa ...	125
24.	Últimos anos	128
25.	Visconde de Sepetiba. Morte.	141
26.	Conclusão	148

DA MAIORIDADE À CONCILIAÇÃO (1840-1857). Síntese de História Política.

1.	A Maioridade	148
2.	O Ministério da Maioridade	151
3.	O gabinete conservador de 1841-1843	157
4.	O primeiro Ministério de Honório Hermeto	162
5.	A transição política de 1844-1846	170
6.	O "Clube da Joana" e a Facção Áulica	173
7.	O gabinete de 5 de maio de 1846	179
8.	O Ministério que criou a Presidência do Conselho	182
9.	Os dois últimos gabinetes liberais de 1848	185
10.	O Ministério conservador de 1848-1852	187
11.	O gabinete de 11 de maio de 1852	190
12.	O Ministério da Conciliação	191
	Conclusão	194

CARTAS DO DUQUE DE CAXIAS AO TENENTE-GENERAL CALDWELL

1a.	carta	198
2a.	carta	200
3a.	carta	201
4a.	carta	202

5a.	carta	203
6a.	carta	203
7a.	carta	204
8a.	carta	205
9a.	carta	207
10a.	carta	207
11a.	carta	208
12a.	carta	208
13a.	carta	209
14a.	carta	209
15a.	carta	210
16a.	carta	211
17a.	carta	211
18a.	carta	212
19a.	carta	212
20a.	carta	213

**A CAMPANHA DO PARAGUAI ATRAVÉS DAS
CARTAS DE UM BRAVO. Da Batalha de Passo
da Pátria à ocupação de Rosário (1866-1869) ...** 214

1.	O Coronel José de Oliveira Bueno	214
2.	Batalha de Passo da Pátria	216
3.	Batalha de Tuiuti	218
4.	Tomada das Trincheiras de Sauce	219
5.	Tomada de Curuzu e Entrevista de Iataiti-Corá	220
6.	Desastre de Curupaiti	222
7.	Passagem de Curupaiti	223
8.	Agonia de Humaitá	226
9.	Marcha pelo Chaco	229
10.	A Deembrada	231
11.	Tomada de Piquissiri	232
12.	Ocupação de Rosário	235

**GASTÃO DE ORLÉANS — O PRÍNCIPE INCOMPREEN-
DIDO** 239

**O CONDE D'EU, ADVOGADO DOS QUE SERVIRAM
NA GUERRA. Cartas do Príncipe Gastão de Or-
léans ao Tenente-General Caldwell** 243

1.	Emprêgo para um veterano da Retirada da Laguna	243
2.	Amparando os veteranos do Paraguai	244

3. Pensão para um Inválido da Pátria	246
4. Liberdade para um pequeno culpado	246
5. Informação burocrática de Caldwell	247
6. Apressando a solução de uma reforma	248
7. Ainda o pequeno culpado preso	249
8. Em defesa de oficiais preteridos	249
9. Zelando pelo melhor armamento do Exército	252
10. Em defesa de um soldado prêso	253
11. Sôbre a entrega de um menor	254
O CONDE D'EU E A COLONIZAÇÃO DO SUL DE SANTA CATARINA	256
BIBLIOGRAFIA DA QUESTÃO RELIGIOSA	279
MANIFESTO-PROGRAMA DO CLUBE DOS ADVOGA- DOS CONTRA A ESCRAVIDÃO	295
Manifesto-Programa	298
PRELIMINARES DA ABOLIÇÃO IMEDIATA. Uma carta do Conselheiro Antônio Prado ao Conselheiro João Alfredo.	304
A ÚLTIMA CRISE MINISTERIAL DO SEGUNDO REINADO	308
O PRIMEIRO E OS ÚLTIMOS SETE DE SETEMBRO DE D. PEDRO II.	314
1. Sete de Setembro de 1831	314
2. Sete de Setembro de 1889	317
3. Sete de Setembro de 1891	318
OS FILHOS DO CONDE D'EU	320

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS DA EMPRESA GRAFICA
DA "REVISTA DOS TRIBUNAIS" LTDA.,
SAO PAULO, PARA A COMPANHIA EDITORA
NACIONAL, EM 1950.